



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES III  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**O ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA: A  
VISÃO DOS FAMILIARES SOBRE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM  
DUAS INSTITUIÇÕES DE FORTALEZA – CE**

**BENJAMIM DIEGO LUCAS Y SOUSA**

**FORTALEZA**

**2015**

BENJAMIM DIEGO LUCAS Y SOUSA

O ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA: A  
VISÃO DOS FAMILIARES SOBRE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM DUAS  
INSTITUIÇÕES DE FORTALEZA – CE

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado  
em Sociologia do Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia da Universidade Federal do  
Ceará, como último requisito para a obtenção  
do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lea Carvalho  
Rodrigues

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- L966a Lucas Y Sousa, Benjamim Diego.  
O atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: a visão dos familiares sobre o acolhimento institucional em duas instituições de Fortaleza – CE. / Benjamim Diego Lucas Y Sousa. – 2015.  
179 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2015.  
Área de concentração: Sociologia.  
Orientação: Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues.
- Inclui Apêndice.
1. Assistência a menores – Fortaleza (CE). 2. Menores abandonados – Fortaleza (CE). 3. Meninos de rua – Fortaleza (CE). 4. Acolhimento institucional. 5. Família – Aspectos Sociais. I. Título. II. Rodrigues, Lea Carvalho, orientadora. III. Associação Barraca da Amizade. IV. Associação O Pequeno Nazareno. V. Campanha Nacional Criança não é de rua. VI. Universidade Federal do Ceará. VII. Programa de Pós-graduação em Sociologia.

---

CDD 362.7042098131

BENJAMIM DIEGO LUCAS Y SOUSA

O ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA: A  
VISÃO DOS FAMILIARES SOBRE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM DUAS  
INSTITUIÇÕES DE FORTALEZA – CE

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado  
em Sociologia do Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia da Universidade Federal do  
Ceará, como último requisito para a obtenção  
do título de Mestre em Sociologia.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lea Carvalho  
Rodrigues

Aprovado em: 07/08/2015

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Lea Carvalho Rodrigues (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof. Dr. Domingos Sávio Abreu (Co-orientador)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Linda Maria Pontes Gondim  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Camila Holanda Marinho  
Faculdade Metropolitana de Fortaleza - Fametro

## AGRADECIMENTOS

A conclusão do mestrado é, sem dúvida, fruto de um processo árduo e laborioso. Um período de aprofundamento e de contato com novos conhecimentos. Há, no entanto, experiências que marcam de forma inesperada: o contato com perspectivas diversas de encarar a realidade social. Por isso, devo os mais sinceros agradecimentos àquelas pessoas que abriram as portas de suas casas e as janelas de suas memórias, permitindo-me conhecer um pouco de suas histórias. Agradeço às mulheres e aos seus jovens filhos que generosamente compartilharam algumas de suas lembranças, nem sempre felizes ou confortáveis de se expor, que possibilitaram a produção desta dissertação com o intento de trazer à universidade e à sociedade uma parcela da riqueza das narrativas as quais tive a honra de escutá-las. Tais falas me tocaram não só como pesquisador, mas também como ser humano. Muito obrigado!

Para o contato com essas histórias, agradeço a grande ajuda dos profissionais das duas instituições que, apesar de suas obrigações diárias, sempre me deram total atenção. Agradeço a toda a equipe da Associação O Pequeno Nazareno (OPN), especialmente, nas pessoas de Silvana Severo, Iara Lima e Antonio Carlos da Silva, a quem recorri inúmeras vezes e sempre foram muito acessíveis, prestativos e pacientes comigo. Devo ainda um agradecimento específico ao OPN e a Campanha Nacional Criança Não é de Rua, pois lá tive uma experiência profissional antes de ingressar no mestrado, onde dei os primeiros passos que resultaram na pesquisa desta dissertação, desse modo agradeço ao Bernd Rosemeyer, Manoel Torquato e Adriano Ribeiro pela oportunidade e grande apoio.

Da mesma forma, agradeço a toda a equipe da Associação Barraca da Amizade (ABA), especialmente, na pessoa de Ivannia Andrade a quem sempre me recebeu prontamente e com uma energia sem igual, disponibilizando-me seu tempo e disposição incontáveis vezes. À Brigitte Louchez que tanto na ABA, quanto na Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua de Fortaleza, deu-me grande espaço e acesso a inúmeras informações fundamentais para a realização desta pesquisa.

Nesses espaços, foram muitas pessoas que ajudaram de diferentes maneiras e com quem muito aprendi. A todas e todos sou profundamente grato.

Agradeço a excelente oportunidade em ingressar no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Assim como a CAPES pelo apoio financeiro ao longo do período de realização da pesquisa. Nesse período, surpreendentemente rápido e intenso, pude participar de ricos debates e fantásticas

contribuições em muitas aulas e leituras efervescentes. Nesse espaço, agradeço também a todas e todos os professores e as professoras, aos funcionários e as funcionárias e aos colegas que muito me ensinaram.

Devido a essa oportunidade, tive o prazer de trabalhar com a Professora Lea Rodrigues, minha orientadora, a quem agradeço por todas as contribuições para o trabalho aqui apresentado e as orientações e conselhos de como proceder no processo trabalhoso dos estudos e pesquisas em Ciências Sociais. Sem dúvida, agradeço ainda mais a grande paciência com que Professora Lea teve comigo durante todo esse período.

Ao Professor Domingos Abreu a quem admiro e respeito, agradeço a disposição e a atenção redobrada em contribuir com esse trabalho. É com satisfação que tenho contado com tantos conselhos profissionais e, sobretudo, fraternais desde minha graduação até aqui. Muito obrigado pela generosa disposição em me ajudar tantas vezes.

Agradeço à Professora Linda Gondim cuja contribuição se estende desde os primeiros momentos do mestrado, na disciplina de Métodos de Investigação Social, e, ainda, nas precisas contribuições na Qualificação desta pesquisa. Especialmente, agradeço a disponibilidade em participar da banca examinadora desta dissertação.

À Professora Camila Marinho, agradeço tanto por aceitar avaliar esta dissertação, quanto por tantas palavras atentas sobre esta pesquisa, em conversas formais e informais, antes, durante e, espero, em momentos vindouros.

Em tantos momentos coletivos dentro e fora da sala de aula, agradeço a meus companheiros e minhas companheiras da Turma de Mestrado em Sociologia de 2013, com quem pude desfrutar instigantes conversas, compartilhar algumas angústias e, principalmente, aprender um pouco mais a cada dia de encontro.

Há companheiros e companheiras de longa data com quem tenho a grande alegria de contar nos ótimos momentos e mesmo em qualquer outros. Compartilhando sentimentos, inclusive, nos mesmos processos laborais na pós-graduação.

Ao querido Márcio Kleber Pessoa, agradeço por aprender a ser um melhor cidadão desde a graduação e, sobretudo, por seu "senso de humor" com que muito aprendi. Obrigado pela camaradagem e a constante hombridade, quase corporativa. E, evidentemente, pela Alice, em parceria com Katharine Magalhães, a quem desejo muito ser amigo um dia.

Ao caro Tiago Sabóia, agradeço a tantas conversas geniais, trocas de angústias, enxurrada de pensamentos e, sobretudo, a despreziosidade dos encontros imprecisamente precisos pelas noites de nossas urbanidades. Sigamos pedalando!

Agradeço ao caro Marcos Levi Nunes que de "entrevistado" na monografia passou a ser colega de trabalho, colega pesquisador e, principalmente, um grande camarada para papos acadêmicos, lúdicos e qualquer banalidade do mundo.

Agradeço constantemente a possibilidade de continuar celebrando a amizade com pessoas que me propiciaram a sorte de seus carinhos. Apesar de alguns distanciamentos geográficos, o significado dos afetos se mantém vivos e próximos seja nos encontros e/ou nas mais variadas lembranças de vivências com quem tive o prazer de compartilhar. Afinal, não há ordem para ótimos momentos e sentimentos.

Agradeço e devo minha formação às queridas amigas Karinne Marques, Isabel Carneiro, Débora Cristina, Gabriela Ratts, Teresa Maia, Paula Vieira, Eudênia Barros, Gabriela Bessa, Mona Sara e Emanuela Fernandes.

Também aos amigos Manoel Moreira Neto, Thiago Mont'Alverne, Márcio Renato Benevides, José Carlos Emídio, Joannes Paulus, Edson Marques, Caio Rabelo, Fran Yan Tavares, Thiago Lessa, Breno Taveira, Bruno Lucas, Bruno Sampaio, Franklin Augusto, Alberto Barros Filho, Davi de Andrade, Luan Teixeira, Vinícius Forte, Daniel Valentim, Roberto dos Santos e Nyelsen Bruno.

Celebro e agradeço às mais recentes amizades. À amiga Patrícia Gomes, Perola Castro e Camila Miranda e também aos amigos Joaquim Sobreira Filho, Heitor Miranda, Samuel Torquato, Mateus Torquato, Erich Soares, Paulo César, Lucas Rangel e Gustavo Fernandes.

Todas essas pessoas merecem palavras que, facilmente, se estenderiam por mais páginas que as desse trabalho, peço desculpas pelo "sintetismo" que é inversamente proporcional à minha imensa satisfação de ter conhecido a cada um. No delicioso molho dos sentimentos, o tempero das palavras parece ter ficado um pouco escasso neste exato momento do interminável e prazeroso cozimento do viver.

Agradeço a Germana Bessa e a Julia Bessa por tantas boas conversas na sala ou na cozinha (cozinhando!) e, desde os primeiros contatos, por me acolherem em vossa casa a qualquer hora com muito carinho e conforto.

Por todo o companheirismo, amor, carinho, paciência e uma força que por vezes faltava em mim, agradeço a Paula Bessa. Dos sentimentos mais leves e ao mesmo tempo sólidos que deram estrutura a minha mente, alma e coração em tempos de turbulência e nos muito mais momentos de grande felicidade em sua companhia. Agradeço por estar contigo

nessa brincadeira séria e desafiante que é desenhar os contornos, cores e letras do viver de todo dia. Nas notas do teu violão sigo o tom de olhar para o mundo como uma bela canção.

Agradeço ao tio Ivo Sousa que em todo encontro, mesmo que espaçados no tempo, torna-se um momento de convergir pensamentos sobre as coisas do mundo e das pessoas.

À tia Anizete Quinderé e ao tio Caio Quinderé, agradeço o constante carinho, desde meu início de vida, e por ofertarem a felicidade de ter uma segunda casa, na qual passei muitos dos dias intensos de trabalho "dissertativos".

Todo passo largo, curto, apressado ou curto agradeço a meus pais, Balbina Lucas e Elizeu de Sousa, e a meu irmão, João Francisco. São eles os alicerces e os dínamos de minha existência nesse mundo de realidades tão diversas. Entre tantas coisas simples e complexas, a estabilidade (mesmo em certas instabilidades) do convívio entre eles e ela é a flâmula desencadeadora de mais um passo.

É por causa de tantos *outros*, a quem agradeço aqui ou em tantos outros momentos, que posso seguir o desafio de ser *um*. Sendo *um* sou grato em poder dizer que juntos somos *nós*. Desse modo, esse trabalho é para todas e todos.



## RESUMO

A pesquisa proposta visa analisar as demandas geradas por novas diretrizes na política pública de assistência social à família. As novas diretrizes reforçam a necessidade de as políticas de assistência social direcionarem o foco de atuação não mais apenas ao indivíduo, mas para a família como um todo. Em um sentido amplo, intento compreender como se constrói a prática desse tipo de atendimento à família na cidade de Fortaleza (CE). A atenção volta-se para a perspectiva das famílias de crianças e adolescentes que passaram por uma situação moradia nas ruas e que foram atendidas por uma instituição que dispõe do serviço de acolhimento. Sobre essa realidade de vivência nas ruas e passagem por instituições de acolhimento, existem diversos estudos que tratam da perspectiva dos jovens e dos profissionais que os atenderam nessa dinâmica. Porém, o que se percebe é que há uma lacuna, do ponto de vista das famílias de crianças e de adolescentes, sobre a experiência de morar nas ruas e, principalmente, sobre a visão do processo de atendimento recebido em acolhimentos institucionais. Além disso, é comum ouvir dos profissionais desse campo de atuação a existência de um “trabalho com as famílias” dos jovens atendidos. Nesse sentido, esta dissertação narra a perspectiva de representantes-chave de 12 famílias sobre a dinâmica de atendimento nos acolhimentos de duas organizações não governamentais de Fortaleza. Foram pensadas algumas estratégias metodológicas, a saber: o levantamento de documentos e a revisão bibliográfica sobre o campo estudado; a realização de um grupo focal com os membros da Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua, responsável pela articulação desses tipos de instituições em Fortaleza; visitas sistemáticas às duas instituições selecionadas para observação; diálogos com agentes institucionais; e, principalmente, entrevistas com a mãe ou responsável pela criança e adolescente acolhido institucionalmente, que foram realizadas, em sua maioria, nos locais de moradia dessas pessoas. As narrativas apresentam algumas características dos atendimentos recebidos e revelam diferentes nuances dos atendimentos institucionais. Enquanto em um determinado perfil institucional há forte tônica centrada no atendimento ao indivíduo acolhido pela instituição, em outro perfil existe uma tentativa de intervir contundentemente na realidade dos demais familiares do atendido. Ambas as instituições apresentam ainda um caráter em desenvolvimento dessa modalidade de atendimento às famílias de crianças e adolescentes que estão em acolhimentos institucionais. Assim como a expressão do fenômeno de situação de moradia nas ruas vivenciado por crianças e adolescentes tem se alterado com o passar dos anos, as abordagens institucionais também prosseguem se modificando.

**Palavras-chave:** Acolhimento institucional. Criança e adolescente. Família. Situação de moradia nas ruas.

## ABSTRACT

This research aims to analyse the demands resulted from the new paths taken in public policies that concern family social work. The new guidelines generated reinforce the need to focus the assistance not just on the individual, but on the family at large. In a wider context, I intend to comprehend the building practice of family assistance in Fortaleza (CE), but turning my attention to the perspective of the families of children and teenagers who had lived in the streets and were attended by an institution that provides shelter, amongst other things. There is a vast scientific production that studies the experience of living between the streets and the institutional shelters, mostly concerning the perspective of professionals and children that are involved, but very little is said about the families' point of view, especially when it concerns the sheltering process. Furthermore, it is not unusual to hear from professionals that work in the area that there is a "work with the families" involved. In that sense, this master thesis narrates the perspective of 12 family key-representants about the dynamics of the shelter assistance made by two nongovernmental organizations from Fortaleza. Some methodological strategies were established, as a document and data survey, a literature review, a focus group with members of the Interinstitucional Street Approach Team (responsible for articulate these kind of institution in Fortaleza), systematic visits to the two selected institutions for observation, conversations and interviews with institutional agents and, above all, interviews with the mothers or the responsible for the kid or teenagers were sheltered. These interviews took place, mostly, in their houses. These narratives can give us a clue of some aspects of the assistance that was received and reveal different intensities of the institutional assistance, according to the perspective of the family. While a specific institutional profile centers its attention on the individual, another profile makes an effort to interfere in these families' lives. Both institutions present a character of attendance yet to be developed; as well as the situation of living in the streets itself has been changing over the years, so do the institutional approaches.

**Keywords:** Children and adolescents. Family. Streetchild. Non-government organizations. Social assistance.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Acolhimento institucional: o lócus de pesquisa.....</b>	<b>16</b>
<i>1.1.1 A escolha dos acolhimentos institucionais .....</i>	<i>18</i>
<i>1.1.2 Apresentação das instituições de acolhimento .....</i>	<i>20</i>
1.1.2.1 Associação Barraca da Amizade .....	20
1.1.2.2 Associação O Pequeno Nazareno .....	23
<b>1.2 Aspectos metodológicos e o percurso da pesquisa .....</b>	<b>25</b>
<i>1.2.1 O diálogo com as instituições.....</i>	<i>25</i>
<i>1.2.2 A escolha da mãe como “porta-voz” da família.....</i>	<i>26</i>
<b>2 PROBLEMAS E CONFLITOS FAMILIARES: INFLUÊNCIAS PARA A VIVÊNCIA NA RUA.....</b>	<b>34</b>
<b>2.1 Os casos narrados na pesquisa .....</b>	<b>40</b>
<i>2.1.1 Casos atendidos pela Associação Barraca da Amizade.....</i>	<i>40</i>
2.1.1.1 Gorete e Isaac: a influência da vizinhança .....	40
2.1.1.2 Pilar e Pietro: a rua presente desde o nascimento .....	41
2.1.1.3 Remédios e Arcádio: a desconfiança de abuso sexual.....	42
2.1.1.4 Fernanda e Roberto: a adicção como gatilho do conflito .....	42
<i>2.1.2 Casos atendidos pela Associação O Pequeno Nazareno.....</i>	<i>43</i>
2.1.2.1 Marcela e Bento: o padrasto violento .....	43
2.1.2.2 Úrsula e Caio: o filho do coração .....	44
2.1.2.3 Renata e Maurício: a tentativa de evitar seguir os passos do irmão mais velho .....	44
2.1.2.4 Sofia, João e José: a rua como uma realidade de toda a família .....	45
2.1.2.5 Amaranta e Melquíades: a irmã que se tornou responsável pelo irmão .....	46
2.1.2.6 Amélia e Miguel: o filho criado pela avó .....	47
2.1.2.7 Rebeca e Aureliano: o filho maltratado pela família de criação .....	47
2.1.2.8 Maria e Paulo: uma família em que quase todos os filhos viveram na rua .....	48
<b>2.2 A influência do local onde moram.....</b>	<b>49</b>
<b>2.3 Os problemas intrafamiliares .....</b>	<b>57</b>
<i>2.3.1 A proximidade com a situação de rua: família ou vizinhança .....</i>	<i>57</i>
<i>2.3.2 Adicção, práticas infracionais e violência intrafamiliar.....</i>	<i>60</i>
<i>2.3.3 Fragilização e conflitos na relação mãe e filho.....</i>	<i>74</i>
2.3.3.1 O filho que foi “dado” ou recebido .....	78
<b>2.4 Sintetizando os motivos para situação de rua .....</b>	<b>90</b>
<b>3 O ATENDIMENTO DURANTE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>92</b>

<b>3.1 A experiência de um atendimento focado no indivíduo .....</b>	<b>93</b>
<b>3.2 Uma experiência de atendimento com envolvimento de outros membros da família .....</b>	<b>108</b>
<b>3.3 A singularidade de outras variáveis em alguns casos.....</b>	<b>125</b>
<b>3.4 Sintetizando as abordagens dos atendimentos .....</b>	<b>129</b>
<b>4 A SAÍDA DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: CONCLUSÃO OU O INÍCIO DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO .....</b>	<b>132</b>
<b>4.1 Casos da Associação Barraca da Amizade: maior foco no indivíduo acolhido .....</b>	<b>133</b>
<b>4.2 Casos da Associação O Pequeno Nazareno (OPN): envolvimento de outros membros da família .....</b>	<b>141</b>
<b>4.3 Status do indivíduo após a conclusão do acolhimento institucional: o horizonte para o “primeiro emprego” .....</b>	<b>160</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>164</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>168</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>175</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O debate sobre direitos sociais de crianças e adolescentes, no Brasil, ganhou especial destaque entre as décadas de 1970 e 1980. Um dos temas-chave que mobilizaram tais discussões foi a preocupação e a constatação de um fenômeno social: crianças e adolescentes que se encontravam em uma situação de vivência nas ruas. Essa problemática foi abordada por movimentos sociais e diversas pesquisas durante esse período (RIZZINI; RIZZINI, 1996). A evidência dessa realidade engrossou o conjunto de debates políticos e sociais da década de 1980, que culminou na Constituição Federal de 1988.

Pinheiro (2001), analisando o discurso sobre crianças e adolescentes nas Assembleias Nacionais Constituintes de 1987 e 1988, identificou quatro representações sociais sobre criança e adolescente em disputa: objetos de proteção social; objetos de controle e de disciplinamento; objetos de repressão social; e sujeitos de direitos. A autora destacou a predominância desta última, afirmando que ela balizou a redação final dos marcos legais, quais sejam, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Como a autora descreve, tais representações se fazem presentes em um mesmo período e se relacionam entre si, apesar da predominância de uma em detrimento de outras.

No decorrer da década de 1990, outros marcos legais surgiram no âmbito geral da assistência social. Em 1993, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que constituiu mais um passo na revisão da política de garantia de direitos sociais no país, dando sequência ao processo de reformulação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) iniciado em 1988.

Segundo dados de campo, até o final da década de 1990, mesmo com as regulamentações supracitadas, essa política nacional funcionava de forma bastante “departamentalizada”, isto é, era voltada a grupos sociais específicos — crianças e adolescentes, mulheres, idosos, etc. — que reconhecidamente se encontravam em situação de vulnerabilidade social, ou mesmo em situação concreta de violação de direitos. Contudo, no início dos anos 2000, essa perspectiva foi alterada através da criação de novos marcos legais. Nos anos de 2003 e 2004, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), entidade vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), realizou, respectivamente, as IV e V Conferências Nacionais de Assistência Social, em Brasília, que deliberaram sobre a implementação de uma nova Política Nacional de Assistência Social

(PNAS), sendo um dos objetivos instaurar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que teve suas normas consolidadas em 2005. De maneira ampla, as novas diretrizes reforçam a necessidade de as políticas de assistência social direcionarem o foco de sua atuação não mais apenas ao indivíduo “necessitado” de forma isolada, mas compreendendo uma abordagem familiar como um todo<sup>1</sup>.

Em consonância com essas reformulações da Política Nacional de Assistência Social, no ano seguinte foi criado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar (BRASIL, 2006). Em suma, esse plano orienta as políticas públicas para crianças e adolescentes a priorizarem a manutenção dos vínculos familiares e comunitários de origem.

A sucessão desses marcos legais sinaliza um processo que atribui direitos a crianças e adolescentes e altera o foco da atuação da política pública, ao considerar prioritário o atendimento ao indivíduo no seio de sua família e comunidade. Esse é um processo gradual permeado por um conjunto de perspectivas pulsantes que convergem ou se confrontam.

Entre os atores que exercem suas práticas sob a regulamentação desses marcos estão instituições governamentais e não governamentais. Há um conjunto de instituições que centram suas ações no trabalho com crianças e adolescentes em *situação de rua*, considerada uma forma de *vulnerabilidade social*. Especificamente, interessam os acolhimentos institucionais que serão apresentados posteriormente. Estas instituições, sejam elas públicas ou privadas, são comumente conhecidas como “abrigos”. Caracterizam-se por garantir um ambiente, apesar de extraordinário, com condições de direitos básicos (alimentação, moradia, educação, saúde, etc.) que supostamente não estavam sendo garantidos em uma condição anterior, tida como “vulnerável”.

Utilizarei amplamente a expressão “situação de rua” no decorrer de toda a dissertação. A expressão é comumente utilizada pelos profissionais no referido campo de pesquisa. A expressão, da forma que é utilizada pelos atores do campo, faz menção tanto a uma situação intermitente quanto caracteriza a moradia nas ruas. No entanto, para uma discussão sobre as várias terminologias utilizadas para esse público específico, ver Abreu (2009). Além disso, o termo “rua” será bastante utilizado neste texto, por ser uma definição nativa que foi incorporada ao vocabulário das instituições e à ampla literatura sobre o tema. A utilização desse termo fará sempre menção à saída da criança ou adolescente da casa em que morava com a família para uma experiência de perambulação por logradouros públicos da

---

<sup>1</sup> Esse debate já vinha sendo travado desde meados da década de 1990 (KALOUSTIAN, 2002), mas se materializou expressamente na política pública com os marcos legais supracitados.

cidade. A maneira pela qual esses indivíduos percorrem os espaços públicos da cidade é análoga a um movimento nômade. A tese *Afetos de Rua: Culturas Juvenis e Afetividades nos Bastidores da Cidade*, de Camila Holanda Marinho (2012), traz uma interessante reflexão sobre essa perspectiva “nômade”.

O conceito de vulnerabilidade social é recorrentemente compreendido como multidimensional, pois se refere comumente a um conjunto de fatores naturais ou sociais que dificultam a garantia de condições tidas como básicas para uma vida “digna” aos indivíduos, famílias ou comunidades. Monteiro (2011) reflete sobre a construção do conceito de *vulnerabilidade social*, que é permeado por diversas interpretações desde seus primeiros usos, em meados da década de 1990. A autora destaca duas características mais comuns nas interpretações do conceito. A primeira “[...] refere-se ao caráter adjetivo da vulnerabilidade, portanto se atribui a vulnerabilidade a alguém, ao invés de se analisar a vulnerabilidade passa-se a olhar para o sujeito vulnerável”. A outra “[...] está sustentada na ideia de risco e potencialidade, através do desenvolvimento de capacidades deste sujeito” (MONTEIRO, 2011, p. 37). Contudo, para a PNAS (BRASIL, 2004a), a *vulnerabilidade social* é compreendida como situações que podem levar à exclusão social dos indivíduos. Situações que, possivelmente, se originam no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, que segregam, discriminam e privilegiam pertencimentos em detrimento de outros devido a construções sócio-históricas.

Na cidade de Fortaleza, em meados dos anos de 1990, já existiam instituições que atuavam especificamente com crianças e/ou adolescentes que se encontravam em uma situação de vivência nas ruas. Entretanto, estas trabalhavam desarticuladas entre si. Xavier (2009), em sua pesquisa intitulada *Entre Consensos e Dissensos – a Tessitura do Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Moradia nas Ruas de Fortaleza*, esclarece, a partir de um fato histórico motivador — a morte de um adolescente morador de rua em 1995 —, que as instituições que trabalhavam com esse público, na época, mobilizaram-se e criaram a Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua. Pesquisando o trabalho realizado de forma articulada por essa rede interinstitucional, Xavier (2009) descreve a interação das instituições integrantes dessa rede e as diferentes perspectivas de cada uma delas sobre suas práticas na cidade. Segundo Xavier (2009), havia discursos convergentes entre os atores estudados, como o entendimento de que crianças e adolescentes possuem *prioridade absoluta* em seus direitos. Essa perspectiva foi identificada com base no trabalho dos educadores sociais de

rua<sup>2</sup>, em Fortaleza (CE), que concebem o ECA como uma verdade com *status* de sagrado, sendo a principal baliza orientadora do atendimento oferecidos por eles (XAVIER, 2009). Contudo, havia perspectivas divergentes entre as instituições, principalmente no que tange ao encaminhamento do indivíduo atendido na rua: *a redução de danos, prevenção e fiscalização e o abrigo melhor que a rua* (XAVIER, 2009). Esta última, em síntese, prioriza a ida de um jovem em *situação de rua* a uma instituição de acolhimento. As instituições lócus desta dissertação estão entre as que sustentam essa perspectiva identificada pela autora. Entretanto, apresentam dinâmicas diferenciadas de encaminhamento da criança ou do adolescente atendido em acolhimento institucional. Tais especificidades serão apresentadas e aprofundadas no decorrer do trabalho.

Na monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, apresentei uma pesquisa sobre o Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua de Fortaleza (SOUSA, 2012). Essa experiência me fez entrar em contato pela primeira vez com instituições de acolhimento institucional na cidade.<sup>3</sup> Também em uma experiência profissional, antes do ingresso no mestrado, tive a oportunidade de atuar como pesquisador do Programa de Fomento a Projetos de Pesquisa em Programas de Pós-Graduação em Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas, na Campanha Nacional Criança Não É de Rua (CNER)<sup>4</sup>. Nessa oportunidade, iniciamos (os membros desse núcleo de pesquisa) uma pesquisa na seguinte linha: mapeamento e análise de programas e projetos de atendimento a famílias com crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil<sup>5</sup>. Com o intuito de encontrar instituições no Brasil cujo público-alvo fosse crianças e adolescentes em situação de rua e que também promovessem uma abordagem com as famílias desses indivíduos, realizamos uma consulta utilizando um formulário *online*, que foi encaminhado para a extensa rede de contatos da instituição para a qual trabalhávamos. É necessário destacar

---

<sup>2</sup> Em Fortaleza, instituições privadas e públicas que trabalham com o crianças e adolescentes em uma situação de rua comumente possuem um profissional chamado de “educador social”. Ele é o responsável por atender estes jovens diretamente na rua. Para obter mais informações sobre a atuação desses profissionais em Fortaleza, ver: Abreu, Xavier e Silva (2009); Xavier (2009); Silva (2011); e Sousa (2012).

<sup>3</sup> Concluí a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará, ao apresentar monografia sobre o Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua de Fortaleza (SOUSA, 2012). Essa experiência me fez entrar em contato pela primeira vez com instituições de acolhimento institucional na cidade.

<sup>4</sup> Articulação encabeçada pela Associação O Pequeno Nazareno, de âmbito nacional de mobilização de entidades governamentais e não governamentais nas capitais do país. É possível obter maiores informações sobre a Campanha através do sítio: <<http://www.criancanaoederua.org.br>>.

<sup>5</sup> Essa pesquisa, em sua concepção inicial, não chegou a ser concluída por questões institucionais e de tempo, o que implicou a não publicação das informações coletadas. Entretanto, as questões do presente estudo surgem nessa experiência, e os primeiros dados compilados para esta dissertação também acontecem nesse período. Assim, espero que o produto final deste trabalho possa valer, minimamente, como um retorno ao investimento feito naquela experiência, assim como uma possível forma de contribuir com o trabalho desse tipo de instituição.



que esse foi um levantamento inicial; maiores lapidações desse estudo seriam necessárias para uma exposição detalhada das informações. Havíamos estabelecido alguns critérios com base no que preconizam os marcos balizadores da PNAS e opiniões de representantes de instituições que consideramos “influentes” na cidade de Fortaleza (professores universitários, coordenadores de acolhimentos institucionais, representantes de fundações que trabalham com o público infantojuvenil, entre outros), para indicarmos quais aspectos, *a priori*, sinalizariam um maior grau de desenvolvimento desse tipo de serviço. Identificamos no eixo não governamental (onde mais tivemos colaboração) dez instituições que responderam positivamente para a realização de um “trabalho com as famílias”<sup>6</sup>. No que foi possível apurar, pois não chegamos a conhecer presencialmente todas as instituições contatadas, duas se destacaram: uma sediada no Piauí e outra em Fortaleza. Esta é a Associação O Pequeno Nazareno (OPN)<sup>7</sup>, que se tornou lócus desta pesquisa<sup>8</sup>. Além de mapear as instituições, visávamos entender com mais detalhes em que consistiria esse “trabalho com as famílias”. Assim, iniciamos, ainda nessa experiência, o estudo sobre os aspectos desse trabalho desenvolvido pelo OPN.

Em síntese, tanto as questões instigadoras desta dissertação quanto as primeiras incursões a campo se iniciaram na experiência acima. De forma ampla, tenho como central a seguinte questão: o que é o “trabalho com as famílias” para essas instituições que atendem a crianças e adolescentes em situação de rua? Tentarei, assim, contribuir para a elucidação desta questão, que a princípio me parecia um tanto difusa, com os aspectos apresentados nesta dissertação.

No âmbito da temática sobre crianças e adolescentes em situação de rua, desde a década de 1980, avolumam-se estudos e reflexões sobre esse público e políticas públicas direcionadas a essa realidade. Nesse sentido, alguns trabalhos podem ser citados, a exemplo de estudos utilizando informações que tomam a realidade de mais de uma cidade do país, a saber: Fausto e Cervini (1996), Abreu (2009) e Abreu, Aquino e Torquato (2014). Há também estudos que tomam a realidade específica de diferentes cidades, como os de Silva e Milito (1995), Frangela (1996), Gregori (2000b) e Rizzini (2003). Entre os trabalhos realizados

---

<sup>6</sup> Entre os profissionais, principalmente de instituições de acolhimento institucional, é comum a utilização da expressão “trabalho com as famílias”, para se referir ao enfoque dado às respectivas famílias dos jovens que passam por esse processo de acolhimento. Ao que parece, há pouca informação sistematizada sobre essa prática, pelo menos regionalmente. Por isso optei por manter a expressão “nativa” do campo de pesquisa.

<sup>7</sup> A Associação O Pequeno Nazareno é idealizadora da Campanha Nacional Criança Não é de Rua. Portanto, nessa experiência profissional, éramos coordenados por essa mesma associação.

<sup>8</sup> Outros aspectos que levaram a essa escolha e mais informações sobre a instituição serão apresentados no decorrer do texto.

tendo a cidade de Fortaleza como lócus de pesquisa podem ser citados os de Leão (1993), Ferreira (2000), Pimentel (2005), Diógenes (2008), Abreu, Silva e Xavier (2009), Xavier (2009), Silva (2011) e Marinho (2012). É preciso frisar que um grande número de estudos, como os citados acima, aborda, sobretudo, as relações sociais dos jovens com as vivências nas ruas e todas as consequências possíveis dessa realidade: trabalho infantil, exploração sexual, atos infracionais, institucionalização, etc, ou, ainda, a perspectiva dos profissionais sobre o atendimento e a relação que constroem com esses jovens através do trabalho realizado em instituições que oferecem atendimento para esse público.

Vale destacar que Gregori (2000a), já no fim da década de 1990, ressaltava a importância de voltar os olhares para a família dessas crianças e adolescentes em situação de rua. No entanto, tudo indica que ainda existem diversas lacunas nos estudos sobre a perspectiva das famílias e sobre a realidade de situação de rua de seus filhos e filhas, se compararmos ao volume de estudos sobre a perspectiva dos jovens e das instituições.

Ou seja, existem diversos estudos sobre o que pensam as crianças, adolescentes, gestores de políticas públicas e profissionais em geral. Porém, não há uma produção consolidada sobre o que pensam os familiares desses jovens<sup>9</sup>.

### **1.1 Acolhimento institucional: o lócus de pesquisa**

As instituições governamentais e não governamentais seguem parâmetros e orientações nacionais. Estão inseridas em um campo de atuação específico, o de uma política de assistência social. Assim, é um espaço social com perspectivas e condutas específicas (BOURDIEU, 2011). Tais instituições componentes desse espaço social — ou *campo*, no sentido dado ao termo por Bourdieu (2003) — realizam atendimentos às crianças em situação de rua e suas respectivas famílias mediante regras estabelecidas por instituições legítimas do Estado. Segue uma breve contextualização da regulamentação vigente nesse campo.

O acolhimento institucional para crianças e adolescentes está previsto no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cuja redação vigente foi modificada pela Lei n.º 12.010, de 2009. É uma medida excepcional e provisória para indivíduos com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

---

<sup>9</sup> No cenário de Fortaleza, identifiquei a monografia de Morais (2012), do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará, que escreve sobre as perspectivas de algumas mães em relação à situação de rua de seus filhos, mas não sobre o ponto de vista delas a respeito de eventuais passagens dos filhos ou filhas por instituições de acolhimento.

Sendo regulamentado pelo ECA, o acolhimento institucional faz parte de um conjunto de medidas que passam a considerar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos.

Nesse sentido, a consolidação da PNAS, na década de 2000, registra o conceito de proteção social que orienta as práticas institucionais referentes ao atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, compreendendo-o como:

[...] [formas] institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. [...]. Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades (BRASIL, 2004a).

A PNAS segue princípios, diretrizes e objetivos preestabelecidos, inclusive o que destaca a “[...] centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (BRASIL, 2004a). Por conseguinte, a PNAS estabelece dois objetivos que visam: 1) à promoção de serviços, programas projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para indivíduos, famílias ou grupos de indivíduos que necessitem; 2) garantir que essas ações tenham centralidade na família e na convivência comunitária (BRASIL, 2004a).

As passagens acima ilustram essas recentes balizas que preconizam um enfoque na operacionalização da política pública de assistência social sobre a família. Considerando a complexidade das situações encontradas na realidade, esse eixo da Proteção Social divide-se em dois: a Básica e a Especial.

No que tange ao interesse desta pesquisa, o trabalho de acolhimento institucional está inserido na Proteção Social Especial:

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação ação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004a).

Consiste, pois, na atenção a situações em que indivíduos já se encontram com direitos violados. A Proteção Social Especial orienta sua atuação de acordo com o grau de complexidade da violação, subdividindo-se em duas gradações:

a) *Proteção Social Especial de média complexidade*, que tem como principal finalidade a prestação de serviços especializados a indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não chegaram a ser rompidos. Tais serviços, de acordo com a complexidade dos casos, devem possuir uma especialização técnica;

b) *Proteção Social Especial de alta complexidade*, que destina-se à garantia de serviços de proteção integral, tais como “[...] moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando a ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário” (BRASIL, 2004a, p. 38).

As instituições que trabalham com abordagem de rua e acolhimento institucional estão legalmente submetidas a esses dois últimos eixos citados. Para exemplificar, a abordagem de rua está situada no eixo de média complexidade e o acolhimento institucional, por seu caráter integral, no eixo de alta complexidade.

### **1.1.1 A escolha dos acolhimentos institucionais**

No contexto de Fortaleza há uma rede específica direcionada para o atendimento a jovens que passam por uma situação de rua, motivados por vários tipos de violações de direitos: a Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua, que

[...] configura-se como espaço composto por organizações governamentais e não governamentais, com o intuito de proporcionar o planejamento, execução e controle das políticas públicas voltadas para o segmento da criança e do adolescente em situação de moradia nas ruas (XAVIER, 2009, p. 14).

Diversas instituições<sup>10</sup> interagem em prol da otimização dos serviços direcionados ao público infantojuvenil em situação de rua. Entre 2013 e 2014<sup>11</sup>, acompanhei as reuniões periódicas desta Equipe, e pude observar um certo esvaziamento dessa rede, que outrora foi um espaço de intenso debate, como analisado por Xavier (2009). De todo modo, esse

<sup>10</sup> Durante a pesquisa, a Equipe era oficialmente constituída por dez instituições: Associação Barraca da Amizade (ABA); Associação Comunitária de Ajuda Mútua do Pirambu (ACAMP); O Pequeno Nazareno (OPN); Associação Santo Dias; Casa São Miguel Arcanjo; Coordenadoria da Criança e do Adolescente – Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza (SDH); Pastoral do Menor; Núcleo de Articulação dos Educadores Sociais de Rua; Centro de Referência Especializado em Assistência Social do Governo do Estado do Ceará (CREAS Regional); e o Projeto de Volta para Casa, também, do governo do estado.

<sup>11</sup> Em 2013, essas reuniões possuíam uma periodicidade mensal. Devido a novas conjunturas de mobilização, em 2014, os encontros da Equipe passaram a ser esporádicos, de acordo com a necessidade dos agentes institucionais envolvidos.

acompanhamento contribuiu para uma maior inserção neste campo. Através dessa aproximação pude estreitar relações a ponto de firmar acordos de pesquisa com as instituições escolhidas como locus de investigação.

A primeira escolha foi consolidada por meio da experiência de um grupo focal que tinha o objetivo de sondar algumas impressões dos representantes institucionais dessa Equipe sobre o que entendiam por “trabalho com as famílias”, compreendo o grupo focal como um espaço em que os interlocutores e o pesquisador se reúnem para o debate de alguns pontos pertinentes ao estudo em questão, com o objetivo de produzir informações sobre a temática da pesquisa (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002).

O grupo focal foi realizado em uma sala de aula do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, em novembro de 2013. Participaram quatro instituições<sup>12</sup>, cujos representantes foram: uma educadora social da Associação Santo Dias, uma assistente social da Associação Barraca da Amizade, uma assistente social do Albergue João XXIII e duas assistentes sociais do Projeto de Volta para Casa, respectivamente, duas organizações não governamentais e duas organizações governamentais estaduais. A experiência foi significativa, pois me interessava saber que impressões esse grupo manifestaria sobre o chamado “trabalho com as famílias”. Na oportunidade, o debate foi sobre as perspectivas acerca do “trabalho com famílias” que aqueles agentes institucionais conheciam; ao se referirem a um trabalho melhor consolidado, remeteram-se, consensualmente, ao trabalho que é realizado pela Associação O Pequeno Nazareno (OPN). Considerando os locais institucionais distintos de onde as representantes falavam, é interessante encontrar impressões que corroboram as suscitadas na experiência de pesquisa na CNER (sinalizando que estávamos encaminhando a pesquisa em sentido produtivo).

A segunda escolha, orientada por minha experiência no campo de pesquisa, foi a Associação Barraca da Amizade (ABA). Esta, assim como a OPN, possui vasta experiência no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua e acolhimento institucional. Foi uma das pioneiras na utilização da metodologia da arte-educação nesse tipo de atendimento. Sua história de protagonismo na cidade lhes garante grande prestígio e legitimidade entre outras instituições desse meio de atuação. Além das impressões acumuladas em experiências anteriores (acadêmicas e profissionais), o acompanhamento das reuniões da Equipe Interinstitucional me possibilitou perceber a legitimidade da ABA nesse universo.

---

<sup>12</sup> As organizações convidadas foram: Associação O Pequeno Nazareno; Casa do Menor São Miguel Arcanjo; Programa De Volta para Casa – Secretaria do Trabalho e Defesa Social do Governo do Estado do Ceará; Associação Santo Dias; Associação Barraca da Amizade; Albergue João XXIII – Centro de Referência Especializado de Assistência Social/ STDS; e Pastoral do Menor.

Além disso, utilizei como referência a análise de Xavier (2009), que traçou algumas características dessas instituições. Segundo a autora, ambas são defensoras da importância da abordagem de rua e do acolhimento institucional como medida de intervenção na realidade de crianças e adolescentes em situação de rua.

Apesar de suas convergências discursivas<sup>13</sup>, as duas instituições tornam-se contraponto uma da outra no que diz respeito aos seus princípios de origem: uma é evidentemente de origem cristã, a OPN; a ABA, por sua vez, é de origem laica.

Do ponto de vista organizativo, organizações não governamentais têm um especial protagonismo no trato de questões como o acolhimento institucional infantojuvenil. Segundo dados de pesquisas realizadas em 2010 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e o Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli – Fundação Oswaldo Cruz (CLAVES/FIOCRUZ),

[...] com exceção da Região Norte, onde as instituições públicas [responsáveis pelo o acolhimento institucional de crianças e adolescentes] correspondem a 57,7% dos serviços, em todas as demais regiões do país as instituições privadas superam o Estado na prestação do acolhimento institucional. No Nordeste, a atuação das entidades não-governamentais é ainda mais decisiva: os serviços de acolhimento institucional por elas ofertados respondem por 84,8% do total, enquanto instituições públicas representam apenas 15,2% (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013).

Mesmo considerando que o recorte empírico comporta apenas duas instituições de Fortaleza, podemos considerá-las como influentes neste setor. Por exemplo, as duas encabeçaram várias vezes a coordenação da Equipe Interinstitucional, sendo que o período mais recente ocorreu entre 2010 a 2013, aproximadamente. Ademais, é preciso ressaltar a importância das suas histórias de militância e atendimento em prol de crianças e adolescentes em situação de rua. Como informam os dados de campo, estas, quando atendiam com sua capacidade máxima, concentravam uma considerável parcela das vagas de acolhimento institucional do tipo abrigo oferecidos por organizações não-governamentais em Fortaleza.

### ***1.1.2 Apresentação das instituições de acolhimento***

#### **1.1.2.1 Associação Barraca da Amizade**

---

<sup>13</sup> Tomando como base o que Pinheiro (2001) define como representação social de crianças e adolescentes como sujeito de direitos, as duas instituições em destaque são ávidas defensoras dessa representação. Elas divergem em relação a paradigmas teóricos e metodológicos. Nesta dissertação, a caracterização dessas instituições se baseará no conhecimento prático das entrevistadas.

A Associação Barraca da Amizade surge de um movimento encabeçado por dois educadores sociais, em 1987, que, por meio de atividades circenses e rodas de capoeira, agrupou crianças e adolescentes em situação de rua. A tônica de construção coletiva entre os meninos em situação de rua e os educadores sociais, desde o primeiro momento de consolidação desse movimento até hoje, segundo o discurso institucional, perpassa a forma de trabalho da ABA.

A instituição passou por algumas outras sedes até se estabilizar na atual, localizada no bairro Mondubim, em Fortaleza. Os bairros do entorno da sede da ONG são as áreas de principal concentração de suas ações. De forma sintética, o imóvel da ABA é composto por um terreno arborizado que conta com uma edificação principal de dois pavimentos, cuja lateral, ladeando a extremidade do terreno, forma um conjunto de dormitórios para os acolhidos, escritórios administrativo e do serviço social e alguns compartimentos de armazenamento de objetos em geral. O prédio principal, no térreo, é composto por um escritório da coordenação geral, uma sala de estar, um quarto destinado ao educador social, uma cozinha, um refeitório e um banheiro. O andar de cima é composto por uma sala de reunião e outra sala, antes dedicada a um curso de informática. Aos fundos do terreno existe um salão destinado principalmente às oficinas de circo e a outras atividades.

A associação segue uma missão e alguns princípios básicos:

#### **NOSSA MISSÃO**

Construir novas alternativas de vida junto às crianças, adolescentes, jovens e famílias e situação de vulnerabilidade social, a fim de promover a garantia dos direitos humanos na grande Fortaleza.

[...]

#### **OS PRÍNCÍPIOS**

- Reconhecimento da criança, do adolescente e do jovem como sujeito de direitos: o processo de autonomia deverá ser condizente ao desenvolvimento de cada indivíduo respeitando suas habilidades e diferentes faixas etárias. Desse modo há de se proporcionar o protagonismo juvenil através da participação nas decisões e dinâmicas do cotidiano que lhe afetam.

- Respeito à diversidade e não-discriminação: nenhuma criança, adolescente e jovem será discriminado por sua condição socioeconômica, arranjo familiar, etnia ou mental, ou por conviver com o vírus HIV/AIDS.

- Promoção e garantia dos direitos da criança, adolescente e jovens (ASSOCIAÇÃO BARRACA DA AMIZADE).

A ABA atua prioritariamente com o público de crianças e adolescentes. Os principais projetos realizados pela ABA até o período de pesquisa eram:

- a) Ação Socioeducativa em Meio Aberto (“Trabalho de Rua”);

- b) Acolhimento Institucional (“Abrigo”);
- c) Profissionalização de adolescentes;
- d) Enfrentamento à Exploração Sexual.

A perspectiva metodológica da instituição é pautada no fortalecimento da autonomia do adolescente, ressaltando constantemente a importância de respeitar a individualidade destes. Como exemplo dessa perspectiva, a ABA mantinha uma postura de acolhimento institucional para adolescentes do sexo masculino, mas sem restrição das eventuais identidades de gêneros dos atendidos<sup>14</sup>.

Essas são as principais atividades realizadas pela ABA, contidas em material disponibilizado pela instituição<sup>15</sup>.

Para esta dissertação me ateno apenas ao acolhimento institucional e ao processo de retorno à família e à comunidade de origem, cujo público atendido, no caso da ABA, são adolescentes do sexo masculino entre 12 e 18 anos de idade. Em articulação com esse atendimento, a ABA mantinha uma parceria com duas escolas próximas à sua sede para a escolarização dos atendidos e o incentivo ao processo de profissionalização dos adolescentes. A dinâmica de acompanhamento dos adolescentes acolhidos era promovida e supervisionada por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais da área de serviço social, psicologia, pedagogia e educação social.

Entretanto, é preciso fazer alguns esclarecimentos sobre a atividade na ABA. O atendimento através do acolhimento institucional foi encerrado em 2013 devido à impossibilidade de manter financeiramente esse projeto. A escassez de recursos para esse serviço, segundo relatos, aconteceu principalmente pela dificuldade em manter os convênios com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, entre os anos de 2012 e 2013, após sucessivos atrasos nos repasses de verbas. Isso não aconteceu somente com a ABA: pude perceber, ao acompanhar as reuniões da Equipe Interinstitucional, que nos últimos dois anos algumas instituições que ofereciam o trabalho de acolhimento institucional através de convênios com a Prefeitura Municipal de Fortaleza fecharam as portas desses serviços, justamente por problemas com esse tipo de financiamento.

---

<sup>14</sup> Marinho (2012) destaca a característica da ABA de maior tolerância a diversidades, por exemplo, de gênero e religiosa, como característica diferenciada em meio a variedade de instituições que atendem o público de adolescentes em situação de rua existentes em Fortaleza.

<sup>15</sup> Após a conclusão do campo desta pesquisa, soube que a ABA passou por um processo de reconfiguração de suas atividades. Através de diálogos com profissionais da referida instituição, fui informado de novos enfoques dados à sua atuação. Assim, dois eixos parecem ter ganhado destaque: o enfrentamento à exploração sexual (ação já desenvolvida há alguns anos) e a inserção em comunidades circunvizinhas à instituição. Ademais, o público-alvo permanece o mesmo, e a arte-educação, com ênfase nas atividades circenses, ainda caracteriza a metodologia da instituição.



Desta feita, a instituição decidiu encerrar o acolhimento institucional, sobretudo pela dificuldade de mantê-lo. Por esse motivo, um acompanhamento maior do cotidiano desse serviço foi comprometido<sup>16</sup>. No entanto, não afetou severamente a dinâmica de pesquisa, pois os casos aqui abordados foram os de jovens que já haviam passado pelo acolhimento até o encerramento do programa. Considerando que ainda é uma instituição participativa nas redes regionais e nacionais de atendimento a crianças e adolescentes, a experiência de seu trabalho permanece como um exemplo de um tipo de atendimento que será melhor caracterizado no decorrer do trabalho.

Vale destacar que dificuldades financeiras já foram apontadas por Xavier (2009) como fatores complicadores para a manutenção do trabalho dessa instituição. No mais, a instituição se mantém por meio de disputas de editais para convênios de financiamento público para projetos de intervenção social. Também é forte a iniciativa de captação de recursos com fundações filantrópicas nacionais e internacionais. Convênios internacionais são facilitados, aparentemente, pelo fato de uma francesa encabeçar a coordenação da instituição. Concomitantemente, como auxílio para a manutenção das atividades desenvolvidas com o público atendido, a ABA mantém uma política de arrecadação de donativos diversos: alimentação, materiais e equipamentos diversos utilizados ou novos, doação em dinheiro, contratação de serviços oferecidos pela instituição e outras possibilidades deixadas em aberto.

#### 1.1.2.2 Associação O Pequeno Nazareno

A Associação O Pequeno Nazareno (OPN) é uma Organização Não Governamental cujo trabalho é voltado para crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas e suas famílias. Foi fundada por um missionário católico alemão, atual coordenador geral da OPN.

##### **Missão**

Acolher crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas, contribuir na construção de seus projetos de vida, reatando o vínculo familiar e comunitário, buscando a garantia dos direitos fundamentais, e a inclusão social das famílias, visando uma sociedade justa e solidária.

##### **Visão**

Desenvolver um trabalho de excelência na inclusão social de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas e de suas respectivas famílias (ASSOCIAÇÃO O PEQUENO NAZARENO).

---

<sup>16</sup> O conhecimento sobre as atividades da ABA não se limita ao campo específico dessa pesquisa, pois tive a oportunidade de acompanhar o trabalho desta instituição em pesquisas desde o período de minha graduação.

A ONG possui uma casa de acolhimento situada na cidade de Maranguape — Região Metropolitana de Fortaleza. Lá existe um sítio com ampla área, ao pé da serra de Maranguape (aproximadamente 57 hectares), e uma grande infraestrutura, contendo dormitórios, salas para aula e reuniões, piscina, ginásio poliesportivo, campo de futebol, pista de skate, refeitório e açude, entre outras edificações. No período da pesquisa de campo, a referida entidade acolhia em torno de 48 meninos. Apesar de possuir uma infraestrutura para aproximadamente o dobro dessas vagas, não estavam funcionando com a capacidade total por falta de recursos financeiros suficientes. As crianças recebidas no acolhimento têm idades entre 6 e 12 anos.<sup>17</sup>

Em Fortaleza, a instituição possui uma sede no centro da cidade — onde se realizam o trabalho administrativo, de organização interna, e os atendimentos às famílias. Além disso, loca duas salas em edifício comercial próximo à referida sede, onde funciona o Projeto Gente Grande, que oferece cursos de iniciação profissional tanto aos acolhidos no sítio quanto a jovens oriundos de situações de *vulnerabilidade* similares. Em resumo, a atuação da ONG estabelece-se conforme os seguintes eixos: educação social de rua, atendimento institucional, educação formal — a profissionalizante —, atendimento familiar e construção e controle de políticas públicas para o público em foco. Possui uma equipe diretamente responsável pelas visitas às famílias, composta por três profissionais: uma assistente social e dois educadores sociais (ambos em processo de formação em Serviço Social). Também oferecem atendimento psicológico aos adolescentes acolhidos e aos seus familiares, quando necessário.

O OPN tem um forte financiamento de organizações internacionais (assim como a ABA), e, aparentemente, a presença de um coordenador estrangeiro facilita essa captação. Também recebe recursos do poder público, mediante a disputa de editais de convênios. Até o fim do ano de 2014, segundo relatam os coordenadores da ONG, esse convênio com a Prefeitura de Fortaleza ainda estava atrasado havia mais de um ano. Os motivos apresentados para esse atraso são diversos. No entanto, começaram a acontecer após a mudança de gestão da prefeitura, cujo mandato se iniciou em 2013. Alguns motivos apresentados nas discussões feitas nas reuniões da Equipe Interinstitucional são pendências nos contratos de convênios e alteração das regulamentações para esses tipos de financiamentos. De fato, não possui

---

<sup>17</sup> Contam também com outro acolhimento situado em Itamaracá (PE), mas não tive a oportunidade de conhecer essas instalações. Contudo, sendo o foco do trabalho a atuação exercida em Fortaleza, a abordagem só levará em conta a atuação local.

informações suficientes para descrever todo esse processo, mas o que se apresenta é um complexo conflito burocrático e político. Uma forma contínua de arrecadar fundos é a sensibilização de novos doadores, através de um *call center* administrado pela própria instituição. Essa forma de divulgação das ações da instituição visa firmar contratos de doações financeiras, que são pagas através do acréscimo de valores na fatura mensal do serviço de fornecimento elétrico, pois há uma parceria com a empresa distribuidora de eletricidade no estado para esse fim.

## **1.2 Aspectos metodológicos e o percurso da pesquisa**

### ***1.2.1 O diálogo com as instituições***

Inicialmente, foram necessárias duas etapas de pesquisa: a interação com os profissionais das duas instituições e, em seguida, o contato com as famílias.

Além da aproximação ao trabalho das instituições, por meio de conversas informais<sup>18</sup> com assistentes sociais, educadores sociais, psicólogos, os coordenadores e o acompanhamento de atividades realizadas por eles. Interessava-me, principalmente, conhecer diretamente a perspectiva das famílias sobre o atendimento. Assim, parti do princípio que, para conhecer essa dinâmica, seria necessário encontrar famílias que passaram por todas — ou pela maior parte — as etapas desse processo.

Solicitei aos profissionais das duas instituições que possibilitassem o acesso a informações de jovens que haviam concluído o período de acolhimento institucional e restabelecido as relações familiares. Desse modo, em conjunto com os profissionais, escolhemos as famílias que poderíamos visitar.

As escolhas seguiram, em síntese, alguns critérios: o atendimento devia ter sido finalizado<sup>19</sup> ou já ter passado pelo período de acolhimento institucional, assim como deveria existir um contato, para que fosse possível chegar às famílias. Mesmo assim, este contato muitas vezes foi dificultoso, pois os números dos telefones dessas pessoas mudam com frequência. Inclusive, houve casos onde a única forma de contatar era ir diretamente à casa das pessoas; a partir daí havia a negociação de disponibilidade, autorização para uma nova

---

<sup>18</sup> Algumas dessas conversas resultaram em entrevistas. Porém, como o foco do trabalho se tornou a narrativa das “porta-vozes” da família, as falas dos profissionais serviram como contextualizadoras do atendimento das instituições.

<sup>19</sup> O fim desse atendimento é geralmente uma fronteira de difícil demarcação. Mas o objetivo principal das instituições é facilitar a autonomização daqueles indivíduos, para que consigam acessar seus direitos básicos e busquem uma melhor qualidade de vida sem o auxílio de um profissional.

visita e realização da entrevista. Porém, mesmo quando o primeiro contato era possível via telefone, não garantia a colaboração com a pesquisa. Por exemplo, em um caso vinculado à Associação Barraca da Amizade, conseguimos contatar, por telefone, a mãe de um jovem ex-acolhido institucionalmente, porém ela não aceitou receber nossa visita, e também não tinha a disponibilidade de ir até a sede da ONG.

Chegamos, assim, a alguns casos, considerados pela instituição como obtentores de algum “sucesso” após o período em que o jovem permaneceu interno na instituição. Essa classificação necessita de alguns detalhamentos. Primeiro, tal noção de *sucesso* – relativizado, inclusive, pelos próprios profissionais – refere-se a uma condição em que houve pelo menos uma alteração: a saída da situação de rua e, em muitos dos casos, a volta ao convívio familiar. Ou seja, se antes ocorriam diversas violações de direitos que, conseqüentemente, motivavam a ida dessas crianças ou adolescentes a uma vivência nas ruas, após o acompanhamento das instituições a situação se alterou, possibilitando, inclusive, a volta desses jovens ao convívio familiar. Essa alteração, na maioria dos casos, não diz respeito a uma total saída desses indivíduos de uma condição de *vulnerabilidade social*, de modo que essa noção de *sucesso* não é, necessariamente, consenso entre os próprios profissionais. Algumas vezes, ao debater quais famílias seriam escolhidas para compor o conjunto de entrevistados, houve a problematização das condições em que se encontravam aqueles indivíduos: na visão de alguns profissionais da mesma instituição, determinados casos não estavam perfeitamente estáveis socioeconomicamente. Contudo, haviam passado por boa parte das fases de atendimento oferecidas pela instituição e se encontravam em condições, segundo eles, “melhores que antes”.

Então, foi possível selecionar doze casos<sup>20</sup> e contatar as mães dos jovens que passaram pela dinâmica institucional — oito do OPN<sup>21</sup> e quatro da ABA. Com exceção de três casos (dois do OPN e um da ABA), tive a oportunidade de conhecer as casas onde estavam morando as famílias.

### ***1.2.2 A escolha da mãe como “porta-voz” da família***

---

<sup>20</sup> Quatro dessas entrevistas foram realizadas no mês de novembro de 2012. O restante aconteceu no decorrer do primeiro semestre de 2014, período este de maior interação com o campo de pesquisa, inclusive de contato com as instituições.

<sup>21</sup> Destaca-se que metade das entrevistas feitas com casos atendidos pelo OPN foi realizada enquanto mantive vínculo profissional com a CNER, pouco tempo antes do ingresso no mestrado. Essa experiência teve a importante colaboração do Prof. Dr. Domingos Sávio Abreu, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, que prestou consultoria a essa iniciativa e, por isso, realizamos as visitas e entrevistas conjuntamente.

Proponho um enfoque que privilegia a perspectiva das famílias que tiveram filhos atendidos por acolhimentos institucionais. Parto para uma caracterização da dinâmica de alguns desses atendimentos, considerando como principal fio condutor a narrativa das *mães*<sup>22</sup> sobre as etapas pelas quais o filho atendido passou (encaminhamento para instituição, período de acolhimento institucional e finalização desse acolhimento) e em que medida essa dinâmica se aproxima do cotidiano familiar.

Sobre a ideia de *família*, é preciso considerá-la como uma construção social. Assim, Bourdieu (2011) afirma que da mesma forma que ela é construída, pode ser desconstruída e desaparecer. O autor afirma que “[...] a família é apenas uma palavra” (2007, p. 125). A ideia de *família* é contextualizada em uma sociedade e sua respectiva cultura, não existindo um formato único ou padrão de família (LEVI-STRAUSS, 1986).

Do ponto de vista dos marcos legais que regulamentam os atendimentos aos indivíduos em situação de rua, o conceito de família é compreendido de forma ampliada, sendo composto por arranjos diversos<sup>23</sup>. Considerando as transformações sócio-históricas, Gomes e Pereira (2005) afirmam que “[...] a família faz parte do universo de experiências (real e/ou simbólica) dos seres humanos no decorrer de sua história, do qual todos têm algo a dizer” (p. 358).

Compreendendo a diversidade de concepções e arranjos possíveis de *família*, opto por seguir os laços familiares expressos pelo público de referência: crianças e adolescentes em situação de rua. Para tanto, tomo como base outras pesquisas que abarcaram um universo maior que o desta dissertação.

Abreu, Aquino e Torquato (2014), tomando como base a Plataforma Digital Rua Brasil S/N<sup>o</sup><sup>24</sup>, que levantou uma amostra de 565 crianças e adolescentes atendidos por 22 organizações em 10 capitais brasileiras, salientam que é comum pensar que tais indivíduos em situação de rua são órfãos, mas os dados e a experiência com esse público indicam o contrário: “[...] este público tem uma família de origem e que em sua grande maioria seus genitores estão vivos (sobretudo a mãe)” (p. 10). Os dados apresentados pelos autores destacam que 93%

---

<sup>22</sup> O perfil das famílias entrevistadas será melhor descrito nos capítulos posteriores. Porém, o papel materno não se restringe a um viés estritamente biológico. Por exemplo, em um caso que será apresentado, a mãe é adotiva; em outro, a responsabilidade materna foi assumida pela irmã mais velha.

<sup>23</sup> Segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, “A família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o status da pessoa dentro do sistema de relações familiares” (BRASIL, 2006, p. 24).

<sup>24</sup> Plataforma elaborada pela Campanha Nacional Criança Não é de Rua. Mais informações sobre a plataforma no *site*: < <http://www.criancanaoederua.org.br/> >.

das respostas indicam que o público entrevistado possui mãe viva. 53% desse mesmo público, segundo os autores, possuíam um relacionamento considerado “bom”, e 35% consideravam “ruim” a relação com a mãe.

Em pesquisa coordenada por Diógenes (2008), a autora destaca que uma grande quantidade de jovens sofre violações de direitos em seu próprio eixo familiar. De fato, como mostra esse mesmo estudo, essas violações podem ser, inclusive, realizadas pelas próprias mães. Contudo, “Não podemos afirmar que crianças e adolescentes em situação de violação de direitos quebram todo e qualquer tipo de relação com seus familiares, sobretudo as mães. [...] os conflitos domésticos não são motivações para a anulação da convivência familiar” (MARINHO, 2008).

Seja “boa” ou “ruim”, os indivíduos mantêm com frequência uma relação com a mãe. Segundo Abreu, Aquino e Torquato (2014), por mais instáveis que possam ser, as relações compostas pela díade mãe/filho são as mais frequentes, se comparadas às de pai/filho e avós/netos. Isto se correlaciona com um dos três principais motivos constatados pelos mesmos autores: o que leva às idas destes “filhos” (crianças e adolescentes) à rua são os “vínculos familiares fragilizados”<sup>25</sup>. Os autores, ao separarem os grupos etários de crianças (até 12 anos) dos adolescentes (12 aos 18 anos), destacam que os “vínculos familiares fragilizados” são causa comum aos dois grupos. Isso indica que a dinâmica familiar tem grande importância na realidade desses indivíduos, seja pela referência dos laços afetivos ou por ser nesse mesmo meio que os conflitos acontecem.

Nesse sentido, de acordo com as impressões do campo, a mãe aparece como um dos focos do atendimento direcionado à família. Considerando que a fragilidade dos vínculos familiares é uma forte motivação da ida às ruas, parece que as instituições percebem que, muitas vezes, o fortalecimento dos vínculos entre mãe e filho deve ser um ponto central da abordagem. Os profissionais, geralmente, costumam manter esse contato direto com as mulheres mães, pois muitas vezes são elas a principal referência de família para as crianças e adolescentes em situação de rua e, ainda, acabam sendo mediadoras e mobilizadoras do contato dos profissionais com os outros membros da família.

Destarte, a mãe surge como interlocutora-chave para o enfoque pretendido nesta pesquisa: conhecer o ponto de vista da família sobre o trabalho realizado por acolhimentos institucionais por meio da fala da mãe.

---

<sup>25</sup> Segundo os autores, a primeira razão é o uso de drogas (37%), seguida pelos “vínculos familiares fragilizados” (23%) e, em terceiro lugar, a “miséria” (10%) (ABREU; AQUINO; TORQUATO, 2014).

A pesquisa costuma seguir percursos não lineares, certas vezes errantes, em que se acumulam diversas impressões e interações. Para guiar a sinuosidade deste caminho, Silva (2009, p. 172)) ressalta a necessidade de o pesquisador se situar, localizar-se: “Tal localização é pensada em sua relação com os atores sociais que observa e em seus deslocamentos nos territórios onde tais atores se localizam e transitam”. Assim, o fato de estar em algum lugar já altera aquele espaço. A presença do pesquisador provoca uma imediata interação; é preciso ter essas variações em mente e trabalhar com elas municiado de estratégias de pesquisas exequíveis.

Assim, foi possível realizar entrevistas gravadas com as mães<sup>26</sup> de cada caso selecionado — com a participação eventual do ex-acolhido e de seus irmãos —, buscando estabelecer uma relação fluida, que fomentasse a narrativa da entrevistada, pois compreendo o momento da entrevista como uma conversa, um momento de troca, como orientam Quivy e Campenhoudt (2008). Para eles, no ato da entrevista

[...] instaura-se, assim, em princípio, uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reacções, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objectivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade (p. 192).

Interessava-me abordar alguns tópicos que me inquietavam sobre a dinâmica dos atendimentos realizados pelas instituições. No entanto, visando reduzir a influência nas respostas das entrevistadas sobre o atendimento da instituição, procurei seguir as orientações de Rodrigues (2011) sobre entrevistas *abertas e aprofundadas*:

[...] entrevistas que não conduzam o entrevistado à resposta e que não lhe cerceiem o campo de reflexão, já lhe apresentando perguntas que pressupõem razões para o sucesso ou não da política ou do programa em estudo, para a ocorrência de situações constatadas quando da realização de observações em campo, ou mesmo para esclarecimento de dados coletados por meio de questionários ou provindos de estatísticas oficiais. Uma entrevista aberta e aprofundada de qualidade é aquela que resulta em informações e reflexões novas, na maioria das vezes sequer imaginadas pelo pesquisador. A riqueza dessa modalidade de entrevista é que ela fornece ao pesquisador os elementos importantes para a análise pelo cotejamento das ideias, informações e reflexões, também elas interpretações, tecidas pelos próprios entrevistados (p.57).

---

<sup>26</sup> Com exceção de um caso vinculado ao OPN, em que a inicial inibição da entrevistada me fez preferir não pedir a gravação do diálogo. Este se desenvolveu, em seguida, de forma descontraída, já que aconteceu na copa da instituição, evitando a caracterização de uma “entrevista formal”.

A perspectiva de entrevista acima sintetiza o cuidado buscado por mim durante a conversa com as entrevistadas. O que me auxiliou a contornar a situação foi a mediação de um profissional das instituições. Esta mediação foi necessária para chegar ao ambiente de entrevista, posto que sem ela o processo de contato e apresentação da intenção de pesquisa certamente teria sido mais difícil. O profissional se tornou uma espécie de elo de confiança entre o pesquisador-desconhecido que “invade” a intimidade daquela família e os entrevistados. A figura do profissional, carregada de legitimidade e detentora de certa intimidade, a meu ver, facilitou a recepção e a manutenção de um diálogo o mais fluido possível.

A tônica das situações de conversa e entrevista foi dada pela escuta das experiências narradas por esses indivíduos. Compreendo, pois, que, concomitante à análise sociológica, além de pesquisador, acabo me tornando também uma espécie de narrador. Essa perspectiva é ilustrada por Walter Benjamin (1994) ao refletir sobre a ideia de experiência. Segundo ele, a experiência só se concretiza como tal quando a narramos. Assim, é a transmissão da experiência do outro que efetiva a minha própria experiência. Nesse sentido, todo o acúmulo de percepções, desde momentos anteriores<sup>27</sup> à tessitura desta pesquisa, torna-se elemento constitutivo desta experiência. O contato com essas pessoas em suas casas, nos bairros em que moram, ouvir os relatos de suas experiências de vida, colocam-me tanto na função de *narrador* como na de pesquisador. Marinho (2012) categoriza essa fusão de perspectiva como a possibilidade de *narrar as narrativas*, conciliando a importância das perspectivas dos interlocutores e do pesquisador.

Destarte, a tarefa de construir percepções como pesquisador não se limita apenas à escuta, mas à utilização dos outros sentidos. Como bem nos fala Oliveira (2006, p. 21), “[...] tanto o ouvir como o olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação”.

Um olhar afetado não só pela teoria, mas pelo interesse. Esse interesse gera um olhar curioso, que é respondido com “encaradas” também carregadas de curiosidade sobre a presença estranha do pesquisador. No intuito de atenuar o impacto desses “olhares reativos”, tentei exercitar uma espécie de olhar “distraidamente atento”, buscando observar o ambiente, os acontecimentos e as expressões de forma tenra; sem sobressaltos, mas atenta. A distração está em deixar de lado a pretensão de visualizar de imediato fórmulas ou padrões esperados, e assim perceber os fatos que se destacam no decorrer da fluência do percurso de pesquisa.

---

<sup>27</sup> O contato com esse universo de pesquisa se mantém desde a pesquisa que realizei na graduação em Ciências Sociais.



Tentar acionar os sentidos, primeiramente, liga-se às idas tanto às sedes das instituições como, principalmente, às casas das pessoas. O ato de ir até esses locais e, por conseguinte, conhecer as ruas e bairros, coaduna-se com a reflexão de Silva (2009) sobre o *andar* e *ver* como atividades do pesquisador. As duas atividades estão intrinsecamente ligadas: primeiro é preciso andar até o campo para poder observá-lo. Os percursos e fronteiras, realizados dentro da mesma cidade se confundem (ou sequer são distintos), pois devemos estar atentos para *ver* o espaço à nossa volta, “[...] o qual se anda e de onde se recolhem, na superfície, sinais que merecem leitura, ao mesmo tempo, ávida e cautelosa” (SILVA, 2009, p. 174).

Contudo, esses sentidos continuam sendo acionados em momento posterior, ao tomar as informações adquiridas em campo. *Ver* de uma outra forma se soma ao *ouvir* novamente as narrativas em um momento em que o calor do campo se ameniza e alguns dos impactos sentidos na relação com este podem ser digeridos. Afinal, o choque entre a realidade do pesquisador e do pesquisado não é suave; provoca diferentes sensações antes, durante e depois do momento de condensar o conjunto de percepções em um texto acadêmico.

Os percursos da pesquisa me levaram a vários locais da cidade de Fortaleza. A maioria dos casos estudados localizavam-se em bairros das Secretarias Executivas Regionais<sup>28</sup> V e IV. Segundo a própria Prefeitura Municipal de Fortaleza, os bairros localizados nessas SERs concentram os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos na cidade (FORTALEZA, 2014). Tais dados se somam à compreensão dessas áreas como periferia, pois a hierarquização dos espaços na cidade acarreta desigualdade em questões relacionadas à infraestrutura, à oferta de serviços públicos básicos e aos índices socioeconômicos, por exemplo. Para ratificar essa hierarquização — aparente para quem *anda*, *vê* e vive a cidade —, a Organização das Nações Unidas classificou a cidade de Fortaleza como uma das vinte cidades mais desiguais do mundo (ONU-HABITAT; IPEA, 2011,2012).

O *andar* por esses locais colore com imagens de pessoas, casas e ruas a compreensão que se tem da própria cidade em que moramos. Assim como Silva (2009, p. 174), entendo que o “[...] conhecimento da cidade é, portanto, um conhecimento produzido pelos percursos”. Desse modo, constantemente, observa-se esses espaços urbanos “do interior de suas próprias entranhas” (id.). Não se pode ver esses caminhos estaticamente, mas em constante movimento, sendo que o ponto de vista muda a cada passo e “O olhar vê onde o andar lhe leva” (ibid., p. 176).

---

<sup>28</sup> Em Fortaleza, a administração da cidade é subdividida em regionais administrativas, com o intuito de auxiliar a gestão feita pelo Poder Executivo Municipal.

Ao *andar* pela cidade se constrói uma visão repleta de lacunas que são preenchidas à medida que a conhecemos. Bauman reflete sobre esses “vazios” e afirma:

O vazio do lugar está no olho de quem vê e nas pernas ou rodas de quem anda. Vazios são os lugares em que não se entra e onde se sentiria perdido e vulnerável, surpreendido e um tanto atemorizado pela presença de humanos (BAUMAN, 2001).

Percorrer os *vazios* existentes em meus mapas mentais amplia o mosaico da minha percepção sobre a cidade em que vivemos. Entretanto, explorar esses locais não é uma tarefa que se resume a simplesmente “ir até lá”. Então, é preciso reconhecer a importância dos profissionais das instituições que facilitam o acesso a esses percursos, por eles conhecerem e serem conhecidos naqueles espaços. Um indivíduo desconhecido é facilmente identificado em qualquer grupo social, e nesses espaços não seria diferente. Estar acompanhado por um educador social ou assistente social contribui para garantir a entrada em algumas dessas localidades.

Assim, torna-se possível identificar e caracterizar o que evidencia uma lógica dessas realidades, não com a pretensão de narrar como o próprio interlocutor, mas a partir da relação de pesquisa constituída. Compreendo que a perspectiva do pesquisador é justamente o meio pelo qual se consolida o trabalho de pesquisa e, assim, a construção de uma racionalização dos processos em análise. Tanto as vivências como as falas ouvidas possuem uma trama de significados na qual os sentidos se interligam, proporcionando ao pesquisador a compreensão dessas conexões. Weber (1994, p. 06) conceitua o ato de compreender como a “[...] apreensão interpretativa do sentido ou da conexão de sentido”.

Esse *objeto* de pesquisa vem sendo constantemente modelado pelas experiências de campo que se iniciaram anteriormente ao período do curso de mestrado, o que, obviamente, não exclui as perspectivas conceituais e teóricas acumuladas durante o curso, mas soma-se a elas, pois

[...] abordar um caso empírico com a intenção de construir um *modelo* – que não tem a necessidade de se revestir de uma forma matemática ou formalizado para ser rigoroso –, de ligar os dados pertinentes de tal modo que eles funcionem como um programa de pesquisas que põe questões sistemáticas, apropriadas a receber respostas sistemáticas; em resumo, trata-se de construir um sistema coerente de relações, que deve ser posto à prova *como tal* (BOURDIEU, 2004, p. 32).

Tal modelagem do *objeto* e da *metodologia*, como orienta Bourdieu (2004), não parte de uma visão, *a priori*, imutável. Em vez disso, segue de forma fluida, adaptando-se à realidade encontrada durante a pesquisa.

Percorrer os caminhos físicos, sociais e conceituais durante a pesquisa, soma-se à minha própria vivência como indivíduo morador da periferia de Fortaleza e cientista social. Apesar de condições socioeconômicas diferentes das pessoas em foco nesse trabalho, visitar essas localidades e conhecer essas pessoas foi uma experiência importante para acessar outras formas de visualizar uma parcela das diferentes constituições da realidade social.

## 2 PROBLEMAS E CONFLITOS FAMILIARES: INFLUÊNCIAS PARA A VIVÊNCIA NA RUA

As motivações desencadeadoras dos processos que levam crianças e adolescentes a uma vivência nas ruas e a outras vulnerabilidades sociais possuem matrizes diversas. Nos casos abordados e no perfil geral de atendimento das duas instituições em tela (ABA e OPN) é recorrente o caso de famílias com dificuldades econômicas. Apesar da não compilação dos dados precisos de renda familiar, nesta pesquisa, as narrativas das entrevistadas sobre os períodos de problemas intrafamiliares anteriores a ida das crianças as ruas apresentam elementos de uma situação socioeconomicamente vulnerável.

Neste capítulo serão apresentadas as narrativas das mães que versaram sobre a perspectiva delas sobre a situação que potencializou a ida dos filhos à situação de rua. O objetivo dessa apresentação é ilustrar algumas dimensões em que se situam as famílias em momentos de dificuldade. Por conseguinte, intenta-se observar alguns fatores narrados pelas entrevistadas que influenciaram as vivências dos filhos na rua e de que forma se relacionam com a dinâmica de atendimento e posterior conclusão do acolhimento institucional que serão apresentadas nos capítulos seguintes.

A pesquisa *Desenhos Familiares: Pesquisa sobre Famílias de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua*, coordenada por Maria Filomena Gregori, como o título sinaliza, realiza uma análise sobre o atendimento prestado a famílias moradoras da cidade de São Paulo que tiveram um dos filhos passando por uma situação similar às das famílias abordadas nesta dissertação. Sobre esse perfil de famílias, Maria do Carmo Brant de Carvalho, uma das autoras da publicação da pesquisa, destaca:

Quando nos reportamos a família de meninos em situação de rua, de alguma forma já estamos situando-as no mundo da pobreza. No entanto, falar de pobreza requer afirmá-la como um fenômeno multidimensional e multifacetado. Em outras palavras, há várias expressões de pobreza (CARVALHO,2000)

Como dito acima, as famílias que foram interpeladas neste trabalho, de modo geral, são consideradas pobres. De fato, as pessoas entrevistadas relataram diversas situações em que dificuldades socioeconômicas são recorrentes no cotidiano descrito.

Nesse sentido, Sarti, em seu estudo sobre famílias que também residem na periferia da cidade de São Paulo, frisa: “A pobreza é uma categoria relativa” (2011, p. 42). Neste trabalho, não pretendo elaborar ou definir fronteiras sobre a condição social em que se

situam os indivíduos em destaque. É evidente que as famílias estavam (ou ainda estão) em situações críticas de vida, que existem dificuldades diárias em manter condições básicas de sobrevivência: por exemplo, a dificuldade em garantir a própria alimentação. Ainda assim, Sarti (2011) enuncia o caráter relativo da pobreza e coloca outras perspectivas para a compreensão desse mesmo fenômeno, para além das características estritamente econômicas, como ela destaca: “A pobreza tem, portanto, uma dimensão social e simbólica que define os ‘pobres’. Dissociando-se da carência material o critério exclusivo pelo qual ela se delimita, é possível defini-la por eixos distintos” (SARTI, 2011, p. 42). A autora elabora uma discussão sobre *pobreza* nas ciências sociais no Brasil, elencando em três linhas de pensamento: o *paradigma da produção*, o *paradigma da cultura* e o *pautado em valores tradicionais* (SARTI, 2011).

A presente dissertação não visa à definição ou à alocação dos indivíduos em tela em uma situação determinada de pobreza ou outra qualquer — mesmo porque os dados não foram compilados com esse objetivo, portanto não seria possível realizar essa classificação. Porém, busco apresentar outras perspectivas que contribuem para a existência desse fenômeno que é a vivência de crianças e adolescentes em situação de rua.

As experiências de cada uma das entrevistadas expõem características singulares de suas vivências, mas as descrições e destaques feitos por elas provocam algumas reflexões sobre as situações de dificuldade por que passaram esses indivíduos, principalmente no período em que as crianças dos casos abordados estavam vivenciando seus primeiros contatos com a situação de rua.

Afirmar, unicamente, que as situações de rua vivenciadas por esses jovens acontecem por dificuldades socioeconômicas parece não dar conta da complexidade dos arranjos encontradas em campo. De acordo com as percepções obtidas durante a pesquisa, as situações que levam à fragilização dos laços familiares dos indivíduos entrevistados, a ponto das crianças e os adolescentes saírem do convívio contínuo com suas famílias, em suas casas, não são motivadas apenas por problemas financeiros.

Pelo menos em relação à perspectiva em destaque aqui — a das mulheres responsáveis pelos meninos<sup>29</sup> —, foram apresentadas outras características que complementam as experiências pelas quais passaram os indivíduos. As próprias narrativas das entrevistadas destacam outros elementos que contribuíram para as dinâmicas que trouxeram problemas às relações familiares. As narrativas não menosprezam as dificuldades financeiras por que

---

29 Ambas as instituições trabalham apenas com o atendimento a crianças e adolescentes do sexo masculino.

passaram, pois um dos aspectos em comum das famílias em estudo é que todas passaram (ou ainda passam) por frágeis situações socioeconômicas. Entretanto, partindo dos entendimentos colocados pelas entrevistadas, tentei aproximar e exemplificar, através de suas narrativas, alguns fatores compreendidos como colaboradores para a situação-problema em destaque: a situação de rua das crianças ou adolescentes.

Longe de conseguir dar conta da amplitude e complexidade da realidade, busquei sistematizar as experiências utilizando o recurso metodológico de análise elaborado por Max Weber: os *tipos ideais*.

Assim, segundo Weber (1994; 2003), é necessário destacar uma ou mais características expressivas da realidade, não se constituindo como “retrato” pretendo a representar tal qual a amplitude da realidade, mas facetas comuns na individualidade de cada caso.

Não foi desconsiderado que cada caso possui características únicas, porém surgiram nos depoimentos das entrevistadas alguns fatores que dialogavam em mais de um caso narrado. Nesse sentido, considerando as orientações de Weber, as narrativas foram por mim organizadas de modo a tentarem expressar o mais próximo das experiências relatadas sem, entretanto, desconsiderar que essa tentativa de elaborar alguns modelos de análise constitui abstrações para facilitar a exposição de características das realidades sociais encontradas num dado contexto.

Weber destaca que não se trata de meramente generalizar ou traçar “leis sociais”, até porque as relações construídas e as situações pelas quais passaram os indivíduos protagonistas dos casos apresentados são singulares. Nesse sentido, tipificar os motivos que mais pesaram para os conflitos descritos é uma ferramenta metodológica de exposição da realidade ampla e complexa.

Carece de razão de ser não porque [...] os acontecimentos culturais [...] evoluam “objetivamente” de modo menos sujeito a leis, mas: a) porque o conhecimento de leis sociais não é um conhecimento do socialmente real, mas unicamente um dos diversos meios auxiliares de que nosso pensamento se serve para esse efeito; e b) porque nenhum conhecimento dos acontecimentos culturais poderá ser concebido senão com base na significação que a realidade da vida, sempre configurada de modo individual, possui para nós em determinadas relações singulares. Não existe nenhuma lei que nos mostre em que sentido e em que condições isso sucede, pois o decisivo são as idéias de valor, prisma sob o qual consideramos a “cultua” em cada caso. A “cultura” é um segmento finito e destituído de sentido próprio do mundo, a que o pensamento conferiu – do ponto de vista do homem – um sentido e uma significação (WEBER, 1999, p. 130-131).

Compreender os casos através de tipificações-chave não quer dizer que os simplifiquemos, pois estes contêm diversas nuances que não foram contempladas, tendo em vista os limites desta análise. Ocorre, contudo, que alguns casos compõem mais de uma tipificação, como será verificado no decorrer do capítulo.

As tipificações objetivam, ainda, destacar fatores proeminentes que contribuem para a situação que leva a criança ou adolescente a sair da convivência familiar e comunitária — o que hoje se compreende, no imaginário social e na regulamentação legal, como o seu “lugar de direito”. Esse imaginário é fruto de uma construção relativamente recente. Pinheiro (2001) descreve o processo ocorrido, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980, que desencadeou a transformação do debate sobre criança e adolescente de problema a problemática social, sendo efetivado com a concretização da Constituição Federal de 1988. Segundo a autora, essa culminância é perpassada por representações sociais diferentes, que vão surgindo ao longo da história brasileira, sobre as crianças e os adolescentes. Nas palavras da autora,

Inspirada no processo social da nossa história, apresentei, então, quatro representações sociais como as mais recorrentes: a criança e o adolescente como objetos de proteção social; como objetos de controle e de disciplinamento; como objetos de repressão social; e como sujeitos de direitos. (PINHEIRO, 2004).

Então, é nos anos de 1990, com a consumação legal dos direitos da criança e do adolescente, que começa a se desenvolver no imaginário social a ideia de que crianças e adolescentes possuem direitos e deveres específicos, relativos aos seus estágios de desenvolvimento, sendo um deles o direito preferencial de ter seu crescimento garantido no seio familiar e na comunidade de origem, como está registrado no artigo 227 da Constituição Federal do Brasil.

Assim, é creditado à família um importante papel no desenvolvimento dos indivíduos jovens — papéis que se consolidam através de dinâmicas das relações intrafamiliares. A crença nesse papel é consolidada por marcos legais como o ECA e estimula o desenvolvimento dessas representações sociais (PINHEIRO, 2001).

Considerando que o espaço de convivência familiar também é atravessado por uma gama complexa de relações, ele não está imune a conflitos e violações de direitos. Gomes e Pereira (2005) destacam que as violações vivenciadas por crianças e adolescentes, em sua maioria, iniciam-se ou ganham maior proporção no eixo das relações intrafamiliares.

De todo modo, com a possibilidade da existência de conflitos nas dinâmicas intrafamiliares, concordo que a iniciativa da criança ou do adolescente em evitar o convívio familiar e partir para uma situação de rua deve ser compreendida como algo processual, da mesma forma que acontece com a efetivação ou não dos vínculos afetivos em uma família. Compreendendo essa característica dinâmica, parece-me possível a utilização da caracterização de *contextos expulsivos* realizada na pesquisa *Desenhos Familiares* (GREGORI, 2000a). O contexto é compreendido pelos autores como “[...] uma organização caótica, além da presença de sofrimento” (Id., p.18), provocando “[...] situações que foram tomadas pelo grupo familiar como problemas que resultem na saída de meninos e meninas para as ruas” (Ibid., p.68). Na pesquisa coordenada por Gregori foram detectados alguns tipos de contextos expulsivos que, segundo a autora,

[...] estão longe de ser considerados causas únicas e latentes que levam os meninos às ruas. Mas demonstram uma realidade inegável: a de que certos elementos, como o uso de drogas, a violência familiar, a comunidade de risco e a extrema pobreza, entre outros, estão certamente presentes na vida do menino investigado, em maior ou menor grau, sendo esses contextos expulsivos relacionados ou não. O estudo desses entrecruzamentos e da intensidade com que se apresentam pode constituir-se um ponto esclarecedor da dinâmica familiar (2000a, p. 69).

A caracterização de um determinado contexto é tomada como um norte para se perceber um estágio inicial que leva à efetivação de uma vivência de rua por crianças e adolescentes. Além disso, as constatações desta dissertação sobre os tipos de contextos nos casos abordados neste capítulo se aproximam das temáticas sobre os contextos identificados pela pesquisa citada.

De todo modo, por mais que o termo se refira a uma “expulsão”, isso não significa, necessariamente, uma culpabilização de alguém ou algo, mas um contínuo de situações conflituosas vivenciadas pelos indivíduos envolvidos, que provocaram a consumação da situação de rua pela criança ou adolescente.

A ida de um indivíduo a uma situação de rua pode ser motivada por diversos e simultâneos fatores. O que desejo considerar é que tal postura, ou melhor, a recorrência de uma situação de rua me parece fruto de sucessivos acontecimentos. Portanto, pode-se considerar que não basta uma primeira ida à rua para o jovem ser acolhido em um abrigo, mas que a situação familiar tenha chegado a um nível tão crítico que não disponha das condições mínimas, segundo a legislação vigente, para uma vida saudável.



Expor os contextos em que se encontravam esses indivíduos e que, potencialmente, levaram essas crianças e adolescentes a decidirem experimentar a rua em vez de sua casa é uma tentativa de clarificar um pouco a complexidade de cada situação. Gregori (2000b), em sua pesquisa de título *Viração: Experiência de Meninos nas Ruas*, orienta para a necessidade de atentarmos para a realidade das famílias desses jovens:

Em primeiro lugar, é preciso buscar nos históricos familiares desses meninos algumas pistas sobre a proximidade com as ruas e o uso que se faz delas, sobre a aceitação da precocidade de experiências consideradas adultas e, finalmente, indagar se faz sentido operarmos com a seguinte equação: meninos de casa = aquele para quem o modelo familiar e o escolar são as principais referências, e menino de rua = aquele para quem a perambulação, as drogas e a infração das regras da infância prevalecem. Essa oposição casa-família-estabilidade *versus* rua-turma de iguais-risco pode não ser vivenciada de maneira semelhante por todos os estratos sociais. O que não quer dizer que as famílias pobres sejam mais tolerantes com a possibilidade de seus filhos se transformarem em meninos de rua. Ao contrário, elas convivem persistentemente com essa ameaça e tentam evitá-la. Em grande medida, são eficientes, pois a quantidade de meninos de rua é insignificante se comparada com o número de famílias que, vivendo abaixo da linha da pobreza, usam a rua como espaço para sobreviver (GREGORI, 2000b, p. 69).

A autora adverte o pesquisador para não transformar a situação socioeconômica de um grupo familiar como única causa da ida de jovens à rua. De fato, não pretendo abordar o contexto familiar a ponto de dar conta de todo um histórico familiar de cada um dos casos compreendidos neste estudo, mas, principalmente, dar voz às mulheres responsáveis por esses jovens e, a partir de suas narrativas, apresentar uma perspectiva dessas histórias individuais.

Assim, as tipificações elaboradas a seguir são destacadas das falas das entrevistadas. Com exceção de um caso, é das mães a visão sobre os acontecimentos que levaram as crianças ou os adolescentes a vivenciarem uma situação de rua. Portanto, o objetivo é desvelar algumas dinâmicas que efetivaram esses *contextos expulsivos*.

Para melhor visualização e identificação das narradoras entrevistadas, abaixo segue um quadro elencando a entrevistada, o jovem ao qual está relacionada e a instituição atendente.

Quadro 1 – Casos atendidos pela Associação Barraca da Amizade (continua)<sup>30</sup>

Entrevistada	Acolhido	Relação	Instituição
--------------	----------	---------	-------------

<sup>30</sup> Visando resguardar ao máximo a identidade dos indivíduos atendidos, os nomes utilizados são fictícios.

		<b>familiar</b>	<b>Acolhedora</b>
Fernanda	Roberto	Mãe-Filho	ABA
Gorete	Isaac	Mãe-Filho	ABA
Pilar	Pietro	Mãe-Filho	ABA
Remédios	Arcádio	Mãe-Filho	ABA
Úrsula	Caio	Mãe-Filho	OPN
Renata	Maurício	Mãe-Filho	OPN
Sofia	João e José	Mãe-Filho	OPN
Amaranta	Melquíades	Irmã-Irmão	OPN
Marcela	Bento	Mãe-Filho	OPN
Amélia	Miguel	Mãe-Filho	OPN
Rebeca	Aureliano	Mãe-Filho	OPN
Maria	Paulo	Mãe-Filho	OPN

Fonte: Elaborado pelo autor.

Durante toda esta dissertação, os doze casos supracitados serão abordados em cada capítulo. Com o objetivo de situar o leitor durante o texto, segue um tópico com uma breve síntese de cada caso. Assim, o subcapítulo a seguir tem a intenção de ser, também, um suporte para consulta rápida no decorrer da leitura desta dissertação.

## **2.1 Os casos narrados na pesquisa**

Neste tópico serão apresentados, sinteticamente, cada um dos doze casos trabalhados nesta dissertação, que serão subdivididos por instituição que os atenderam e intitulados com o nome da entrevistada e o do jovem atendido, seguido de um subtítulo que faz referência a uma característica emblemática de cada narrativa. O objetivo é ser o mais breve possível, já que todos os casos serão apresentados e analisados no decorrer do presente texto.

### ***2.1.1 Casos atendidos pela Associação Barraca da Amizade***

#### **2.1.1.1 Gorete e Isaac: a influência da vizinhança**

Entre os nove e doze anos de idade, aproximadamente, Isaac passou por sucessivas idas à rua. Ele morava com a mãe, Gorete, e mais quatro irmãos mais novos.

Segundo Gorete, Isaac foi influenciado, ainda criança, por um amigo da vizinhança que mendigava com a família em semáforos próximos ao bairro em que moravam. A entrevistada se queixava da dificuldade que tinha em controlar as saídas do filho de casa, pois, por consequência de sua jornada de trabalho, não tinha condições de acompanhá-lo durante todo o dia em casa. Com o passar dos anos o problema se agravou, a ponto de Isaac passar dias e noites fora de casa.

Aos doze anos, aproximadamente, Isaac foi atendido em situação de rua por uma equipe de profissionais do município, que o encaminhou para ABA. Nessa instituição de acolhimento passou cinco anos, fugindo algumas vezes nesse período. Lá permaneceu até os dezessete anos de idade, quando voltou a morar com a mãe e os irmãos, restabelecendo uma convivência estável com a família.

#### 2.1.1.2 Pilar e Pietro: a rua presente desde o nascimento

Pietro começou sua vivência nas ruas sozinho, por volta dos oito anos de idade. Ele é o filho mais novo dos três tidos por Pilar. Segundo ela, não houve convivência com os pais dos seus filhos.

Logo que Pietro nasceu, Pilar e os três filhos se encontravam em uma situação crítica, pois sua mãe, com quem moravam até então, morreu e, por não possuírem condições de permanecer na mesma casa, foram obrigados a morar na rua. Com nove meses de vida Pietro foi levado pelo pai para morar com a avó paterna, com quem ficou até os sete anos de idade.

Pilar, nesse período, morou dois anos na rua com os outros dois filhos. Passaram por abrigos até se estabelecerem em um bairro da periferia de Fortaleza.

Pietro voltou a morar com Pilar aos sete anos, pois a avó não quis mais permanecer com o garoto. Pouco tempo após voltar a morar com a mãe, Pilar conheceu uma família que resolveu cuidar de Pietro e do irmão mais velho. O filho mais velho permaneceu durante alguns anos, mas Pietro foi devolvido poucos meses depois, por rejeição dessa família. Segundo Pilar, isso aconteceu por ele ser muito “danado”.

Pietro voltou a morar com a mãe; foi nesse período que começou a vivenciar situações de rua. Foi atendido por alguns programas do governo estadual para esse perfil de público em vulnerabilidade, até ser encaminhado para o acolhimento institucional da ABA com, aproximadamente, 16 anos. Permaneceu nesta instituição até completar 18 anos, quando retomou um relacionamento estável com a mãe e voltou a morar com ela.

### 2.1.1.3 Remédios e Arcádio: a desconfiança de abuso sexual

Arcádio começou a vivenciar situações de rua aos 10 anos, aproximadamente. É o filho do meio de Remédios e tem mais duas irmãs. Remédios relata nunca ter sido casada e, por isso, sempre morou apenas com os filhos em um bairro no litoral de Fortaleza. Remédios trabalha em uma fábrica próxima à sua casa, e sua jornada de trabalho se inicia de madrugada, com um intervalo pela manhã e retorno no início da tarde.

Segundo ela, os conflitos com Arcádio iniciaram quando ele passou a não voltar da escola diretamente para casa, permanecendo nas ruas do bairro ou na orla marítima de Fortaleza, retornando para casa somente tarde da noite ou no outro dia.

Há duas situações apontadas por Remédios que evidenciam os conflitos entre eles. Primeiramente, Arcádio realizava pequenos furtos dentro de sua casa e, posteriormente, tentou realizar um assalto em um transporte coletivo na região, pouco tempo antes de ser encaminhado para um acolhimento institucional. A outra, sobre a qual a mãe deu a perceber um maior sentimento de rancor, é uma suposta tentativa de relação sexual de Arcádio, quando o mesmo tinha onze anos, com sua irmã, que à época tinha cinco anos. Esse acontecimento gerou profunda desconfiança em relação ao filho, potencializada por sua própria vivência, pois ela afirmou ter sofrido abuso sexual na adolescência.

A sucessão desses conflitos fez com que Remédios procurasse o encaminhamento do filho para uma instituição de acolhimento institucional. Com o agravante de Arcádio ter sido ameaçado de morte na escola, foi encaminhado aos doze anos para ABA, onde ficou até os quinze anos, quando fugiu da instituição e retornou à casa de sua família. Apesar da evasão, Arcádio não mais teve conflitos e reatou a convivência com Remédios.

### 2.1.1.4 Fernanda e Roberto: a adicção como gatilho do conflito

Roberto tinha 15 anos quando iniciou o uso de drogas. Fernanda, sua mãe, diz que foi a partir daquele momento que começaram os conflitos com o filho. Nesse período, Fernanda morava com o padrasto de Romário e mais uma filha. O padrasto tentou algumas vezes encaminhar o adolescente para uma instituição de atendimento a indivíduos adictos, mas Roberto não permaneceu durante muito tempo.

Segundo Fernanda, o momento crítico de conflito com o filho foi quando Roberto realizou furtos na própria casa, o que levou à sua expulsão da residência. Roberto também

cometeu alguns furtos fora de casa, que o levaram a cumprir medidas socioeducativas. Entre a saída de casa e algumas passagens por centros socioeducativos, Roberto esteve em situação de vivência nas ruas. Depois de sua última passagem por um desses centros, devido ao conflito com a mãe, não voltou a morar com sua família e foi, aos dezesseis anos, acolhido institucionalmente pela ABA.

Nesse período sua família passou por reconfigurações. Fernanda separou-se do companheiro, padrasto de Roberto, e se mudou para outro bairro. Simultaneamente, Fernanda passou por problemas financeiros devido a dívidas, perdendo um quiosque de comidas, sua principal fonte de renda até ali. A dificuldade financeira da família ainda era crítica quando Roberto atingiu a idade de saída do acolhimento institucional, e isso contribuiu para que ele não voltasse ao convívio com a mãe, apesar dos laços afetivos terem se reestabilizados. Permaneceu morando no acolhimento institucional não mais como atendido, mas a partir de uma concessão temporária da instituição, já que atingiu a maioridade e estava trabalhando.

### ***2.1.2 Casos atendidos pela Associação O Pequeno Nazareno***

#### **2.1.2.1 Marcela e Bento: o padrasto violento**

Bento tinha entre sete e oito anos de idade quando iniciou suas vivências na rua. Ele morava com a mãe, Marcela, o padrasto e uma irmã. Segundo Marcela, ela e os filhos sofriam constantes agressões físicas e verbais de seu companheiro, que era usuário de drogas. Marcela teve mais quatro filhos com este companheiro.

Com cerca de oito anos, Bento foi atendido em situação de rua e encaminhado ao acolhimento institucional do OPN por uma equipe de abordagem de rua da Prefeitura Municipal de Fortaleza especializada no trabalho com esse perfil de público.

Marcela narra que sua outra filha também saiu de casa, com treze anos de idade, por causa da violência do então padrasto. Até o período da pesquisa, Marcela não conhecia o paradeiro da filha.

Eles moravam em um “barraco” às margens de um rio. Por se encontrarem em uma área de risco, Marcela foi contemplada com uma casa cedida pelo poder público municipal em outro bairro de Fortaleza. Nesse período se separou do companheiro, que, até então, era o responsável por manter financeiramente Marcela e os filhos. Após a separação, Marcela passou a trabalhar com coleta de materiais recicláveis nas ruas. Depois passou a

trabalhar como empregada doméstica na casa de uma família que a conheceu através de uma instituição religiosa que a atendeu na região de sua nova casa.

Bento permaneceu no acolhimento institucional do OPN até os 16 anos de idade. Voltou ao convívio com a mãe e os irmãos mais novos durante um ano, quando resolveu morar com uma companheira.

#### 2.1.2.2 Úrsula e Caio: o filho do coração

Caio iniciou as primeiras incursões as ruas entre os sete e oito anos de idade, quando começou a não voltar para casa depois do turno na escola, ou realizava fugas no horário de aula.

No entanto, os conflitos com sua mãe começaram desde sua adoção ainda recém-nascido. Ele foi adotado por Úrsula, que já tinha outros três filhos com seu marido, sendo que, quando Caio chegou em sua casa, ela tinha dado à luz à filha mais nova há poucas semanas. Inicialmente, Caio não iria ser adotado por esse casal, mas pela irmã de Úrsula. Entretanto, a irmã não quis o garoto, o que fez Caio permanecer sob os cuidados da entrevistada. Na perspectiva dela, seria algo temporário, ou seja, até que outra família se interessasse em adotar o garoto, porém isso não aconteceu, e o marido decidiu que eles iam ficar com Caio definitivamente.

Úrsula relata ter tido muita dificuldade em se relacionar com Caio durante a infância dele, pois o mesmo era muito ativo e, com o objetivo de controlar a criança, ela reagia de forma agressiva. Quando Caio permanecia dias em situação de rua, Úrsula recorria ao Conselho Tutelar, pedindo ajuda para a resolução do problema com o filho. Devido à fragilidade dos vínculos familiares, Caio foi encaminhado ao OPN com, aproximadamente, dez anos, permanecendo na instituição até os quatorze anos de idade. Após esse período de acolhimento, as relações familiares foram restabelecidas e os conflitos afetivos entre mãe e filho foram resolvidos, resultando na volta de Caio ao convívio familiar.

#### 2.1.2.3 Renata e Maurício: a tentativa de evitar seguir os passos do irmão mais velho

Maurício começou a vivenciar as ruas por volta dos nove anos de idade, juntamente com o irmão mais velho, Leonardo. Eles são filhos de Renata, que tem mais quatro filhos mais novos. A família morava em um bairro no litoral oeste de Fortaleza.

Renata, que é viúva dos pais de seus filhos, passava por sérias dificuldades socioeconômicas com a família, sobrevivendo de benefícios sociais do governo e pequenos serviços na comunidade em que moravam. Agravando-se essa realidade, a violência e o tráfico de drogas era uma realidade comum na comunidade em que viviam. O filho mais velho, Leonardo, no início da adolescência, passava longos períodos nas ruas. Além disso, envolveu-se com o uso e o tráfico de drogas e a realização de furtos na orla marítima de Fortaleza.

Maurício vivencia uma situação de rua seguindo o irmão, pois, a princípio, tinham como motivo principal fugir às agressões do então padrasto, que ainda estava vivo. A constatação dessa situação por instituições que atendiam a esse público na região da orla marítima de Fortaleza resultou no encaminhamento, em diferentes momentos, tanto de Leonardo como de Maurício a instituições de acolhimento. No entanto, Leonardo permaneceu pouco tempo nesse tipo de instituição, voltando a uma situação de rua intercalada com períodos na casa da mãe. A continuidade do envolvimento de Leonardo com práticas criminais levou-o a ser assassinado por rivais.

Maurício foi encaminhado, entre dez e onze anos, ao OPN. Permaneceu neste local até os 14 anos, quando a instituição ofereceu uma nova casa para que a família saísse da região que potencializava o envolvimento do adolescente com a violência, o tráfico e a vivências nas ruas.

#### 2.1.2.4 Sofia, João e José: a rua como uma realidade de toda a família

Nesse caso, a situação de vivência nas ruas é protagonizada por toda a família. Nessa época, Sofia tinha quatro filhos: João, José e dois mais novos. Segundo ela, saiu de casa com os filhos devido à sua condição de adicta. Ela e o pai de seus filhos eram usuários de drogas e moravam na rua. Mas a intermitência da vida na rua fazia com que ela e os filhos se separassem do companheiro.

Sobreviviam de mendicância e doações que recebiam na rua. Sofia narra que, devido ao agravamento de sua adicção, passou a realizar furtos. Em uma dessas tentativas foi detida, separando-se dos filhos, que ficaram morando nas ruas com o pai. Segundo ela, a situação dos filhos foi comunicada aos policiais que a detiveram. Apesar de não saber detalhadamente o procedimento realizado, ela narra que os filhos foram encontrados por um órgão estadual de busca a crianças e adolescente em situação de rua, e estes encontraram os

meninos trabalhando no centro da cidade por exigência do pai, a quem entregavam o que conseguiam.

Sofia relata que João e José tinham por volta de seis e cinco anos, respectivamente. Ambos foram encaminhados para o acolhimento institucional do OPN, após a constatação da situação de vulnerabilidade em que viviam. Os irmãos mais novos foram acolhidos por irmãs de Sofia. Durante esse período, Sofia cumpriu pena em presídio e voltou a morar em sua antiga casa, reabilitando-se do vício em drogas.

João e José permaneceram aproximadamente sete anos sob a guarda da instituição acolhedora. Então, João, em uma de suas férias em família, resolveu não retornar ao acolhimento institucional, permanecendo na casa de sua mãe. Em seguida, José fugiu do acolhimento e, seguindo os passos do irmão, retornou ao convívio familiar.

#### 2.1.2.5 Amaranta e Melquíades: a irmã que se tornou responsável pelo irmão

Melquíades iniciou suas vivências de rua levado por uma de suas irmãs para mendigar. Ele tinha menos de dez anos. O contexto conflituoso da família é narrado por Amaranta, irmã de Melquíades, que se tornou a responsável legal pelo irmão.

Amaranta relata que sua mãe era usuária de drogas e que isso acabou influenciando alguns de seus irmãos. Segundo ela, três de seus irmãos (duas mulheres e um homem) também se tornaram usuários de drogas e vivenciaram situações nas ruas. Amaranta narra que, até atingir a maioridade, todos moravam na mesma casa, convivendo com os conflitos gerados pelas experiências da mãe e dos irmãos adictos.

Melquíades, por conta de uma deficiência que possuía nos pés, era sempre levado pela mãe e alguns dos irmãos para mendicância, já que isso — a deficiência física dele — era um atrativo para a obtenção de ganhos com a atividade. Isso resultou em vários períodos em situação de rua, tanto na companhia de algum dos irmãos quanto sozinho.

Aos dez anos foi atendido na rua pelo OPN, que o encaminhou para o acolhimento institucional. Durante esse período, Melquíades perdeu a mãe, que faleceu por complicações relacionadas ao uso de drogas. Ademais, uma das irmãs faleceu por problemas de saúde provocados pelo vírus HIV.

Melquíades saiu do acolhimento institucional com doze anos. O motivo principal foi a realização de uma cirurgia para corrigir a deficiência em seus pés. O procedimento médico foi viabilizado pelo próprio OPN e, para facilitar sua recuperação, passou a morar com a irmã mais velha.



#### 2.1.2.6 Amélia e Miguel: o filho criado pela avó

Miguel iniciou as vivências na rua com aproximadamente onze anos. Ele é o segundo dos três filhos de Amélia.

Quando Amélia deu à luz a Miguel, já havia se separado do pai dele. Antes de Miguel completar um ano, a mãe de Amélia se ofereceu para ficar com ele e sua irmã mais velha, para que Amélia pudesse trabalhar. À época, Amélia trabalhava como empregada doméstica, e sua patroa não permitia que as crianças fossem morar com ela.

A mãe de Amélia morava em uma cidade do interior do Ceará. A entrevistada afirma que visitava os filhos com frequência. Ela narra que sua mãe possuía o desejo de ter um filho homem, e por isso fez questão de ficar com Miguel, mesmo quando Amélia se estabilizou em Fortaleza e foi buscar os filhos. Então, só a filha mais velha, com cinco anos de idade, voltou com Amélia.

Miguel foi mandado de volta à mãe quando tinha cerca de onze anos de idade. A avó dizia que não aguentava mais as “danações” do neto. Surpresa com a volta do filho, Amélia declara tê-lo recebido sem ressalvas, mas confessa que, devido aos anos de convivência distante, teve dificuldade em se relacionar com ele. Foi nesse período que Miguel passou a sair de casa e a permanecer longos períodos na rua, situação que fugiu ao controle de Amélia, por ter dificuldades em controlar o filho, principalmente pelo distanciamento provocado por suas longas jornadas de trabalhos durante quase todos os dias da semana.

Devido à vivência nas ruas e à fragilidade dos laços afetivos com a mãe, Miguel — que na época tinha doze anos —, após atendimento da equipe do OPN, foi encaminhado para o acolhimento institucional. Depois de dois anos, voltou a morar com a família sem mais dificuldades de relacionamento entre eles.

#### 2.1.2.7 Rebeca e Aureliano: o filho maltratado pela família de criação

As situações de rua protagonizadas por Aureliano se iniciaram a partir dos seis anos de idade, quando ele voltou a morar com a mãe, Rebeca. Segundo a entrevistada, ela e os filhos passavam por grandes dificuldades financeiras quando teve Aureliano, seu segundo filho, logo após a separação do pai deles. Quando o menino tinha poucos meses de vida, uma família se ofereceu para criá-lo. Motivada pelo momento difícil pelo qual passava, Rebeca resolveu aceitar a oferta.

Rebeca afirma nunca ter perdido o contato com Aureliano, visitando-o sempre que podia. Então, quando ele tinha seis anos de idade, Rebeca foi informada por conhecidos que o filho estava sendo maltratado pela família que o acolhia. Foi por isso que resolveu retomar o filho. Nesse período, ela tinha tido seu terceiro e último filho, e morava com um companheiro e o filho mais velho.

Rebeca narra que tinha dificuldades em se relacionar com Aureliano, uma vez que ele não havia se afeiçoado a ela como mãe. Assim, ele começou as fugas de casa e as vivências na rua.

Quando tinha nove anos de idade, aproximadamente, Aureliano foi atendido e encaminhado ao acolhimento institucional pelo OPN, onde permaneceu até completar 15 anos, quando voltou a morar com a mãe e os dois irmãos, pois ela havia se separado do ex-companheiro.

#### 2.1.2.8 Maria e Paulo: uma família em que quase todos os filhos viveram na rua

Paulo começou a ter suas primeiras vivências de rua levado pelos irmãos, por volta de seus cinco a seis anos de idade. Ele é o filho mais novo dos nove que Maria teve. No caso dessa família, a realidade da rua é algo recorrente, já que apenas três dos nove filhos não vivenciaram uma situação de rua. A própria Maria, inclusive, passou por situação semelhante durante algum tempo.

Paulo foi atendido por outras instituições privadas que atuam com esse público nas ruas de Fortaleza, que o encaminharam para o acolhimento institucional do OPN, já que o irmão mais velho também havia sido acolhido nesta instituição. Paulo tinha sete anos quando chegou ao OPN.

Além das sérias dificuldades econômicas pelas quais passava a família, o último padrasto de Paulo era bastante violento com os enteados e com a companheira. Segundo apurado pelos profissionais do OPN, ainda havia o agravante de o padrasto costumar abusar sexualmente das crianças mais novas, fossem meninos ou meninas.

Durante o longo período em que Paulo esteve acolhido institucionalmente, outras situações agravaram a realidade da família. Os dois filhos mais velhos de Maria se envolveram com práticas criminosas e com o uso de drogas. Isso fez com que aos poucos fossem vendendo os pertences e, em seguida, a própria casa que a mãe possuía em um bairro na periferia de Fortaleza.

Paulo saiu do acolhimento institucional aos quinze anos de idade e voltou a morar com a mãe. Maria morava com uma das filhas nos últimos anos. A volta de Paulo ao convívio com a mãe fez com que a instituição acolhedora resolvesse contribuir com uma grande parcela na compra de uma casa para esta família, que é onde moram atualmente.

## 2.2 A influência do local onde moram

As dinâmicas apresentadas nesse capítulo versam sobre o que considero um período inicial que gera a dinâmica de atendimento. Tais dinâmicas serão relatadas por meio das narrativas das mães ou responsáveis pelos indivíduos acolhidos. Compreendo esse período iniciado nas primeiras saídas da criança ou adolescente de casa até a proximidade ao encaminhamento para a instituição acolhedora.

Apresento a seguir os relatos coletados, levando em conta elementos que dialogam entre eles. Assim, organizo-os em tópicos para melhor visualização das narrativas. Não tenho como objetivo setorizar cada caso em um único tópico, pois há situações que possuem semelhanças em mais de um ponto. Por exemplo, existem casos em que o local de moradia e a violência intrafamiliar aparecem como agravantes da saída da criança de casa. Além disso, como sinalizado anteriormente, não há a intenção de totalizar ou compreender a amplitude das causalidades que desencadeiam determinado problema social. Porém, faço uma tentativa de expor um conjunto de características que possam se aproximar ou se afastar das *tipificações* elaboradas.

No tocante ao contexto social dos locais de moradia dos indivíduos entrevistados, os relatos expressavam comumente problemáticas sociais, tais como moradias inadequadas, violência, criminalidade, entre outros. Não raramente os comentários se voltavam para o bairro onde moravam ou ainda moram, como será apresentado nos próximos parágrafos. De certo modo, há uma perspectiva que unifica essas diversas regiões em uma mesma categorização: a *periferia*.

Sarti, a meu ver, sintetiza de forma interessante essa percepção homogeneizadora dos territórios da cidade, que transcende uma questão estritamente espacial, agregando percepções e significados complexos sobre os ditos “bairros de periferia”:

O espaço físico da cidade materializa as hierarquias do mundo social e a sua utilização responde à condição social dos seus habitantes: na “periferia” estão não apenas os bairros pobres, mas os bairros dos pobres. Os moradores da periferia criam uma identidade que só faz sentido por contraste, compartilhando esse espaço

geográfico e social como seu local de moradia, em oposição ao *centro*. Morar num bairro da periferia cria um recorte que delimita uma identidade social, revelando uma lógica de segmentação que ultrapassa os limites da localidade e desenha os contornos do espaço físico da cidade de acordo com a localização social de seus habitantes. Dessa maneira, mesmo que os pobres estejam em toda parte nas cidades, é na periferia que se observa e se identifica mais claramente sua maneira de viver (SARTI, 2011, p. 130).

Considerando a reflexão da autora, é nesses bairros periféricos, onde moram as famílias envolvidas nesta pesquisa, que se evidenciam as hierarquizações de um mundo social permeado de realidades desiguais. Assim, é exposto nos relatos das entrevistadas um destaque relacionado às condições em que se encontram suas periferias. Conseqüentemente, o ambiente em que vivem influenciará, de uma forma ou de outra, as relações no âmbito familiar.

Portanto, ganharão destaque neste tópico os aspectos encontrados nas falas que se voltam ao local onde moravam (ou moram).

O primeiro destaque é dado à descrição das condições de moradia vivenciadas pelos indivíduos referidos na pesquisa durante o período inicial dos conflitos, como é o caso de Bento e Marcela, que afirmam que “[...] nessa época eu morava lá no Bom Sucesso. Morava num barraco lá na beira do rio”. Ela se refere à época em que o filho costumava sair de casa e passar dias nas ruas. Ela, os filhos e seu ex-companheiro moravam às margens do Rio Maranguapinho (também conhecido como Rio Siqueira), que corta vários bairros da região sudoeste de Fortaleza. O local onde moravam era considerado uma “área de risco”, pois, devido à proximidade com as margens do rio, eles estavam sujeitos a sofrerem com eventuais enchentes no período de chuvas. Agravando a situação, moravam em um “barraco”, como ela mesma afirma. Essa forma de se referir à sua moradia denota tanto a classificação de um local construído artesanalmente com estruturas rudimentares como o desprezo pelas condições em que moravam, que, segundo Marcela, eram precárias. As paredes do “barraco” sequer eram de alvenaria. A estrutura era basicamente construída com pedaços de madeira e montada artesanalmente.

Marcela relata que a única renda da família era a de seu ex-companheiro, que trabalhava coletando material para reciclagem pelas ruas da cidade, o que, segundo ela, muitas vezes não era suficiente nem para a alimentação básica da família: “Passava muita fome com ele. Porque o dinheiro dele só dava pra droga e pra bebida”<sup>31</sup>. Ela ressalta a gravidade da situação, além dos riscos de sua moradia precária, afirmando que não eram raras as situações em que passavam fome.

---

<sup>31</sup> A condição problemática do ex-companheiro será apresentada com mais informações no próximo tópico.

Em outros casos em que pude visitar a casa onde a família ainda mora, a minha percepção se funde à descrição feita pela entrevistada, como o caso de Rebeca, mãe de Aureliano (OPN), que mora no bairro Jangurussu. Ela chegou ao local após ter trocado uma outra casa em outro bairro de Fortaleza pela atual moradia, através do que ela chama de “invasão”. O motivo da troca, segundo ela, foi o envolvimento de seu então companheiro com drogas ilícitas no bairro em que moravam anteriormente.

Aí eu pensei, pensei muito no meu filho, que não ia dar certo. Pensei também nele [no ex-companheiro], né? Que era meu companheiro, eu gostava dele, tinha que salvar, né? Quando uma pessoa tá com um companheiro, tem que lutar, batalhar, né? Se gosta, né? [...]. Aí eu troquei. Troquei a minha casa na Santa Filomena por uma casa aqui. Lá no meio, na época (Rebeca, mãe de Aureliano - OPN).

O local fica próximo a um antigo aterro sanitário de Fortaleza, localizado nesse mesmo bairro. O aterro foi desativado no final da década de 1990, mas era conhecido popularmente como “Rampa do Lixo”. Esse nome remete ao grande volume de lixo lá depositado e que o transformou em uma espécie de “montanha de lixo”<sup>32</sup>.

Rebeca organizou um grupo de pessoas que “invadiu”, em meados da década de 2000, uma área que é descrita por ela da seguinte forma: “[...] aqui era muito mato, muito esquisito, aqui era só as barraquinha, esquisito mesmo quando começou a invasão”. Foi aí que ela “levantou seu barraco”, pois, como afirma: “[...] na época o barraco era na frente, era de taipa, bem miudinho, bem pequenininho mesmo”. Nesse “barraco” viviam ela e os três filhos. Ela relatou que as condições do local eram precárias quando chegou; não tinham eletricidade nem água encanada em toda a área.

Sobre os arredores do local, Rebeca descreve com bastante ênfase que é uma região onde acontecem com frequência práticas criminosas e violentas. Nas palavras dela, “Aqui é tiroteio, é muita droga... Aqui, eu moro aqui, só o Senhor”.

A visita até a casa de Rebeca e Aureliano (OPN) foi guiada por um educador social da instituição acolhedora. A mediação inicial desse profissional não foi só importante para a apresentação do pesquisador à entrevistada, mas também por ele ter atuado como guia até o local, pois há pouca sinalização de endereços e, como ela relata, a região possui uma imagem de ser “perigosa”. Tal percepção é reforçada pelos cuidados que o educador social

---

<sup>32</sup> Mais informações sobre essa região e sobre as relações de indivíduos que trabalham com resíduos sólidos podem ser vistas em Izaias (2010).

teve ao se aproximar do local, indicando sua preocupação com os perigos de assaltos na região<sup>33</sup>.

As situações precárias de moradia indicam realidades difíceis. Mesmo sem detalhes dos ganhos financeiros dessas pessoas nos períodos narrados, pode-se ter, a partir das descrições das entrevistadas, um vislumbre da realidade em que se encontravam. Realidades que montam um cenário propício à consumação de violações de direitos básicos, como o da moradia.

A violência e a criminalidade são fatores recorrentemente citados pelas entrevistadas como características presentes nas comunidades em que moram. A narrativa de Remédios, mãe de Arcádio, que foi atendido pela ABA, também coloca ênfase no contexto em que vivem, considerando-o potencializador da vulnerabilização de suas vivências.

Remédios mora com os filhos há muitos anos no Serviluz, bairro localizado próximo ao Porto do Mucuripe, litoral de Fortaleza. Arcádio mora com a mãe, duas irmãs e um irmão. Essa região é conhecida por sua bela praia do Titanzinho, pela escola de surfistas proeminentes e pela violência marcada por conflitos entre grupos juvenis<sup>34</sup>.

Arcádio sempre frequentou a praia do Titanzinho. Chegou um momento, ainda criança, em que Remédios notou que ele não estava mais indo às aulas, nem à escolinha comunitária de *surf* que antes gostava de participar. Começou a voltar para casa muito sujo, diz sua mãe, como se viesse de “dentro do lixo”. Segundo Remédios, as pessoas que o viam a julgavam culpada pelas condições do filho. Foi nesse período, segundo a mãe, que Arcádio começou a “dar trabalho”:

[...] ele vinha me dando muito trabalho. Não ia pro colégio mais, ele ia pras beiras da praia, só chegava... Só chegava na hora que os meninos estavam voltando do colégio. E quando chegava em casa nem queria tomar banho nem mais nada, né, e aquele momento eu fiquei, comecei a pegar no pé dele. Porque outros diziam: ‘Eu vi o Arcádio na beira da praia’, ‘Eu vi o Arcádio em tal lugar’, né? Aí, eu: ‘Mas ele foi pro colégio!’, ‘Não, foi não, eu vi ele’.

A relação dentro de casa se agravou, pois, conta a mãe, Arcádio “[...] começou a roubar dentro de casa, quando era mais pequeno. Eu botava o dinheiro num canto; quando que ia olhar já não tava mais”.

<sup>33</sup> Por exemplo, a postura preventiva do educador social de guardar o relógio e um colar no porta-luvas do carro. Outro aspecto é que, para chegar à casa de Rebeca, tivemos que deixar o carro que nos transportava a certa distância e seguir a pé pelas travessas. Aparentemente, tal necessidade não decorreu somente da falta de pavimentação das ruas, mas também por uma questão de segurança, na perspectiva do profissional. Chegar a pé pareceu ser uma maneira discreta, ao mesmo tempo que apresentava nossa identificação pela vizinhança, já que o educador estava usando o uniforme da instituição.

<sup>34</sup> Sobre dinâmicas juvenis e conflitos nessa região de Fortaleza ver Sá (2010).

Segundo Remédios, algum tempo depois dessas ocorrências descritas acima, Arcádio, juntamente com outro adolescente, chegou a tentar realizar assaltos em “topiques”<sup>35</sup>:

Aí andou ainda envolvido com um menino... O menino levou ele pra negócio de assalto na topique. [...] Aí a polícia pegou ele, deu-lhe um mói de peia e eu agradeço muito ter acontecido isso, eles terem metido a peia nele...[...] Porque eu dou de comer, dou roupa, dou calçado.

A tentativa de assalto, segundo a mãe, não é justificada pela situação econômica em que vivem, pois ela atesta sempre ter garantido as condições básicas de vida para os filhos.

De eu lutar muito, boto em projeto, faço de tudo, boto em colégio, dou roupa e comida, dou calçado e dou o lar pra eles dormirem. E não deixo faltar nada dentro de casa. Pra pegar e tentar assaltar de mão armada uma topique, onde é cheio de pai de família e criança? Eu não passo a mão na cabeça, do jeito que eu disse (Remédios, mãe de Arcádio - ABA).

Podia-se perceber a indignação em relação às atitudes do filho na forma como Remédios relatava os ocorridos. A afirmação de que ela buscava encaminhar o filho para projetos sociais objetiva combater um eventual julgamento de uma postura negligente.

Somando-se aos atos infracionais<sup>36</sup> realizados por Arcádio, o cotidiano de violência, imanente entre os jovens que vivem essa realidade, agravou a situação. Segundo relatórios institucionais, Arcádio foi ameaçado de morte por jovens da escola onde estudava. Tais ameaças eram potencializadas pelo fato da escola se localizar próxima à sua casa, fazendo com que esses jovens, frequentemente, passassem em frente à sua residência fazendo ameaças. Consequentemente, a situação fez com que Arcádio saísse da escola.

Segundo consta em relatórios institucionais, a ameaça de morte foi um dos principais motivos para o acolhimento institucional de Arcádio. Segundo documentos da ABA, outra instituição que oferta atividades para jovens em seu bairro confirmou a situação de risco na qual ele se encontrava.

Ainda assim, quando Remédios se refere à audiência no juizado que definiu a necessidade do acolhimento do filho, ela declara que “mentiu” sobre as ameaças sofridas por ele:

<sup>35</sup> Linhas de transportes alternativos que circulam pela cidade, caracterizadas pelos veículos tipo furgão ou micro-ônibus cujo veículo mais comum é o modelo chamado *Topic*, que popularmente é chamado de “topíque”.

<sup>36</sup> No jargão do campo em estudo, as atividades criminosas cometidas por adolescentes dificilmente são usadas nesses termos pelos profissionais da área – assistentes sociais e educadores sociais, por exemplo. Para se referir a essas condutas criminais é sempre utilizado o termo “ato infracional”, conforme estabelecido pelo ECA, de modo que tais condutas irregulares, segundo a legislação vigente, para além das implicações jurídicas, acabam por adquirir certa amenização de sua gravidade no discurso desses profissionais.

Então, lutei muito, passei esses anos tudinho lutando. Fui no Fórum também, fui no Fórum. Ele perguntou por que eu queria botar ele lá [no acolhimento institucional]. **Eu, Deus me perdoe, até menti, pra mim botar ele lá, eu disse que era porque ele tava sendo ameaçado de morte pelos meninos da comunidade. Só que não era, era eu que não aguentava mais ele dentro de casa** (grifos nossos).

Em conversa com a assistente social da ABA, a situação de ameaça de morte era um motivador comum que levava adolescentes a serem acolhidos institucionalmente. Entretanto, comentando sobre o caso de Arcádio, essa situação pareceu ter sido mais amena ou passageira. Citando outros exemplos, a assistente social relata que, quando a ameaça é iminente, o adolescente mal pode visitar sua casa durante um longo período. Quando acontece, é preciso ir escondido em um carro institucional. No caso de Arcádio, ele chegou a visitar algumas vezes a família e algumas vezes foi sozinho<sup>37</sup>.

Independente de com quem está “a verdade”, isso demonstra a existência de situações violentas no cotidiano dessa comunidade. O que pode ser considerado como mais um fator que justifica o acolhimento institucional.

A violência cotidiana vivida por esses jovens e suas famílias provoca fragilidades complexas. Uma forma de violência marcante é a gerada pela proximidade com o tráfico e pelo uso de substâncias ilícitas, realidade que pode ser representada pela experiência de Renata e sua família, cujo filho, Maurício, foi acolhido pelo OPN. Renata morava com seus seis filhos na comunidade das Goiabeiras, localizada no bairro da Barra do Ceará, litoral de Fortaleza.

Viúva dos pais de seus filhos, Renata relatou que em vários momentos eles passaram fome, pois, quando o companheiro faleceu, ela não tinha nenhuma outra fonte de renda. Além da dificuldade de subsistência, a família sofria com os perigos presentes na comunidade em que moravam.

[...] porque os meninos lá chama pra se misturar com o que não presta. Lá até os meninos pequeno usa droga, lá no morro onde eu morava. Tá aí, meu menino tem nove anos, se nós tivesse continuado lá no morro ele não estava na quarta série, porque lá no morro ele ficava se misturando com os menino. E se o meu tivesse continuado morando lá também não estava na quarta série nem terminando a terceira. Os menino ficavam assombradinho com as bala lá no morro. ‘Mãe os pessoal vão invadir’ [...]. As bala por cima das telha [...] Que eu não dormia de noite, nem meus filhos. Uma vez quando o Maurício foi pra lá, [...], teve um tiroteio pras banda de lá. Teve foi tiroteio lá (Renata, mãe de Maurício - OPN).

<sup>37</sup> Há, evidentemente, nuances nas relações de conflitos entre grupos juvenis nessa região. Pois, há divisões espaciais que separam grupos inimigos. Para uma melhor discussão sobre essa realidade nessa região ver Sá (2010).



O envolvimento com o uso de drogas por crianças, denunciado por Renata, é agravado pela exposição à violência. Eles moravam no alto do morro das Goiabeiras, segundo ela, onde existia um forte tráfico de drogas. Ela relatou várias vezes que passava dias sem dormir, consequência das recorrentes trocas de tiros realizadas entre os traficantes de drogas da região. Considerando a situação socioeconômica da família, que era precária, Renata fala sobre uma das possíveis motivações que levaram Maurício à vivência nas ruas: a mendicância, uma atividade comum na vizinhança.

Os amigos, chamavam ele pra ir pro campo jogar bola, aí de lá ele escapulia. Aí eu perguntava a ele: 'Maurício, por que tu vai pra banda dali?'. 'Não, mãe, é porque eu... Os meninos me chamaram pra brincar de bola, não sei o que mais lá, e ia brincar de bola e ia pedir dinheiro'. Aí, via também que a mãe não tinha nada dentro de casa. Aí, só era nós e os menino pequeno e ele também, né? Aí ia pra Beira-Mar pra pedir. Eu dizia: 'Não faça isso, não'. 'Mas eu vou pegar dinheiro pra brincar de videogame'.

A mendicância aparece como algo praticado por outros meninos da comunidade, não necessariamente como uma forma de subsistência, a princípio, mas para pagar algumas formas de entretenimento. Como ela relata, Maurício afirmava que pedia esmolas para "brincar de videogame". Segundo minha própria experiência de moradia em bairros *periféricos*, é comum a existência das chamadas "locadoras de videogame", onde se paga por hora pelo uso de aparelhos e jogos de videogame.

Assim, é interessante notar que as motivações para pedir dinheiro na rua não são somente carências cotidianas, mas, como no caso de Maurício, para suprir desejos por atividades lúdicas. Os profissionais com quem conversei costumam relatar que não é raro encontrar crianças que estão pedindo dinheiro na rua para comprar guloseimas ou para "jogar videogame", seja porque os pais não têm condições financeiras, ou, mesmo tendo uma melhor condição, por não quererem dar dinheiro, tentando justamente evitar idas às "locadoras de videogame", por exemplo.

Entrementes, não se pode perder de vista a situação confrontada por Renata, que afirmava ter dificuldade de manter condições básicas para a sobrevivência de sua família. A realidade pobre da comunidade, agravada pela constante convivência com práticas violentas, fragiliza constantemente esses indivíduos. Apesar da referência ao medo das situações que vivenciavam, Renata relatou com certa naturalidade os acontecimentos, mesmo quando falou que o filho mais velho foi assassinado pelo envolvimento com o tráfico de drogas. Apesar

dessa naturalidade ao relatar sua experiência, Renata possuía expressões faciais entristecidas, possivelmente fruto dos sofrimentos vividos e por preocupação em relação ao futuro.

Inúmeras vezes ouvi de profissionais que trabalham com esse público de crianças e adolescentes que estar na rua não é, necessariamente, a pior situação em que estes jovens poderiam se encontrar. O argumento é pautado em suas experiências, que os fazem considerar que crianças e adolescentes podem sair de casa e do cotidiano com a família para romper com uma realidade, no cálculo deles próprios, muito mais arriscada. Esse tipo de discurso visa ressaltar a capacidade que os garotos têm de elaborar estratégias impressionantes de sobrevivência. Pode-se notar correlações, como no caso de Maurício, no qual a mendicância para jogar videogame ou bola pode ser considerada uma estratégia de fuga de uma realidade crítica à qual se está submetido.

Renata narra que a condição de marginalização em que vivem gera uma maior possibilidade de envolvimento com atividades ilícitas, desde a infância. Nesse sentido, pode-se considerar que o acúmulo de situações precárias nas quais esses indivíduos estão imersos pode facilitar, por exemplo, o uso de drogas por crianças. Tanto o irmão mais velho quanto Maurício usavam drogas, principalmente a “cola de sapateiro” e a maconha, desde muito jovens.

Os casos acima relacionados aparecem como exemplos em diferentes graus de contextos que as entrevistadas colocaram como dificultosos para a vivência da família. Destarte, por mais que os contextos possuam inúmeras especificidades, alguns desses aspectos perpassam o contexto em que vivem as entrevistadas, nos bairros de *periferia*. Com essa exposição, não objetivo afirmar que a realidade socioeconômica em que vivem esses indivíduos é determinante para explicar as situações expulsivas, mas não se deve negar que condições de moradia precárias, a criminalidade que circunscreve certa comunidade e, de modo geral, a ausência de serviços públicos que possam amenizar essas situações potencializam os problemas vividos por esses indivíduos na esfera doméstica. Dessa maneira, a exposição de algumas questões que circundam as relações intrafamiliares complementa a compreensão de situações que repercutem na vida desses indivíduos e agravam o contexto que leva à saída dos jovens de uma vivência doméstica com a família.

De modo amplo, o caráter contextual dos dados acima apresentados teve a intenção de introduzir uma visão geral de como as entrevistadas descrevem a situação em que moravam com suas respectivas famílias. Em certa medida, esses aspectos contextuais se relacionam com as dinâmicas intrafamiliares que serão expostas no tópico a seguir.

## 2.3 Os problemas intrafamiliares

Além do ambiente em que se encontram as famílias, existem outras dinâmicas que complementam as situações e os contextos identificados como propensos a incentivar a ida dos jovens a uma experiência de vivências nas ruas. Então, neste tópico, discutirei dinâmicas específicas das realidades intrafamiliares dos sujeitos da pesquisa. Apesar das singularidades de cada caso, foi possível destacar alguns aspectos identificados, em alguma medida, em mais de um caso. Nesse sentido, os subtópicos apresentados a seguir são orientados por tais aspectos.

### 2.3.1 A proximidade com a situação de rua: família ou vizinhança

A vivência nas ruas, em alguns dos casos, não é desconhecida totalmente pela experiência familiar, pois tanto pode ter sido vivenciada por outros familiares quanto por indivíduos que vivem na própria comunidade em que moram.

A realidade compartilhada por moradores de uma mesma localidade e as influências mútuas podem ser percebidas no caso de Isaac, atendido pela ABA. Ele e a mãe moram no Planalto Ayrton Senna, bairro de periferia, situado na parte sudoeste do município de Fortaleza. Isaac é o mais velho dos cinco filhos de Gorete e o único a ter passado por uma experiência de vivência nas ruas.

Gorete não atribui a vivência na rua de Isaac a questões de dificuldades econômicas. Apesar de não gozarem de conforto financeiro, ela dificilmente ficou sem trabalho nos últimos anos. Geralmente, engajava-se em firmas do bairro, serviços como venda de biscoitos, empacotamento de produtos alimentícios, venda de garraões de água mineral ou trabalhando como empregada doméstica. Ela declara que, apesar de serem pobres, nunca passou por maiores dificuldades, mantendo as condições básicas para os filhos, como alimentação, moradia, roupas, material escolar, etc.

Nesse caso, a mãe afirma que ele foi influenciado pela convivência com um amigo da vizinhança, também criança na época. A família desse amigo, segundo Gorete, costumava pedir esmolas em semáforos próximos ao bairro em que moravam.

Relativizando essa influência como determinante, o fato a se destacar é a atividade de mendigar estar presente no convívio de Isaac. Como Gorete fala, as primeiras idas de Isaac para uma situação de rua ocorreram quando ele tinha entre sete e oito anos.

Ele era muito danado... Aí gostava de tá muito no meio da rua. [...]. O Isaac gostava de tá muito no meio da rua. Logo no início que ele começou ele era pequenininho, não era, ele chegava de noite e tal, sete horas, oito hora, eu dizia assim: 'Isaac, tu tava aonde?'. Ele dizia assim: [...] 'Eu tô jogando videogame'.

Novamente, a justificativa da brincadeira como fator de permanência na rua aparece, como no caso de Maurício (ABA). Isaac justificava a permanência fora de casa por estar jogando videogame. A brincadeira na rua é bastante comum nos bairros de *periferia*. Como em muitos desses bairros, os espaços públicos de lazer são escassos; a brincadeira, literalmente, acontece na rua. Entretanto, por si só, isso não caracteriza uma situação de vivência na rua. No caso de Isaac, ele passou a mendigar em sinais com o vizinho. Inicialmente, as esmolas angariadas realmente parecem ter sido direcionadas para o gasto com práticas lúdicas, como jogos de videogame. Porém, as saídas de Isaac se tornaram recorrentes, e a mãe, que trabalhava durante todo o dia, parecia não conseguir evitá-las.

Em outro caso, a experiência de vivência nas ruas aconteceu com toda a família. Esta foi a situação vivida pela família de Pilar, mãe de Pietro, também atendido pela ABA.

Pilar é mãe de três filhos, dois homens e uma mulher. Atualmente, mora apenas com os dois filhos em uma casa no bairro São Cristóvão, próximo ao Jangurussu.

Pilar teve os três filhos durante sua adolescência, quando ainda morava com sua mãe. Quando a mãe morreu, logo após Pilar dar à luz a Pietro, ela teve que sair da casa, pois não tinha condições de manter a residência. Por esse motivo, ela e os filhos foram morar nas ruas de Fortaleza. Ela conta:

A minha mãe faleceu, certo, isso há 21 anos. Então, eu fui pra rua com eles três, no meio da rua. Então eu morei dois anos no meio da rua, lá na 25 de março. Dois anos no meio da rua com eles três. E quando ele saiu de perto de mim, o pai dele levou ele com nove meses, aí eu fiquei com os dois, entendeu? E esse ali ficou lá. Então, antes dele levar eu já tava ali no meio da rua sofrendo, assim... Sofrendo não! Pedindo esmola, botava o outro pra pedir esmola, lá na base aérea, tá entendendo, porque não tinha o que comer. Aí a nossa casa era lá mesmo.

Sobrevivia, principalmente, como pedinte ou “pastoradora de carro”<sup>38</sup>. Pilar passou por diversos abrigos que acolheram ela e seus filhos:

<sup>38</sup> Atividade também conhecida como “flanelinha”, cuja função é oferecer uma vigilância baseada na observação de veículos estacionados, geralmente, em logradouros públicos. É comum também ser ofertados, pelos “pastoradores” ou “flanelinhas”, serviços pontuais, como a lavagem dos veículos.

Aí pronto, aí morei no SOS Criança, morei na creche da Tia Julia<sup>39</sup>, que já botei eles lá, Pietro e a menina, botei na creche da Tia Júlia. Aí pedi esmola aqui na base aérea, vim só com essa pra cá, acalmei ali.

Pilar passou por momentos de muita dificuldade, não possuindo sequer um local para morar com os filhos. Tal situação pode ser considerada de “alta vulnerabilidade”, segundo parâmetros dos marcos regulatórios das políticas públicas.

A vivência por que passaram alguns dos indivíduos abordados nesta pesquisa pode ser considerada marginal, sob um ponto de vista sociológico, uma vez que se distancia do imaginário social de uma vida “normal”. O senso comum sugere que, para uma vida “adequada” e “satisfatória”, é necessária uma quantidade de bens de consumo e de confortos. No caso dessa família, efetiva-se uma situação drástica de dificuldade em conseguir o próprio alimento ou mesmo um local para morar – transformando um logradouro público em sua moradia. Assim, essas pessoas realizam estratégias de sobrevivência que fogem à “normalidade” socialmente esperada.

No caso de Pilar, mãe de Pietro (ABA), ela e os filhos passaram por uma situação de extrema instabilidade: a vivência nas ruas. Tal circunstância irá se reproduzir novamente na experiência de seu filho. Por mais que a situação do filho de vivência na rua não seja, necessariamente, consequência da experiência da mãe, essa atitude não é totalmente desconhecida pelos indivíduos.

Retornando ao caso de Maurício (ABA), seu irmão mais velho também passou por uma vivência de rua. O irmão, Leonardo, viveu longos períodos nas ruas, principalmente na região da Beira-Mar, litoral de Fortaleza, compartilhando, algumas vezes, essas vivências com Maurício. Este fato é confirmado nos relatos institucionais, que registram os dois irmãos encontrados constantemente juntos, transitando pela região da Beira-Mar. Leonardo teve sua situação agravada pelo envolvimento com o tráfico de drogas. Por consequência, acabou adquirindo dívidas e rixas com traficantes, que o assassinaram próximo à região onde morava, em uma festa noturna. Segundo a própria Renata, a experiência do primeiro filho influenciou Maurício e, somando-se às condições da região onde moravam, levou-o a uma situação de rua.

Há, entre os sujeitos da pesquisa, outra mãe que foi morar nas ruas com toda a família. É o caso de Sofia, cujos filhos, João e José, foram atendidos pelo OPN. Contudo, sua

---

<sup>39</sup> O Abrigo Tia Júlia é um órgão vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará. O objetivo é atender a crianças em situação de “[...] risco pessoal e social, na condição de abandono ou temporariamente impossibilitadas de permanecer com a família, enquanto são tomadas medidas de retorno ao lar ou de possível adoção, no caso de abandono”. Mais informações disponíveis no site: <<http://www.stds.ce.gov.br/index.php/protecao-social-especial/160-abrigo-tia-julia>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

narrativa aponta como fator motivador dessa vivência seu próprio envolvimento com o uso de drogas ilícitas. Esse assunto específico será melhor apresentado no próximo tópico.

Na pesquisa *Desenhos Familiares* (GREGORI, 2000a), por exemplo, a relação de outros membros familiares, ou de vizinhos, com a vivência de rua é apontada como circunstância que estimula a ida de crianças ou adolescentes às ruas. De modo geral, destacou-se acima a proximidade com a realidade de vivência na rua experienciada pelos jovens atendidos, o que deixa evidente que não eram situações distantes do cotidiano desses indivíduos.

### **2.3.2 Adicção, práticas infracionais e violência intrafamiliar**

Neste tópico elenco os casos em que as entrevistadas narraram conflitos intrafamiliares que podem ser classificados como situações ilícitas ou mesmo criminais, tais como o uso de drogas e a violência doméstica. A correlação aqui elaborada é baseada no próprio destaque dado pelas entrevistadas, pois em mais de um relato o uso de drogas foi relacionado às práticas violentas nas relações domésticas e a outros crimes.

O primeiro caso com essa característica é o de Sofia e seus filhos, há pouco mencionado. Ela foi usuária de drogas, sobretudo o crack. Segundo ela, morou na rua com os filhos por causa de sua adicção, apesar de possuir uma casa no bairro Conjunto Palmeiras, *periferia* de Fortaleza. Ela explica o porquê de sua vivência: “[...] porque eu estava dependente da droga. Eu não ligava pra nada não”. Nessa época, ela tinha quatro filhos: três meninos e uma menina, todos ainda crianças. Ela afirma:

Eu comia nas casas. Eu chegava nas casas pedindo um prato de comida. Eles me davam. Tomava banho, a gente tomava banho nas praças, com a garrafinha d’água na cabeça. Aí jogava no corpo da gente, aí procurava uma casa pra trocar de roupa.

Segundo ela, não permanecia em casa, pois não tinha nada. Tudo que conseguia ganhar era usado, primeiramente, para sustentar seu vício. O pai das crianças também era usuário e morava na rua. Porém, nem sempre estavam juntos nessa dinâmica.

Sofia acrescenta:

Aí chegou um tempo da minha fase que eu era dependente da droga. Aí eu não tinha casa, vivia aqui pelo centro da cidade, na rua, [...] com eles quatro. Com a Jasmine, com o João, com o José e com o neném. Meus quatro filhos. [...] Aí, num exato momento, é... Fui fazer coisa de errado, fui presa. Fui presa.

Aqui, novamente, a vivência de rua aconteceu com toda a família. Não foram os filhos que saíram de casa, mas a mãe que os levou para rua. Apesar de as condições indicarem uma situação extrema de sobrevivência, mesmo assim os laços entre mãe e filhos não chegaram a se fragilizar: estavam todos juntos, mantendo as relações próximas e familiares, embora perambulando pelas ruas da cidade. Contudo, Sofia relata que, devido ao uso de drogas, começou a realizar assaltos. Por consequência de uma dessas tentativas, foi detida pela polícia e, em seguida, cumpriu pena no presídio, o que fez com que repentinamente se desligasse dos filhos. Ela não soube precisar como os filhos chegaram à instituição de acolhimento, pois quando isso aconteceu já estava presa. Porém, relata que, após sua prisão, declarou para a polícia que seus filhos estavam em situação de rua, e pediu para que os procurassem. Seus filhos foram encontrados morando na rua com o pai. Segundo ela, soube que ele fazia os filhos venderem bombons ou pedirem esmolas; o lucro era revertido pelo pai, principalmente, para o uso de drogas. Foi constatado por educadores sociais de rua de um órgão do governo do estado que o pai também maltratava fisicamente os filhos. As crianças costumavam circular pelo centro da cidade, próximo ao “Parque da Crianças”<sup>40</sup>, uma praça que, por coincidência do nome, era ponto histórico de aglomeração de crianças e adolescentes em situação de rua.

A busca foi realizada por um órgão estadual, na época chamado S.O.S Criança. Ao se depararem com a situação, os profissionais realizaram o procedimento de retirar as crianças da companhia do pai. Segundo Sofia, suas irmãs foram notificadas, mas só acolheram sua filha e o filho mais novo. Os dois meninos, João, o mais velho, e José não tiveram o mesmo encaminhamento, pois suas irmãs não puderam recebê-los. Posteriormente, devido ao perfil das duas crianças, elas foram encaminhadas ao OPN.

A adicção materna também pode ser encontrada em outro caso atendido pelo OPN, o de Melquíades. Neste caso, diferentemente dos outros relatados nessa dissertação, baseados essencialmente na narrativa das mães dos indivíduos acolhidos, a narrativa foi feita por Amaranta, irmã mais velha e atual responsável pelo jovem atendido. A mãe deles faleceu quando Melquíades ainda estava institucionalizado no OPN. Além dele, Amaranta tem a guarda de outros dois irmãos mais novos. Ela explica:

Minha mãe teve oito filhos... [...]. E, assim, a gente não tem família aqui, só era minha mãe e os filhos. [...] são oito filhos e oito pais. [...]. E a gente não sabe nem

---

<sup>40</sup> O nome oficial dessa praça é Cidade da Criança e, atualmente, o local sedia a Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

quem é pai de ninguém, na verdade a gente não sabe. Então, assim, ela... Ela sempre bebeu, né, sempre... Usava maconha, que antes não existia essa pedra, né?

Amaranta relata que a mãe era usuária de drogas há muitos anos. Mesmo assim, possuía uma relação “normal” com os filhos, garantindo a eles condições básicas de alimentação e moradia. Mas foi na adolescência de Amaranta que a situação adquiriu um caráter crítico. Nesse período, a família se mudou para o bairro da Rosalina, *periferia* de Fortaleza. Amaranta destaca o quão difícil se tornou a convivência com a mãe:

Mas quando ela chegou lá e, assim, foi a pior fase das nossas vidas, porque ela conheceu o crack e, assim, ela não ligava mais pra nada. Assim, ela nunca foi uma mãe tão boa, mas pelo menos ela dava comida, né, não deixava faltar, mas depois que ela conheceu essa droga não teve mais pra ninguém. E, assim, tudo que ela pegava ela vendia.

O envolvimento da mãe com o crack, substância considerada mais forte que as outras drogas que ela consumia anteriormente, prejudicou ainda mais o contexto familiar. Com o agravamento da relação com a mãe, Amaranta se afastou da família e saiu em busca de trabalho fora de casa. Ela descreve o drama vivido:

Então, eu não aguentei a situação, quando eu tinha quinze anos eu fui-me embora. E, assim, fui trabalhar nas casas dos outros. Como eu ainda era de menor, ela não deixava eu dormir no meu trabalho. Então, assim, eu tinha uma troca com ela. Eu tinha que trabalhar e dar o dinheiro todo a ela, assim, pra mim sair de casa. E eu tinha que aceitar isso porque senão eu tava vendo a hora [eu] usar droga também. E aí quando eu completei dezoito anos eu saí definitivamente de casa.

Essa dinâmica de exploração prejudicou mais ainda seu relacionamento entre elas, repercutindo no desejo de Amaranta sair de casa o mais rápido possível, o que aconteceu quando atingiu a maioridade civil. Amaranta disse nunca ter consumido drogas como a mãe, mas seu temor de ser influenciada por ela se concretizou com os irmãos mais novos:

E a situação foi se agravando, porque ela já bebia muito, né, já usava droga, aí a minha irmã, a Aline, que na época tinha treze anos, começou a usar droga também, e assim, usava junto com ela. Aí depois o meu irmão Carlos começou a usar também, então eram três usuários dentro de casa. E, assim, eu não suportava ver. E a minha outra irmã que é... Não é encostada, é quatro anos mais nova, a Sônia também saiu de casa primeiro que eu. Depois fui eu. Aí ficou só ela, os meninos pequenos, a Aline e o Carlos, né?



Mesmo assim ela não deixou de visitar a casa da mãe. Ela narra que ia todo final de semana e tentava ajudar, por causa dos irmãos mais novos, que ainda eram crianças, pois ela diz que “tinha pena dos meninos”.

Amaranta relata que sua irmã, Aline, costumava levar Melquíades para pedir esmolas nos terminais de ônibus da cidade:

É, o Melquíades, na época da Aline, a Aline levava ele pra pedir esmola no terminal, por conta da deficiência que ele tem.. O pé torto, né, tinha, né, ele tinha os pés tortos. [...] Aí então ele era a fonte de renda delas duas, né, pra droga. E do Carlos também, só que o Carlos ele mora na rua até hoje.  
[...] Que, assim, ele era obrigado a ir. Ou ia ou então apanhava. Então, até eu acho que ele preferia ir porque ficar dentro de casa era muito ruim. Que, assim, não tinha nada, né, minha mãe batia muito em todo mundo, maltratava muito todo mundo... Então era uma situação insuportável.

A situação crítica da família, em que a mãe e alguns filhos se encontravam em um alto grau de adicção, contribuía para a negligência com a casa e com a família, de modo que a lógica normativa em que os pais devem propiciar condições básicas para a vida dos filhos não existia. Era, de certa forma, invertida, pois, segundo Amaranta, a principal fonte de renda da família naquele período era a mendicância de Melquíades. Ela aponta que a condição de extremo conflito dentro de casa se tornava um forte estímulo para a saída de Melquíades para as ruas. Se em outros casos anteriormente apresentados – como o de Maurício (OPN) e Isaac (ABA) – o estímulo inicial para uma situação de rua era a busca por diversão, no caso de Melquíades se apresenta um argumento diferente: a fuga da realidade domiciliar por relações de sofrimento intrafamiliar. Tal fato se aproxima da conceituação de um *contexto expulsivo* (GREGORI, 2000a).

Assim, a preocupação de Amaranta com os irmãos mais novos continuava:

Era assim, ó, a situação era tão crítica que às vezes era aniversário de um dos meninos e a gente dava uma roupa, alguma coisa, ela tirava a roupa do corpo do menino pra vender. Depois que a gente se viu assim a gente não pode fazer nada, não pode dar nada. A gente podia fazer era levar pra casa e dar de comida, dar banho, era isso que eu fazia. Era o que eu podia fazer.

A tentativa de intervir na situação dos irmãos mais novos se manteve, inclusive ao buscar uma instituição que os recebesse em regime de internato, quando das primeiras tentativas de afastá-los do convívio com mãe, Essa iniciativa será apresentada no capítulo seguinte.

Os irmãos menores eram levados para pedir esmolas, principalmente Melquíades, por conta de sua deficiência. Aline, além de usuária de drogas, também se prostituía e, provavelmente por essa condição, adquiriu o vírus HIV. No entanto, só foi descoberto que ela era portadora do vírus quando engravidou. A sua filha nasceu também portando o vírus. Em decorrência do agravamento da doença, Aline acabou falecendo, após várias internações hospitalares, e a filha foi acolhida pela irmã, Sônia.

Segundo Amaranta, a morte de Aline abalou muito sua mãe, e isso intensificou mais ainda o vício. Ela se envolveu com um homem que também era usuário, e começaram, todos da família, a mendigar na rua, passando dias nessa situação.

[...] o Melquíades ainda morava com a minha mãe. Depois que a Aline faleceu aí pronto, minha mãe ficou totalmente, assim.. Não vou nem dizer desorientada, por causa da droga também, né, da bebida de tudo já... E, assim, ninguém trabalhava, né, e ela tinha se juntado com outro homem e começaram a pedir esmola, na rua, todo mundo (Amaranta, irmã de Melquíades - OPN).

A mãe morreu algum tempo depois do falecimento de Aline, segundo Amaranta, por consequência do uso abusivo de drogas. Já Carlos e a outra irmã, um pouco mais velha que Melquíades, continuaram em situação de rua. Amaranta narra que essa outra irmã chegou a ser atendida por uma casa de acolhimento institucional municipal para meninas. Passou pouco tempo, fugindo da instituição. Acabou se envolvendo com furtos e foi apreendida, por ainda ser adolescente, e cumpriu medidas socioeducativas. No período em que visitei Amaranta, e depois quando a entrevistei, a irmã ainda se encontrava em um centro socioeducativo de Fortaleza.

O caso de Melquíades demonstra a complexidade de fatores que levam uma criança à situação de rua. Apesar do destaque dado à adicção inicial da mãe e, posteriormente, dos irmãos, percebe-se a presença de outras características que compõem um quadro de *vulnerabilidade* da família, como violência intrafamiliar, exploração de trabalho dos adolescentes, ente outros. Conforme relata Amaranta, a inicial adicção da mãe com o álcool não era insuportável para ela, mas o agravamento da dependência química começa a prejudicar a relação familiar, já que a responsabilidade que Amaranta esperava de sua mãe passou a inexistir. Essas relações familiares ficaram mais críticas quando os irmãos também passaram a fazer usos de drogas. A família, que já não gozava de uma situação financeira estável, mesmo quando o uso de drogas não era visto como crítico, teve seus problemas acentuados com o aumento da adicção de vários membros da família, prejudicando a subsistência básica daqueles indivíduos.

Em certa medida, a fragilidade da situação levou Melquíades, que já estava em uma situação de *vulnerabilidade* na família, para outra situação, que é a vivência na rua, o que não deve ser visto necessariamente como uma causalidade linear, mas a complexidade da situação pode provocar diferentes resultados. No caso de Melquíades foi a mendicância e vivência nas ruas. Com outros irmãos houve uma experiência criminal, e com uma irmã uma possível situação de exploração sexual na adolescência. Tais conjunturas nos levam refletir que a situação de envolvimento com o consumo de drogas da mãe pode ter facilitado essas outras experiências consideradas marginais, não de forma determinante, mas como fator potencializador. Além disso, a fragilidade das relações intrafamiliares influencia a saída desse núcleo de relacionamento para se distanciar dos problemas, como expressa o conflito de Amaranta com a mãe e a relação distanciada com os irmãos adictos. A vivência de Melquíades nas ruas, como já foi destacado, mesmo que tenha sido provocada inicialmente pelo estímulo da irmã, fazendo-o mendigar em terminais de ônibus, pode ser considerada também uma forma de distanciamento dos conflitos existentes na esfera domiciliar. Em seguida, como relata Amaranta, a mãe e os outros irmãos acabaram também vivenciando uma situação de moradia nas ruas.

Como frisei, há características que são encontradas em mais de um caso estudado. No caso acima, ocorre ainda a ida de boa parte da família às ruas. A subdivisão feita neste capítulo visa a uma melhor organização para o entendimento e análise das situações. Com o intuito de tipificar as situações-chave que levaram à situação de rua dos jovens atendidos pelas instituições, são destacados os problemas mais emblemáticos de cada caso.

Na fala de Amaranta estão presentes relatos sobre constantes agressões físicas infligidas por sua mãe contra os filhos, seus irmãos mais novos. A adicção e as agressões também estão presentes na narrativa de outras entrevistadas. Os casos acima descritos mostram duas situações em que os agressores eram o pai ou a mãe das vítimas. Outra figura que aparece em alguns outros casos é a do padrasto.

O padrasto, como protagonista de violência intrafamiliar, é identificado no caso de Bento, já apresentado. Marcela, sua mãe, relata que teve sete filhos. A primeira filha, assim que nasceu, foi adotada por sua irmã, e desde então mora com ela em São Paulo. Teve mais uma filha e um filho, Bento, cada um de um companheiro diferente. Ainda com os dois filhos crianças, estabeleceu um relacionamento com seu último companheiro, que se tornou pai de seus outros quatro filhos. Essa relação seriamente conturbada, segundo Marcela, motivou a

saída dos dois filhos mais velhos: a menina, que saiu de casa adolescente e da qual ainda não se sabia o paradeiro, e Bento, que foi atendido pelo OPN.

A entrevistada afirma que o companheiro era bastante violento com ela e com os filhos. Costumava usar drogas, inclusive na frente das crianças. Ela enfatiza: “Usava droga, sabe, ele usava droga. Usava muita droga na frente dos meninos. Eu não gostava. Quando eu reclamava, eu apanhava. Era um inferno na minha vida”.

Ela narra que Bento começou a sair de casa ainda criança. Em vez de ir para a escola, passou a frequentar alguns terminais de ônibus de Fortaleza. O motivo, diz ela, seria evitar as constantes agressões do padrasto.

O Bento ia fazer oito anos. Ai nessa época eu morava lá no Bom Sucesso. Morava num barraco lá na beira do rio. E o Bento não gostava do padrasto dele de jeito nenhum. Ele era uma pessoa muito ignorante, muito violenta. Aí o Bento era um menino muito bom, mas aí depois que eu me juntei com essa pessoa, ele mudou da água pra o vinho. Ele ia pra escola, não ia pra o colégio, ia lá pros terminal. Sabe? Não voltava pra casa. Eu não podia ir atrás dele, porque o homem era uma cobra (Marcela, mãe de Bento - OPN).

Marcela, na época, não ia à procura do filho, pois, segundo ela, seu companheiro a ameaçava e, não raramente, chegava a agredi-la. Ela relata ainda um outro agravante: “ele costumava andar armado”. Ela relembra o drama: “Eu não podia sair atrás dele, porque ele me mata, se eu for atrás do Bento”.

Em estudo sobre relatos de mulheres vítimas de violência conjugal e baseada na visão feminista destas situações, Gregori (1993) analisa a forma como mulheres vítimas desse tipo de violência narram suas experiências. Realizando tanto uma análise sobre a literatura feminista quanto um olhar atento aos discursos de suas entrevistadas, a autora percebe uma forma de narrativa desses acontecimentos, que ela chama de *queixa*. Para ela, “A queixa é a narrativa em que a pessoa que é objeto de algum infortúnio constrói discursivamente a sua posição enquanto vítima. Narrativa peculiar: expõe e, paradoxalmente alimenta/incita/reitera algumas das condições que fazem operar a violência” (GREGORI, 1993, p. 185). A preocupação da autora não é negligenciar a gravidade das violências narradas, mas argumentar que essa forma de narrativa não altera a relação de opressão. De certa forma, essa maneira de narrar tende a descrever os acontecimentos de forma a isentar de culpa o próprio narrador/vítima.

Nesse sentido, retornando à fala de Marcela, não intenta-se questionar a violência que sofreu, mas entender que sua narrativa procura se resguardar de dizer algo contra si

mesma. Como Gregori (1993) adverte, não se pode considerar essa postura uma mera manipulação consciente da narrativa, mas compreendê-la como um “[...] modo de explicação que está apoiado num padrão cultural, o qual supõe uma reciprocidade [na relação conjugal] que está sendo rompida” (p. 142). Sem desconsiderar que o processo de vitimização é resultado de uma situação efetiva de agressão física e verbal (GREGORI, 1993).

De fato, a violência conjugal e doméstica é uma realidade protagonizada pela figura do homem. Barros Filho (2008), em pesquisa sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade de Fortaleza – comumente encontrados vivenciando uma situação de rua –, verifica que em contextos de violência intrafamiliar, “[...] geralmente os agressores são pessoas mais próximas da vítima” (p. 95). Os dados apresentados pelo autor indicam que o pai (31,1%) e o padrasto (23,6%) somam 54,7% das respostas (de um total de 328 questionários), o que os coloca como os principais violentadores<sup>41</sup>.

Dados que também coadunam com o estudo quantitativo feito por Abreu, Aquino e Torquato (2014) tomam como base uma plataforma digital<sup>42</sup>, que levantou uma amostra de 565 crianças e adolescentes atendidos por 22 organizações em 10 capitais brasileiras. Segundo os autores, na análise sobre a amostra estudada: “[...] 63% dos pais são responsáveis pelas violações de negligência, abandono, violência doméstica, abuso sexual e trabalho infantil” (ABREU; AQUINO; TORQUATO, 2014, p. 13).

No âmbito desta pesquisa, as narrativas a seguir, de Marcela e Renata, convergem para essa realidade apontada pelos autores.

A violência intrafamiliar relacionada ao uso de drogas pode ser observada em mais um caso, desta vez o de Maurício (OPN) e sua mãe, Renata. Em seu relato, a mãe declarou que o pai dos filhos mais velhos costumava usar drogas: “Não, às vezes usava droga, ele era errado também. O pai deles era errado, né? Aí teve uma vez quando, faz tempo, quando ele estava drogado aí deu uma pisa em nós”. Além dele, o companheiro seguinte de Renata, padrasto de Maurício e Leonardo, também batia nos enteados e nela.

Essas últimas agressões constam nos relatos institucionais como agravantes das motivações para que os dois irmãos saíssem de casa, revelando que os conflitos familiares não se resumiam às influências da comunidade em que moravam. A violência era vivenciada no seio familiar, onde o pai e, posteriormente, o padrasto agrediam esposa e filhos.

---

<sup>41</sup> Os tipos de violências exercida por esses indivíduos são diversos, sendo que as que obtiveram maior porcentagem nas respostas foram a “violência doméstica”, com 45%, e a “agressão verbal”, com 23% (BARROS FILHO, 2008).

<sup>42</sup> Mais informações sobre a plataforma no *site*: <<http://www.criancanaoederua.org.br/>>.

A realidade dessa família era constantemente marcada pelo medo da violência, proveniente do envolvimento de Leonardo, filho mais velho de Renata, com o tráfico de drogas, e o receio de que este acabasse envolvendo toda a família:

Assim, eles quando começou a se misturarem, né, com os cara lá do morro, aí nós tinha medo dos cara chegarem e invadir a minha casa e matarem ele. Porque, eles são assim, né. Eles vão atrás de um e pegam até a família, e a gente não dormia lá de madrugada, porque ficava com medo, assombrado, com medo dos cara chegar entrar na minha casa e matar nós tudinho também por causa do meu filho, que vivia drogado. [...] Aí o Maurício já parece também com o Leonardo. Aí eu tenho medo também, até nisso aí ele andar no meio... Assim, por lado da Barra que tem umas coisas o pessoal pensarem que é ele, porque pensa que ele já não morreu. Uma vez, o rapaz disse assim: "olha onde é que tá o Leonardo!", pensando que [Maurício] era ele, mas não é ele. Aí tinha medo dos cara matarem ele, matarem ele também.

O medo da violência que poderia ser provocada pelo o envolvimento de Leonardo com o tráfico de drogas era uma realidade permanente no cotidiano da família de Renata. A semelhança física dos irmãos podia colocar a vida de Maurício em risco, caso os confundissem, mesmo com Leonardo morto.

O medo da violência repercute nos casos apresentados até aqui. Medos com causas diversas: medo do padrasto, medo da mãe, medo do tráfico de drogas, etc. Venho destacando a fragilidade dos vínculos familiares e o contexto de vulnerabilidade em que se encontravam os jovens e suas famílias no período em que efetivaram uma *situação de rua*. Esses diversos medos apresentam uma característica em comum: seu surgimento acontece na esfera domiciliar. Assim, a perpetuação de tal sentimento tem considerável influência na saída de casa para a rua, como uma maneira de amenizar essa sensação de sofrimento. No caso de Renata, o medo da criminalidade existente próxima à sua antiga casa se misturava com o medo das consequências violentas que poderiam advir das práticas do filho mais velho.

Leonardo começou a realizar furtos no início da adolescência. Renata diz entender o porquê de o filho realizar o primeiro furto:

Ele começou a se misturar quando ele tinha doze anos. Mas só que às vezes, o Leonardo eu sei porque foi, porque um rapaz chamou ele no Dia das Mães [...] aí ele não tinha dinheiro pra ele me dar um presente, tinha nada. Aí o amigo dele foi e chamou ele pra ir pra tomar um banho na praia. Aí quando dei fé lá vem ele com uma florzinha, assim, pra me dar. [...]. Aí ele chegou e disse: 'Aí, mãe, pra mãe'. Aí eu: 'Leonardo, quem foi que te deu isso aqui?', 'Não, mãe, eu comprei', 'Leonardo, tu num tá mentindo não?', 'Tô não', aí o [outro] menino disse assim: 'Não, foi eu que dei pra ele, foi que eu tinha um dinheiro e nós compramos lá na lojinha'. 'Foi mesmo?', 'Foi'. Aí quando foi mais um pedaço, aí lá vem o cara atrás das coisas, tudo dizendo que ele tinha pegado pra roubar. Aí eu peguei o Leonardo e dei uma pisa nele. 'Leonardo, quem mandou tu fazer isso?', 'Não, mãe, foi o Ricardo'.

Leonardo continuou com as condutas infracionais; a vivência nas ruas facilitou o consumo e o tráfico de drogas. Ela fala de sua última conversa com o filho, antes de este ser assassinado:

‘Rapaz, sai do meio da rua, isso não dá certo pra ti não, vai estudar, vai trabalhar, tu já tem mais de quinze anos’. ‘Não, mãe, não sei o que, vou trabalhar, não sei o que, tirar meus documento’. A última vez que eu recebi a ligação dele, ele dizendo que estava bem, estava em casa, estava bem. Aí ele foi sair, foi pra casa da vó dele, os cara souberam que ele estava no reggae, foram lá no reggae e mataram ele. Perto da Ponte Metálica.

Nessa fala, Renata demonstra que tentou aconselhar o filho a mudar suas práticas. A forma como ela expressa isso pode ser uma tentativa de reforçar seu papel social de mãe e colocar que persistiu em interceder pelo filho. É delicado falar sobre as situações-limite que essas pessoas vivenciaram, já que Renata, como mãe, pode sofrer uma espécie de pressão social de responsabilidade pelas atitudes dos filhos, como também poderá ser observado em casos a seguir, em que os filhos *circularam* em outros ambientes domiciliares. Por mais que a mãe se distancie do filho pelas adversidades de suas vidas, busca demonstrar que tentou oferecer a eles o máximo de amparo que podia dispor. Afinal, a figura dos pais, especialmente da mãe, é carregada de significado, e é constantemente requisitada como responsável pelo desenvolvimento do filho, de modo que os indivíduos buscam evitar a possibilidade de serem vistos como “maus pais” ou, especificamente, “más mães”.

Nessa época, Renata e os outros filhos haviam se mudado para outra casa, no bairro da Pajuçara, município de Maracanaú – Região Metropolitana de Fortaleza. O motivo da mudança foi consequência do atendimento oferecido pelo OPN, que acolheu institucionalmente Maurício. Este fato será descrito no último capítulo.

De todo modo, a mãe havia deixado a antiga casa, nas Goiabeiras, para Leonardo. Assim, ele permanecia vivendo na mesma região onde constantemente era ameaçado por traficantes.

A descrição de Renata sobre Leonardo aparece como uma forma de explicar as motivações de Maurício para ir às ruas, pois Renata temia que, devido à proximidade entre os dois irmãos, o mais novo seguisse os mesmos passos do mais velho. Passos que, aparentemente, começaram a ser seguidos, pois Maurício também replicou as vivências de rua. Renata pontua que soube onde o filho andava por conhecidos que vinham até ela para falar: “O Maurício fugia de casa e ia pra Beira-Mar fazer o que não presta. Aí só vinha o pessoal dizer assim: ‘Oh, Renatinha, o Maurício tá lá na Beira-Mar’. Aí eu fui atrás dele e não via ele”.

A vivência na rua facilita o contato dos indivíduos com vários tipos de práticas ilícitas, seja a realização de furtos ou o uso de drogas. No caso dos dois irmãos, ambos faziam o uso de substâncias entorpecentes na rua. Segundo relatórios do OPN, os educadores sociais muitas vezes constataram o uso de entorpecentes como a “cola de sapateiro”<sup>43</sup>.

Atualmente, é comum ouvir dos profissionais que trabalham com esse público que o perfil está mudando. Segundo eles, houve uma diminuição no uso de “cola de sapateiro” e solventes com efeitos semelhantes. Em contrapartida, eles afirmam que houve um grande aumento do uso de crack. O que é compreendido, unanimemente, como uma situação mais complexa e preocupante que a anterior.

Em outro caso abordado nesta pesquisa também houve o uso frequente de “cola de sapateiro” por parte da criança em situação de rua: o caso de Isaac (ABA), filho de Gorete. A mãe relata que começou a suspeitar que o filho consumia “cola de sapateiro”, ainda criança.

Um dia se deitou assim perto de mim e começou a roncar. Quando ele começou a dormir eu sentia aquele cheirinho de coisa nele. Nessa noite, eu passei a noite todinha acordada, né, eu disse ‘Vai-te, menino eu não acredito que seja o que eu esteja pensando não’, ‘O Isaac tá fazendo coisa que não é pra fazer, o Isaac tá com cheiro de...’. Aí quem foi que viu eu dormir nessa noite? Eu disse só comigo ‘Tenho que me alertar, abrir o olho e sair atrás do Isaac, que não é o que o Isaac tá dizendo não’. Eu passei a noite todinha acordada só pensando nisso, né, que era pequenininho, ora. Quando foi de manhã cedo eu chamei ele. Eu disse: ‘Isaac...’, chamei ele, ‘O que é, mãe?’. ‘Isaac, venha aqui. Isaac, deixa eu conversar contigo’. Aí ele disse: ‘O que é, mãe?’. Eu disse: ‘Isaac, meu filho tá usando negócio de cola?’. Aí ele inventou que se assustou e disse assim: ‘Não, mãe, que conversa é essa? Tô não, mãe!’. Aí eu disse: ‘Tá, Isaaquinho, que meu filho ontem dormiu, quando meu filho dormiu o cheiro de cola subiu dentro de casa’. Aí ele disse: ‘Não, mãe, eu não tô cheirando cola não’. Eu disse: “pois de hoje em diante você não vai mais sair, de caso é que você tá, o negócio é que você não quer dizer’. Mas como era que eu ia prender o menino dentro de casa, que precisava eu sair pra trabalhar, né? (Gorete, mãe de Isaac - ABA).

A mãe descreve esse momento como marcante na descoberta do problema com o filho. A relação de instabilidade entre Isaac e Gorete não se resume ao uso da “cola de sapateiro” pelo filho; possui algumas características que serão abordadas no tópico seguinte, mas essa foi uma questão que Gorete apontou como preocupante e foi, de certo modo, o momento em que começaram as crises com o filho.

Gorete, como já afirmado, era a principal mantenedora da renda familiar; sua rotina de trabalho dificultava uma maior supervisão das práticas de Isaac. Segundo Macedo (2008), há uma tendência, em estudos sociodemográficos, em vincular famílias chefiadas por mulheres a uma situação de pobreza. Tal perfil de chefia se replica em outras famílias

<sup>43</sup> Material utilizado para a cola de borracha. Por ser bastante usado para reparos em sapatos e tênis, ficou conhecido popularmente como “cola de sapateiro”.



apresentadas nesta dissertação, mas, como adverte a autora, não considero essa característica como específica de uma determinada situação socioeconômica; compreendo a chefia feminina uma realidade comum a mulheres situadas em diferentes classes sociais (MACEDO, 2008). Posteriormente, neste texto, a questão sobre a chefia feminina da família será novamente destacada.

Há ainda outro caso em que a questão da adicção e das práticas criminosas perpassaram a realidade da família. Entretanto, foi uma situação em que a entrevista não se efetivou, tampouco foi possível a gravação do áudio. A conversa aconteceu informalmente, na sede do OPN. É o caso de Paulo e Maria. Destaca-se aqui a relação de dois filhos de Maria: uma mulher e um homem, ambos mais velhos que Paulo, que se envolveram com crimes e são usuários de drogas ilícitas. O homem também chegou a ser acolhido pelo OPN durante um curto período, que Maria não soube definir. O casal de filhos se envolveu em assaltos e foram detidos. Quando conversei com Maria, a filha cumpria pena no presídio e o filho havia sido detido e aguardava julgamento em uma delegacia. Maria relatou que, a fim de manter o vício, a filha chegou a vender quase tudo da pequena casa em que moravam por um valor muito baixo.

Ela afirmou que o fato de ser levado pelos irmãos, a partir dos cinco ou seis anos, a pedir dinheiro em semáforos levou Paulo a vivenciar as ruas.

A assistente social complementou com outras informações. Segundo a profissional, dos nove filhos vivos de Maria, apenas três não vivenciaram uma situação de rua. A própria Maria costumava mendigar, como estratégia de sobrevivência, e acabou se envolvendo com o consumo de drogas no mesmo período em que sua casa foi vendida pela filha. Outro fator que pode ser considerado nesse contexto expulsivo é que Maria tinha um companheiro que também era usuário de drogas e costumava agredir os enteados e os filhos que teve com Maria. Além disso, abusava sexualmente dos enteados mais novos, inclusive Paulo, segundo constataram os profissionais da instituição.

Apesar da exposição pontual desse caso, ele será novamente abordado em capítulo posterior, onde será apresentada a visão das mães sobre os atendimentos recebidos nas instituições.

Por fim, o último caso deste tópico é o de Roberto (OPN) e de sua mãe, Fernanda. O jovem se envolveu com drogas e as consequências de sua adicção motivaram o início dos conflitos com a mãe, o que gerou a fragilização dos vínculos afetivos.

Os conflitos entre Fernanda e seu filho Roberto, segundo ela, tiveram início quando o filho, por volta dos 15 anos, começou a usar drogas. Ela relata que, apesar de o adolescente desde cedo buscar trabalho e tentar se autonomizar financeiramente, os conflitos decorrentes do uso de drogas pelo filho impossibilitaram a convivência em casa. Além disso, segundo ela, Roberto começou a realizar furtos de valores e objetos de sua própria casa, além de cometer crimes como assalto à mão armada e agressão física. Por esses motivos, Fernanda diz que expulsou o filho de casa, deixando claro o nível crítico em que se encontrava a relação com o filho. Ela afirma o seguinte:

Começou porque ele se envolveu com o mundo das drogas e dava muito trabalho, saía muito de casa. Porque, até mesmo porque na época não aceitava, não queria aceitar que filho meu é pra ser... Ele começou sair pra rua, sair pra rua. [...]. Até mesmo porque eu era leiga no assunto, não sabia como ajudar. Talvez achasse que botando pra fora de casa fosse a melhor maneira, né?.

Por causa desses atos infracionais, Roberto passou por alguns centros socioeducativos<sup>44</sup>. Além da expulsão de sua casa e do cumprimento de penas socioeducativas, ele estava sendo ameaçado de morte por gangues de seu bairro. Esses motivos, após sua última passagem por um centro socioeducativo, levaram-no a vivenciar uma situação de rua. Nesse período em que esteve na rua, frequentou algumas *casas de passagem*<sup>45</sup> administradas pelo poder público. De acordo com a situação, nesse órgão, surgem possibilidades de encaminhamentos para outros projetos sociais e acolhimentos institucionais. No caso de Roberto, ele foi encaminhado para a unidade de acolhimento institucional da ABA. Segundo Fernanda, seu filho foi por iniciativa própria até a ABA.

Ele mesmo procurava. Ele mesmo procurou. Porque assim, quando ele quer as coisas ele vai à luta. Foi ele mesmo que através dos amigos da rua, até mesmo pelos amigos da rua que ele tinha eram envolvidos, que ele foi parar no abrigo onde ela trabalha e pediu pra ela, pediu até pelo amor de deus pra ela trazer ele pra cá. E ela através disso botou ele aqui (Fernanda, mãe de Roberto - ABA).

Fernanda se refere à atual assistente social da ABA, que também trabalhava lá na época em que Roberto estava nessa *casa de passagem*. Foi devido ao pedido inicial de Roberto que o processo de atendimento na ABA foi encaminhado e mediado pela assistente social, que na época acumulava a função nos dois locais.

---

<sup>44</sup> Esses centros são responsáveis por aplicar medidas socioeducativas para adolescentes que cometeram os ditos atos infracionais. Sua concepção e atribuições estão descritas no ECA.

<sup>45</sup> Casas de passagens são locais de acolhimento de curta duração, pois as crianças e adolescentes passam pouquíssimo tempo lá – alguns dias –, só enquanto aguardam algum encaminhamento, seja de volta a família, para um acolhimento de maior duração ou outro serviço específico.

Segundo Gregori (2000a), é comum a realidade de várias crianças e adolescentes em situação de rua estarem suscetíveis à intensa movimentação por diversos espaços: rua, família, escola, instituições acolhedoras ou socioeducativas, etc. Em consequência disso, não raro os jovens perdem documentos, roupas, pertences, etc., o que vai dificultando gradualmente o novo acesso à escola ou às instituições acolhedoras, sem contar que os constantes conflitos com a família dificultam a volta para casa. Os autores nomeiam esta situação de *processo de circularidade nômade* (GREGORI, 2000a), que indica a constante movimentação desses indivíduos em um cotidiano bastante dinâmico. Assim, não é incomum encontrar relatos como o de Roberto (ABA), que teve passagens por diversos espaços antes de se estabilizar em um acolhimento institucional.

A situação de rua vivida por Roberto aconteceu após seu conflito com a mãe. A assistente social da ABA me informou que é comum os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, ao saírem do centro, passarem por uma situação de rua. Muitas vezes, como no caso de Roberto, há também conflitos prévios com a família.

No caso em questão, a família parecia possuir uma condição financeira relativamente estável na época em que ocorreram os conflitos, como a própria Fernanda declara: “[...] eu tinha uma vida de classe média baixa, mas de classe média”. Ela possuía um quiosque de comidas em um mercado popular no bairro do Carlito Pamplona, bairro próximo de onde moravam, o Planalto Pici. Seu companheiro, padrasto de Roberto, era sócio de uma retífica de automotores. Nessa época, Fernanda morava em casa própria com o companheiro, uma filha e uma neta. Sua outra filha morava em uma casa vizinha.

Segundo relatórios da instituição, o padrasto de Roberto já havia tentado interná-lo em uma clínica particular para tratamento de adictos, mas ele permaneceu pouco mais de um mês antes de fugir.

O contexto acima indica que não havia sérias complicações de ordem socioeconômica da família que pudessem influenciar nos conflitos intrafamiliares. Ou seja, o adolescente em questão, aparentemente, não buscou e nem foi levado a sair de casa por questões de subsistência, mas sim pelo uso de drogas e o envolvimento com a criminalidade que, segundo Fernanda, provocaram o conflito desencadeador de sua expulsão e, conseqüentemente, levaram-no a vivenciar períodos na rua. A expulsão do filho do convívio familiar foi a forma que a mãe, inicialmente, encontrou de resolver o problema familiar, mas não alterou a condição de Roberto. Neste tópico destaquei situações em que aconteceram práticas ilícitas, seja o uso de drogas ilegais, atos infracionais ou violência intrafamiliar. Essas

variáveis surgem como motivadoras de situações instáveis nas relações familiares dos indivíduos entrevistados e, a partir disso, geraram conflitos que potencializaram a ida das crianças ou dos adolescentes a uma situação de rua. No tópico seguinte, o realce será dado a arranjos instáveis ocorridos principalmente no relacionamento entre mãe e filho, pois fatores de conturbação surgem na forma com que esses dois indivíduos se relacionaram afetivamente.

### ***2.3.3 Fragilização e conflitos na relação mãe e filho***

Um dos fatores que contribuíram para a saída dos jovens de casa entre os casos acionados pela pesquisa foi um aparente distanciamento na relação entre mãe e filho, que leva à fragilização dos vínculos afetivos. Nas situações narradas pelas entrevistadas, a dificuldade no relacionamento com o filho aparece como um motivador de conflitos que contribuíram para um contexto de ida às ruas.

Uma primeira situação que caracteriza essa tipificação é a de Isaac (ABA), que passou por dificuldades e distanciamentos no relacionamento com a mãe. Após Gorete constatar que o filho estava frequentemente perambulando pelas ruas, segundo ela por influência de um vizinho, tentou impedir essa rotina, mas não conseguiu evitar as saídas de Isaac. Um fator que contribuía para essa dificuldade era sua rotina de trabalho, que durava o dia inteiro e não lhe permitia supervisionar o filho de perto. Como moravam apenas ela e os filhos, durante o dia eles ficavam sozinhos em casa, quando não estavam na escola. Aos poucos Isaac se tornou mais inconstante em casa, prolongando por dias suas estadias na rua. Gorete afirma:

Que quando eu cuidei que não, o negócio complicou [...]. Aí o menino não vinha mais em casa dormir, não vinha em casa mais almoçar, não vinha em casa fazer nada. Aí o resultado: eu saía cinco horas da manhã, pegava o ônibus ali, porque aí eu começava a esmiuçar e ia atrás dele lá no sinal, o povo dizia assim: ‘Gorete, os amiguinhos aí dele, os conhecidinhos aí dele que andavam pedindo mais ele também, né, ainda me disseram ainda também que ele andava pedindo, né? Se eu não te contar tu não acredita, eu encontrei o Isaac lá no sinal, todo sujinho, todo rasgadinho, com as mãos desse jeito na vidraça do carro pedindo’. Eu disse: ‘Eu não acredito não’. [...] Um dia o rapaz até disse assim: ‘Isaac, se tu quiser eu te levo lá no carro pra tu ver. Tu vai ver ele bem sujinho’.

Em sua narrativa, ela explica que começou a buscar o filho quando este passou a não dormir mais em casa. Na tentativa de controlá-lo, assume tê-lo castigado fisicamente, argumentando que isso não diferia muito do tratamento dado aos outros filhos, mas como ele era mais “danado”, era a forma que utilizava para lidar com o garoto. Mesmo assim, não

conseguiu impedir as saídas do filho. Segundo a assistente social da ABA, Isaac, quando atendido, reclamava desses castigos, colocando-os como um dos motivos de não querer voltar para casa.

A dinâmica de ida às ruas se intensificou; as saídas tornaram-se mais longas. Isaac frequentemente dormia em terminais de ônibus, passando dias e noites sem voltar para casa. Exemplificando a situação, a mãe relata que, após um período em que o filho não retornava para casa, foi em busca dele pela manhã, antes do horário de seu trabalho:

E saía debaixo da chuva atrás dele, aí pegava um ônibus aqui, saía cinco horas da manhã, às vezes eu levava ela [a filha mais nova], ela desse tamanho já também. Eu não queria ir só, eu levava ela. Ia lá pro terminal, quando eu chegava lá no Terminal da Lagoa ele estava. Bem enroladinho, sujinho, as moscas chega cobriam. Sujo chega descia, pra completar ainda tinha um cachorrinho todo cheio de mosca perto dele.

A mãe descreve com certa dramaticidade a situação degradante em que o filho se encontrava. A imagem descrita por Gorete pode sintetizar uma condição que crianças e adolescentes enfrentam em uma situação de rua. Imagem análoga, como a mãe descreve, a cães de rua.

Outro caso onde o conflito entre mãe e filho é bastante evidente é o de Arcádio (ABA) e Remédios. Essa mãe também era pouco presente em casa, devido ao trabalho. Morando apenas com os filhos, acabou tendo dificuldade em conter e lidar com as posturas de Arcádio. Dessa forma, fugindo do controle da mãe, Arcádio passava boa parte do seu tempo circulando por seu próprio bairro, Serviluz, e pela Beira-Mar — região turística na orla de Fortaleza, chegando em casa muitas vezes no período da madrugada, ou nem sequer entrava:

Outra vez pegou uns papelões, debaixo de chuva, pra dormir aqui atrás de casa. Fui botar pra dentro, aí foi e disse que eu era mais isso, mais aquilo, só aqueles palavrões feios mesmo? Vagabunda, que ia mandar os colegas dele me matar, aí eu ‘É? Eu sou vagabunda? Um dia tu vai se arrepender de me chamar de vagabunda’, ‘E a senhora vai fazer o que, vai mandar fazer o que comigo?’. E eu: ‘Não se preocupe, não se preocupe, eu não vou fazer nada com você não, mas um dia o que você tá dizendo você vai se arrepender’, aí ‘E eu com isso, eu me importo?’. Eu: ‘É? Tá bom... Se importe mesmo não, não se importe’. Aí ele: ‘Ah, a senhora só quer viver brigando, se eu vou pro meio da rua, se eu fico aqui a senhora fica dizendo as coisas comigo...’, ‘Eu tô dizendo pro seu bem, eu não tô dizendo nada demais, só tô pedindo pra você sair do meio da rua, desses seus amigos que não tem futuro. Pra ir pro colégio, pra ir pro seu projeto’, ‘Ah, e eu lá quero lá isso...’.

As palavras agressivas reproduzidas por Remédios representam o alto grau de atrito entre mãe e filho. As agressões foram relatadas com aspereza, o que ainda revela a

instabilidade na referida relação. O relato de uma situação específica com o filho evidencia um dos principais motivos de desconfiança e conflito com ele:

Eu tenho uma de nove anos [...]. Morria de medo dele. Quando ele tinha uns onze anos ele quis fazer coisa com ela, então ela ficou com muito medo. Eu acho, se eu não tivesse chegado na hora que... Eu acho que ele tinha, né, feito pior com ela. [...]. Tinha feito o pior com ela. A porta fechada, eu tinha saído pra trabalhar e tinha deixado a moça com eles. Então, o que ela fez, deixou, ela mais ele. E, aqui vizinho tem um quarto, né, um quartinho, né? Aí é dos bêbados, então eles jogavam muita coisa de lá pra cá. Imundice, era revista de sexo, essas coisas. Então, eu acho que o que fez ele, que ele nunca tinha feito isso na vida... Foi, achou uma revista de mulher fazendo imoralidade... Aí foi e viu. Viu, aí eu fui e tomei. Aí quando foi no outro dia aconteceu isso. Mas eu dei-lhe uma pisa, dei-lhe uma pisa muito grande nele, dei, se fosse pra dar eu dava de novo, porque eu detesto isso daí, negócio de estupro, essas coisas aí.

A filha de Remédios, com nove anos à época da entrevista, segundo meus cálculos, teria em torno de cinco anos de idade no período do relato acima. Remédios não detalhou o que presenciou, tampouco expressa algum tipo de compreensão sobre a especificidade da idade do filho, que também ainda era uma criança. Entretanto, como declara, o filho não chegou a consumir a relação sexual com a irmã.

O que agrava mais ainda a reação intensa da mãe é sua própria experiência com esse tipo de violência. Ela afirmou ter sofrido mais de uma vez abuso sexual pelo companheiro de sua avó, quando ela era adolescente. Em suas palavras: “[...] fui estuprada três vezes”<sup>46</sup>.

A partir do que Remédios destaca, é inevitável fazer menção a questões de gênero. Por causa de sua experiência traumática, ela declarou possuir uma grande desconfiança de homens. Na continuidade da entrevista, Remédios revelou sua insegurança nos relacionamentos com homens:

Mas eu nunca fui junto assim de, mas assim por causa que eu tinha... Tenho filha mulher em casa, então, eu vejo que eu mesma quando eu era assim ‘moçotinha’, que eu era muito atentada pelo marido da minha vó, que era o padrinho da minha mãe, então é uma coisa você... Acontece com você quando é pequena, você mesmo dizendo pros seus pais eles nunca acreditam, então o que eu passei quando era pequena, aí eu botei aquilo em mim que... Negócio de homem pra conviver comigo eu não queria, então eu tive o pai dos meus filhos, mas ele lá na casa dele e eu na minha. [...] negócio de dormir à noite, passar a noite na minha casa, de jeito nenhum.

<sup>46</sup> Destaco que, como indivíduo, não recebi tal informação de forma impassível. A declaração de que a Regina sofreu abusos sexuais várias vezes deixou-me um pouco atônito, tanto pela gravidade da violência como por certa naturalidade com que ela, como mulher, declarou para mim, enquanto pesquisador e homem.

Ela revela a preocupação com a presença de um homem em sua casa com suas filhas. Não compartilhar sua moradia com o companheiro é uma forma de resguardar as filhas da possibilidade de uma agressão do tipo que ela mesma sofreu: o abuso sexual. Preocupação que foi bastante reforçada por ela durante a entrevista.

A demarcação dessa posição de constante vigilância e desconfiança com relação aos homens foi, de certa maneira, transferida para o filho. Assim, a situação que ela afirmou ter presenciado repercute severamente em seu entendimento. A assistente social da ABA, em conversa sobre tal ocorrência, confirmou a suspeita sobre o ocorrido, mas não conseguiu ter certeza absoluta se o abuso sexual aconteceu mesmo ou foi uma interpretação equivocada da mãe. A assistente social ainda me relatou que, durante todo o período em que Arcádio esteve acolhido, ele nunca assumiu tal atitude. O fato é que a mãe até hoje afirma que sim.

De todo modo, por mais que Arcádio realmente não tenha concretizado o ato sexual com a irmã mais nova, a experiência pessoal da mãe agrava a desconfiança com o filho, pelo fato de este ser homem. Há, possivelmente, questões de ordem psicológica na relação entre mãe e filho, provocadas especificamente pelo relato supracitado; porém, para efeito deste estudo, destaco a fragilização da relação familiar decorrente do acúmulo de conflitos entre os dois indivíduos e que compõe o quadro para institucionalização de Arcádio.

Remédios descreve uma situação de desespero que a levou a pedir ajuda à polícia para lidar com o filho, como exposto a seguir:

Uma vez eu me vi tão aperreada, eu fui, peguei a foto dele, o registro dele, levei pra essa delegacia aí. Aí fui, deixei até uma foto dele lá. Eu disse pra ele: ‘Olhe, ele é meu filho, ele é meu filho, ele não quer entrar pra dentro, já ia dar duas horas da madrugada, eu trabalho’. **Então, o pessoal diz: ‘Ora, o filho não presta porque a mãe não vai atrás ou o pai’, mas esse caso aí não é o meu não!**

A frase que atribui aos pais a “culpa” da postura do filho exemplifica como há uma coerção para que a mãe tome determinadas atitudes. A frase ainda expressa uma ideia socialmente recorrente: se um jovem age de forma não aprovável pela sociedade, a responsabilidade é dos pais. A frase reproduzida por Remédios simboliza a pressão social que contribui para tomada de atitude de algumas mães que procuram ou aceitam a institucionalização dos filhos, seja em colégios internos ou acolhimentos institucionais, como os destacados nesta dissertação. No capítulo seguinte será apresentado como acontece em os encaminhamentos para os acolhimentos institucionais.

Nesse sentido, a forma com que Remédios rebate a acusação feita na delegacia exemplifica a iniciativa de resolver os conflitos com o filho buscando a intervenção de

instituições específicas. Segundo ela, demorou dois anos para encontrar um acolhimento institucional para Arcádio, e ela tinha certeza de que ele aceitaria. Remédios relembra o diálogo com o filho: “Aí é o que eu fiz. Eu: 'Arcádio, se eu correr atrás de um abrigo pra tu, tu vai?'. Aí ele: ‘A senhora só faz prometer’. Aí eu: 'Se eu conseguir, tu vai?'. 'Vou!'”.

Portanto, a ida do filho a um acolhimento institucional (o “abrigo”) era o objetivo a ser atingido pela mãe. O posterior “sucesso” da procura ganha destaque em sua narrativa, e ela valoriza sua atitude como uma “conquista” que ela não esperava “perder” tão cedo, como será exposto no capítulo sobre a saída dos adolescentes do acolhimento institucional.

A fragilidade das relações descritas acima surge de um momento de conflito entre mãe e filho, motivado por situações específicas. Há, em mais quatro casos estudados, a constatação de que a fragilidade surgiu do pouco envolvimento entre mãe e filho no início da vida da criança.

#### 2.3.3.1 O filho que foi “dado” ou recebido

A subdivisão aqui feita foi vista como necessária para descrever quatro casos cujas narrativas das entrevistadas abordam um distanciamento na relação com os filhos desde os primeiros anos de vida destes.

Em três casos aconteceu a dinâmica de “dar” ou deixar o filho para ser criado por outra família ou por algum parente. Em primeiro lugar, faremos uma exposição empírica dos casos, apresentando algumas características dos relacionamentos entre mães e filhos, observando situações que desencadeiam conflitos e, muitas vezes, potencializam a saída destes para uma situação de rua. No fim do tópico, trago uma reflexão analítica desses casos empíricos, em consonância com algumas autoras que versam sobre dinâmicas similares às encontradas nesta pesquisa.

Por último, apresento um caso em que a dinâmica é inversa às anteriores: a mãe, em vez de “dar”, recebe uma criança e a adota. Contudo, ocorre uma inicial rejeição, que será descrita no referido momento do texto.

O primeiro é o caso de Aureliano (OPN), filho do meio de Rebeca. A mãe relata que passou por sérias dificuldades financeiras quando Aureliano ainda era um bebê (por volta de cinco meses). Ela já tinha outro filho, e nesse período, como diz, “passava necessidade”, pois havia se separado do marido e não tinha onde morar. Rebeca fala sobre esse momento:



Que eu tinha dificuldade de criar ele, que eu sou separada do pai dele. Aí eu tinha muita dificuldade pra criar ele. Ele, quando ele nasceu, eu não tinha como criar, não tinha casa. Aí tive que dá ele. Uma família pediu pra criar, eu dei. Mas ela disse que quando ele tivesse uma certa idade me devolvia, quando eu arranjasse uma pessoa pra mim, um canto pra morar.

No trecho acima, Rebeca relata ter “dado” Aureliano para uma família que se interessou em criá-lo, sem passar por nenhum trâmite legal para isso, mas com a possibilidade futura de voltar a conviver com o filho. Vale ressaltar que ela mesma passou por dinâmica similar, pois declarou também ter sido “dada” pela mãe quando criança. A experiência foi problemática, já que demonstrou certo ressentimento ao descrever a atitude da mãe, principalmente pelo fato de ter sido “dada” a uma família para se tornar uma “empregada doméstica”, e não uma filha adotiva. Declarou não possuir até hoje uma boa convivência com a mãe. Ela era uma jovem adolescente nesse período, e culpa sua mãe por ter trabalhado nesta condição. Apesar dessa experiência traumática, a própria Rebeca reproduziu a mesma ação, ou seja, entregou o filho a outrem, alegando ter sentido que a família iria criar seu filho com carinho: “[...] ela demonstrou que ia, queria criar ele com muito amor”.

Mesmo com o filho morando com outra família, Rebeca afirma não ter perdido o contato com o Aureliano. Disse que costumava visitá-lo e, sempre que podia, levava pequenos presentes para o filho. Até que um dia, através de pessoas que moravam na vizinhança da família adotiva de Aureliano, soube que seu filho estava sofrendo maus tratos naquela casa.

Na infância dele lá, o tempo que ele passou lá, era muito judiado. Pessoal diz que ela judiava muito dele. Até queimadura de cigarro... Até no corpo dele, se você olhar nas pernas, ainda tem, que ela queimava ele, com o cigarro... Pessoal dizia pra mim, foi aí que veio meu apavoramento, né? (Rebeca, mãe de Aureliano - OPN).

Sabendo que o filho estava sendo maltratado na família adotiva, Rebeca resolveu retomar o filho:

Aí até que um dia eu falei com o meu companheiro [...]: ‘Não, eu vou trazer o Aureliano pra casa, que ela tá maltratando ele, vou trazer ele aqui pra casa’. Aí ele disse: ‘Tá certo, é seu filho’. Aí fui pegar o menino. Aí que foi que começou a fugir pra rua, porque ele não se acostumava dentro de casa.

Aureliano tinha seis anos de idade quando foi morar com Rebeca. Ela narra que tentou explicar-lhe para o motivo de ele ter sido “dado”:

Aí pronto, eu trouxe, né, pra ficar, conviver com a família, né, 'Aureliano, sou sua mãe, aqui é seu irmão', conversei "Aureliano, eu lhe dei porque assim assim, assim", expliquei tudo pra ele, porquê, qual o motivo que eu lhe dei, na época não tinha onde morar, agora que eu conseguisse barraco aqui.

Apesar de Rebeca afirmar que visitava o filho no convívio da outra família, ela mesma explicou ter certa dificuldade no relacionamento com ele:

Porque foi criado pela outra família, estava apegado com essa senhora [...]. Aí era um sofrimento também, né? Começava o sofrimento, ele sofria, ele saía pras ruas, inventava que ia ali fazer uma coisa, ia na farmácia, ele não voltava mais. Lá ia buscar. [...]. Aí eu passava pro lado e ia buscar mais o meu companheiro, e ele estava lá, na mãe adotiva. Trazia de novo, voltava de novo pras ruas.

As fugas do filho de casa sinalizavam para uma fragilidade nos laços afetivos entre mãe e filho, que em alguma medida mantinha uma relação com a família adotiva, apesar dos maus-tratos que recebeu. Rebeca revela que Aureliano não se adaptou à convivência com a "nova" família, e declara que não conseguia exercer autoridade sobre o filho. Ela mesma percebeu que Aureliano não nutria uma forte afeição por ela, o que pode ser confirmado pelo fato de o destino das fugas de Aureliano ser justamente a casa da família adotiva.

A rejeição de Aureliano é explicada por ele praticamente não ter convivido de forma integral com a mãe, mesmo quando esclarecido que Rebeca era sua mãe biológica e que ele tinha dois irmãos.

Os vínculos afetivos eram frágeis, pois sequer se consolidaram, aparentemente. Isso pode explicar o fato de Aureliano não reconhecer a autoridade que a Rebeca tentava exercer. "Ele não se acostumava em ficar dentro de casa" (Rebeca, mãe de Aureliano – OPN). Segundo ela, essa dinâmica do filho durou, aproximadamente, dos seis aos nove anos, quando foi acolhido pelo OPN.

A dinâmica em que o filho é entregue pela mãe a outra família para criá-lo é algo que se replica em determinados arranjos sociais. O que não significa necessariamente a ruptura da relação entre mãe e filho, no entendimento dessas mães. Fonseca (2006) elabora uma reflexão sobre essa dinâmica e propõe o conceito de *circulação de crianças*. Como algumas dessas características, em certa medida, reproduzem-se em outros casos conhecidos por essa pesquisa, retomarei a discussão com a autora no final deste tópico.

Outro caso é o de Pilar, mãe de Pietro (ABA). Em dinâmica semelhante ao caso anterior, ela deixou dois de seus filhos – sendo um deles Pietro – aos cuidados de outras famílias. Pietro foi morar com a avó paterna com, aproximadamente, um ano, ficando sob

seus cuidados até os sete anos, até que a avó não quis mais cuidar do neto, segundo Joana, por não conseguir “controlá-lo”.

Em todos esses anos, Pietro não havia sido registrado, e só o foi quando voltou a morar com a mãe, aos sete anos de idade. Pilar destaca que o pai não assumiu oficialmente o filho. Ela afirma que, para registrar o filho, teve que mentir, dizendo que o pai do garoto havia morrido.

Depois deixou novamente Pietro e seu irmão mais velho com outra família que se prontificou a acolhê-los, essa sem nenhum grau de parentesco. Ela relata:

Aí dali pra cá, quando cheguei tem os dois, os dois eu já deixei na casa de uma senhora, uma senhora que era de Brasília, aí deixei os meninos lá morando, ela se deu muito com ele [o filho mais velho], e o Pietro era muito danado, não quis, ninguém quis, eu trouxe ele.

Pilar, ao considerar o filho “muito danado”, sinaliza a característica do filho que se tornará fator complicador de seu controle sobre ele, como surgirá em sua narrativa posteriormente. O termo “danado” é uma expressão popular que aqui é atribuída a um indivíduo muito ativo, travesso, e que não se submete facilmente às ordens dos responsáveis.

Nesse ínterim, enquanto Pietro ainda estava com a outra família, Pilar e a outra filha se encontravam sem um lugar fixo para morar e com dificuldade até para se alimentar. Ela relata como chegou ao bairro onde mora atualmente:

Aí eu vim pra cá com uma invasão, arranjei um barraco pra mim [...]. Quando eu cheguei aqui que eu me ajuntei com o homem, que eu disse até um pouco aqui, né, aí... Eu acho que eu não me ajuntei não, que eu acho que eu estava precisando era do alimento, de uma casa pra morar, aí eu vi ele só, né, aí foi ali que eu... Eu digo ‘É aqui mes mo que eu vou’. Ah, você encontrar um homem solteiro, aposentado, você quer só comida e mordomia, né?.

Esse relacionamento de Pilar aconteceu mais por uma estratégia de sobrevivência do que por maiores questões afetivas. Segundo ela, esse foi um período em que pôde gozar de uma mínima estabilidade, se comparada à sua situação anterior; onde pôde se recuperar da intermitência da vivência na rua. Foi nesse período que Pietro voltou a morar com ela, ao retornar da família que havia acolhido o irmão e ele.

Foi a partir daí que Pietro iniciou suas idas à rua. Ela conta:

Pietro saiu de casa, sabe com quantos anos? Nove anos. Oito anos ele já começou a sair de casa. Ficava saindo, eu desesperada, fui atrás dele. Quantas noites eu passei ali naquela Beira-Mar indo atrás dele. Aquele mercantil Chalana, atrás dele... Aí eu

digo ‘Meu Deus, cadê esse menino?’. Aí pronto, vi ele: ‘Bora pra casa, olha, Pietro, vou dizer aqui pra você... Tá muito danado, eu vou procurar um canto pra botar você’, ‘Não mãe, eu vou me ajeitar’.

Segundo a mãe, ele saía de casa para ir à escola, mas não chegava até lá. Em vez disso, passava o dia perambulando pela cidade, principalmente no Parque das Crianças, no centro da cidade, e na região da Praia de Iracema. Ambos os locais são historicamente espaços de convergência dos fluxos de crianças e adolescentes em situação de rua.

Pode-se destacar que Pietro, até essa idade, havia convivido muito pouco com a mãe. Até aquele momento, ele já havia sido rejeitado pelo menos duas vezes, por ser “muito danado”. Então, independentemente de qualquer questão sentimental, é evidente que havia pouco tempo de convivência com a mãe. É possível supor que os vínculos não se fragilizaram, pois sequer houve tempo para que se fortalecessem.

De todo modo, quando passou a morar com a mãe, entrou em choque com a dinâmica de sua nova casa, sobretudo em razão das críticas do então companheiro de Pilar sobre os hábitos de Pietro, que, segundo ela, chamava-o muitas vezes de “vagabundo”. Pilar relata que foi esta não aceitação de Pietro por parte do companheiro uma das razões de sua separação. Em sua narrativa, ela diz que o ex-companheiro chegou a acusá-la de apoiar as posturas “erradas” do filho, o que, segundo ela, não era sua postura real. Pilar demonstrou ter conflitos constantes com o filho que estava em situação de rua, repreendendo-o sempre que ia à sua procura.

O fato de sua mãe, seus irmãos e ele terem passado por situação semelhante em sua infância, por não ter um local de moradia; as repetidas vezes que voltou a conviver com Pilar, rejeitado por ser considerado “danado”, gerando inclusive o conflito com ex-companheiro da mãe; o desgaste ocasionado pelas dificuldades de sobrevivência da família; enfim, o conjunto dessas sucessivas instabilidades parece ter contribuído para que Pietro optasse por uma situação de rua, principalmente se considerarmos que tais situações ocorrem em um eixo doméstico e familiar, tornando-se uma realidade não só conflituosa, mas também pouco atrativa. Essa perspectiva de atração ficou mais clara quando Pietro foi atendido por uma instituição que propõe atividades de seu interesse, como *surf* e cavalaria, o que contribuiu, segundo análise, para não mais se encontrar em uma situação de rua. Mais detalhes sobre a dinâmica de atendimento serão apresentados no capítulo seguinte.

Pilar afirmou que punia o filho, na tentativa de controlá-lo, fosse através de ameaças ou de agressões físicas. Em uma situação, por exemplo, em que Pietro machucou um colega de escola, Pilar narra como agiu:

Foi no outro dia a mãe mandou um bilhete, a professora: ‘Mãezinha, quero falar com a senhora’... Tá certo, foi lindo, maravilhoso, vou pegar ele, num vou espancar não. ‘Bom dia, neném, o meu filho tá tão lindo estudando’. Eu, na minha mente. E ele lá na dele. ‘Ô Pietro, por que tu pegou o lápis do menino, não devolveu e furou a mão dele?’, ‘Ah, mãe, eu furo e é mesmo, ó...’, que ele tem uma mania de falar assim, mas agora num tá falando mais não! ‘Ai é, pois espere aí’, peguei o lápis e furei a mão dele, a mesma dor que o menino sentiu ele sentiu também. Peguei, tirei a roupa dele, meti a chibata lá dentro do colégio, eu digo: ‘Agora chama a polícia, dona diretora, a senhora é diretora do colégio agora chama a polícia’. Peguei, bati nele: ‘Vou lhe matar, seu filho da puta, você vai pagar agora’. Meti a chibata nele, tirei a roupa dele: ‘Taí, agora a senhora vá ali e chame a polícia que eu bati no meu filho, vá, e furei a mão dele... Furei porque ele furou a mão do menino’. Nunca mais. Aí Pietro foi pro colégio, ficou amiguinho dos amiguinhos...

Os castigos e repreensões impostos ao filho aparecem, em certa medida, como uma demonstração de preocupação com ele, pois disse que, mesmo passando por situações sofridas, sempre “disputou” os filhos para que esses tivessem uma “boa criação”. Afirmo que Pietro sempre foi o que mais lhe deu “trabalho”. Ao saber das “danações” do filho, batia nele, segundo ela, para “ensinar”. Assim, a perspectiva do uso da violência surgia como um ato corretivo à atitude do garoto. Há, assim, uma naturalidade do uso da violência, de modo que os sentimentos de amor e violência se misturam ao falar de Pietro.

No caso de Amélia, a dinâmica de deixar um dos filhos na casa da avó se replica. Ela teve dois filhos com o primeiro companheiro: uma menina e um menino. Logo em seguida se separou do pai de seus filhos, quando estes ainda eram pequenos. Nessa época, Amélia trabalhava como empregada doméstica em “casas de família” e possuía uma situação econômica bastante difícil. Então sua mãe resolveu acolher os netos (Miguel e a irmã) onde morava, em uma cidade do interior do estado. Entretanto, por causa de seu desejo de ter um filho homem, segundo relata Amélia, sua mãe fez questão de criar Miguel.

E a minha mãe só: ‘Mas eu quero o Miguel pra mim’. Porque ela nunca teve nenhum filho homem. ‘Eu quero o Miguel pra mim’. Ai, eu: ‘Tá certo!’. Aí eu me empolguei com isso, né? Deixei ele com ela lá. Mas eu nunca...assim, sempre eu ia deixar as compra dele. Não abandonei. Tá entendendo? Eu fiz o meu papel de mãe. Eu ia de quinze em quinze dias, quando ele tinha até seis meses, porque também a mulher não queria deixar eu ir todo final de semana, né. E a passagem muito cara (Amélia, mãe de Miguel – OPN)

Dessa forma, Amélia deixou o filho Miguel com sua mãe. “O Miguel foi criado com a minha mãe desde novinho. Porque eu trabalhava em casa de família e, quando eu engravidei dele, eu precisei deixar com a minha mãe, porque a mulher que eu morava com ela não aceitava eu com criança” (Amélia, mãe de Miguel - OPN). Amélia o visitava com

frequência, levando alimentação e outros insumos básicos para a criança. Com o passar do tempo a frequência de visitas foi diminuindo: “Aí depois eu passei de 30 em 30 dias. Aí eu ia, deixava a feira dele, voltava”.

Logo que conseguiu certa estabilidade: adquiriu um emprego e, junto com o novo companheiro, conseguiu um local para morar, Amélia trouxe de volta a filha, mas Miguel permaneceu sob os cuidados da avó. Ela narra: “Aí, eu sempre dizia: ‘Mãe, quando eu tiver uma oportunidade, eu levo ela pra morar comigo e, depois, se a senhora quiser eu levo o Miguel também’. Aí ela: ‘Não, o Miguel é meu, a Andrea você pode levar’”.

Assim como no caso de Rebeca, mãe de Aureliano (OPN), Amélia entrega o filho para outra pessoa. No caso de Amélia, ela deixa Miguel com a avó, mantendo-o próximo, considerando o grau de parentesco, apesar de a distância geográfica dificultar o convívio cotidiano, sendo inclusive esse o empecilho que reduzirá o contato mais frequente com o filho. Inicialmente, a dinâmica ocorreu por uma dificuldade financeira, depois se tornou uma forma de apoio, já que Amélia, como será descrito, teve dificuldade em conciliar a rotina imposta pelo trabalho com o acompanhamento mais próximo dos filhos, principalmente em relação aos adolescentes. De todo modo, essa ação de deixar o filho com um familiar próximo é um fenômeno que será logo mais debatido.

Desde então, Amélia trabalha o dia inteiro, quase todos os dias da semana, geralmente folgando aos domingos. Rotina comum ainda quando trabalhava como empregada doméstica e depois como cozinheira de um hospital particular de Fortaleza.

Primeiramente, Amélia teve conflitos na relação com a filha na adolescência, pois passava pouquíssimo tempo em casa. Como Amélia define, a filha começava a dar “muito trabalho”:

Na fase de adolescente ela [a filha] me deu muito trabalho. [...] Queria viver solta. E eu tinha que trabalhar. Ai, foi bem na época que eu entrei na Gastroclínica e meu horário era muito puxado. [...] não queria me obedecer, vivia me dando trabalho. Fui, primeiro, pro conselho tutelar, DCA. Me deu muito trabalho. [...] Ela queria tá misturada com os meninos que usava droga, se metia naquela favela por aí fora. E meu marido ia atrás. Eu lá no trabalho e ele ia atrás. Botava ela pra casa. De noite ela saía, mas quando era cedo ela estava em casa, sabe? Me deu muito trabalho. Mas, assim, eu nunca abandonei, assim de dizer: ah, vai, quer viver a tua vida, então pronto. Assim, eu fui muito perseverante. Porque tem mãe que deixa. Eu acredito que esses meninos que usam droga, a maioria, é culpa dos pais.

A dificuldade de relacionamento com os filhos, em grande medida, foi potencializada pelo distanciamento durante a infância – destaque para um período maior em relação a Miguel – e, após a volta dos filhos, a rotina intensa de trabalho.

Amélia aponta que o relacionamento com a filha se complicou quando esta engravidou, ainda adolescente:

Nesse meio período que ela morava comigo e que me estava dando trabalho e engravidou, ele vai, minha mãe manda ele pra mim [...]. Porque ele lá também ele estava dando trabalho a ela. De não querer obedecer [...] De não querer obedecer, é... Dando trabalho a minha mãe. Minha mãe: ‘Minha filha, ó, eu sinto muito, mas eu não aguento’.

Se antes a avó de Miguel fazia questão em continuar com ele, agora mudou sua postura, justamente nesse momento crítico para Amélia e sua família, resolvendo não permanecer mais com o garoto e fazendo-o voltar a morar com a mãe. Amélia descreve a chegada do filho:

Aliás, ela nem disse isso pra mim, quando eu menos esperei, minha irmã chegou com ele. Ai, tudo bem, a gente aceitou, os meninos gostaram, meu marido, todo mundo aceitou a ideia. Ai, o caboclinho começou a dar trabalho também.

O que Amélia chama de “dar trabalho” é, principalmente, a desobediência do filho, como ela explica:

Porque não queria obedecer nem a mim, nem a meu marido. Assim, agora o relacionamento com ele e meu marido todo mundo se impressiona. Porque, desde a hora que ele chegou lá em casa, desde onze anos, quando ele chegou, ele achou que ele era o pai dele e começou a chamar ele de pai. E ele nunca deixou de chamar.

A afinidade entre mãe e filho não era forte, como já foi enunciado. A própria Amélia revela essa percepção ao explicar o “porquê” das “danações” de Miguel:

Não queria obedecer. Mas, por quê? Porque, lá minha mãe criou ele de uma maneira e quando ele chegou aqui, foi difícil pra ele se adaptar com as minhas normas. Ele não queria me obedecer, porque não fui eu que criei. Tipo assim: “ela é minha mãe, mas ela não me criou. Ela não tem autoridade nenhuma sobre mim.” E haja Conselho Tutelar de novo. Ai, ele saía, passava a noite fora.

A manutenção do contato com o filho quando morava com a avó não foi o suficiente para manter uma relação estável quando Miguel voltou a morar com a mãe, pois, como Amélia conclui, o filho não reconhecia a sua “autoridade”. Isto era acentuado pelo distanciamento cotidiano causado pela rotina de trabalho de Amélia, que a mantinha fora de casa boa parte do dia. Havia ainda a relação de Miguel com o marido da mãe, que, apesar de amena, era de certa forma muito recente.

Os três casos anteriores possuem uma característica marcante que os aproxima: os filhos foram “dados” ou deixados sob os cuidados de outras pessoas. Fonseca (2006) designa esse fenômeno de *circulação de criança*, que consiste basicamente na transferência de crianças entre famílias, seja com caráter provisório ou definitivo. Essa dinâmica é encontrada e destacada em outros estudos, como o de Sarti (2011), que encontra esse fenômeno ao estudar as relações de parentesco e sociabilidade em famílias da *periferia* de São Paulo. Em sua análise, a autora observa que esse fenômeno acontece quando a dinâmica das relações intrafamiliares, por exemplo, na composição de novos arranjos conjugais da mãe, pode gerar conflitos entre o novo cônjuge e os filhos. Essa situação, segundo a autora, pode “[...] levar a mulher optar por *dar para criar* seus filhos, ou algum deles, ainda que temporariamente” (SARTI, 2011, p. 77).

Nesse sentido, a análise da autora destaca a existência de circunstâncias criadoras de um contexto propício à *circulação de crianças*. Como nos casos narrados, os momentos críticos pelos quais passam as mães geram esse contexto. Sarti aponta:

Dadas as dificuldades que enfrenta uma mulher pobre para criar seus filhos, a tendência será lançar mão de soluções temporárias para contornar a situação, entre as quais está a possibilidade de que os filhos fiquem com os pais. [...] A instabilidade familiar, embora seja um fator importante não esgota o significado da circulação de crianças, que pode acontecer mesmo em famílias que não se romperam (2011, p. 78-79).

A análise supracitada traz luz sobre o sentido da ação realizada por essas mães que agem em função de um contexto em que passam dificuldades, podendo ou não compreender sua ação como um fator que contribui para a fragilização dos vínculos com o filho. Como a própria autora destaca, esse fenômeno não acontece só em famílias com os laços fragilizados.

Sobre uma dinâmica ainda mais próxima do universo em destaque nesta dissertação — famílias de crianças e adolescentes em situação de rua —, Gregori (2000a) argumenta que o fenômeno da *circulação de crianças*, mesmo que *a priori* as mães não intentem o distanciamento afetivo, pode gerar impactos nessas relações intrafamiliares:

[...] crianças que, de início, são apenas deslocadas fisicamente de seus núcleos familiares, encontram dificuldades crescentes em restabelecer, com alguma permanência, os laços não só físicos como de pertinência a esse ou a qualquer outro núcleo. [...] temos a impressão clara de que, mesmo sendo uma prática bastante generalizada, a circulação de crianças traz, algumas vezes, o afastamento da criança do universo familiar (GREGORI, 2000a, p. 98).



Constata-se com clareza que esse desgaste causado pelo afastamento gera o impacto afetivo, como é percebido principalmente nos casos das mães Rebeca, mãe de Aureliano (OPN), e Amélia, mãe de Miguel (OPN). Em ambos os casos, elas destacam que o distanciamento dos filhos durante anos contribuiu para certo desconhecimento dos papéis afetivos entre mãe e filho. No entanto, quando os filhos voltam à casa, a relação entre mãe e filho é imposta segundo os padrões tradicionais. Assim, como não há a aceitação de ambas as partes em relação aos papéis sociais — a mãe que manda e o filho que obedece —, os conflitos são iminentes.

Gregori (2000b), em pesquisa sobre crianças e adolescentes moradores das ruas de São Paulo, destaca que, com o retorno destes à família biológica, vem à tona a prerrogativa da relação baseada em padrões tradicionais.

Daí se depreende que é generalizado o sentimento de que ‘mãe é uma só’, ainda que a criança tenha vivido com ela por pouco tempo. A lealdade dos filhos com a mãe verdadeira permanece, assim como esta nunca considera ter rejeitado ou abandonado seu filho. Ela responsabiliza, acima de tudo, as adversidades da vida, tomando a doação como um sacrifício (GREGORI, 2000b, p. 83).

Os casos anteriores exemplificam uma realidade em que as crianças *circulam* e retornam ao convívio familiar inicial. A partir de uma perspectiva diferente, o caso de Caio (OPN) e Úrsula caracteriza uma situação em outro referencial: Caio foi adotado por Úrsula. Ela afirma: “Ele é um filho da gente, mas é do coração”.

Caio chegou em sua atual família ainda recém-nascido. Nesse período, Úrsula estava, coincidentemente, no período pós-parto de uma filha que estava com poucos dias de nascida. Além dela, Úrsula tinha dois outros filhos mais velhos: um menino e uma menina.

Inicialmente, Úrsula não tinha a intenção de adotar Caio, pois era sua irmã que estava interessada em adotar uma criança. Porém, sua irmã, segundo ela, o rejeitou. Ela argumenta que essa rejeição precoce pode ter influenciado no comportamento futuro do garoto:

Só que ele passou por muito problema, devido os pais ter rejeitado ele. Assim, a educação que a gente queria dar pra ele, acho que ele não aceitava. [...]. Ele era bem bebezinho, quando chegou na minha companhia. Ele tinha 25 dias de nascido.

Mesmo a contragosto de Úrsula, ela e o marido resolveram ficar com Caio, decisão baseada fortemente no interesse do companheiro. Contudo, ela sustentou inicialmente a expectativa de ser uma guarda provisória.

Então, aquilo ali, eu não queria ele, né. Porque eu já tinha três. E eu não queria ele. Mais porque era uma responsabilidade muito grande, a gente tava desempregado, eu e meu esposo e a gente não queria. Mas meu esposo: não, a gente vai ficar, a gente vai ficar. Tudo bem. Eu fiquei cuidando dele bem, como eu cuidava dos outros, né. Aí eu digo: quando aparecer uma pessoa a gente vai dar ele, porque eu não tenho condições, ou eu vou ver ele passando fome, isso não é justo. Então, o tempo foi passando, o Caio foi crescendo e ninguém queria ele, né? (Úrsula, mãe de Caio – OPN).

Com duas crianças recém-nascidas em casa, Úrsula não tinha como trabalhar, e seu marido também estava desempregado, naquele momento. Foi um período em que a família passou por muitas dificuldades financeiras.

Ela declara que, inicialmente, não queria adotar Caio. Para ela, esse sentimento, com o passar do tempo, foi se manifestando em castigos infligidos aos garoto, justificados pelo fato de ele ser “muito ativo”:

Assim, eu não vou mentir pro senhor não, eu batia nele. Né. Porque, assim, foi uma coisa, assim, a gente pegou o Caio, assim, que foi uma coisa, assim, acho que é plano de Deus. Que era pra ter dado pra minha irmã, só que a minha irmã não quis ele. Percebeu que ele era muito ativo, não quis ele. Então, a gente ficou. Ena época, eu tava de bebê novo. A minha menina, que tem quase a idade dele, era bem novinha, tinha dois dias de nascido.

Considerando a adoção inesperada de Caio e a condição de resguardo do parto recente, Úrsula se encontrava em um momento emocionalmente sensível. Isso, aparentemente, foi um forte agravante para a difícil construção de laços afetivos com o recém-nascido, o que piorou quando Caio não foi adotado por outra família e permaneceu naquele lar.

Então, o tempo foi passando, o Caio foi crescendo e ninguém queria ele, né? E chegou um ponto, assim, quando tava... o Caio completou, assim, um ano ele começou a fazer travessura dentro de casa. É... quebrava as coisa. E eu castigava eu, assim, sei lá, eu acho que eu fiquei assim deprimida, nervosa dentro de casa, vendo aquela situação. Então, eu começava a castigar ele, né? Eu castigava ele, botava ele de castigo, tirava ele da televisão. E eu via... as vezes, quando eu me acalmava, eu via que aquilo ali não tava certo. Mas eu, sei lá, as coisas foram acontecendo na minha vida assim. Eu perdi o controle. Né? (Úrsula, mãe de Caio - OPN).

Úrsula descreve que desde cedo batia no filho por causa de suas “travessuras”. Com o crescimento de Caio, tanto o comportamento dele continuou “muito ativo” como a postura violenta da mãe também:

O Caio foi crescendo, foi crescendo, até que chegou a idade de eu botar ele no colégio. Então, a coisa foi se agravando cada vez mais. Reclamação, por reclamação, ele mexia nas coisa dos outro e chegava a polícia na minha porta. Ai, aquilo ali, eu

fui piorando. A minha situação, assim, não financeira, espiritual mesma eu estava ficando sem controle. Né? Que muitas vezes eu acabava batia nele e ainda batia nos outro, porque estava agravando minha situação. Foi onde eu cheguei a pedir socorro no Conselho Tutelar, porque eu não aguentava, alguma coisa tinha que ser feita. Então, aí, foi a minha saída. Tanto pra mim, como pra ele.

Os castigos não eram infligidos exclusivamente pela mãe; o pai, principal defensor da adoção, também batia muito nele. Ela afirma que ele era o mais impaciente com o garoto.

Para Úrsula, a relação com o filho estava fora de seu controle. Isso fez que com que ela procurasse uma solução através do Conselho Tutelar. Já nessa época, Caio fugia do colégio para as ruas. A relação conflituosa de mãe e filho potencializava, pelo menos aparentemente, o “mau comportamento” do garoto.

A situação de rua por que Caio passava teve consequências complexas. Além dos riscos que tal vivência na rua podem trazer a uma criança, tais circunstâncias afetavam a mãe, emocionalmente e profissionalmente, e isto impactava a economia da família:

Então, eu batalhava muito. Tive de sair do meu emprego, na época, pra mim cuidar dele, que eu dava mais atenção a ele, porque ele sempre me dava mais problema. E da minha outra filha pequena que era novinha igual ele, da idade dele. Quase da mesma idade. Então, eu tive que largar o meu emprego pra cuidar dele. Pra não ver... **Porque sempre que o pessoal mandava me chamar, do Conselho Tutelar, ali da Boa Vista, eles dizia que os pais ficasse mais atento aos filhos.** Uma vez eu cheguei até dizer pra conselheira de lá, que eu tinha que fazer alguma coisa: ou cuidar só dele, ou, então, correr atrás de um emprego. Ou a gente passava necessidade, ou outra coisa. Eu abri mão do meu emprego pra cuidar dele, porque ele vivia mais nas rua. Eu saia pro trabalho, deixava ele no colégio, quanto estava no trabalho a diretora ligava, que ele fugia do colégio. Então, nessa arrumação as pessoas foi nunca mais me querendo no emprego. Entendeu? Porque eu faltava muito o emprego. E, assim, abri mão do meu emprego... pra cuidar dele (grifos nossos).

Na família de Úrsula, nessa época, tanto ela quanto o marido trabalhavam. Assim, deixar o emprego para cuidar do filho significava uma considerável diminuição na renda da família, que não gozava de amplo conforto financeiro. Apesar disso e da relação conflituosa com o filho, a mãe decide “cuidar” mais dele, como orientaram os conselheiros tutelares. A pressão institucional recebida por Úrsula — como aconteceu com Remédios, mãe de Arcádio (ABA), quando ela procurou ajuda na delegacia — foi respondida com uma maior dedicação ao filho. Mesmo que deixar de trabalhar fosse considerado um sacrifício, isso foi possível pelo fato de o marido de Úrsula também manter economicamente a família. O que simbolizava uma forma de intervir no problema do filho foi declarar que procurou algumas

vezes o Conselho Tutelar com objetivo de encaminhá-lo a uma instituição. Essa dinâmica será trabalhada no capítulo seguinte.

De fato, existiram diversas dificuldades financeiras, mas a própria Úrsula não atribui esse motivo como causa principal para o filho vivenciar as ruas. Ela avalia que era o tratamento violento com o filho o principal motivador e as posturas de Caio eram uma reação a isso. Nas palavras dela: “Não cabia a gente tá querendo bater e espancar, porque isso só fazia o quê: ele ter mais raiva da gente, ódio, e querer procurar as coisas lá no meio da rua”.

Segundo Úrsula, Caio começou as incursões à rua logo entre os seis e sete anos de idade. Nessa dinâmica conflituosa com a família permaneceu até ser atendido pelo OPN, com aproximadamente 10 anos de idade.

#### 2.4 Sintetizando os motivos para situação de rua

Considerando a diversidade de arranjos que influenciam a ida dessas crianças e desses adolescentes para uma situação de vivência nas ruas, o que tento clarificar é a diversidade de contextos em que se encontram estes indivíduos ao consumir a referida vivência. A exposição das narrativas feita acima visou organizar aproximações possíveis entre os casos abordados. Entrementes, não classifico um perfil do atendido por cada instituição, pois, de acordo com os casos conhecidos, não identifico um tipo de contexto que distingue as abordagens das duas instituições (ABA e OPN) em que se encontra o campo desta dissertação, a não ser a faixa etária de atendimento.

Quadro 2 – Síntese dos contextos que contribuem para situação de rua

	Problemas sociais das comunidades	Situação de rua: realidade próxima	Adicção, práticas infracionais e violência intrafamiliar	Fragilização e conflitos com a mãe e/ou pai
Fernanda e Roberto (ABA)			X	
Gorete e Isaac (ABA)		X		
Pilar e Pietro (ABA)		X		X
Remédios e Arcádio (ABA)	X			
Úrsula e Caio				X

(OPN)			
Renata e Maurício (OPN)	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
Sofia e João e José (OPN)		<b>X</b>	<b>X</b>
Amarante e Melquíades (OPN)		<b>X</b>	<b>X</b>
Marcela e Bento (OPN)	<b>X</b>		<b>X</b>
Amélia e Miguel (OPN)			<b>X</b>
Rebeca e Aureliano (OPN)	<b>X</b>		<b>X</b>
Maria e Paulo (OPN)		<b>X</b>	<b>X</b>

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como apresentado, não há uma causalidade única para a existência desse fenômeno, haja vista a transversalidade de alguns casos em mais de uma tipificação, aqui elaboradas.

Assim, inicialmente, não há um foco do atendimento em um motivo específico. Considera-se como fator padrão a experiência durante algum período de situação de rua. Devido à complexidade dos fatores que levam à situação, essa categoria é perpassada por diversos tipos das chamadas “violações de direitos”<sup>47</sup>.

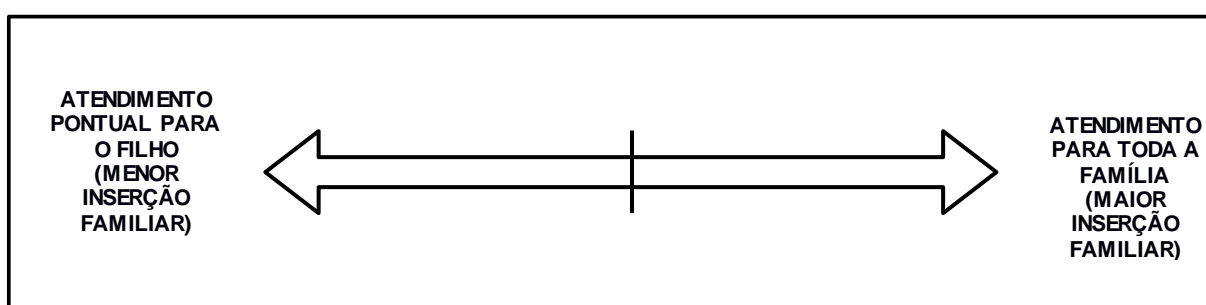
Contudo, o destaque é dado à convergência dos atendimentos realizados para o mesmo público. Xavier (2009), ao analisar as instituições que prestam atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, afirma a inicial semelhança entre essas mesmas instituições. Sobre o trabalho realizado por elas, a autora passa a perceber as diferenciações ao se aproximar do cotidiano de atendimento. Seguindo essa pista, o próximo capítulo voltar-se-á às experiências que as entrevistadas possuem em relação à dinâmica de atendimento recebida tanto pelo indivíduo quanto pelos familiares.

<sup>47</sup> Para mais dados quantitativos sobre o perfil do público de crianças e adolescentes em situação de rua, ver a Pesquisa Anual Sobre a Vivência de Crianças e Adolescentes em Situação de Moradia nas Ruas de Fortaleza – 2010 (EQUIPE...; NÚCLEO..., 2010) e, mais recente, a Amostragem 2013/2014 da Plataforma Digital Rua Brasil S/Nº (ABREU; AQUINO; TORQUATO, 2014).

### 3 O ATENDIMENTO DURANTE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Nesse capítulo serão abordadas as perspectivas das responsáveis pelos jovens sobre o atendimento recebido (as mães dos jovens, na maioria dos casos). O objetivo é situar até onde vai o que se chama de “trabalho com família”. Para tanto, organizo essas percepções através de uma escala cujas extremidades são duas *tipificações ideais* (WEBER, 1994, 2003) baseadas na forma como foram expostas as experiências de cada caso.

Figura 1- Escala de tipificação: amplitude do atendimento



Fonte: Elaborada pelo autor.

A partir dessa idealização, apresento dois tipos de atendimento: um que se aproxima mais de um atendimento focalizado apenas no indivíduo (menor inserção familiar) e outro que abarca os demais membros da família (maior inserção familiar). Na Figura 1 estão postas as duas tipificações em um eixo: na extremidade da esquerda se aproximam os atendimentos descritos com o maior enfoque apenas no filho; na extremidade da direita do eixo se aproximam os atendimentos que abarcam toda a família.

A evidenciação de um atendimento com um enfoque voltado para o filho ou para a família é baseado na importância dada pela perspectiva da entrevistada. É fato que nos casos destacados por essa pesquisa, independentemente da instituição, apresenta-se uma abordagem em que se pretende uma alteração das vivências daquelas crianças ou adolescentes. Contudo, o fio condutor desta análise é o modo como os indivíduos expõem suas experiências e até que ponto destacam a inserção ou intervenção da instituição na realidade de suas famílias. Reforço que não é meu objetivo incorrer em uma avaliação da metodologia de uma ou outra instituição. Ademais, o interesse pela exposição de como as mães (ou, em um único caso, irmã) dos indivíduos acolhidos relatam esse atendimento. É através dessas narrativas que se evidenciam as diferentes nuances do chamado “trabalho com família”.

### 3.1 A experiência de um atendimento focado no indivíduo

Quando me refiro a um atendimento focado no indivíduo, não pretendo desconsiderar as abordagens metodológicas da instituição que visam ao acompanhamento da família, mas destacar as características marcantes apresentadas pelas entrevistadas.

Tendo em mente a diversidade de situações que contextualizam e potencializam a decisão de uma criança ou adolescente vivenciar a rua, há um canal bastante comum que inicia o contato da instituição com o indivíduo nessa situação: o educador social de rua. Sendo uma abordagem profissional comum, as instituições aqui citadas, assim como outras, públicas ou privadas, seguem uma cartilha metodológica<sup>48</sup> elaborada pela rede de atendimento existente na cidade.

O caso de Isaac (ABA), filho de Gorete, expõe esse tipo de atendimento iniciado por um educador social da FUNCI<sup>49</sup> quando esse jovem estava em situação de rua. Como esses profissionais trabalham em rede<sup>50</sup>, Isaac foi encaminhado para a ABA, pois seu perfil se encaixava no atendido por essa instituição. Perguntei à Gorete com que idade Isaac foi acolhido pela ABA, e ela respondeu com imprecisão: “Não... Mas ele tinha, o que, uns treze anos. Uns doze anos, por aí assim. Aí quando ele saiu de lá já tinha uns dezessete, dezoito. Não, uns dezessete anos já”. De acordo com essa informação, Isaac passou aproximadamente 5 anos sob o acolhimento da ABA.

Durante os primeiros meses e anos do acolhimento, segundo Gorete, Isaac era bastante instável e não aderiu completamente ao acolhimento, o que se confirma em algumas evasões do garoto:

Ela [a assistente social] vinha falar sobre o Isaac, que o Isaac... Logo no início, né, que ele chegou lá, que ele danadinho... Que eles pegavam, trazer o Isaac, botava o Isaac lá, o Isaac fugia de lá e saía. Às vezes elas ficavam procurando ele. Ele às vezes não queria ir, não queria ficar lá com eles na Barraca.

---

<sup>48</sup> As orientações metodológicas podem ser encontradas na cartilha intitulada *Metodologia de Trabalho de Rua em Fortaleza – CE* (EQUIPE...*et al.*, 2012). A cartilha foi elaborada em conjunto por membros de diversas instituições que atuam no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua em Fortaleza. A rede que organizou essa publicação chama-se Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua, onde havia um setor específico nomeado de Núcleo de Articulação de Educadores Sociais de Rua voltado para discussão do cotidiano do trabalho desses profissionais. Para mais detalhes sobre essa rede, ver Xavier (2009), Silva (2011) e Sousa (2012).

<sup>49</sup> Órgão municipal que era responsável pelo trabalho de atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de rua. Atualmente, as funções desse órgão foram aglutinadas à Secretária de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

<sup>50</sup> Sobre esse tipo de trabalho em rede realizado em Fortaleza, podem ser consultados alguns estudos, como Xavier (2009), Silva (2011) e Sousa, (2012).

Na fala acima, a mãe se refere à evasão do filho como uma “fuga”. A utilização desse termo pode trazer a imagem que o acolhimento institucional é um espaço excessivamente fechado, o que não condiz com a realidade, de acordo com minha experiência nessas instituições. Considerando a dinâmica da ABA, que se localiza dentro da cidade de Fortaleza, pode-se afirmar que esta instituição distancia-se muito de um “regime fechado”, apesar de o acolhimento ser integral. Por exemplo, os adolescentes acolhidos estudavam em escolas próximas à sede da instituição e iam diariamente sozinhos. Sem considerar que a estrutura física da mesma não possui nenhum inibidor de “fuga”. Quero dizer com isso que a forma como se organiza essa instituição acolhedora, pelo menos fisicamente, não coage o indivíduo a uma permanência forçada. Nesse sentido, o termo “fugir”, utilizado pelas entrevistadas, remete à evasão realizada pelos indivíduos institucionalmente acolhidos.

O período que Isaac esteve em um acolhimento institucional, atualmente, é considerado longo, se contabilizado desde a primeira entrada dele na ABA. Lembrando que, para voltar à instituição após as evasões, Isaac passava novamente por um novo processo de acolhimento institucional. Desde 2009, com a vigência da Lei n.º 12.010 do mesmo ano, os processos de acolhimento institucional de crianças e adolescentes são revisados a cada dois anos, período em que se avalia a prorrogação deste atendimento. Na prática, isso quer dizer que há uma maior fiscalização para que a criança e o adolescente institucionalmente acolhidos não passem um período maior que dois anos distante do “convívio familiar e comunitário”. Contudo, alguns dos casos em destaque nessa pesquisa — por exemplo, o de Isaac (ABA), filho de Gorete — têm o atendimento iniciado antes dessa nova regulamentação; trata-se de processos que extrapolaram o período de dois anos.

Gorete diz como ocorria a comunicação da assistente social enquanto Isaac estava no acolhimento institucional. Esse contato poderia acontecer através de visitas da mãe à instituição, como ela relata:

Quando eu ia fazer visita a ele na Barraca, que parece que ele achava que tava demorando muito, quando nós cuidávamos que não ele tinha pulado a Barraca. Já tinha sumido. Eu ficava: "Ivannia, o Isaac já sumiu?". E a Ivannia [assistente social] dizia: 'Dona Gorete, eu não acredito, não, que o Isaac fez isso, não'. Aí eu disse: 'Mulher, ó, ele já saiu'. E ela: 'Por onde?'. Eu disse: 'Ivannia, ele pulou foi aquele muro ali'. Aí a Ivannia: 'Dona Gorete, se preocupe não que nós vamos atrás dele, viu?'. Aí eu dizia: 'Tá'. A Ivannia tinha o maior carinho por ele, né, aí eu percebia também que ela tinha pena de mim, né, de ela ver eu correndo debaixo de chuva atrás dele. Aí até que enfim que ele se ajeitou. A Ivannia batalhando muito, o Anderson [educador social]. Aliás, não era só eles não, todos eles que trabalhavam na Barraca também junto com os meninos, né?



Como essa mãe destaca, os profissionais da ABA dedicavam-se bastante ao seu filho, e a comunicação sobre o que estava acontecendo era constante. Inclusive, Gorete descreve que havia uma equipe empenhada no trabalho de acolhimento dos jovens.

Um fato que fica aparente na fala dela é a própria constatação de que havia “demora” em visitar o filho. A demora e o ritmo mais “vagaroso” das resoluções da mãe pareciam incomodar muito Isaac, de acordo com o apurado em campo. Considerando o papel social que é atribuído à mãe, no senso comum tido como “instinto maternal”, a “demora” em agir sobre a condição do filho é o que os profissionais da ABA vão qualificar como “apática”. Em diálogos com a assistente social da ABA, a postura da mãe foi destacada como fator complicador. Segundo os profissionais, sua “apatia” se diferenciava muito da postura agitada do filho. Assim, essa “falta de sintonia” e a pouca proatividade em intervir na situação de Isaac contribuiu, para o enfraquecimento dos vínculos familiares.

Antes de visitar Gorete em sua casa, a assistente social havia comentado que ela não era uma pessoa que dialogaria facilmente. Nesse contexto, ela também falou dessa “postura meio apática” da mãe de Isaac. Com essa informação em mente, busquei averiguar o porquê dessa avaliação, mas, realmente, quando propus a entrevista e pedi permissão para gravar o diálogo, Gorete demonstrou bastante inibição e emoção com a situação, ao lembrar o que o filho passou. Nesse ponto, optei por “encerrar” a entrevista e iniciar uma conversa informal, sem registrá-la no gravador. Foi quando ela, aparentemente, sentiu-se mais à vontade e forneceu mais informações sobre o que ela considerava como principal motivador da ida do filho para a rua. Essa situação me trouxe a lembrança da emoção de outras mães quando falaram das situações conturbadas pelas quais passaram. A dimensão de privacidade das pessoas a quem direcionamos nossos olhares e indagações é rompida, ou assim se pretende, frequentemente. Comumente, elas são as mesmas pessoas que recorrem, ou são interpeladas, por serviços públicos de assistência social. Pessoas que pertencem aos setores sociais pobres, marginais, subalternos, etc. Independentemente da categoria que se utilize, é essa a população cujos direitos são violados diariamente, e que por isso se justifica o “direito” de invadir e esmiuçar a sua intimidade, com o argumento de expor as “violações” de uma realidade social. Aqui, tento manter o cuidado ao relatar as experiências vividas por essas pessoas, mas sem perder de vista o caráter invasivo do fazer da pesquisa com pessoas. Como assinala Macedo, “[...] é necessário assimilar a existência de uma forte permeabilidade da família ao âmbito público, pois se borram, cada vez mais, as fronteiras entre o público e o

privado, e a família, nesse contexto, vem se tornando objeto de intervenção das políticas públicas” (2008, p. 391).

Como Gorete, mãe de Isaac (ABA), sinaliza em sua fala anterior, há a dinâmica de visita ao filho na instituição acolhedora. Sendo os jovens oriundos de diversos bairros da cidade, o fato de a ABA ter sua sede dentro de Fortaleza facilita a locomoção até a instituição. Os motivos da visita não se limitavam apenas ao desejo de notícias do filho; existia o acesso a alguns serviços como, por exemplo, atendimento psicológico. Esse tipo de atendimento é destacado por outra entrevistada, Fernanda, mãe de Roberto (ABA)<sup>51</sup>, como uma oportunidade de dialogar sobre as dificuldades por que passavam:

[...] quando eu precisava, eu vinha pra cá e eu era atendida. [...]. Sempre que eu tava com algum problema. Que eu precisava de um psicólogo, de alguma coisa, eu viesse pra cá, tinha um pronto atendimento.

As visitas podiam ser feitas em qualquer dia, como esclarece Remédios, mãe de Arcádio (ABA), que também permaneceu por volta de dois anos na ABA:

[...] eu visitava quase todas as semanas, eu visitava ele lá. Passava o dia lá com ele, almoçava lá, ficava por lá. Quando dava, assim, três horas, lá pras quatro horas eu vinha pra casa, às vezes chegava lá pras sete hora... Que é longe, né? [...] sempre eu ia lá. Nunca fui empatada. Ela disse que quando eu pudesse, podia ir.

Remédios mora no bairro Serviluz, e por isso destaca a distância como uma dificuldade, já que a sede da ABA está localizada no bairro Mondubim, bairros localizados em extremidades opostas da cidade.

Há ainda outros momentos em que os familiares eram convidados; por exemplo, quando eram realizadas festas ou confraternizações na sede do acolhimento. Nessas ocasiões, tanto familiares quanto amigos eram convidados a participar. Fernanda, mãe de Roberto (ABA), conta sobre uma festa junina em que ela montou uma banquinha de comidas típicas:

Tinha vez que eu vinha toda semana. Vez que eu vinha duas vezes na semana. Isso e nunca... Sempre que vinha era muito bem recebida aqui. As festas que acontecem aqui, eles convidam. Eles tem o ... de convidar. Teve uma época que eu trabalhava, fazia pamonha, canjica. Ai quem fazia as coisas das festas juninas era eu.

A ocorrência de constantes comemorações e festividades na ABA aparece como uma estratégia para aproximar outros indivíduos do círculo de relações dos jovens entre

---

<sup>51</sup> Seu filho Roberto permaneceu, aproximadamente, dois anos acolhido institucionalmente.

familiares e amigos. Remédios, mãe de Arcádio (ABA), também fala sobre esses convites: “[...] eu ia na festinha do Natal, Dia das Mães...”.

A assistente social da ABA destaca que os acolhidos, principalmente os que passaram por outras instituições, costumam ter amigos e amigas em outros acolhimentos institucionais. Em algumas dessas confraternizações a ABA tentava mobilizar outros acolhimentos parceiros para vivenciar esses momentos e proporcionar encontros entre acolhidos e acolhidas de outras instituições.

Outros momentos lembrados são os convites para reuniões periódicas, também na sede da ABA. Gorete, mãe de Isaac (ABA) fala: “Eu ia sempre, toda quarta e todo mês eu ia pras reuniões...”. Porém, em seguida, admite não ter mantido sempre a mesma frequência: “Quase todos os meses, um mês e outro não”. Segundo ela, nem sempre era possível ir por causa do trabalho, e deixava o recado com o filho:

É, às vezes eu trabalhava em outra firma lá, que a firma era muito mais lotada, às vezes nem dava pra eu ir. Eu dizia, mandava: "Isaac, diga pra Ivannia... Isaac não vai dar pra eu ir pra reunião não, meu filho, que na firma tá muito cheia de coisa pra sair, não vai dar pra eu ir não.

Essas reuniões, segundo Gorete, eram espaços onde ela e outras mães conversavam entre si e com alguns profissionais da ABA sobre a situação dos filhos acolhidos: “Sobre os meninos que tavam lá, não era? Pra dizer alguma coisa, se os meninos tavam melhor, se não tavam”; “[...] quando eu chegava lá tinha muitas mãezinhas também”.

Remédios, mãe de Arcádio (ABA) também se lembra desses encontros: “Era, sempre tinha reunião lá, em grupo de mãe, pra conversar, pra desabafar, desabafar assim junto, o que achava do projeto, como que tava depois que o filho tava lá, o que tava achando...”.

Percebe-se, pelo incentivo à visita aos filhos e à participação em reuniões periódicas, o interesse da instituição em manter o contato com a família do acolhido, sobretudo com as mães. Entrementes, ocorria também a visita no sentido inverso: do adolescente à família. Após um primeiro momento de adaptação do jovem à dinâmica do acolhimento institucional, há o estímulo para que ele visite a família nos finais de semana. Isso ocorre caso não haja risco para eles e se os vínculos familiares não estiverem extremamente débeis, confiando a eles a possibilidade de irem sozinhos visitar suas famílias. Pilar, mãe de Pietro, também atendido pela ABA, relata: “É que ela mandava [ele] pra gente ter contato”. Pietro permaneceu, aproximadamente, dois anos na ABA, mas já havia passado

por outras casas de acolhimento institucional e projetos, caracterizando o que foi denominado, no capítulo anterior, *circularidade nômade* (GREGORI, 2000a).

Vale ressaltar que essas visitas se tornavam possíveis devido ao perfil de atendidos da ABA ser de adolescentes e sua sede se localizar dentro da cidade de Fortaleza. Os adolescentes recebiam o valor exato das passagens para o transporte coletivo que os levaria à casa de suas famílias.

No caso de Arcádio (ABA), por exemplo, havia o agravante da ameaça de morte. Isso fazia com que os próprios profissionais fossem deixá-lo, inicialmente, na casa de sua mãe, em seu bairro de origem. Remédios comenta que foram as únicas vezes em que recebeu visita da assistente social da ABA em sua casa. Segundo Remédios relata, “ela às vezes vinha... Às vezes ela vinha, trazia ele [Arcádio] pra visita. [...] Só vinha quando trazia ele”. Nesse caso, a distância era um fator que dificultava também a visita da assistente social à casa desta família. Remédios comenta que dificilmente a assistente social ia apenas para conversar com ela: “Não, só pra conversar não... Ela mandava recado pra mim, pra mim conversar com ela lá. E as outras mãe pra lá.”

Esta mãe lembra-se de ser informada pela assistente social que o filho, durante o período em que estava acolhido, tinha o desejo de reatar laços com ela como apresentado no capítulo anterior, havia um grande abalo na relação mãe e filho por causa de uma suposta tentativa de Arcádio de abusar sexualmente da irmã mais nova. Contudo, segundo Remédios, o filho ainda tinha, eventualmente, posturas ofensivas para com ela:

E ele dizia muito lá pra Ivannia [assistente social]: "Ivannia, fala com a mãe, fala com a mãe, diz que eu mudei". Aí a Ivannia dizia: "Remédios, quando você sai ele lhe esculhamba ainda, diz as coisas...", eu "é?", pois... Aí que eu ficava muito chateada, passava de semana, de duas semanas sem visitar ele.

Com o passar do tempo, a mãe reconheceu uma “melhora” no filho. Assim, Arcádio passou a visitar a mãe, principalmente em feriados, como ela mesmo explica:

Ele passava o Natal, passava o Ano Novo aqui em casa, assim, num sei o carnaval ele passava aqui em casa. [...] Era, um feriado ele passava às vezes dois, três dias em casa. Aí depois, quando ele foi ficando mais calmo, ela deu liberdade dele sempre vir visitar em casa. [...] Ela dava o dinheiro do transporte dele. Que ele foi dando mais confiança, né, foi mostrando que tava melhorando, né?

Como destaquei anteriormente, mesmo Arcádio, que sofria supostas ameaças, com o passar do tempo, ao se adaptar às dinâmicas de acolhimento e aos poucos estabilizar

também a relação com a mãe, pôde visitar a família, inclusive sozinho. Isto foi possível porque ele estava, segundo sua mãe, “mais calmo”.

Pilar, mãe de Pietro (ABA), também comentou que recebia o filho em casa nos finais de semana. Ela lembrou-se ter recebido a visita da assistente social da ABA apenas uma vez. A relação com o filho ainda era muito conflituosa, como ela conta: “Às vezes eu ia pra lá, ia era bater nele lá quando a Ivannia ligava pra mim...”. Pilar tinha certa dificuldade em receber o filho pelo fato de, nesse ínterim, também ter tido dificuldade em se estabelecer em uma casa sua, pois após a separação do ex-companheiro oscilou entre casas de amigas e alguns momentos em situação de rua, até conseguir se estabelecer na casa que mora nos dias de hoje. Isso, somado à relação frágil com o filho, fez com que ela o levasse para a ABA. Ela afirma:

[...] eu entregava meu filho na mão dela [da assistente social], né, digo "amiga, é seu" [...] "pois tome de conta que eu não quero saber desse problema do Pietro". Ela "mas dona Pilar, o Pietro...". "Aquele vagabundo eu não quero, que ele acaba a minha vida, acaba minha moradia, eu não chego em canto nenhum com ele". Ela que combatia com ele, que conversava com ele.

O que Pilar chama de “combater” é o que ela define como a atividade que acontece no acolhimento: “Combate... Lá eles não batem, dão castigo, né? E eles aprendem o castigo, e aqui é diferente, na gente. Eu não bato muito nele não, eu digo que bato mas é só assim, não bato no meu filho”. A ênfase dada ao tratamento agressivo com o filho é uma expressão da especificidade de sua realidade onde uma espécie de “devir violento” predomina. Pilar declara que, apesar das palavras fortes, não age tão incisivamente.

**Ele mudou assim, de uma noite pro dia.** O irmão ficou dando conselho, a irmã, ‘Pietro, oh, assim, assim...’, ‘Pietro, ó tu tem tua casa, a mamãe não te bate, a mamãe é boa, uma mãe dessas, então, Pietro, aproveita o pedaço de mãe porque quando ela fechar os olhos ninguém vai te querer, tu vai sofrer, vai ficar calado ali, chorar’, porque [...] eu vou morrer, pra ele acabou o mundo, num fale que eu vou morrer não, que pra ele, num tem ninguém mais por ele, né? Aí pronto, sei que ele se ajeitou (grifo meu).

O grifo na fala de Pilar destaca a percepção da “mudança” do filho, mas, logo em seguida, ela descreve a importância dos conselhos dados pelos outros filhos, que se somam ao “combate” realizado no atendimento da ABA.

É comum, na descrição das entrevistadas, a personificação do atendimento da instituição em uma pessoa ou duas, consequência do maior contato com esses profissionais

específicos. Como apresentamos, a profissional de referência da ABA é a Ivannia, a assistente social, seguida às vezes pelo educador social Anderson. Tal personificação é sintetizada na fala de Fernanda:

Quem mais, assim, quem mais vinha mesmo era a Ivannia e os educadores. Porque eles, até mesmo, acho que porque é eles que tem uma rotina maior com as crianças. Porque outras pessoas tem outras funções. Eles é quem tão junto com as crianças que passavam, com os adolescentes que passavam por aqui.

Isso acontece por ser da alçada da assistente social o contato direto com os atendidos, já que é ela a responsável pela elaboração de relatórios sobre a condição social dos indivíduos. São, geralmente, a assistente social e o educador social os responsáveis pela realização das visitas.

O que venho expondo neste capítulo é a percepção dessas mães sobre o atendimento da instituição acolhedora. De acordo com a ênfase dada por elas em determinados aspectos de sua experiência, nota-se que, mesmo compreendendo uma relação dos profissionais com os familiares, não se apresenta no relato uma inserção clara na família do trabalho realizado pela instituição. O que aparece constantemente é uma descrição mais enfática do atendimento dado apenas ao filho. Como já exposto, existiram momentos em que foi dada atenção a elas como mães, já que são as principais referências de família para os filhos. Porém, não fica evidente um envolvimento maior do atendimento da instituição com elas ou outros parentes.

A comunicação com a mãe é algo perceptível na relação com a instituição. Fernanda, mãe de Roberto (ABA), afirma: “Sempre me manteram informada de tudo”, e acrescenta:

Eles tem um... é... uma preocupação em tá acompanhando a família também. Em saber como é que a gente tá, o que é que tá acontecendo. Eles não se preocupam só com quem tá aqui [na ABA], mas... principalmente a Ivannia, ela se preocupa muito em saber como é que a família tá, como a família do menor tá; o que é que tá acontecendo; se tá acontecendo algo que esteja preocupando. Ela tem essa... O atendimento abrange não só ele, mas também a família.

Como enfatizado acima, existe uma preocupação com a situação familiar. Ela própria justifica essa preocupação dos profissionais e a motivação das visitas:

Era pra saber como é que tava. Como era a casa. Como é que tava. O que é que tava acontecendo. Essas coisas. [...] Porque havia momentos que diziam: ele pode sair daqui. Tá entendendo? Digamos, chegou uma época que acabou, limitou o tempo

dele. Ai eles iam lá iam fazer a visita, de saber como era que eu tava, como era que todo mundo tava, como era que tava a casa, até mesmo como era o bairro. Porque eles se preocupavam muito com o bairro, de saber, se ele voltando, ele não ia voltar de novo para as drogas, até mesmo por causa do bairro. Essa é a preocupação que eles tem de não tirarem ele, o Roberto. Sempre o acompanhamento foi sempre assim de saber com o bairro, como é que tava a casa, de saber como é que tava a convivência em família. Porque isso é muito importante. E eles tem essa preocupação em saber dessas coisas.

Fernanda expõe o sentido que ela dá ao objetivo das visitas domiciliares realizadas pelos profissionais da instituição. Ela constata: “Porque eles fazem um trabalho aqui, ai for soltar lá na rua pra um canto doente. É mesmo que não terem feito nada”.

A luz da sociologia compreensiva de Weber (1994), as percepções das entrevistadas oferecem pistas de como funciona a “lógica” desses atendimentos. Vale destacar que as próprias entrevistadas atribuem *sentido* à *ação* realizada pelos profissionais da instituição e reagem a elas. A própria interpretação delas sobre o atendimento é um exemplo do resultado da *ação* dos profissionais. Esse conjunto de ações e reações parecem se aproximar, a partir da minha compreensão, do que Weber (1994) conceituou como *ação coletiva*: “[...] orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro. Os ‘outros’ podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas” (p. 13-14). Em uma síntese simples, cada ação gera outra ação, tornando-se *social*, quando provida de sentido. Dentro do recorte específico desta dissertação, o impacto desse conjunto de *ações* leva ou não à “mudança” das posturas desses indivíduos atendidos, independentemente da valoração dadas pelos profissionais a essas “alterações”.

Fernanda, mãe de Roberto (ABA), afirma ter recebido uma oferta de curso de cabeleireira encaminhado pela ABA. Aliás, foi a única entrevistada cujo filho foi atendido pela ABA a declarar que recebeu uma oferta de curso.

Considerando a tipificação realizada neste capítulo, essa é uma característica que evidencia que a realidade não se efetiva em sua complexidade na abstração de um *tipo ideal*. Refletindo à luz de Weber (1994), os casos reais são singulares e complexos, cujas caracterizações podem variar de acordo com o sentido atribuído a essas ações.

A comunicação entre instituição e mãe é constante, principalmente nesse sentido específico: instituição → família (mãe). Remédios fala que sempre era comunicada de alguma forma quando o filho participava de alguma atividade dentro e fora da ABA.

Levava os meninos... Ali pro, uma coisa que eu nunca fui o Arcádio já foi.. Tomar banho ali naquele que é caro que só? [um parque aquático bastante conhecido na cidade] [...] Levava pra assistir o cinema, no Iguatemi [*shopping center*]. [...] Viajavam, eles, passavam de três, quatro dias... Não lembro o nome daqueles lugares... Sabia, era, eles avisavam... Que tinha as visitas, então eles ligavam avisando que não poderia ir porque eles tavam.. (Remédios, mãe de Arcádio - ABA).

Remédios afirma que era comunicada sempre que o filho participava dessas atividades que destoavam da rotina principal do acolhimento. Ligações telefônicas eram uma maneira de contato frequente entre a instituição e a mãe.

No entanto, quando as ligações não eram possíveis ou suficientes, o filho se tornava o elo de comunicação entre a instituição e a mãe. Gorete exemplifica tal situação: “[...] ela mandava avisar. Às vezes o Isaac vinha final de semana e ela mandava avisar pelo Isaac. Ele chegava: 'mãe, a Ivannia disse que vinha aqui falar com a mãe’”.

Essa entrevistada relata ter pedido uma ajuda aos profissionais da ABA, especificamente à assistente social, para outro filho: “[...] que ela me ajudou sobre os documentos [...] do meu menino ali, ó”. Ela se refere ao filho imediatamente mais novo que Isaac.

Esse tipo de auxílio para obtenção de documentos é recorrente nessas instituições, segundo impressões de campo em ambos os espaços. A dificuldade em obter os documentos é uma queixa comum dos indivíduos atendidos. Apesar de supostamente ser algo elementar para um cidadão — o acesso aos serviços públicos básicos —, é bastante frequente alguns desses jovens não possuírem seus documentos. Alguns casos ocorrem por extravio dos documentos devido, por exemplo, à instabilidade na moradia da família ou mesmo à negligência dos pais em relação a esses cuidados. Os motivos são diversos, mas bastante influenciados pela transitoriedade de uma *circularidade nômade* desses indivíduos. Em uma espécie de “assistencialismo por tabela”, além do atendimento ao jovem acolhido, a instituição acaba tutelando alguns desses serviços básicos, como a retirada de documentos para outros membros da família. Essa dificuldade de autonomia é questionada pelos profissionais de ambas as instituições com quem conversei, pois há um certo momento de impasse colocado por eles: até onde pode ir uma assistência necessária, que não caia em um assistencialismo prejudicial, potencializando o “comodismo” desses indivíduos? Porém, esta é uma questão que não cabe ao presente estudo responder.

Com relação à rotina dos adolescentes no acolhimento, Fernanda, mãe de Roberto (ABA), destaca o encaminhamento dado para a profissionalização deles. Questionada se ela



sabia o que seu filho fazia, ela responde: “Estudava. Fazia curso. Ele quando foi pra trabalhar, eles arrumaram. Ele fez o curso no Vira Vida<sup>52</sup>, que foi através daqui que eles fizeram”. A expressão “estudava e fazia curso” é quase que identicamente reproduzida por todas as entrevistadas. Isso ocorre pelo fato de a dinâmica de atendimento direcionar os acolhidos, principalmente os adolescentes para, além do estudo obrigatório, a participação em cursos profissionalizantes que garantam um estágio remunerado e, possivelmente, a efetivação em um emprego formal. É comum na ABA encaminhar os adolescentes para cursos oferecidos por outras instituições situadas no Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

Roberto dos Santos Silva (2011), em sua dissertação, que trata das representações que educadores sociais de rua possuem sobre a própria dinâmica de seus atendimentos (universo temático e lócus de pesquisa próximo ao desta dissertação), elabora uma definição para essas instituições que privilegiam uma maior movimentação no SGD: instituições de *atendimento integrado*. O autor define essa categorização como instituições que garantem

[...] o atendimento básico (moradia, proteção, alimentação, higienização, a matrícula e frequência à escola formal, acompanhamento médico e educacional com reforço escolar, acompanhamento e auxílio na construção de um *projeto de vida*, atividades sociopedagógicas, lúdicas, artísticas, culturais, desportivas, de espiritualidade, de reflexão, orientação sexual e sobre saúde, trabalho junto às famílias para efetivação do *retorno familiar e engajamento* do atendido e familiares em programas sociais) complementando-o com atendimentos externos (como acompanhamento psicológico, tratamentos médicos, profissionalização) servindo-se de equipamentos e serviços públicos e de programas sociais (SILVA, 2011, p. 97).

Desse ponto de vista, corroboro o autor, que também considera em sua pesquisa a Associação Barraca da Amizade, caracterizando-a como um exemplo desse perfil de atendimento. Entretanto, para efeito de análise nesta pesquisa, o que venho tentando demonstrar até aqui, através das experiências narradas pelas mães dos adolescentes, é uma certa escala de atuação do atendimento focado principalmente no indivíduo. O que as narrativas mostram é uma menor intervenção institucional na vivência de outros membros da família do adolescente acolhido, por mais que haja um interesse na situação familiar e que isto seja uma diretriz de atendimento. Desta forma, a metodologia executada privilegia, principalmente, a atuação na promoção de competências do indivíduo acolhido. Até onde essa pesquisa pôde apurar, tal perspectiva aparenta possuir um raio de influência reduzido sobre outros familiares. O que parece coadunar com esse perfil descentralizado de atendimento,

---

<sup>52</sup>O Vira Vida é um programa criado pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI) cujo objetivo é oferecer educação e qualificação profissional aos adolescentes entre 16 e 21 anos que passaram por algum tipo de violência sexual. Mais informações no *site*: <[www.viravida.org.br](http://www.viravida.org.br)>.

como na definição de Silva (2011). Essa definição fica mais clara no contraponto apresentado no próximo tópico, no qual discorro sobre a experiência da instituição que envolve mais organicamente, no atendimento, outros familiares da criança ou adolescente atendidos.

Há ainda outro caso que recebeu um atendimento pontuado no indivíduo acolhido. É o caso de Bento, filho de Marcela, atendido pelo OPN. Bento também foi atendido através do já citado “trabalho de rua” desenvolvido por instituições em Fortaleza. Ainda com oito anos, após ter passado três dias perambulando por terminais de ônibus, Bento foi atendido por um educador social da então Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI), como relata sua mãe:

Ai quando eu dei fé, o pessoal da FUNCI, que é lá na praça das crianças, a FUNCI levou ele. Eles acompanharam ele três dias lá no terminal do Siqueira, da Parangaba. E ele... Acompanharam ele de longe. Só que eles via que ele era um tipo de menino que não se misturava com os outros. Tá entendendo? Ele não se misturava, ele não usava droga, o Bento nunca usou droga, nunca fumou. Ai eles pegaram e levaram ele, lá pra o meu barraco.

Devido aos conflitos existentes na situação acima referida e conforme apresentado no capítulo anterior, o educador social da FUNCI propôs a Marcela que Bento fosse encaminhado para a instituição O Pequeno Nazareno, e explicou como funcionava o acolhimento. Marcela descreve o momento marcante de sua conversa com seu filho:

Aí ele olhou pra mim com os olhos cheio d'água. Aí eu fiz assim: ‘Bento, meu filho vai?’ Ele disse assim: ‘Vou, mãe, vou pra lá, vou estudar, que é pra mim ajudar a senhora’. Isso ele com 8 anos. Aí pronto. O pessoal pegaram e levaram ele pra lá.

Após a saída do filho para a instituição de acolhimento, segundo Marcela, Bento só retornou para casa aos 16 anos, “[...] com o primeiro emprego dele”. Bento é um dos casos de longa permanência em uma situação de acolhimento. Foram aproximadamente oito anos de institucionalização. Conforme a mãe, durante todo esse período ela teve dificuldade em visitar o filho, em razão dos conflitos com o ex-companheiro, que ainda continuavam. Ela diz: “[...] porque, ave Maria, ele [o padrasto] não concordava de jeito nenhum, ta entendendo?”. Mesmo assim, ela relata que foi uma vez, após o primeiro ano de acolhimento: “Fui só uma vez. Acho que eu fui, o Bento estava com nove anos”.

Marcela relata que ainda morou com o companheiro durante alguns anos após a saída de Bento. Destaca que o filho passou as férias em casa apenas uma vez, quando ela e o padrasto continuavam morando no “barraco” às margens do rio:

Ai, quando era assim nas férias dele, ele só teve que passar as férias dele uma vez comigo lá no barraco. Ta entendendo? Ele só passou só uma vez. [...] Era horrível o lugar que a gente morava, as condições que a gente morava. E ele não quis mais. Ele não quis. Tanto que ele pediu, ele ligou pra lá pra o pessoal ir pegar ele.

Como ela relembra, as condições em que se encontravam eram problemáticas, não só pelas severas dificuldades financeiras, mas também pela relação violenta do padrasto, já apresentada. Isto fez com que o próprio filho entrasse em contato com os profissionais do OPN para abreviar seu período de férias com a família.

No caso de Marcela, a relação conflituosa com o companheiro dificultava a visita ao filho e, conseqüentemente, a visita do filho à sua casa. A visita à sede do OPN não é tão simples, pois o local onde o acolhimento funciona está localizado em outro município. Considerando as condições precárias de recursos em que se encontrava a família, a distância se tornava um obstáculo. Os dados de campo evidenciam que o OPN buscava viabilizar a ida das mães – e a de outros familiares, se for o caso – ao acolhimento institucional, seja em carro próprio da instituição ou financiando a passagem até o município de Maranguape, onde está sediado o sítio do OPN. No caso de Marcela, o agravante era o companheiro, que impedia que ela mantivesse esse contato, de modo que a relação entre instituição e família foi dificultada desde o início.

Marcela relata que os profissionais do OPN, o educador social e as assistentes sociais, a visitavam. Mas como ela diz: “Era uma vez por outra que eles iam”.

Os motivos que levavam às visitas, segundo ela, eram “[...] saber como era que eu estava. Falavam que o Bento estava bem, né?”. A fala indica a pouca importância dada à presença da instituição na família, já que a única referência é que as visitas ocorriam para inteirar-se de sua situação e informar a situação do filho no acolhimento.

Ela ainda narra sobre sua pouca proximidade com o OPN durante todos os anos em que seu filho esteve institucionalmente acolhido. Como será apresentado no tópico seguinte, esta não parece ser uma característica, no geral, atribuída ao OPN por outras entrevistadas.

Dos casos aqui estudados, cujo atendimento foi feito pelo OPN, o de Bento é o mais antigo. Talvez este seja um dos motivos que levam a uma menor inserção da instituição na família. Porque, segundo diálogos com profissionais do OPN, a tônica dada ao eixo familiar nem sempre foi tão forte. Segundo a assistente social responsável pelo acompanhamento das famílias das crianças acolhidas, no ano de 2009 a instituição resolveu

criar uma equipe específica para esse tipo de atendimento. Nos anos anteriores essa prática era menos comum. De certo modo, a convergência do atendimento para a criação de um “trabalho com as famílias” está ligada ao interesse específico dessa mesma assistente social.

Regionalmente, o desenvolvimento desse tipo de atendimento pautando também a família não está deslocado de um debate nacional que há anos discutia a necessidade de pautar a família no âmbito geral da política de assistência social do país. O resultado desses debates foi a produção do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, publicado em 2006. Consolidado em 2005, esse material pode ser considerado um desdobramento das proposições colocadas pelo SUAS. Apesar de esse processo possuir aproximadamente dez anos, se contarmos a partir do SUAS, não foram raras as vezes que ouvi dos profissionais de ambas as instituições que ainda é um processo em maturação. Tomando como exemplo o OPN, eles ainda não possuíam, até o fim da pesquisa de campo realizada para esta dissertação, uma metodologia totalmente sistematizada para o atendimento às famílias. Para efeito de comparação, a metodologia de abordagem de rua foi elaborada e consolidada em rede com os educadores sociais de rua de diversas instituições de Fortaleza e publicada em cartilha, em 2012. Tal metodologia foi considerada padrão e utilizada pelas instituições em tela, assim como pelas demais organizações que trabalham com o público de crianças e adolescentes em situação de rua em Fortaleza. Esse processo foi relativamente longo, se considerarmos que esse tipo de trabalho é realizado a mais de vinte anos na capital cearense, tomando a história da ABA e do OPN como exemplos.

Contudo, outras circunstâncias tiveram importantes impactos na realidade de Marcela, mãe de Bento (OPN). Após alguns anos morando em seu “barraco” e por causa da situação de risco em que se encontrava sua moradia, ela disse ter recebido da Prefeitura Municipal de Fortaleza a atual casa onde mora. Assim, Marcela foi contemplada com uma nova casa, em condições melhores do que as encontradas naquela onde vivia anteriormente, em outro local.

Porque quando a prefeita ganhou as eleições, foi um favor que ela me fez foi tirar da beira do rio e me deu essa casinha velha aqui. [...]. Ele [o companheiro] não veio nem pra essa casa aqui. Porque quando o pessoal da prefeitura trouxe a gente pra essa casa ele não sabia nem... ele não estava nem lá. E graças a Deus ninguém dizia pra ele onde era. Tá entendendo? Ele nunca achou a gente aqui. Graças à Deus. Ai, eu fui ter paz (Marcela, mãe de Bento - OPN).

Foi nesse momento que ela conseguiu romper o relacionamento com o companheiro, de certa forma, conseguindo “despistá-lo”. Apesar do desdém que ela manifesta

ao chamar a casa de “velha”, a nova residência é um elemento de grande importância, por lhe permitir romper com o companheiro violento e ter um novo local para morar, longe de riscos, como alagamentos ou enchentes.

Marcela ressalta a importância do atendimento que seu filho recebeu do OPN: “[...] foram muito bom para mim, são umas pessoas muito boas”. Entretanto, sua narrativa, ao falar do trabalho do OPN, faz menção apenas ao atendimento dado ao filho. Apesar de relatar o recebimento de uma cesta básica quando o filho ia para casa passar as férias, essa ajuda foi pouco enfatizada. Fato interessante que depois foi, de certa forma, contestado pelo educador social, que afirmou que era comum, quando realizava a visita à família, independentemente da situação, deixar uma cesta básica como auxílio.

Mesmo ainda passando por muitas dificuldades na nova casa, houve um contato importante com outra entidade, o Lar Fabiano de Cristo, que representou uma considerável melhora das condições em que viviam Marcela e seus outros filhos:

Eu sofri muito, passei muita fome quando eu vim pra cá. Porque, eu não conhecia ninguém. Eu deixava eles pequeno, deixava ela aqui pequena, um outro, na creche, ali no Aracapé. Deixava esses três no colégio. Chegava lá, pedia pro pessoal ficar com eles lá até eu ir na CEASA e voltar pra pegar eles. Sofri muito aqui. Ai depois eu conheci o Lar Fabiano de Cristo, aqui.

Marcela atribui grande importância à ajuda recebida dessa instituição. Esta tem por característica ser uma instituição filantrópica de matriz religiosa vinculada ao espiritismo. O apoio recebido dessa instituição será melhor apresentado em tópico posterior, que agrupa informações sobre auxílios dados a algumas famílias e que não foram mediados pelas instituições aqui abordadas.

Contudo, o apoio dado por essa outra instituição lhe rendeu resultados que geraram grande impacto sobre sua vida. Por exemplo, através do contato com o Lar Fabiano de Cristo, Marcela conseguiu um emprego relativamente estável, trabalhando para uma família que também frequentava esse espaço.

A presença dessa outra importante variável aparenta ter conferido uma espécie de “inibição” em relação à inserção da instituição acolhedora na realidade da família. É evidente que isso demarca um aspecto singular do caso, mas que aparentemente indica uma das possíveis variáveis que provocaram uma menor inserção do atendimento oferecido pelo OPN, o que difere das características identificadas em outros casos que serão apresentadas no tópico a seguir.

### 3.2 Uma experiência de atendimento com envolvimento de outros membros da família

Neste tópico exponho as características de uma atuação que indica um maior envolvimento de outros familiares do indivíduo acolhido em ações da instituição. Além disso, a experiência das entrevistadas revela uma presença mais constante de um profissional acompanhando a família do que nos casos anteriormente relatados.

O primeiro contato com o atendimento institucional geralmente acontece através de um acompanhamento da criança ou adolescente ainda em uma situação de rua, sendo realizado pelo educador social da instituição, como já explicitado.

Miguel, filho de Amélia, teve seu primeiro contato com o educador social do OPN ainda na rua. “O pessoal do sítio pegaram ele, né, na rua e levaram pra lá. [...] Aí me procuraram e disseram que ele ia ficar um tempo lá. [...], ele já tinha doze”.

Miguel chegou ao OPN com doze anos, idade-limite do perfil de atendimento inicial da instituição. Após a entrada de Miguel, iniciaram-se os contatos com a família. Amélia destaca a frequência com que os profissionais costumavam ir em sua casa: “De quinze em quinze dias. Vinha a Cíntia, a Margarida, o Antônio Carlos [respectivamente, assistente social, edagoga e educador social]”. A frequência de atendimento, neste caso, é bem lembrada.

Úrsula, mãe de Caio (OPN), comenta sobre a presença constante, em sua casa, de membros da instituição: “[...] acho que eles vinham umas duas ou três vezes no mês me visitar. [...] Sempre vinha o Antonio Carlos [educador social] [...] A Silvana [assistente social] e mais outras moças... estagiárias que eu não lembro os nomes delas”. A presença, segundo ela, se dava pelo menos duas vezes ao mês; portanto, frequência semelhante da descrita por Amélia, mãe de Miguel. Em outros casos, as entrevistadas indicam uma periodicidade menor. Porém, pelos relatos percebe-se que, de forma geral, têm uma periodicidade mensal, no mínimo.

No caso de Caio (OPN), ele foi encaminhado para o OPN, segundo a mãe, diretamente pelo Conselho Tutelar, pois ela havia procurado por vezes esse órgão público em busca de uma solução para seus conflitos com o filho. Para ela, a solução desejada sempre teria sido o “abrigo”: “A batalha que eu corri, assim, atrás pra procurar um abrigo pra ele, pra ele não tá nas ruas, pra mim foi, ave Maria, eu não tenho nem como agradecer o que eles fizeram por mim e pela vida dele”. Após o contato com o OPN e os trâmites legais, Caio foi acolhido entre os nove ou dez anos, como lembra a mãe.

Melquíades, cuja irmã Amaranta foi entrevistada por deter a guarda dele, também foi atendido em situação de rua por um dos educadores sociais do OPN. Amaranta já possuía a tutela do garoto na época da institucionalização, antes mesmo de a mãe falecer. Foi ela

quem soube primeiro do atendimento, antes de sua mãe. Com o acolhimento de Melquíades, o OPN começou a se aproximar de sua mãe. A relação da instituição com sua mãe foi pouco detalhada por Amaranta, devido aos conflitos existentes entre elas. Melquíades foi acolhido aos dez anos e permaneceu nessa condição até os doze anos. Logo no primeiro ano de acolhimento sua mãe faleceu por complicações do uso excessivo de drogas. Assim, as relações institucionais passaram a ser exclusivamente com a irmã, Amaranta. Esta relatou sempre ter recebido a visita dos profissionais, e todas as vezes que Melquíades ia passar alguns dias com ela recebia uma cesta básica do OPN: “Eles davam cesta básica, eles sempre me davam. Ou davam algum dinheiro, mas assim, não era uma coisa certa porque o Melquíades também não morava comigo, né, mas quando ele ia eles sempre ajudavam”. No mais, ela relata que as visitas eram momentos para conversar sobre o irmão, sobre como ele estava no acolhimento e sobre a situação dela e dos outros membros da família.

A presença dos profissionais é sempre lembrada, mesmo que não haja a certeza de sua função: “Silvana era... era o quê, hem Caio? É tanta coisa que... acho que ela era a conselheira de lá, psicóloga e tudo. Inclusive, foi ela também que botou ele pro psicólogo, que era aqui perto do Albert Sabin, o psicólogo dele”. Apesar da dificuldade em identificar o ofício da profissional, vê-se que o atendimento e as resoluções tomadas são bem lembradas.

No caso de Úrsula, além do filho, ela própria foi orientada a procurar um atendimento psicológico. Pelo que ela relata, foi a assistente social do OPN que a encaminhou para tal serviço:

[...] eu passei por psicólogo, também, nessa época, né, que ele foi internado lá [no OPN]. [...]. Eu tive... a psicóloga lá era muito minha amiga, eu conversava muito com ela. Então, aquilo ali, ela foi me aconselhando, né. Tanto as atitudes com ele como com os outros, né. E aquilo ali, o tempo que ele passou lá no abrigo foi excelente, tanto pra mim, como pra ele. A gente foi trabalhando e até, eu fui até pro psicólogo, que a Silvana mandou ir. Eu fui mais ou menos, assim, uns seis a sete meses, aí desisti. Não fui mais. [...]. Eu voltei a trabalhar, a minha filha ficava cuidando da outra irmã dela menor. Eu voltei a trabalhar. Ai, aquilo ali foi me ajudando. Eu fui me ocupando. E a gente, eu sempre tinha contato com a Silvana.

Embora o atendimento psicológico possa ocorrer na própria instituição, no caso de Úrsula, o atendimento aconteceu no Centro de Atenção Psicossocial (Caps)<sup>53</sup>. No diálogo com Renata, mãe de Maurício (OPN), ela afirma existir a presença do psicólogo na instituição de acolhimento, principalmente para os jovens. Ela disse também ter conversado algumas vezes

---

<sup>53</sup> O Caps é uma célula do serviço público de saúde municipal voltado ao atendimento de pessoas com necessidade de atendimentos psicológicos e psiquiátricos. Algumas unidades, inclusive, possuem o atendimento voltado para pessoas que fazem o uso abusivo, ou são dependentes, de álcool, crack e outras drogas. Sobre a rede de Caps, ver o *site* institucional da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza: <[www.fortaleza.ce.gov.br](http://www.fortaleza.ce.gov.br)>.

com membros da instituição, mas não demonstrou ter passado por um acompanhamento regular. Maurício, que também foi atendido por um educador social de rua, permaneceu no acolhimento por aproximadamente três anos.

Amaranta, irmã de Melquíades (OPN), afirmou ter passado por um acompanhamento psicológico demorado. Lembra-se, inclusive, que recebeu a psicóloga da instituição antes de receber Melquíades pela primeira vez, no período de férias escolares dele: “Já foi até uma psicóloga lá uma vez conversar comigo na época”; “A psicóloga, foi lá umas duas vezes”. Segundo ela, foi a assistente social que sugeriu o acompanhamento:

[...] a Silvana conversou comigo: ‘olha, pode ir toda semana, o tratamento é de quinze em quinze dias...’ [...] eu sempre dava um jeito, quando eu botava os meninos pro colégio e eu sempre vinha aqui. Eu vim um bom tempo ainda, acho que mais ou menos um ano...[...] eu vinha de quinze em quinze dias, né? Era o mínimo que ela disse, pelo menos o mínimo. [...]. Aí eu passava mais ou menos uma hora e depois ia embora. Mas aí depois eu parei por conta, assim, também do meu trabalho.

A sugestão do acompanhamento se deu, segundo ela, pelo fato de ter sofrido com a pressão que foi assumir a responsabilidade pelos irmãos e a dificuldade em lidar com os comportamentos “difíceis” destes, apesar de ter aceitado essa tarefa espontaneamente: “Até porque eles já eram daquele jeito. [...]. Eu não sabia como lidar, até hoje eu não sei como lidar com eles. Faz três anos que eles moram comigo, mas se eu falar assim: ‘melhorou?’ Melhorou muito pouco, né? Muito pouco”. A dificuldade em “lidar com eles” indica o atrito nas relações dela com o comportamento dos irmãos. Sem querer enveredar para uma abordagem comportamental, vale refletir, no entanto, que o “daquele jeito” a que ela se refere pode estar relacionado à irregularidade e às situações extremas na convivência com a mãe e os irmãos com alto grau de adicção e ainda às vivências de rua e ao comportamento gerado, bem diferentes das esperadas em uma convivência doméstica, pelo menos segundo o senso comum.

O atendimento psicológico ganha evidência também na narrativa de Rebeca, mãe de Aureliano. Ele foi atendido pelo OPN diretamente na rua. Por volta dos nove anos foi acolhido, e só saiu do acolhimento com idade entre 14 e 15 anos. O caso deles denota a fragilização da relação, uma vez que Aureliano foi “dado” por Rebeca à outra família e com quem ele morou até os seis anos de idade. Rebeca narra: “Eu fiquei indo, eu continuei indo. Quando elas marcavam, ‘Rebeca, vai ter psicólogo pro Aureliano’, a gente ia. Eu ia. [...]. Conversava. Eu e ele. Primeiro, era ele na sala. Depois ele saía, era eu”. Como ela descreve, havia certa regularidade no acompanhamento psicológico do filho e da mãe.



Rebeca também enfatiza as constantes visitas da assistente social em sua casa. Um fato interessante comentado por ela e que está presente em todas as outras narrativas é a visita que o coordenador geral e fundador, conhecido por Bernardo, também fazia: “[...] o Bernardo sempre vem na minha casa, me visitar”. É interessante notar que a visita do fundador cria uma relação de certa intimidade e personificação do trabalho da instituição na figura dele, apesar de o educador social e a assistente social serem os mais lembrados, por consequência do contato mais constante. De todo modo, a figura do fundador da instituição, ao se aproximar da família, tem, do ponto de vista simbólico, um peso diferenciado na narrativa. Pode-se observar isso na descrição que Rebeca faz:

Aureliano até contou uma história dele pra mim uma vez: ‘Mãe, tu sabe que o Bernardo morava na Alemanha, né? E abandonou a família e tudo. Veio pra começar o Pequeno Nazareno’. ‘Aureliano, muito lindo o que ele fez, né?’. Aí, contando pra mim, né, o Aureliano, a história de como tudo começou, né? O Pequeno Nazareno. Eu: ‘Tá vendo, Geovane?’. ‘Mãe, é, o Bernardo é essa pessoa maravilhosa, mãe. Ele não tinha precisão, que ele é de família classe média, né? Alta sociedade, né? Rico. E deixou, né, os familiares, lá na Alemanha, né, e veio pra cá, pro Ceará, né? Começar, né, juntar as crianças de rua, né, pra poder começar o Pequeno Nazareno. Eu acho isso muito lindo que ele faz, com as famílias, sabe, com as crianças de rua’.

Fica claro na fala uma caracterização de “salvador” impressa na imagem do fundador. Nesse sentido, é notório o impacto gerado quando a figura do fundador aparece nas narrativas. Tal presença contribui, aparentemente, para as falas das entrevistadas acentuarem a importância do trabalho da instituição, como se a presença dele materializasse uma maior dedicação e, conseqüentemente, um maior valor à dinâmica de atendimento à família.

Como venho apresentando, o conteúdo das visitas não se resume ao mero encaminhamento de serviços. É constante a lembrança da *conversa* como algo marcante. A mãe de Caio (OPN) relembra que tais momentos eram relativamente longos. Era uma das oportunidades de ela saber o que se passava com o filho no acolhimento.

[...] a gente conversava bastante. Era uma questão de uma hora, uma hora e meia. A gente conversava muito, quando a gente se encontrava, não era? Falava pra mim como era que ia o andamento do Caio lá dentro, os ensinamento... Ela me explicava tudo. Tanto ela, quanto ele aí. A gente conversava bastante (Úrsula, mãe de Caio - OPN).

Para Úrsula, esses momentos eram importantíssimos. Ela percebe esses profissionais como sendo dotados de uma habilidade *sui generis* de conversar com ela, seu marido e seus filhos. A *conversa* envolvia quem estivesse no ambiente da casa.

Aí ela [a assistente social] chegava e conversava comigo. Quando meus filhos estavam em casa, eles também conversavam com eles, pra ver como é que eles iam receber o Caio. [...]. Uma vez eu disse pra ela: ‘Silvana, eu quero, assim, que você, um dia venha, pra conversar na frente do meu esposo. Porque ele é o mais esquentado, então, ele precisa de ouvir, porque se ele ouvir só da minha boca não é nada pra ele. Ele vai dizer que é coisa de mãe. Mas como vocês, lá, são, assim, profissionais nesse ramo de cuidar de criança, de educar criança, então, eu gostaria que vocês viessem um dia conversar com ele’. Então, eles conversava, eles conversava com ele. [...] As vezes que elas vinham eu mandava chamar ele. [...] Aí ela sempre preparava: ‘Ó, seu Zé, não é assim, tem que ter paciência’. E aquilo ali eu acho que ele foi colocando na cabeça, que não tinha nenhum resultado, né: batendo nele, castigando ele. E, hoje mesmo, eu digo pra ele: ‘Não vale a pena a gente tá fazendo isso com os filho da gente. Se a gente tiver o filho da gente pra a gente, eu tem que saber educar e tem que ter paciência’.

Úrsula ressalta que as *conversas* tinham como características mediar conflitos e explicar sobre a conclusão do atendimento, que, *a priori*, é o retorno do filho ao convívio familiar. No caso de Úrsula, fica claro seu convencimento de que as posturas violentas dela e do marido eram fortes motivadores para o filho ir para a rua: “Mas, aí, com o tempo, elas [as profissionais do OPN] foi vendo que o problema [...] era mais comigo e com o pai dele, né, a birra com o Caio. Então, aquilo ali, sempre quando ela vinha ela conversava mais era comigo e com o pai dele”.

A função de uma mediação de conflitos e desse processo de *conversa* constante nem sempre é tão fluida, pois depende, evidentemente, da dinâmica familiar. Úrsula costumava estar em casa, pois havia deixado de trabalhar fora, o que facilitava a visita dos profissionais à sua residência.

Amélia, mãe de Miguel (OPN), por sua vez, admite não ter correspondido adequadamente a presença dos profissionais, por se encontrar em um emprego que exigia muitas horas de dedicação. Ela apresenta seu trabalho como um fator dificultador de um maior acompanhamento sobre o período de acolhimento do filho. Ela resume:

Meu relacionamento com O Pequeno Nazareno, assim, não é um relacionamento muito profundo, porque eu trabalho. Eu entro de sete a uma da manhã... entro de sete a uma e final de semana de sete as sete. E, assim, sempre que eles me chamam lá nunca dá pra mim ir [...]. Assim, tudo que ela me chama eu tô de extra, tô tirando a folga de alguém.

A disponibilidade de Amélia era dificultada pela rotina do trabalho, seja para receber os profissionais, seja para visitar o filho ou estar presente para alguma eventual reunião na sede do OPN. Assim, a atribuição de pouca profundidade no relacionamento com a instituição foi algo constante desde o início do atendimento. A exigência do trabalho, inclusive com jornadas extras, era uma realidade desde o início das fugas do filho de casa. De

certo modo, foi um fator que dificultou a aproximação com o filho, com quem tinha uma relação já frágil e distanciada, devido ao fato de Miguel ter morado com a avó grande parte de sua infância.

Miguel passou dois anos acolhido e, durante esse período, segundo Amélia, os profissionais visitavam sua casa frequentemente. Quando conseguia estar em casa para recebê-los, comenta o que eles conversavam com ela:

A gente conversava sobre a possibilidade dele voltar pra casa, né. Que um dia ele ia ter que voltar, que lá era só pra reabilitar, né, ele de novo. Mas, no dia que ele ia ter que voltar pra casa, eu tinha que tá disposta pra receber, né. [...]. Porque a gente era a família pra ele, [...] não podia continuar lá. A gente que era a família dele e ele tinha que voltar pra casa alguém.

Apesar da fragilidade inicial ser motivada, em grande medida, por uma questão de relacionamento entre mãe e filho, Amélia disse não ter recebido nenhuma proposta de acompanhamento psicológico.

Sofia, mãe de João e José (OPN), estava cumprindo pena no início do acolhimento dos filhos, mas recebeu algumas visitas da instituição ainda no presídio. Nesse caso, mãe e filhos, antes de serem institucionalizados, vivenciavam uma situação de rua, além do consumo de drogas pela mãe. Ela comentou que a assistente social do OPN foi visitá-la: “Ela me acompanhou lá no Auri, na cadeia. [...]. Foi, ela foi deixar as coisas pra mim, ela foi levar os meninos pra mim ver”. Segundo Sofia, o fato de ter visto os filhos, enquanto cumpria sua pena foi fundamental para sua reabilitação e evitar o consumo de drogas. João e José passaram muitos anos sob a tutela do OPN, algo em torno de sete anos, conforme seu relato.

Sofia cumpriu sua pena e voltou a morar na casa que antes havia abandonado para perambular pelas ruas. João e José (OPN) permaneceram no acolhimento, o que fez com que ela continuasse a receber visitas dos profissionais do OPN:

Pra falar sobre os meninos, né, pro bem deles, me deixavam uma cesta básica. [...]. Às vezes também quando meu gás se acabava o Bernardo [coordenador geral] me dava o dinheiro pra mim comprar o gás [...]. Qualquer coisa que eu preciso assim, quando eu peço à Silvana ela me dá. Quando lá em casa não tem nada ela me dá uma cesta.

Sofia relata que, além de conversar sobre os assuntos já destacados, a visita era um momento em que recebia auxílios de outros tipos, como alimentação ou mesmo roupas para seus outros filhos.

Renata, mãe de Maurício (OPN), destaca outra perspectiva em relação às visitas:

Na minha mente assim eu sei, porque... É assim, vamos supor, que Deus o livre, eu não quero que isso nunca aconteça e nem gosto não de bebedeira na minha casa, negócio de droga aqui eu também não gosto. Não gosto nem dessa coisas não, Deus me livre, botar uma [pedra] na minha boca. Aí eu tenho medo pode, assim, acontecer uma vez, né, de chegar na minha casa e eu tá com o cigarro na boca, alguma coisa. Aí vai levar meus filhos de novo pro abrigo? Aí eu também tô dando mau exemplo pros meus filhos se eu fizer isso aí, né?

Considerando os *sentidos* da *ação* interpretados por Renata, ganha destaque sua impressão de um caráter “fiscalizador” das visitas dos profissionais da instituição em sua casa. Essa percepção não foi colocada por nenhuma outra entrevistada, o que não quer dizer que seja algo infundado. Seu entendimento parece considerar elementos específicos dos resultados de sua relação com a instituição, fato que será melhor explicado no tópico seguinte. Lembrando que um dos motivos que a fez sair do bairro onde morava foi o envolvimento do filho mais velho com o tráfico de drogas, deixando sua antiga casa para esse filho que foi, posteriormente, assassinado. Entretanto, ela destaca em seguida que a visita não se limitava a essa “fiscalização”: “Não, né, só pra ver isso não, pra ver como é que tá lá em casa, como é que tá os meninos... Que tem mãe, né, que quando vão fazer visita na casa, tem mãe que tá bêbada, tá fazendo isso e aquilo. Botando os macho pra dentro de casa...”. Ela ainda se refere ao interesse dos profissionais sobre a situação dos outros filhos: “[...] eles conversa com meus filhos, pra ver se tá se misturando, porque eles tão vendo”.

Uma das facetas dessas conversas, segundo os relatos, é a orientação sobre as posturas da família em relação a “como devem ser”. Renata sintetiza: “Fazer visita pra lembrar a gente como é que é pra ser, como é que não é”. Ou, como declara Sofia, mãe de João e José (OPN): “Fala também dos meninos, aconselhavam que a rua, as drogas não era um bom caminho. Ela orientava sempre. Conversava também para os meninos obedecerem sempre eu que sou a mãe, né?”.

As mães também são convidadas para momentos de reunião na sede administrativa do OPN, que está localizada no centro de Fortaleza.

Sempre, desde quando o Aureliano foi pra aquele Pequeno Nazareno que eu sempre frequento o Pequeno Nazareno. Tudo que acontecia com o Aureliano, eu tava ali. Eu era das mães mais, sabe? Eu ainda sou, mas, assim, tava presente de tudo, participava de tudo deles, sabe? Nunca fui uma mãe assim, de não ir. Nunca fui, dava o meu jeito e ia (Rebeca, mãe de Aureliano - OPN).

O caráter dessas reuniões possui, frequentemente, um viés orientador das realidades familiares. Durante as minhas idas à instituição, pude acompanhar uma dessas atividades, quando um palestrante especializado no tratamento de adictos em substâncias ilícitas expôs algumas informações sobre o assunto para um grupo de mães de crianças ou adolescentes atendidos pela instituição.

Em outra situação pude acompanhar um passeio realizado exclusivamente para as mães, cujo objetivo principal era proporcionar momentos de relaxamento e diversão para aquelas mulheres. Apesar de ser um grupo reduzido – havia menos de dez pessoas, sem contar com os profissionais organizadores da atividade –, pude ouvir relatos afirmando que momentos como aqueles eram raros, pois o cotidiano dessas mulheres é constantemente perpassado por situações de violências ou conflitos intrafamiliares, além das dificuldades socioeconômicas partilhadas por todas daquele grupo.

Atividades em grupos como essas foram pouco citadas pelas entrevistadas nessa pesquisa. Entretanto, as narrativas apresentam interesse da instituição nas mulheres mães, demonstrando a tentativa de envolvê-las nas dinâmicas de atendimento, pois são, geralmente, consideradas pelos acolhidos suas principais referências de família.

Além das visitas domiciliares, surgem ocasiões em que as mães são convidadas à sede da instituição para conversar com os profissionais, seja para reforçar assuntos trabalhados nas visitas domiciliares, seja para resoluções de outra ordem, como a orientação para retiradas de documentos dos filhos — atividade muitas vezes realizada pelos que desenvolvem o trabalho de atendimento às famílias.

A junção de todos esses momentos se caracteriza como uma espécie de processo pedagógico contínuo em que o conteúdo debatido aparentemente determina como a família “deve ser”. Não me refiro a uma determinação de um arranjo familiar específico, mas sobre uma espécie de função da família. Em que a orientação baliza as responsabilidades e certos cuidados que cada indivíduo, em seu papel específico (filho, mãe, irmão, etc.), deve tentar seguir. Isso não é apresentado pelas entrevistadas de forma impositiva — em certa medida elas pouco percebem isso —, mas surge como algo trabalhado paulatinamente. O acompanhamento acontece desde o processo de mediação dos conflitos nas relações familiares e, eventualmente, através do envolvimento de outros entes familiares em, por exemplo, atividades profissionais. As condições em que se encontram tais famílias são, no jargão legal, de “alta vulnerabilidade”, podendo, assim, incentivar condutas fora da “normalidade” (como a situação de rua) e provocar posturas diferentes das que se esperam

desta “normalidade” nos papéis dos filhos, da mãe, do pai, etc. Por exemplo, socialmente compreende-se que os pais devem prover subsídios básicos para o desenvolvimento da criança — representação encontrada inclusive na atual Constituição Federal —, mas na maioria dos casos aqui conhecidos isso não se realiza completamente, por vários motivos, alguns deles apresentados no capítulo anterior. O papel do pai, ou padrasto, como responsável pela criança é algo pouco visto nos casos apresentados, seja pelo fato de serem os violentadores, seja por não serem considerados componentes do atual arranjo familiar.

Castilho *et al.*, em capítulo da pesquisa *Desenhos Familiares...* (GREGORI, 2000a), atentam para o “[...] incrível caso do desaparecimento das informações sobre homens e sobre os relacionamentos” (p.103). Nesta análise, um dos motivos é a falta de foco dos próprios pesquisadores quanto a esses relacionamentos. De fato, os rumos da pesquisa seguiram bastante as perspectivas das entrevistadas e, principalmente, sobre o que elas tinham a dizer sobre o atendimento das instituições. Porém, apesar de minhas perguntas indagarem sobre a referência paterna dos garotos, realmente possuíram pouco apelo para mais informações sobre essas relações. De modo geral, em oito dos doze casos sob estudo não existia, no momento da pesquisa, referência paterna (pai ou padrasto) convivendo diariamente com as famílias, seja por terem falecido ou por motivo de separação conjugal.

Tal fato não destoa do estudo quantitativo feito por Abreu, Aquino e Torquato (2014). Referente à amostra trabalhada por esses autores, eles constatam que, dessas crianças e adolescentes acolhidos, 23% são órfãs de pai (ABREU; AQUINO; TORQUATO, 2014). Quanto à porcentagem restante os autores frisam que

Quase metade da população (42%) diz ter um relacionamento ‘inexistente’ com a figura paterna. Já 58% por cento têm algum relacionamento com o pai, seja ele ‘bom’ (28%), seja ele ‘ruim’ (30%). Frisamos que quando o relacionamento é existente, contrariamente aquele desenvolvido com a mãe, ele antes de tudo é um relacionamento ‘ruim’. Se 28% deles dizem ter um relacionamento “bom” com o pai eles são quase o dobro em dizer que o relacionamento com a mãe é bom (53%) (ABREU; AQUINO; TORQUATO, 2014, p. 12).

Considerando que é recorrente a dificuldade de relacionamento com o pai, se não totalmente inexistente, a pouca menção a essa figura nos relatos parece estar alinhada com as constatações acima citadas.

Ademais, seja para uma mediação de conflitos ou sobre o relacionamento de mãe e filho, as conversas costumeiramente abordavam os papéis familiares. Participei de uma espécie de reunião com Maria, mãe de Paulo (OPN), e uma assistente social, uma educadora

social e uma psicóloga, todas do OPN, cujo assunto era a volta do filho para o convívio com ela. Foram apresentadas as características de Paulo: suas qualidades comportamentais positivas e negativas, segundo a análise das profissionais, e as atividades em que estava envolvido, para delinear uma postura da mãe com o filho. Orientando-a a acompanhar a agenda deste, mas também a não deixar de lado gestos afetivos e carinhosos. O que quero ressaltar é como o processo de alteração na realidade dessas famílias perpassa desde as questões socioeconômicas às ressignificações dos papéis sociais desses indivíduos.

Isso converge com Elias (1994) e suas afirmativas sobre padrões ou noções de comportamento de indivíduos ou grupos como fatos que devem ser compreendidos como construções processuais. Considerar que a família tem obrigações e responsabilidades legais – como de zelar pelo bem-estar de seus filhos, como diz o ECA. Sociologicamente, deve ser tomado como produto de uma realidade social construída coletivamente, portanto uma abstração que se faz real pela crença de sua existência (BOURDIEU, 2013), assim como a própria compreensão de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos é resultante de um processo de disputa social (PINHEIRO, 2001).

Retomando a percepção de Renata, mãe de Maurício (OPN), que coloca uma perspectiva “fiscalizadora” da instituição que recai mais claramente sobre as famílias que receberam uma espécie de investimento maior. Não só o investimento financeiro da aquisição das casas, mas um investimento simbólico, de uma “aposta” na reformulação da realidade daquelas famílias. Então, a lógica colocada por Renata se torna eloquente ao apontar que instituição demandou grande energia nessas intervenções. Para efeito de comparação, uma ação como essa é evidentemente mais enérgica do que o encaminhamento da família para projetos públicos de moradias populares.

Outra dinâmica lembrada pelas mães é o convite periódico para visitar os filhos e conhecer a sede do acolhimento institucional do OPN. Entretanto, essas visitas possuem certo grau de esforço, pois a estrutura para acolhimento está localizada em um sítio na cidade de Maranguape, na Região Metropolitana de Fortaleza. O caráter geograficamente distante aparece como um distanciador dos acolhidos da realidade da rua. Essa característica provoca a impressão de ser um local fechado, como constata Renata, mãe de Maurício, sobre o OPN: “Mas não tem nem como fugir. [...] É que lá tudo é fechado e eles num vão subir em cima das serras”. Esta percepção parece estar fundamentada na sensação de isolamento proporcionada pela amplitude do sítio e pela distância da cidade, pois percebi em incursões a

campo que os portões do sítio se mantêm abertos durante o dia. Consequentemente, provoca também o distanciamento da própria família do indivíduo acolhido.

As visitas ao sítio são agendadas pela própria instituição em dias específicos. Como explica Amélia: “[...] porque não podia ir todo final de semana, não”. A instituição acaba sendo também responsável, muitas vezes, pela logística de transporte da família até a sede do acolhimento, pois é comum as famílias possuírem dificuldades para pagamento do transporte. A fala de Úrsula sintetiza essa possibilidade:

Eu tive de ir. Eu não ia todas vezes. Mas tinha mês que eu ia visitar ele, quando eu podia, a gente ia. Ou, então, quando eu dizia pra eles que eu não tinha o dinheiro da passagem, eles iam me pegar no terminal. Eu tive de ir algumas vezes visitar ele. [...]. Quando eu não podia ir, eu mandava o meu filho mais velho que já era maior de idade visitar ele lá. Era assim, a gente trocava.

Renata, mãe de Maurício (OPN), comenta algo semelhante ao falar sobre as visitas ao filho: “Eu ia lá visitar, o Antonio Carlos [educador social] ia me pegar. Porque eu não tinha condições nem tenho até hoje, né?”. A frequência, lembra ela, também era estabelecida pela instituição. Segundo sua percepção, era uma maneira de possibilitar a visita às outras mães: “Assim, de quinze em quinze dias, às vezes era um mês, que elas vinham chamar, que tem as outras mães também, né, pra ir visitar, aí não dá pra levar toda semana, mas se desse elas levava mesmo toda semana, pra poder acostumar ele lá”.

Em situações que a família possui dificuldade de se deslocar, mesmo dentro da cidade, o carro da instituição é direcionado para fazer esse transporte. Isso quando o valor da passagem até lá não era financiado pela instituição. Também é comum o carro da instituição buscar em pontos estratégicos: “A Silvana ligava e o carro ia buscar a gente lá no terminal do Siqueira. O carro ia buscar”. Sofia ainda explica que era um momento de lazer em que ela podia levar seus outros filhos para usufruir das instalações do sítio, além de conhecer melhor as condições em que viviam seus filhos acolhidos: “[...] fãrtura de comida, tinha comida que a gente fazia era levar pra casa”; “Aí eles tomavam banho na piscina, [...] Sei que aí mostravam as coisas que eles ganhavam do povo. Eu vi que ele tava bem, né? O colchão deles tava melhor do que o meu!”.

Rebeca, mãe de Aureliano (OPN), também expressa o caráter lúdico que essas visitas podiam adquirir:

[...] comprava as novidades pra levar pra ele, aqueles bombom, sabe como é criança, né, eu comprava biscoito [...] Cansei de levar biscoito, bombom pra ele, era novidade. Lá é no meio do mato, né, lá no sítio, muito esquisito, aí eu levava.



Quando chegava com um sacão, no portão, já ficava animado. Me lembro, pequenininho, a animação quando o menino via, “mãe, mãe” (...) deste tamanho, sabe?

A mãe é quase sempre o principal elo com a instituição, que são as pessoas, junto com os irmãos, que mais visitam o filho no acolhimento. Os pais, ou padrastos, comparecem poucas vezes. Inclusive, deve ser considerado que a presença paterna é pouco recorrente nos casos conhecidos na pesquisa.

O contato com a família é algo frequentemente descrito como sendo mediado pela instituição. Os momentos de visita dos garotos às suas famílias costumam ocorrer no período de férias escolares e em feriados do fim do ano. As idas dos garotos nas férias foram constantemente lembradas pelas entrevistadas como precedidas de visitas dos profissionais do OPN, cujo objetivo era a preparação das famílias para esse reencontro. Ou, de acordo com o caso, precedidas de um atendimento em conjunto com um profissional de psicologia, como relata Amaranta: “Já foi até uma psicóloga lá uma vez conversar comigo na época, né? Antes do Melquíades ir passar as primeiras férias, como se ela tivesse me preparando”.

No OPN, a maioria dos internos estuda no próprio sítio, onde existe uma escola de ensino fundamental exclusiva para eles. A escola, reconhecida pelo Ministério da Educação, é coordenada pela própria instituição e vinculada à Secretaria Municipal de Educação de Maranguape (município onde se localiza o acolhimento institucional).

Úrsula afirma que os períodos que o filho vinha passar em casa eram uma oportunidade de testar em que ponto estava a relação entre ele e a família:

Ele vinha o natal e ano novo comigo. Era pra, assim, ... Como ele já tinha passado muito tempo já lá no abrigo, ele tinha que voltar pra a gente ter o contato de família. Pra ver como é que a gente ia reagir, entre ele e a gente, eu e meu esposo. Ai, ele começava a vir. Passava o natal e ano novo. As férias ele passava em casa pra a gente ir percebendo como era a atitude dele.

A primeira vez que o filho visita sua família pode ser um momento de tensão, como exemplifica Úrsula:

Assim, a primeira vez eu fiquei com medo mesmo. Eu dizia pra ela [assistente social]: ‘Silvana eu acho que eu não tou preparada pra receber o Caio. Porque o Caio me deu muito trabalho e eu ficava com a aquele medo dele vir e querer ir pra as ruas’. Aí eu dizia pra ela: ‘Silvana, eu acho que eu não tô preparada pra receber o Caio em casa’. Mas eu ficava com aquela ansiedade dele vir. Porque eu acreditava que ele tava mudando, né? Mas o primeiro mês, assim, que ele veio pra casa, passar o Natal e o Ano Novo comigo, eu ficava com medo, assim, nervosa, preocupada. Mas ai ela ia me preparando. Conversava comigo: ‘Não, dona Úrsula, é assim, você

converse com ele, qualquer atitude diferente você ligue pra a gente'. Então, aquilo ali foi perdendo o meu medo.

Principalmente nas primeiras férias do garoto acolhido, como sinaliza Úrsula, a atenção da instituição é maior, pois a realidade em que mora a família ainda pode continuar crítica. A distância entre o profissional e a criança pode ser de apenas um telefonema. Renata narra a situação, quando seu filho, Maurício, foi passar férias em casa. Em poucos dias ele ligou para os profissionais do OPN pedindo que o buscassem:

Ele chegava de férias, mas logo ele pegava pedia pra ligar de volta pra ir buscar ele, ele não aguentava não, porque lá é perigoso, lá. [...]. Uma vez quando o Maurício foi pra lá, [...] teve um tiroteio pras banda de lá. Teve foi tiroteio [...] lá em casa, que chamaram o Maurício. Aí quando foi no outro dia nós viemos de novo pro sítio...

Houve situações em que Maurício sequer quis passar as férias com sua família: “Tinha férias que ele não queria nem ir. [...] Ele só não foi pra lá, onde nós morava, no outro canto, porque ele disse que tinha medo. O pessoal chegava lá metendo bala”.

Durante a pesquisa de campo, era comum me deparar com a informação, independentemente da instituição, de que a alimentação que os jovens recebiam no acolhimento geralmente é bem melhor que a dos familiares em casa. Os jovens, durante o acolhimento, usufruem de uma média de cinco refeições diárias.

A iniciativa do OPN em garantir pelo menos uma cesta básica para família quando o filho passa as férias em casa aparece não só como uma doação para o bem-estar deles, mas como uma maneira de proporcionar uma situação minimamente atrativa e confortável para aquele garoto no ambiente familiar, assemelhando-se à estabilidade da realidade alimentar encontrada no acolhimento. Essa é uma faceta pontual, mas considerando o perfil das famílias dos indivíduos acolhidos, a tentativa de suprir condições mínimas torna-se uma característica da inserção institucional na família. Outras facetas desse tipo de atendimento poderão ser percebidas na continuidade do texto.

Em alguns casos há outros auxílios complementares. Renata, mãe de Maurício (OPN), comenta: “Dava a feira, me dar o dinheiro da minha passagem pro meu ônibus, pra mim vir pra cá, quando eu não tenho, eles me dão”. Ela indica que recebeu com maior frequência o auxílio da cesta básica e até mesmo o valor das passagens do transporte coletivo para comparecer à sede do OPN, no centro de Fortaleza. A disponibilização do valor das passagens foi algo, apesar de pontual, comum nas narrativas. Quando a família não possui condições de pagar uma passagem, a instituição disponibiliza o valor de ida e volta para a

realização de algum procedimento na própria sede. Sofia, mãe de João e José (OPN), por exemplo, conversou comigo na sede administrativa do OPN, e, para chegar lá, relatou que teve que pedir emprestado o valor da passagem: “Porque até lá onde eu moro até o dinheiro da passagem é osso”. Em casos assim, o OPN ressarcir o valor da passagem.

Existem, eventualmente, outros insumos doados que foram relatados pelas entrevistadas, como materiais escolares básicos para irmãs e irmãos do acolhido. Apesar de serem doações pontuais, representam uma presença constante da instituição na realidade dessas pessoas.

A presença institucional do OPN, como venho tentando demonstrar, possui uma grande constância, mesmo quando a dinâmica familiar dificulta nesse contato, como no caso de Amélia, mãe de Miguel.

Outras estratégias são apresentadas pelas entrevistadas. Úrsula, mãe de Caio, lembra que recebeu a proposta de participar de um curso de manicure coordenado pelo OPN. O curso é uma parceria com uma empresa privada que realizou o investimento e com uma escola pública no bairro próximo à casa de Úrsula. Ela não aceitou a proposta, mas a vaga foi remanejada para sua filha, que na época da entrevista ainda estava participando dessa formação. Renata, mãe de Maurício (OPN), também foi convidada a participar de um curso, mas não aceitou por causa dos filhos mais novos: “É por causa dos meus dois filhos pequenos. Por causa deles dois, eu perdi de ganhar minhas coisas. [...] não tem como eu sair e deixar meus meninos nas casas dos outros”. Outras mães também sinalizaram ter recebido oferta semelhante, como disse Sofia, mãe de João e José: “O Pequeno Nazareno tava oferecendo curso pras mães, assim de unha, fazer unha, de cabelo, cortar cabelo...”.

Contudo, a participação nesses cursos era comprometida, segundo as mães entrevistadas, devido às dificuldades que tinham em conciliar a atividade com o cuidado dos filhos, com a rotina doméstica ou mesmo por questões de saúde: “Eu fazia curso, eu fiz curso de... Eu fiz um curso de bolsa, só que eu não continuei devido à minha vista, que eu tenho problema de vista, e eu não aguentei, eu peguei e saí”.

As atribuições rotineiras dessas mulheres acabam dificultando o acesso a oportunidades de uma formação em alguma atividade profissional.

Um dos projetos coordenados pelo OPN é o Projeto Gente Grande, cujo objetivo é a profissionalização de adolescentes. É inicialmente voltado para os adolescentes que saem do acolhimento e se encontram com a idade mínima de 14 anos, para que, assim, possam ser

admitidos profissionalmente como *aprendizes*<sup>54</sup>. O Gente Grande visa à oferta de cursos profissionalizantes e, concomitantemente, consegue encaminhar os adolescentes para serem admitidos em empresas, onde são empregados dentro das condições legais para sua faixa etária. Isso proporciona um ganho de meio salário-mínimo para esses adolescentes, além da experiência no mercado formal de trabalho. Essa pequena renda se torna um grande diferencial na vida desses jovens e, conseqüentemente, de suas famílias, que muitas vezes nunca estiveram em um emprego formal. Esse projeto também realiza, junto às empresas parceiras que admitem os aprendizes, um acompanhamento de perto desses jovens. A equipe de profissionais da instituição continua mantendo o contato com a família e auxiliando na continuidade da formação desses adolescentes até a chamada “autonomia desse indivíduo”.

A filha mais velha de Amélia, mãe de Miguel (OPN), como apresentado no capítulo anterior, também protagonizou situações conflituosas com mãe. Amélia destaca que o atendimento recebido não se limitou ao disponibilizado para o filho, considerando o encaminhamento da filha para um curso profissionalizante como algo de bastante importância.

Segundo Úrsula, a irmã com a mesma idade de Caio (OPN) também foi matriculada no projeto de aprendiz do OPN. Somando-se à participação da outra irmã, três dos filhos de Úrsula participam diretamente de atividades oferecidas pela instituição.

Rebeca, que possui mais dois filhos, atribui grande valor ao fato dos irmãos de Aureliano (OPN) também terem sido incluídos nesse projeto, pois isso proporcionou a primeira oportunidade de trabalho formal de todos os seus filhos que, posteriormente, tornaram-se os principais mantenedores da renda familiar.

Assim, o projeto, prioritário para os indivíduos acolhidos institucionalmente, é comumente ampliado, quando possível, para os irmãos e irmãs desses.

Além da oferta de cursos profissionalizantes, em alguns casos há posturas de atendimento que mostram um grau maior de intervenção na realidade familiar. Em dois casos em que a situação da família se encontrava em condições bastante críticas, em que a própria moradia é um risco para as pessoas, houve um substancial investimento da instituição. Duas mães de garotos acolhidos pelo OPN relataram a doação de uma casa (ou de boa parte do valor para aquisição de uma) para suas famílias.

---

<sup>54</sup> A condição de aprendiz está prevista pelo art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho e, atualmente, regulamentado pelo Decreto Nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005. A legislação compreende aprendiz como “[...] o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem”. Por sua vez, o *contrato de aprendizagem* “[...] é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação”.

Um deles é o caso de Paulo e sua mãe, Fátima. Ela relatou que o OPN concedeu mais de 80% do valor total de uma nova casa para sua família. Ela própria disse que não possuía mais uma moradia, em razão de problemas decorrentes do uso de drogas ilícitas pela filha, como destaquei no capítulo anterior. No dia que a encontrei, segundo ela afirmou, era o mesmo dia em que pegaria as chaves da nova casa. Assim, independentemente do valor gasto pela instituição, o efeito simbólico da doação da quase totalidade de uma casa possui um impacto grandioso na realidade dessa família. Esse impacto, apesar de difícil mensuração, era nítido na satisfação expressa na fala da mãe entrevistada.

Outro caso é o de Renata, mãe de Maurício (OPN), que também recebeu como doação uma nova casa para morar. A nova moradia possuía condições bem melhores que a anterior, como ela mesma fala sobre sua antiga casa: “Lá não era casa, era um barraco”. Além das condições precárias, o agravante era o risco iminente de sofrer com a violência do bairro onde moravam, como pode ser percebido pelo medo de Maurício em permanecer com sua família durante as férias escolares. Assim, com a proximidade da saída de Maurício do acolhimento institucional, Renata lembra que os profissionais foram em sua casa e perguntaram se ela tinha a possibilidade de ir para outro local:

Ela [assistente social] disse: ‘Olhe, dona Renata, não dá pra você... Vocês não tem outro canto melhor pra morar com o Maurício, sem ser essa sua casa aqui?’. Porque onde a gente morava era favela. Eu disse ‘Não’, porque lá na minha mãe não dá, porque minha mãe é doente [...] Aí ela foi e disse assim: ‘Dá pra tu arrumar um cantozinho pra botar ele, sem ser sua casa?’. “Não, Silvana, só tem aqui mesmo”. Aí ela, ‘Não dá pra criar o Maurício quando sair lá do abrigo. Não dá pra criar ele aqui, porque ele vai se misturar com quem não presta, vai voltar pra Beira Mar de novo, vai pra beira da praia, só vai chegar sete hora da noite e no outro dia continua de novo, aí vai querer voltar. Pois, então, nós vamos ver o que nós vai poder fazer por ele, porque não pode voltar pro sítio’. Aí foi que eles conversaram mais o Bernardo [coordenador geral do OPN], ajeitaram tudo, aí foi que compraram... Aí ela foi e disse: ‘Não, e se nós arranjar um canto pra vocês morar, um canto calmo?’.

Constatando o perigo que representava para Maurício voltar a morar no mesmo local, a instituição propôs a ida da família para outra casa distante de onde moravam. Então, Renata recebeu uma nova casa do OPN: “Fiquei com a casa que agora nós estamos, do pessoal do Pequeno Nazareno”.

Essa mudança, segundo ela, foi importantíssima para uma melhora em sua qualidade de vida e na de sua família.

Agora onde eu tô morando, eu tô gostando muito, porque eu só faltei foi me acabar onde eu morava lá no... Tava parecendo um palito de fósforo, minha barriga chega era “xoxa”. Sofri por causa dos meus filhos, lá onde eu morava. Ai, depois que eles

comparam essa casa e me deram de presente, a casa que também é dos meus filho, foi o pessoal como a Silvana, lá do Pequeno Nazareno quem me ajudaram. (Renata, mãe de Maurício - OPN).

Apesar de não ser uma ação padrão da instituição, pelo que pude constatar em campo, revela o nível de disposição da mesma em intervir na realidade de uma família.

Há ainda outras formas de doações. Amaranta, irmã de Melquíades, relata que a mãe havia recebido várias doações do OPN. “Mas eles ajudaram muito ela também. Da mesma forma que eles me ajudam hoje também ajudavam ela. E olha que o Melquíades ainda tava no Pequeno, o Melquíades nem morava com ela não”. Ela destaca algumas doações em que Melquíades e os outros garotos acolhidos, através do OPN, ganharam cada um uma geladeira e um fogão de empresas privadas. No caso de Melquíades, devido ao envolvimento da mãe com drogas, essa geladeira foi logo vendida por ela para sustentar seu vício, segundo Amaranta. Porém, ela acrescenta que a mãe havia recebido algumas cestas básicas e uma espécie de “auxílio aluguel” da instituição: “O Pequeno ajudava ela com oitenta reais”. Esse valor seria direcionado para o aluguel de um “quartinho” em que a mãe e os outros filhos moravam. Com o falecimento da mãe e a alteração da referência familiar de Melquíades para a irmã mais velha, Amaranta, as doações passam ser destinadas a ela. Evidentemente, Amaranta possui outras especificidades diferentes das vividas pela mãe. Nesse mesmo sentido, em diálogos com os profissionais do OPN fui informado de que há outros casos de famílias atendidas pela instituição em que é disponibilizado uma espécie de “aluguel social”. Consiste em um valor doado pela instituição que corresponde a uma parcela ou ao total do aluguel da residência em que mora a família de um dos jovens atendidos.

Quando assumiu a responsabilidade sobre os irmãos mais novos para acompanhar mais de perto as crianças, Amaranta passou a trabalhar em casa. Trabalha com costura, e havia adquirido duas máquinas de costurar e obteve a doação de outra pelo OPN, como ela esclarece: “Então as máquinas são minhas. Eu comprei duas máquinas e também a Silvana me ajudou com uma máquina. O Pequeno também me deu uma máquina. E aí eu comecei a trabalhar em casa...”.

Amaranta fala que Melquíades, quando ainda estava acolhido, a visitava com maior frequência, e não só nas férias, pois ele fazia um tratamento médico em Fortaleza. Como já relatado, Melquíades possuía uma deficiência nos pés e por isso era mais explorado pelos familiares quando vivenciava a situação de rua, pois tornava-se um “atrativo” para a mendicância. Então, segundo Amaranta, quando ele entrou no OPN, seu sonho seria a correção dos pés, como ela narra:

Eu lembro que perguntaram lá pra ele qual era o sonho dele. Ele disse que o sonho dele era ajeitar os pés deles, né? Então foi lá que o Melquíades começou a fazer as cirurgias. [...] Foi O Pequeno. Foi, que foi atrás. Eu lembro até que disseram que iam levar ele pra São Paulo pra achar um especialista, né, mas encontraram no Albert Sabin, então.

Amaranta explica que a instituição viabilizou o tratamento para correção ortopédica dos pés do irmão, enaltecendo esta atitude da instituição. Além de buscar o tratamento médico para o garoto, indicando que, se fosse necessário, buscariam ajuda médica mesmo em outro estado, Amaranta ainda afirmou algumas vezes que todos os materiais médicos necessários e os demais tratamentos fisioterápicos para o período pós-cirúrgico e para o restante da recuperação de Melquíades foram fornecidos pela instituição.

Somando-se às outras iniciativas efetivadas pela instituição, essas posturas se aproximam da categorização de um atendimento *integral*<sup>55</sup> proposto por Silva (2011). Diferentemente do atendimento *integrado*, citado no tópico anterior, o *integral* se caracteriza por uma menor utilização da rede disponibilizada pela estrutura pública, utilizando os próprios recursos institucionais para garantir direitos básicos, como: educação, alimentação, moradia, etc. Segundo o autor, isto seria uma característica mais comum entre instituições privadas. Tal categoria, pelo que se pode verificar nas narrativas, se faz presente na postura do atendimento do OPN.

Uma questão que se apresenta é que além dessa característica *integral*, a forma como é descrito o atendimento pelas mães indica um grau de envolvimento maior de outros membros da família, principalmente mães e irmãos, em outras dimensões oferecidas pelo OPN. A continuidade do atendimento do adolescente ao sair do sítio se torna mais um elemento que potencializa a presença da instituição na família. Essas estratégias de acompanhamento abarcam diversos pontos da realidade familiar e demonstram certo interesse de condensar serviços oferecidos pela própria instituição, sendo estes voltados para um maior número de dimensões do indivíduo, atraindo para esses serviços não só o adolescente que passou por seu acolhimento, mas abarcando também outros familiares. Apresenta-se, assim, uma espécie de “poder de atração” maior sobre os demais integrantes da família.

### 3.3 A singularidade de outras variáveis em alguns casos

---

<sup>55</sup> O termo *integral* também é utilizado por Xavier (2009), mas não há na análise desta autora o contraponto com a ideia de *integrado* utilizada por Silva (2011).

Como sublinho desde o início deste trabalho, os casos aqui apresentados possuem diversas singularidades. Venho apresentando características *tipificadas*, visando construir um quadro analítico de apreensão dos acontecimentos.

Neste capítulo busquei dar maior visibilidade às perspectivas das entrevistadas sobre o atendimento recebido, partindo da narrativa de suas experiências sobre como compreendiam o atendimento oferecido pelas instituições de acolhimento.

Entretanto, como um lembrete da complexidade das realidades, outras variáveis ganham evidência em algumas falas.

Retomo aqui o caso de Marcela, mãe de Bento (OPN), que recebeu uma casa após ter sido contemplada por um programa da Prefeitura Municipal de Fortaleza e, assim, pôde sair de uma condição de moradia precária às margens de um rio. Essa mudança se tornou a maneira que encontrou para pôr fim a um relacionamento conjugal violento, pois mudou-se para essa casa sem o conhecimento do ex-companheiro. Foi depois que passou a morar nesse novo local que Marcela obteve a ajuda de uma outra instituição.

Marcela atribui grande importância à ajuda recebida do Lar Fabiano de Cristo. Essa é uma instituição filantrópica de matriz religiosa, vinculada ao espiritismo. Lá, entre outras atividades, funciona uma creche que recebeu os filhos mais novos de Marcela. Além disso, a instituição colaborava com outros auxílios: “Aí me deram uma ajuda muito grande. Me davam cesta básica. Aí botaram os meninos lá. Eu botei tudinho. Passava o dia, almoçava, merendava”.

Ela narra que soube dessa instituição por acaso.

É porque eu uma vez eu ia com os meus dois pequeno pra levar pra creche, ai passava um senhor na bicicleta, ai parou e disse assim: Vai deixar esses bixim onde? Ai eu: Em uma creche ali no Aracapé. Ai ele disse assim: a senhora não sabe onde é o Lar Fabiano, não? Ai eu disse assim: não, eu nunca ouvi falar não. Ele disse assim: Vixe, pois lá é ótimo, lá eles dão ajuda as mães que precisa, mas é difícil uma vaga lá, muito difícil. Mas a senhora indo, contando sua situação eles ajuda. [...] Quando ele falou isso, eu disse: Ave Maria, meu irmão, eu vou lá! Ai eu fui, rodei por ali tudo e não achei esse Lar Fabiano. Ai, quando foi uma vez, insisti de novo, eu tava fazendo reciclagem, ai eu fui [...] Ai, quando eu cheguei lá, eles me atenderam muito bem. Eu contei minha situação, que eu tinha esses cinco menino, que a minha vida estava com muito, muito sacrifício. [...] Então, era assim, deus sempre ia abrindo as portas pra mim, tá entendendo? Eu buscava de um lado, buscava do outro. Aí contei minha situação. Aí [alguém da instituição]: ‘Quantos anos a menina tem?’ Eu falei, falei do mais novo. ‘Então pronto, a senhora bota os dois pequeno...’.

Na fala está expresso um grau de esforço em enaltecer a conquista do auxílio recebido dessa instituição. Marcela afirma ter recebido benefícios como alimentos, gás de



cozinha e outros insumos básicos. No entanto, para ela, foi o contato com uma “dentista” o principal ganho em frequentar esse espaço.

Aí foi melhorando pra mim. Conheci uma dentista que trabalha lá, muito boa. Até hoje estou com ela. Está com dois anos. Ela é uma pessoa maravilhosa.  
 [...]. Trabalho pra ela. Trabalho na casa dela. Cuido dos filhos dela. Ela me dá toda a assistência, é limpeza de dente dos meninos, tudo, tudo. O Marcos [um dos filhos mais novos], ela botou o aparelho do Marcos. Botou o aparelho do Mateus, eu não pago nada.  
 [...]. É, eu trabalho com ela. Eu faço tudo: eu cozinho, eu arrumo.  
 [...]. Sou diarista. Aí ela me paga um salário, me dá cesta básica, me ajuda com esses aqui [aponta para os filhos que brincavam na sala]. Sabe? Dia de sábado eu levo ela [filha pequena] aqui pra lá. Ela passa o fim de semana. Foi um anjo que Deus botou na minha... Porque eu não tinha nada aqui.  
 [...]. Conheci ela lá. Eu tinha os dentes tudo estragado. Eu tinha meus dentes tudo estragado. Ai quando ela me vi lá, aí ela... Porque ela é espírita, sabe? A religião dela é espírita. Aí quando ela me viu, ela disse: ‘Mulher, vamos extrair esses dentes, ficar mais nova, mais bonita’.

O envolvimento com essa família é uma situação marcante para Marcela, pois essa oportunidade lhe proporcionou uma renda estável. Através disso ela também conseguiu outros benefícios, como o tratamento dentário seu e do filho.

Ela me paga um salário e me dá uma cesta básica. E a manutenção do aparelho do Marcos, ela é que paga, fora, à parte. Eu fico como o meninozinho dela, da casa, né? Assim, segunda e quarta que ela vai pro consultório. Ai, eu fico com o Artur, aí ela vai e me dá R\$100,00 por fora, mas ela tá pagando o aparelho do Marcos, a manutenção.

Com base no que me relataram outras entrevistadas, posso concluir que, aparentemente, algumas facetas que o OPN comumente abarca no atendimento à família foram “cobertas” por essa instituição espírita. Assim, o maior envolvimento de Marcela com essa instituição pode ter contribuído para uma retração do atendimento do OPN, já que não foi percebida uma rejeição direta de Marcela ao atendimento do OPN à família.

Em outros casos, a outra participação não “inibiu” a maior inserção da instituição na dinâmica familiar.

É possível que, quando passam por uma situação de rua, crianças e adolescentes sejam abordados por várias instituições, como já apontado, pois há metodologias de trabalho que se reproduzem nesse campo de atuação, como a metodologia do trabalho de rua. A passagem por outras instituições não se limita a essa abordagem.

Tanto no caso de Maurício (OPN) como no de Melquíades (OPN), por iniciativa da mãe e da irmã, respectivamente, as crianças foram encaminhadas anteriormente a uma

instituição educacional chamada Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta<sup>56</sup>. Esse Centro é, em resumo, um colégio com regime de internato e, portanto, possui a característica de manter um determinado número de vagas para residentes. Por isso muito procurado por famílias com poucas condições financeiras, com o intuito de que seus filhos lá estudem. Esse centro educacional possui sede em Fortaleza, mas há outras instalações em cidades da região metropolitana, onde geralmente ficam os estudantes de regime interno.

A dinâmica, segundo as entrevistadas, resumia-se em deixar as crianças na segunda-feira de manhã na sede do centro educacional, onde pegavam um ônibus da instituição para o local, situado no município de Pacatuba, e passavam a semana. No sábado pela manhã eles estavam de volta a Fortaleza para passar o final de semana com as respectivas famílias.

Nos casos de Maurício (OPN) e Melquíades (OPN), eles foram aceitos por esse Centro, mas não permaneceram, principalmente por causa dos conflitos em que viviam as famílias. Maurício passou apenas alguns meses, mas não se adaptou. Segundo a mãe, ele reclamava de brigas com outros garotos do Centro Educacional.

Melquíades e o outro irmão, de idade próxima, passaram dois anos estudando nesse mesmo local, antes de Melquíades ser acolhido pelo OPN. A entrada deles se deu em razão da procura de Amaranta. Segundo ela, o motivo da não permanência deles deve-se às dificuldades com a mãe, que começou a não manter a rotina de deixá-los na sede do Centro.

O fato é que essa instituição não realizou medidas que impactassem na realidade dessas duas famílias a ponto de contribuir para a resolução dos problemas com que conviviam. Não cabe aqui analisar as características ou objetivos desse Centro Educacional, mas uma hipótese superficial é o simples fato de não se caracterizarem como uma instituição específica de acolhimento institucional faz com que não abarquem uma maior amplitude das dificuldades desses indivíduos.

Outra situação ocorrida com Amaranta, irmã de Melquíades, foi a doação espontânea realizada por uma médica que a conheceu quando foi realizar os procedimentos para liberação do corpo da irmã que faleceu.

[...] quando ela faleceu eu fiquei desesperada sem saber o que fazer. Mas Deus é tão bom que eu fui liberar o corpo dela, né, lá no SVO e conheci uma doutora lá, que foi a que deu o laudo, né, do óbito. [...]. E ela começou a conversar com a gente. [...]. E eu conversando com essa doutora e a gente fez assim, a gente não fez velório, porque não tinha família, não tinha nada do... [...] foi direto pro cemitério. Aí

<sup>56</sup> Mais informações sobre essa instituição podem ser encontradas no *site*: <<http://www.piamartaaguanambi.org.br>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

quando, isso foi numa segunda-feira, quando foi na terça-feira essa doutora ligou pra mim. Aí perguntou assim, quanto era mais ou menos uma casa lá pra onde eu morava, né? Ela disse assim: 'Amaranta, pois tu vai atrás de uma casa até dez mil reais que dá pra gente comprar'. Aí eu fiquei morta de feliz.

Amaranta narra que conversou com a médica sobre as dificuldades que ia passar, pois estava angustiada, sem saber o que fazer com os irmãos, principalmente os mais novos. Moravam em uma casa alugada e ela não possuía uma renda suficiente para mantê-los. Enfim, comentou o drama pelo qual passavam. Espontaneamente, segundo Amaranta, essa médica lhe ofereceu uma doação para a compra de uma casa no bairro onde já viviam. A casa foi comprada e é onde moram até hoje.

Uma doação semelhante aconteceu também a Sofia, mãe de João e José. Sofia relata que antes de ser presa, ainda quando vivia nas ruas com os filhos:

[...] foi uma mulher que me viu debaixo do viaduto com meus filhos, me botou no carro, me levou lá pro Conjunto Palmeiras, perguntou sobre o meu pai, minha mãe, não tenho mais, buscou minhas irmãs... Aí desembolsou o dinheiro num cartório aqui no centro aqui "pei e bufê", pagando a casa... [...] Pagou mil e quinhentos na casa, que a mulher não queria mais morar lá, e ainda hoje eu moro nessa casa. [...] Tá no nome do João, do José, do neném e da Jamile.

De acordo com sua narrativa, esta doação ocorreu por acaso. Sofia relatou que acabou voltando para as ruas, mesmo após a doação dessa casa. Segundo ela, como a casa está no nome dos filhos, nunca a vendeu. Assim, quando saiu do presídio, voltou a morar nessa residência.

Estas foram ocorrências pontuais, mas que possuem destaque nas narrativas compiladas. De todo modo, são fatos que não impactaram na dinâmica de atendimento da instituição, mas surgem como facilitadores de uma melhora na condição de vida dessas pessoas.

### **3.4 Sintetizando as abordagens dos atendimentos**

Neste capítulo, o foco diferente dado à forma de atendimento dos casos abordados apresenta, de acordo com as percepções das entrevistadas, diferenciações na maneira de abordar o indivíduo, abarcando os familiares em graus de intensidade diferentes. Importante destacar que as diferenciações acontecem de acordo com a ênfase dada nas narrativas. O fato de elas apontarem ou não um determinado atendimento apenas ao indivíduo ou envolvendo

outros familiares demonstra como elas percebem e, conseqüentemente, ilustram as perspectivas, em certa medida, diferenciadas das dinâmicas institucionais.

A figura abaixo objetiva sintetizar, com base nos dados apresentados até aqui, as diferentes intensidades dadas a cada forma de abordagem entre os dois perfis de atendimento. É preciso destacar que as características existem, em alguma medida, em ambos os atendimentos realizados pelas duas instituições. Dessa forma, o objetivo das setas, em cada atividade mencionada nas linhas, é apontar a maior (↑) e menor (↓) intensidade de acordo com o perfil de atendimento indicado nas colunas. Assim, tento expressar um modelo que revele quais atividades possuem maior presença em cada tipo de atendimento, o que pode indicar *idealmente* as principais características de um perfil com maior centralidade no indivíduo e de outro com maior acompanhamento das famílias.

Figura 2 – Síntese das abordagens utilizadas nos dois perfis de atendimento

	Maior centralidade no indivíduo	Maior acompanhamento das famílias
Visitas domiciliares	↓	↑
Visitas da família ao filho na instituição	↑	↓
Visitas do filho à família	↑	↓
Reunião com a mãe na instituição	↑	↑
Oferta de formação para familiares do acolhido	↓	↑
Atendimento psicológico para mãe e filho	↑	↑
Encaminhamentos para outras redes de serviços	↑	↓
Doações da instituição para a família	↓	↑

Fonte: Elaborada pelo autor.

As entrevistadas revelaram o que perceberam como característico dos atendimentos, o que delineia algumas diferenciações no foco dos mesmos. Tal foco pode ter sido dado aos indivíduos ou ao envolvimento de outros membros da família.

Se pensarmos o atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de rua como uma estrada, podemos imaginar que o início do caminho é comum em ambas as formas de atendimento, por mais tortuoso que possa ser, devido às complexidades dos contextos. Em um segundo momento, com a consumação do atendimento e a diferenciação metodológica de cada experiência de atendimento, pode-se imaginar que a estrada bifurca, porém, as duas estradas que surgem da bifurcação, no início, ainda são relativamente próximas uma da outra.

Em um terceiro momento, quando o indivíduo sai do acolhimento institucional, as duas novas estradas nascidas da bifurcação já apresentam características que as distanciam claramente uma da outra. É sobre essas características do processo de saída do acolhimento institucional e encaminhamentos posteriores que se voltará o próximo capítulo desta dissertação.

#### **4 A SAÍDA DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: CONCLUSÃO OU O INÍCIO DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO**

Os casos abordados nesta pesquisa têm como característica comum a “conclusão” do acolhimento institucional.

O fator que marca o fim do acolhimento, na maioria dos casos interpelados, é a volta do acolhido ao convívio familiar. Orientados pelos marcos legais que balizam o atendimento realizado pelos atores institucionais desse campo, onde afirmam que a criança ou o adolescente, preferencialmente, devem permanecer em sua família de origem. Assim, existe um conjunto de regulamentações que orientam também o processo de saída da dinâmica institucional de acolhimento, como já dito anteriormente. Contudo, o principal interesse desse trabalho é expor o que é compreendido pelas experiências do “lado da família” sobre o atendimento realizado em duas instituições.

De modo geral, o conteúdo trabalhado até aqui sintetiza o processo de acolhimento dividido em três etapas fundamentais: 1) a entrada da criança ou adolescente na instituição por consequência da situação de rua; 2) o decorrer do processo de atendimento durante o acolhimento; e 3) o fim do acolhimento. A última etapa, apesar da maioria dos casos em evidência se adequar ao que prepondera a legislação, pode ser efetivada sem o necessário retorno à convivência familiar, como será exemplificado em uma das descrições a seguir.

Nos últimos dois capítulos, busquei apresentar as narrativas que caracterizassem as duas primeiras etapas do acolhimento. A convergência das informações possibilitou a organização das narrativas segundo algumas classificações que caminham para a diferenciação entre as duas abordagens institucionais. Ambas partem de um público de perfil relativamente semelhante – com exceção do perfil etário – e, no decorrer do processo de atendimento, vão aparentando caminhos um tanto diferentes.

Nessa linha de reflexão, o presente capítulo trará as narrativas referentes ao processo de desligamento do garoto do acolhimento institucional e alguns detalhamentos da situação pós-acolhimento em que se encontravam no período de pesquisa, na perspectiva das entrevistadas. Esse processo caracteriza ainda mais uma “bifurcação” de como se desenvolve a dinâmica de atendimento entre as duas instituições de acordo com as perspectivas aqui tomadas.

É interessante destacar que a saída do acolhimento institucional, nos casos abordados, é marcada por um restabelecimento das relações familiares, antes frágeis.

Considerando que na maioria dos casos houve a volta ao convívio familiar, isto não significa a cisão completa das relações entre a família, principalmente a figura do jovem acolhido e a instituição, personalizada nos profissionais que lidam diretamente com essas pessoas: educador social e assistente social.

Considerando uma espécie de “bifurcação” entre os distintos trabalhos das duas instituições, para continuidade da exposição, serão apresentados os casos de acordo com o seu vínculo institucional. Assim, seguirão dois tópicos: um sobre a saída do acolhimento na Associação Barraca da Amizade (ABA) e outro sobre a saída na Associação O Pequeno Nazareno (OPN). Para além da organização expositiva, esta subdivisão é baseada nas caracterizações feitas pelas responsáveis entrevistadas durante a pesquisa, que demonstram a diferenciação dos trabalhos executados pelas duas instituições.

#### **4. 1 Casos da Associação Barraca da Amizade: maior foco no indivíduo acolhido**

Nos casos da ABA, a principal característica de impacto do atendimento foi a menção das entrevistadas à mudança de comportamento do adolescente acolhido. A conclusão do acolhimento institucional não significa o retorno automático do adolescente para o convívio familiar. Das quatro experiências abordadas nessa instituição, em uma não acontece o retorno à moradia com a família, o que não quer dizer que não houve um restabelecimento das relações familiares.

Nessa perspectiva, refiro-me ao caso de Roberto (ABA) que, quando fiz a entrevista com sua mãe, ainda morava na ABA. Porém, ele já tinha atingido a maioridade e não mais se caracterizava como um acolhido. Mesmo porque a ABA havia, recentemente, encerrado o acolhimento institucional e os jovens que lá estavam foram encaminhados ou para outras instituições de acordo com o perfil de cada um, ou diretamente para suas famílias, caso estivessem em condições favoráveis para isso.

A permanência de Roberto na ABA, sem nenhum vínculo institucional, ocorreu pelo fato de sua família passar por problemas que dificultaram seu retorno. Durante o período de pesquisa de campo, Roberto se encontrava em uma situação relativamente estável, pois estava trabalhando e, segundo os profissionais da ABA, não tinha mais feito o uso de drogas, o que contribuiu bastante para sua permanência como morador na instituição.

Fernanda, mãe de Roberto, havia se separado do marido; devido a isso sua renda econômica, antes somada à do marido, foi bastante reduzida. Nesse mesmo período de instabilidade emocional e financeira, ela passou por dificuldades em gerir o comércio de

comidas que possuía e acabou falindo. O que a deixou bastante abalada, considerando que ainda tinha sob sua responsabilidade uma filha e uma neta que dependiam totalmente dela economicamente. Alterando, assim, sua condição anterior de “classe média baixa”, como ela mesmo se classificava com orgulho. Situação crítica que fazia com que ela rejeitasse, inclusive, a visita dos profissionais: “Aí, hoje, eu já não moro mais tão confortável como eu morava antes, que dê para receber visita, que dê para... Aí eu não sei se... Eu me fechei.. Tá entendendo?”. Por isso o processo de encaminhamento de Roberto de volta à família foi dificultado. Essas condições impediam até mesmo o acesso dos profissionais à atual situação de moradia em que se encontrava a mãe e o restante da família.

Nesse caso, é preciso lembrar que, anteriormente, existia o conflito entre mãe e filho. Segundo ela, decorrente do envolvimento dele com drogas ilícitas. Durante o período de acolhimento, os laços afetivos foram reatados. Fernanda explica que, apesar de não poder receber novamente Roberto em casa, ele esporadicamente a visitava, já no período pós-acolhimento. Ela afirma possuírem um elo afetivo estável: “Às vezes ele passa um tempo afastado. Afastado [...] fisicamente. Porque a gente tá sempre junto”.

Esse é um caso que mostra que o fim do acolhimento não resulta, necessariamente, no retorno do jovem ao convívio familiar. Apesar disso, é perceptível a recuperação dos vínculos familiares na fala da mãe. Isso ocorre, como compreende Fernanda, ao se referir sobre os profissionais da ABA: “todo mundo preocupado em reabilitá-lo, em torná-lo sociável de novo”.

A ABA oferecia acolhimento para indivíduos com até 18 anos, já que após essa idade o indivíduo deixa de ser adolescente e passa a ser adulto, portanto, responsável por si próprio perante a lei. Considerando o perfil etário limite da ABA ser a maioridade, isso proporciona, muitas vezes, uma relação diferenciada sobre a saída do jovem. Como indicam algumas características já apresentadas no capítulo anterior, a relação de autonomia que os adolescentes possuem quanto àqueles mais novos (principalmente aqueles, se pensarmos nos casos do OPN, cujo perfil etário de atendimento é menor), proporciona um relacionamento ainda mais direto entre instituição e jovem, posterior ao acolhimento. Ainda mais quando esses ex-acolhidos saem da instituição ao atingir a maioridade. Costumeiramente, a conquista de um emprego formal, seja qual for, possui o significado de ascensão e é uma busca constante da instituição, quando esse fato se concretiza, isso é motivo de orgulho para a família. Assim, quanto mais próximo dos 18 anos, mais esse indivíduo é estimulado a adquirir uma postura autônoma e o que simboliza isso é estar empregado.



Ferreira (2007) debate sobre como a categoria trabalho possui significado fundamental na trajetória de adolescentes pobres com passagem por instituições socioeducativas. Em seu estudo, a autora destaca que o jovem que passava por um processo de ressocialização “era conduzido para uma vida de ‘disposição para o trabalho’, e, por esta via, tornar-se-ia ‘cidadão reconhecido socialmente’ e capaz de entrar na vida adulta como pessoa responsável, quando da ausência da assistência do Estado” (FERREIRA, 2007, p. 162). A constatação da autora é bastante pertinente para ambas as instituições aqui em debate, já que, na perspectiva das entrevistadas, a oferta de uma profissionalização e a obtenção de um emprego pelo jovem é vista como a expressão ideal da mudança de postura do indivíduo atendido, indicando um sucesso neste atendimento. Alguns outros elementos sobre esta questão serão abordados no próximo tópico.

Em certa medida, podemos perceber essas perspectivas nos casos de Isaac e Pietro, que saíram do acolhimento institucional na iminência de completar 18 anos.

Gorete, mãe de Isaac, foi bastante reticente ao comentar sobre o retorno do filho. Ela destaca, principalmente, a mudança comportamental do adolescente: “De toda danação, [...] deles quatro o mais obediente que tem pra mim é o Isaac”. Isaac retornou ao convívio com a família aos 17 anos. Antes mesmo da proximidade de sua volta, Isaac já frequentava cursos profissionalizantes, frutos de encaminhamentos realizados pela ABA.

Mesmo após a volta do jovem para casa, comumente, a instituição se mantém como referência para aqueles jovens ou famílias no direcionamento de alguns tipos de serviços. Como Gorete relata: “Só, assim, tirar o Isaac do meio da rua e ajeitar o registro dele ali. Aí às vezes também quando a gente precisa assim duma coisa ela dá uma forcinha também, ela ajuda”. A “forcinha” a que ela se refere pode ser compreendida como o pedido para a retirada de algum documento ou informações sobre certos serviços públicos. Gorete exemplifica: “Assim, a gente querendo assim, não tem o negócio dessas casas, né, ela foi que me indicou, ela arranjou também um estudo pros meus meninos lá no SESI”. As tais “casas” às quais se refere Gorete são referentes ao procedimento de inscrição no Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. Segundo ela, foi a assistente social da ABA que a orientou onde e como se inscrever nesse programa, da mesma forma ela se refere ao encaminhamento dado aos outros filhos para estudarem em uma escola existente no Serviço Social da Indústria. Essas lembranças revelam, ainda, essa mediação institucional entre a família e serviços públicos.

Pietro, filho de Pilar, também saiu do acolhimento institucional próximo de completar 18 anos. Sobre a volta, Pilar narra que, em um momento anterior, Pietro havia fugido da instituição, tinha ido visitar a família no final de semana e não voltou para o acolhimento em seguida.

[...] ele veio com ‘H’, e eu engoli esse ‘H’ dele pensando que era uma história. “Mãe, vou ficar porque a Ivannia viajou, mandou eu ficar aqui...”. Isso ele dizendo, eu confiei na palavra dele. Pois a Ivannia ligou: ‘dona Pilar, o Pietro não voltou não?’. ‘Não, mulher, ele trouxe foi a roupa dele tudinho, disse que tu mandou ele vir pra casa porque tu ia viajar...’. Ah, mentiu, né? Eu digo ‘ah, pois pegue sua roupa e volte pra Barraca porque aqui não é o seu lugar não, o seu lugar é lá, volte!’. [...] Disse pra mim que ela mandou ele vir embora e a viajar, que a Barraca ia fechar. Tá vendo como ele é? Me enganou. Aí trouxe uma roupa, duas, três, depois eu fui conversar com a Ivannia. Depois ‘não, Ivannia, ele tem que voltar, porque não tá dando certo não, piorou, ele foi pra o meio da rua de novo, deixou as roupas lá’. E depois pegaram ele na corda e levaram de novo pra lá.

Com base em uma conversa com a assistente social da ABA, essa evasão indicava o interesse de Pietro em voltar a morar com a mãe, por mais que ele tenha ido “[...] pro o meio da rua de novo”. Sobre o processo de volta, Pilar explica que o filho não voltou para casa irregularmente: “Foi encaminhado, ele não saiu de lá fugitivo não que ele não é doido, ele sabe que eu entrego ele na hora. Não tem isso não...”. Mesmo com sua volta para casa, ele continuou próximo aos outros programas de que participava além do acolhimento na ABA. Foi por intermédio de um desses programas que ele conseguiu seu primeiro emprego pouco tempo depois de ter retornado para casa. Assim, não mais passou por uma situação de vivência nas ruas. Na perspectiva de Pilar: “Ele foi se ajeitando, não é?”. Ela descreve que o filho, depois de retornar, passou a cumprir suas orientações, como o horário de volta para casa: “Eu digo ‘olha, tal hora eu quero ver você aqui’, ‘tá certo, mãe’, quando é antes da hora ele já tá em casa”. Pilar enfatiza a mudança de comportamento do filho, mesmo ainda possuindo certo receio de uma “recaída” dele para o que ela chama de “mundo da vagabundagem”:

Eu tenho, pode ele ainda querer entrar no mundo da vagabundagem. [...] Acho que o Pietro tá assim só inseguro, [...] Mas eu confio, eu rezo, eu oro, peço a Deus, eu fico combatendo com ele de instante em instante, eu brigo, pego um pau medonho [...] Mas é brigando direto, pra ter responsabilidade. Pra ele... Eu digo ‘oh, Pietro, tu vai perder teu emprego?’. Falta o emprego também. Ele tá num emprego ele falta. A gente dá conselho, mandam dá conselho, eu digo: ‘Pietro, seja um responsável, você agora vai ser pai’, A mulher já deu a última chance a ele. Pronto, perdeu essa chance, tem mais não. A gente... ‘Oh, Pietro, que horas tu vem? Me avisa’.

O “combate” constante é a supervisão sobre as atividades do filho. No período em que conversei com Pilar, Pietro tinha perdido o emprego e havia, recentemente, sido

informado de que sua namorada estava grávida de um filho dele. Talvez por isso Pilar falasse da questão do trabalho com maior ênfase. De qualquer forma, o que aparece como importante, por mais que ainda sofra críticas da mãe, é a postura “normativa” ao se inserir no mercado de trabalho formal, distanciando-se da vivência nas ruas.

Pilar não comentou sobre qualquer outro contato da ABA com ela após o retorno do filho, mas afirma que o filho sempre mantinha contato tanto com a ABA, quanto com os profissionais de outros programas pelos quais ele foi atendido. Um exemplo disso eu pude perceber durante o período de pesquisa de campo, antes de visitar Pilar em sua casa e realizar a entrevista. Em uma de minhas idas à ABA encontrei Pietro lá. Segundo a assistente social, ele foi utilizar o computador da instituição para fazer seu currículo, pois se encontrava procurando emprego naquele momento.

É comum aos profissionais da instituição receber visitas de ex-acolhidos, pois a instituição se mantém como referência para os jovens tanto por uma questão afetiva com os profissionais, quanto por ser um local onde conseguem informações sobre cursos e outras atividades, principalmente, de trabalho. É através da ABA que eles chegam a outras oportunidades existentes no conjunto de serviços ofertados pela esfera pública de atendimento. O que reforça a caracterização da ABA como exemplo de *atendimento integrado* (SILVA, 2011).

Esse contato direto com o jovem é uma característica pós-acolhimento, em que são os jovens que procuram a ABA como uma referência de encaminhamento e, pelo apurado na pesquisa, o contrário é bem mais raro.

Um caso emblemático, onde se constatou a estabilidade do indivíduo e isso garantiu o desligamento do acolhimento mesmo em uma situação não regular é o caso de Arcádio, filho de Remédios. Ele saiu da situação de acolhimento aos 16 anos. Sua saída não seguiu o processo padrão de encaminhamento à família, pois ele voltou para a casa de sua mãe após ter fugido da instituição acolhedora. Segundo Remédios, Arcádio fugiu com outros garotos que também estavam acolhidos na ABA:

Ele fugiu com um pessoal de lá, que fugiram lá da Barraca [...] Aí foi pra Beira-Mar, foi pra Beira-Mar... Aí lá, lá Ivannia ligou pra polícia pra ir atrás, né? Então eles foram pegos na Beira-Mar. Aí de lá eles pediram o endereço à Ivannia, aí Ivannia foi e deu meu endereço e eles vieram deixar aqui. Aí eu fui e disse pra ela: ‘assino não! Eu não trouxe ele, não foi por livre e espontânea vontade, então eu não vou assinar’.

Remédios exemplifica como funciona o procedimento padrão da instituição quando ocorre a evasão de um dos acolhidos. Com a constatação do ocorrido a instituição deve fazer um Boletim de Ocorrência em um Distrito Policial indicando a fuga e, em seguida, deve notificar o Conselho Tutelar, que deve tomar as providências cabíveis. Pelo que a mãe descreveu, Arcádio, após a evasão, foi abordado por um dos educadores sociais de rua do estado. Remédios narra o ocorrido:

Quando ele veio da Barraca da Amizade ele fugiu de lá. [...] a amarelinha<sup>57</sup>, pegou ele e veio deixar ele aqui em casa. Bateu na porta: ‘Dona Regina?’. Eu: ‘Sou eu’. ‘O seu filho, vim deixar’. Eu: ‘Veio deixar? não, você não veio deixar ele. Como?’. ‘Não, fugiu’. Eu: ‘Fugiu? Pois pode levar que eu não recebo, não’. ‘Mas é seu filho!’. ‘Eu sei que é meu filho, assino de jeito nenhum. Pra ele viver dentro de casa? De jeito nenhum’.

A profissional levou Arcádio para casa de Remédios, mas a mãe rejeitou e não “assinou o papel”. O “papel” seria o documento que atestasse que a mãe ou responsável estaria ciente da volta do adolescente encaminhado pelo profissional. Apesar da resistência e mesmo não “assinando o papel”, Remédios aceita o filho em casa. Relata: “[...] Acabou ficando, mas eu disse pra ele: no dia em que ele vacilar de novo eu chamo a polícia pra ele e mando levar”.

Remédios aceita o filho novamente em casa, que não mais voltou a repetir as idas para uma situação de rua. Contudo, ela demonstra claramente ainda um tom de certo ressentimento e desconfiança em relação ao filho, fazendo menção à já comentada tentativa de abuso sexual.

Eu lutei, lutei e coloquei lá, e como eu disse pro rapaz que veio deixar ele aqui, “assino não”. Pra ele me esculhambar no meio da rua, me roubar dentro de casa e fazer o que ele quis tentar fazer com a própria irmã dele, eu tendo minha filha pequena e tendo o pequenininho aqui, eu lá vou me confiar? E ele: “eu mudei!”, eu “você mudou? Mas eu não acredito, você pode ficar aqui, mas se você vacilar eu procuro outro canto pra pior”.

Apesar da ameaça e a insegurança apresentada por Remédios, quando questionada sobre o comportamento do filho, responde: “Melhorou mais. Melhorou, hoje em dia ele fica...

---

<sup>57</sup> O termo “amarelinho” faz referência ao uniforme dos educadores sociais de rua do antigo Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola, programa do Governo Estadual do Ceará. Atualmente, esse programa foi absorvido pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social, vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará. Sobre o programa extinto ver Silva (2011).

Ele que fica com o irmão dele pra mim ir trabalhar, que a irmã dele é daquele ‘Vira Vida’...[...] Leva ele pra brincar no mar também”.

O retorno de Arcádio não ocorreu como um procedimento considerado padrão. Ainda assim ele permaneceu em casa, segundo a mãe, com um comportamento “melhor” caracterizado por não mais repetir as vivências de rua. Essa mudança é percebida pela mãe também pelo fato do filho, agora, se submeter às regras maternas. Os conflitos iniciais que motivaram Remédios a buscar o encaminhamento de Arcádio para uma instituição de acolhimento se amenizaram.

A assistente social da ABA me relatou que mesmo Arcádio tendo saído da instituição mediante evasão, ele demonstrava forte interesse em voltar para o convívio familiar e que o fator dificultador era a resistência da mãe. A fala de Remédios indica que a relação conflituosa entre mãe e filho não foi superada por completo. Porém, o grau de mudança ocorrido até aquele momento foi o suficiente para que ela recebesse o filho de volta. Sobre a relação com o filho, Remédios avalia: “É, mais tranquila. Aqui e acolá ele quer engrossar a voz. Eu: ‘Preste atenção, viu? Eu não assinei seu papelzinho não. E nunca vou assinar’. ‘Mas mamãe...’. Eu: ‘Vou não. Pra tu gritar mais alto que eu dentro da minha casa?’”. Há uma espécie de sentimento de negociação em que a ameaça colocada pela mãe, na perspectiva exposta por ela, é uma forma de barganhar o controle sobre o filho.

Apesar da saída do acolhimento fora do padrão, Arcádio não está “irregularmente” com a mãe, já que, posteriormente, o processo foi encaminhado e regulado pelo juizado. Remédios compareceu às audiências onde parece ter mantido a mesma postura de certa rejeição ao filho, simbolizadas pela expressão de “não assinar o papel”. Contudo, a dinâmica do convívio parece ter indicado certa amenização nas relações.

Um exemplo do apaziguamento no relacionamento entre Remédios e Arcádio é a condição de que o filho frequentasse uma igreja como demonstração de sua “mudança”.

Que eu disse pra ele: ‘Me mostre! Eu só acredito se você mudou se você se entregar a Jesus e for à igreja’. Aí ele: ‘Po is eu vou mostrar à senhora como eu mudei’. Aí passou uns dias, frequentou a igreja e não foi mais. Aí não foi mais, aí não foi mais... Aí eu: ‘Cadê, já deixou de ir à igreja? É essa a tua mudança? Tu não vai mudar pra mim não, tu tem que mudar é pra Jesus’. Aí ele ‘Tá bom, pois eu vou me entregar a Jesus’, Aí se entregou a Jesus na igreja ali, se entregou a Jesus noutra igreja, aí até que enfim parou nessa daí, na Assembleia.

Nessa espécie de negociação com o filho, Remédios declara que também passou a frequentar a igreja junto com ele, como uma forma de estimular o adolescente:

[...] aí pra ele não sair da igreja eu frequento também pra ele, né, não sair. [...] [ela supõe o pensamento do filho] Ele vai: “Ora, a mãe não vem à igreja, porque ela faz eu vir?” [...] Então eu pego e vou também. Eu vou, a irmã dele vai.

A relação conflituosa entre mãe e filho parece ainda existir em algum grau, mas a gravidade aparentemente é bem menor que antes. Remédios fala sobre o impacto da institucionalização do filho:

Taí, hoje tá estudando, vai pra igreja, volta pra casa, quando vai sair me avisa. Não serviu eu botar lá? Se eu tivesse passado a mão na cabeça dele, será se ele era vivo ainda hoje? [...] Eu acho que não, era de jeito nenhum! Por quê? Ou eu já tinha matado ele, que era o que eu tava vendo que poderia acontecer, ou ele tinha me matado. Porque eu não aguentava mais a vida que ele levava de dentro de casa, de me esculhambar no meio da rua, chegava em casa me esculhambando também, e me roubava também? Eu não aguentava mais, de jeito nenhum.

Por mais que a volta de Arcádio tenha sido irregular, a resolutive do caso chegou ao retorno efetivo do filho ao convívio familiar. Remédios coloca a passagem do filho pela instituição de acolhimento como importante nessa retomada. Sem essa passagem, a situação de convivência anterior, que apresentava um elevado grau de desgaste emocional, possivelmente poderia ter um resultado bastante negativo, como é percebido na fala anterior.

Apesar das informações apreendidas em campo indicarem que há muitos casos em que o “procedimento padrão” é recorrente, percebe-se que o fim do acolhimento pode ocorrer de formas diversas. A mudança no comportamento do acolhido é o que as mães destacam como fundamental na atuação da instituição. Isso fica evidente nos casos acima apresentados, principalmente nos atendidos pela ABA, onde antes havia uma postura “problema” do filho, depois do acolhimento institucional isso muda para uma situação em que as relações entre mãe e filho têm seus conflitos diminuídos.

O que fica aparente nos relatos acima é que, após a volta do adolescente para a família, o acompanhamento familiar torna-se bem pontual, apenas com o intuito de identificar se não houve o retorno à rua. Assim, a continuidade do contato que a instituição ainda estabelece é realizada diretamente com o adolescente.

O que fica implícito é uma “rápida” aceitação da instituição em relação à opção do adolescente, mesmo quando estes fogem o acolhimento. Ao constatar que não existe mais a reprodução do “problema” inicial e os vínculos familiares se restabelecem, a instituição

passa a se retirar do cotidiano daquele indivíduo. Essa postura coaduna com a verificação de Xavier (2009), em pesquisa que também envolve a ABA, que caracteriza essa instituição como não possuidora de uma política impositiva e que apresenta um discurso que privilegia a autonomia das escolhas realizadas pelos adolescentes.

Vale destacar que os casos acima são considerados pelos profissionais e pelas próprias mães como resultados positivos. Compreendendo que ainda existam conflitos e problemas complexos na realidade desses indivíduos, a situação apresentada é caracterizada pelos indivíduos entrevistados como melhor que a anterior ao acolhimento, com ênfase principalmente na “mudança” do jovem acolhido.

#### **4.2 Casos da Associação O Pequeno Nazareno (OPN): envolvimento de outros membros da família**

Os casos que apresentam um maior envolvimento de outros parentes do indivíduo acolhido ocorrem na OPN. A instituição possui um perfil de acolhimento que limita a institucionalização do jovem ainda na adolescência. A faixa etária de entrada no acolhimento é entre 6 e 12 anos. Sendo que, nos últimos anos, procuram retornar o menino já adolescente, se for possível, até os 14 anos.

Como aponta Xavier (2009), essa característica comum às ONGs de poderem selecionar quem vão atender permite que oscile o número de vagas disponíveis ou remanejem facilmente as prioridades de atendimentos.

Após a saída do acolhimento há um claro acompanhamento do adolescente que não caracteriza total desinstitucionalização pois, como já sinalizado, o ex-acolhido segue para outra estrutura da instituição que é a de um curso profissionalizante: o Projeto Gente Grande.

Devido a isso, no período de pesquisa, os adolescentes cujos casos são apresentados nesta dissertação ainda conservavam vínculo com a instituição por ainda se encontrarem participando do Projeto Gente Grande. Há, porém, uma exceção, que é o caso de Bento, filho de Marcela, que não se encontrava mais vinculado ao programa do OPN, por já ter completado 18 anos e alcançado sua própria autonomia. Contudo, ele também passou por esse programa anteriormente. Então, será o primeiro caso a ser apresentado, neste tópico.

Para o retorno de Bento, Marcela confirmou ter recebido uma visita anterior dos profissionais do OPN para falar dessa volta, que é compreendida por ela como uma preparação para a volta do filho. Mas que não era necessária, pois afirmou ter sempre tido um bom relacionamento com o filho:

[...] a gente se dava super bem. O Bento é um menino maravilhoso. O Bento não tem um pingão de ressentimento do que aconteceu. De jeito nenhum. Ele sabe que a culpa não era minha. De jeito nenhum. Eu apanhei muito, quando ele ia dar no Bento, eu me metia no meio. Eu apanhava pra ele não bater nele.

Segundo a Marcela, o principal causador da situação de rua do filho Bento era o ex-companheiro dela. Apesar dela não ter visto necessidade de uma preparação para o retorno do filho, ela descreve uma inicial resistência de Bento para retornar:

Só que ele não queria vir, pois ele pensava que o ‘coisa ruim’ [o ex-companheiro] ainda morava com a gente. Só que ele não morava. Ele não veio nem pra essa casa aqui. [...] Aí ele só concordou em vir pra cá, quando o Bernardo falou pra ele que ele já tinha morrido já. Tá entendendo?

Abreu, Aquino e Torquato (2014) refletem sobre a figura do padrasto nas famílias de jovens que estão sob acolhimento institucional:

Não temos certeza, mas supomos que a figura deste homem [o padrasto] nas relações com a família de nossos informantes parece ser passageira. Cada vez que a mãe encontra um novo parceiro de vida, o padrasto existe para a família e para a criança e o adolescente. Enquanto ele está com sua mãe ele existe socialmente para aquela família. Caso eles se separem a figura do padrasto deixa de existir (é como se seu rastro afetivo deixasse de ser seguido): assim, não se sabe se ele está vivo ou morto quando ele já não mais está vivendo com a mãe. Essa explicação provisória também se encaixa nos estudos antropológicos recentes que mostram que nas camadas populares brasileiras as famílias são matrifocais: as mães ficam na casa e os homens circulam entre a casa da própria mãe e da companheira do momento; quando finda o relacionamento ele volta para a casa de sua mãe até recomençar um novo circuito indo morar com uma nova companheira (ABREU; AQUINO; TORQUATO, 2014, p. 15).

Os apontamentos supracitados corroboram a informação expressa pela narrativa de Marcela. Estando vivo ou não, o padrasto deixou de existir para a realidade dessa família. Ainda para destacar outro apontamento da passagem acima, a constatação antropológica de uma matrifocalidade de “famílias populares” brasileiras possui convergência com as narrativas apresentados nesta dissertação, já que as falas indicam uma centralidade da chefia familiar nessas mulheres e elas próprias falam de relacionamentos instáveis do ponto de vista de uma convivência sob o mesmo teto. Apesar de tal dinâmica ser verificada em “famílias populares”, não significa que seja um indicador de vulnerabilidade, como alerta Macedo (2008), em artigo sobre mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero:



[...] defendo que é preciso problematizar o risco da generalização de leituras que reforçam estereótipos de vulnerabilidade e pobreza, homogeneizadores de uma realidade que – sem negar as dificuldades objetivas enfrentadas por esse grupo social – não é monocromática e demanda, portanto, uma análise capaz de reconhecer a existência de uma complexidade que não pode ser contida em modelos estereotipados... (MARCELO, 2008, p. 395).

Retomando o ponto sobre a visita prévia ao retorno de Bento à casa de sua mãe, fica evidente um caráter de reconhecimento para onde voltará o indivíduo até então acolhido. Principalmente porque Marcela descreveu um contato pouco constante com os profissionais durante o período de acolhimento do filho, afirmando só ter sido convidada a comparecer na sede da OPN, em Fortaleza, após o retorno de Bento.

Realmente, nesse caso houve a volta do adolescente para a convivência com a mãe e os irmãos em uma mesma casa. Mas, segundo o relato de Marcela, esse retorno teve duração inferior a um ano: “Ele não passou nem um ano não, aqui em casa não”. O motivo, segundo ela, foi Bento ter iniciado um namoro com outra adolescente e, logo em seguida, casaram-se. Segundo Marcela: “o pai da menina puxou ele logo pra lá, aí pronto. Ele saiu logo daqui de casa”. Bento foi morar junto com a companheira, na casa dos pais dela.

Entretanto, o pouco tempo de convívio foi classificado por Marcela como “meio turbulento”. Segundo ela, Bento retornara com 16 anos para casa, nesse período ele já participava do programa profissionalizante oferecido pelo OPN. Assim, ele já possuía um estágio remunerado quando voltou para a casa da mãe, considerado por ela como o primeiro emprego do filho. “O Bento quando ele chegou aqui, todos os meses ele me dava R\$ 100,00”. Logo que o adolescente retorna ele passou a colaborar financeiramente com a renda familiar, mas, pouco tempo depois, os conflitos com a mãe se iniciaram, pois ele parou de contribuir. Marcela atribuiu como motivo do fim da contribuição do filho o namoro iniciado, ao qual ele dedicava parte de seus ganhos para presentear a namorada. Segue a explicação de Marcela:

Porque, tudo que a menina pedia, ele dava, né? Aí, eu fui... o pessoal dizia assim: ‘Mulher, o Bento comprou um [presente] lá caríssimo’. E eu passando necessidade aqui dentro e o Bento não dava nada. Aí, uma vez ele chegou e eu comecei a conversar com ele. Eu disse: ‘Bento, pelo amor de deus, a gente tá sem nada aqui em casa, tu recebe teu dinheiro, tu não me dá mais um centavo. Tu compra as coisas pra essa menina que tu tá namorando, sabe nem se vai dá certo’. Aí, pronto. Ele se revoltou-se. Ele nunca falou bruto comigo, esse dia ele falou. Aí, ele disse: e o que é que tem, o dinheiro não é meu? Aí, eu disse: ‘Tá, tudo bem. O dinheiro é seu, mas você devia me ajudar também’. Aí, pronto. Nisso, parece que ele falou pra lá pra namorada dele. [...] Quando dei fê o Bruno já veio buscar foi as coisa dele. Aí foi pra lá.

Independentemente dos motivos passionais aos quais Marcela atribui o conflito com o filho, é necessário considerar que Bento passou oito anos na situação de acolhimento institucional e que a relação com a mãe, por mais que não fosse conflituosa, era distante. A falta de “entrosamento” com a mãe parece ter contribuído para relação “conturbada”. Apesar da saída do filho de casa, novamente, agora para uma situação matrimonial, não houve uma cisão dos vínculos afetivos com a mãe, pois, segundo ela, eventualmente ele a visita e, como moram próximos, encontram-se na vizinhança de acordo com a rotina de trabalho de ambos.

Assim como em outros casos, Bento passou muitos anos na instituição. Esses períodos longos de acolhimento parecem reforçar o que Xavier (2009) apresentou como visões institucionais de instituições como a OPN e a ABA. Segundo ela, estas instituições, sobretudo o OPN, defendem a “perspectiva de que somente fora da rua é que se pode oferecer aparato para transformar a vida desses meninos” (XAVIER, 2009, p, 109). Considerando que a realidade vivida por essas famílias, como apresentado no primeiro capítulo, evidencia condições de vida precárias, eles contribuem para uma priorização do acolhimento ao imediato retorno ao convívio familiar (XAVIER, 2009).

Assim, aparentemente era comum, ou mesmo “preferível”, longos períodos de acolhimento, pelo menos até 2009, já que nesse mesmo ano foi regulamentada a Lei n. 12.010 que, em seu artigo 19º, § 2º, define:

A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária (BRASIL, 2009).

Como já abordado no capítulo dois, esta lei gera uma maior fiscalização sobre os processos de acolhimento e, simultaneamente, ressalta as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária que reforça como o lugar prioritário de crianças e adolescentes suas famílias e comunidades de origem.

Após essa regulamentação, pelo que pude perceber em campo, casos como o de Bento, que passou oito anos acolhido institucionalmente, são menos frequentes.

Ainda sobre o período de retorno de Bento, Marcela afirma ter recebido algumas poucas visitas da assistente social da OPN: “Ela vinha pra saber como é que o Bento tava;

como é tava o relacionamento da gente”. Contudo, as visitas não mais se repetiram depois que Bento foi morar com sua companheira, o que pode ser interpretado como a constatação de uma “estabilidade”, entendendo que o jovem então se encontrava em situação de “normalidade”, caracterizando o “fim” do atendimento.

Bento, como apresentado no capítulo anterior, saiu do acolhimento com o “primeiro emprego”. Consequência de sua passagem pelo Projeto Gente Grande da OPN que continua outro tipo de atendimento após a saída do acolhimento institucional. No caso, Bento ainda morava na OPN quando ingressou nesse projeto.

Os adolescentes, apesar de saírem do acolhimento e voltarem para casa de sua família, ainda possuem uma ligação com o OPN através do Projeto Gente Grande. Não é mais um acompanhamento integral, mas ainda possui grande frequência. Através das falas das entrevistadas, surgem elementos dessa perspectiva diferente que indicam uma espécie de desinstitucionalização gradual mediada pela participação do jovem no curso profissionalizante.

Venho apontando que uma forma de contato com a família dos adolescentes é a visita domiciliar. Com base nas falas das entrevistadas, não é diferente no processo de saída do acolhimento para o retorno do adolescente à convivência familiar que, geralmente, é precedido de uma visita dos profissionais com um caráter preparatório. Como descreve Úrsula, mãe de Caio:

Antes do Caio vir, eles vieram conversar comigo. Me preparar mes mo eu mes mo pra receber ele assim. [...] Eu já disse pra Silvana [assistente social]: ‘Eu acho que eu estou preparada, pelos meses que ele vinha todo ano passar comigo, as atitudes dele, vamos ver como é que vai’.

Úrsula passou por atendimento psicológico que contribuiu para resolução dos conflitos com filho. Ela afirma que se sentiu “preparada” para a volta do filho, aos 14 anos. Ela, que castigava fisicamente o filho, assume não ter tido mais vontade de agredi-lo: “É assim, eu não tive mais vontade de bater. Só que eu conversava com ele”.

De maneira semelhante, Amélia, mãe de Miguel, relembra que as conversas com os profissionais da OPN, anteriores à volta de Miguel, sempre explicitavam que o filho voltaria a morar com ela. Após esse retorno, Amélia admite também ter mudado de postura. Como descrito anteriormente, havia uma grande instabilidade na relação de Amélia e Miguel, consequência do longo período em que mãe e filho se mantiveram distantes, logo nos

primeiros anos de vida Miguel. Ao falar da preparação para a volta do filho, Amélia expressa a relação afetiva fragilizada que possuía com Miguel:

[A preparação] Foi grande. Porque assim, ele passou parte da vida dele com a minha mãe, até os onze. Aí, quando veio, o tempo que ele passou comigo foi dando trabalho. Assim, eu também tive dificuldade, não vou mentir, né? De aceitar ele... Assim, porque, muito tempo... Eu não vou dizer que eu tinha amor por ele, como eu tinha pela a Andreza [irmã de Miguel]. Eu tinha amor, mas a distância separa, né?

A comparação dos sentimentos em relação à outra filha confirma a relação problemática com o filho, cuja “distância [os] separou”. Amélia comenta que foi orientada nas conversas durante as visitas do OPN sobre a necessidade de se preparar para o retorno de seu filho: “Eles falavam que eu tinha que me preparar pra receber ele, porque ele ia voltar. Como é que eu iria fazer. Eu tive que me preparar emocionalmente. Porque o tempo que ele passou com a gente foi só trabalho, trabalho, trabalho”. A “preparação” é principalmente subjetiva, nesse caso, já que o problema parecia ser consequência da fragilidade dos vínculos afetivos entre mãe e filho.

Ao retomar a convivência com Miguel, ela assume ter também mudado de postura para com seu filho, buscando amenizar os conflitos com o adolescente:

[Antes] Eu chegava em casa, se tivesse alguma coisa bagunçada, eu começava logo a: ‘Miguel! Por que você não arrumou isso aqui?’. Sabe? Hoje, eu chego se tiver bagunçado, eu nem olho. Me sento aqui, vou ler a bíblia, se tiver bagunçado: ‘Miguel, por que você não arrumou isso ainda, Miguel’. Sabe? Eu sinto que tá diferente. Aos poucos Deus está mudando meu caráter.

Ela destaca sua própria mudança de comportamento com o filho. Antes era menos paciente com Miguel e, por motivos banais, brigava com ele. Atualmente, segundo ela, procura ser mais paciente, passando a dialogar mais com o adolescente.

Além dessa sua mudança, Amélia destaca também a diferença na postura do filho: “quando ele voltou, ele voltou totalmente, assim, diferente. [...] Ele é assim: eu falo com ele, ele obedece”. Sendo as idas de Miguel para uma situação de rua potencializadas pela relação conflituosa entre mãe e filho – como no caso de Úrsula e Caio –, a alteração na postura de ambos, no sentido de amenizar os conflitos, resultou no restabelecimento dos laços afetivos. Contribuiu também para amenizar os conflitos nessa família o já mencionado Projeto Gente Grande, que também contemplou no curso a irmã de Miguel e, obviamente, ele próprio.

Amélia explica as consequências do curso para Miguel: “Aí, quando ele veio, com pouco tempo, ele foi engajado na Mais Sabor [empresa de refrigerantes]. Eu acho que quando ele veio, não passou nem três meses, ele foi engajado [...]. Aí, ele se empolgou, começou a trabalhar, começou a estudar”.

Renata, mãe de Maurício, também relata sobre uma visita preparatória. Comenta sobre o principal motivo, para ela, da volta do filho: a questão da idade.

Ah, ele falou, falaram por causa da idade dele, o Bernardo também tinha ido lá em casa, que ele tinha que morar na minha casa porque ele já ia fazer quatorze anos e tinha outros meninos também, né, que é de rua e tinha que ficar lá também. Se não fosse assim o Maurício teria saído de lá só com quinze anos, só que ele também não podia, que é só até quatorze anos, né? Aí tinha que voltar pra casa de novo.

Ela explica que há certo limite para a permanência do adolescente em acolhimento na OPN, o que de fato ocorre, como pontuado anteriormente. Segundo Renata: “O Maurício foi com onze anos, ou foi com... Ia fazer onze. Passou três anos ou foi quatro [anos]”. Apesar do desejo de que Maurício permanecesse mais um ano no acolhimento, foi a volta do filho que motivou uma importante mudança na realidade da família: a doação de uma casa pela OPN. Como visto no primeiro capítulo, as condições do local onde moravam eram consideradas perigosas. Isso motivou a OPN a realizar a doação de uma casa para essa família em outro local, na Região Metropolitana de Fortaleza, bem distante de sua moradia anterior. Então, quando Maurício volta novamente para o convívio com a mãe e os irmãos, todos já estavam morando na nova casa. Renata destaca a importância dessa nova moradia:

Foi direto pra lá, porque se nós tivesse continuado ali, que Deus me perdoe, assim, porque o Maurício eu acho que já tinha feito “putaria”, porque os meninos lá chama pra se misturar com o que não presta. Lá até os meninos pequeno usa droga, lá no morro onde eu morava. Tá aí, meu menino tem nove anos, se nós tivesse continuado lá no morro ele não tava na quarta série, porque lá no morro ele ficava se misturando com os menino. E se o meu tivesse continuado morando lá também não tava na quarta série nem terminando a terceira. Os menino ficavam assombradinho com as bala lá no morro: ‘Mãe os pessoal vão invadir’. As bala passava por cima das telha. [...] Que eu não dormia de noite, nem meus filhos.

A mudança destacada por Renata, além da questão da moradia, é também a diferença de comportamento do filho. Indagada sobre os conflitos que ela vivia antes com o filho, ou, dito de outra forma, o “trabalho que ele dava antes”, ela responde: “Dá mais não, graças a Deus. Através dele... Ele já deu, mas o pessoal do abrigo ajudaram. Tá salvo mesmo

ele. Haja vista o que ele era”. Ainda segundo ela, atualmente o filho passa muito mais tempo dentro de casa e não saiu mais do lar para uma situação de rua:

Aí dorme oito e meia, já fecho minhas portas, boto logo eles pra dentro e vão dormir. Na hora que eu entro, chamo logo todos os dois pra ir dormir, ele e a minha menina, aí fecho as portas e nós dorme. É isso.

Pude presenciar uma dessas “conversas” sobre o retorno do filho à convivência com a família no caso de Maria e seu filho Paulo. Como expus no capítulo anterior, o conteúdo do diálogo dos profissionais com a mãe aborda as responsabilidades que devem ter a mãe, na perspectiva da instituição. No caso dela, foi preciso lembrar que ela obteve a doação da maior parte do valor para a compra de uma nova casa, esta foi realizada pela OPN. O assunto desse diálogo foi o de reforçar o papel da mãe e orientar uma compreensão dos conflitos que possam acontecer com o filho, inclusive apontando as características pessoais do garoto. De fato, essa “preparação” continua após a efetiva volta do adolescente para casa. Há, dessa forma, um período de acompanhamento considerando uma adaptação do adolescente e da própria família à nova condição de convivência doméstica.

Úrsula relata que os primeiros meses depois que Caio voltou foi um período de adaptação, visto que ela ainda possuía o receio de que o filho pudesse retornar às vivências de rua:

Ele ficava mais era dentro de casa assistindo televisão. Sempre quando era final de semana, ele saía mais as irmã dele pra praia. Logo que ele chegou, eu não queria que ele saísse com ninguém, porque eu já ficava com aquele medo. Aí, as menina: mãe, deixa o Caio sair com a gente. Aí, eu dizia: [...], não adianta; [...], não adianta, porque o Caio chegar lá, ele deixa vocês no canto e se manda. Eu ficava com aquele medo, com aquele receio. Mas aí eu tive que abrir mão daquele medo e deixar ele sair de casa com os irmãos dele. [...] Eu sei que nessa arrumação [...], eu fiquei uns dois meses tendo aquele medo. Até que comecei a me acostumar. Ele saía com as meninas e voltava com as meninas. Aí, eu dizia pra ele: Caio, pra mim confiar em você, você tem que fazer por onde eu confiar em você e acreditar em você. Se você vai sair com seus irmãos, tem que voltar com seus irmãos. Se eu disser que você não vai com ninguém, você não pode ir com ninguém. Aí, aquilo ali, ele foi me dando também confiança, né? Eu fui acreditando nele. Aí, hoje, eu não tenho mais medo não. [...] Aí, ele vai à praia mais os meninos, os amiguinhos dele. Aí, ele volta cedinho. Não mexe com nada, não mexe com ninguém. [...] É aquilo ali fui perdendo o medo. Hoje, eu confio nele, assim, dele sair.

Durante a conversa com Úrsula, em um determinado momento, a irmã mais velha dele (que estava participando do curso de manicure, em vez da mãe) participou rapidamente da entrevista, especificamente nesse momento em que mãe falava do sentimento de certa insegurança com Caio. A irmã comentou, pontualmente, que também compartilhava o “medo”

que a mãe sentia ao sair com o irmão a passeio: “A gente começou a sair. Porque não tinha o costume de sair com ele, porque eu tinha medo dele também. [...] Aí, a gente começou a sair pra praia, só eu, ele e a [outra irmã de Caio]. Até hoje a gente ainda sai. A gente brinca”. A fala da irmã caracteriza o processo de readaptação de convivência com o irmão que havia passado alguns anos fora do convívio cotidiano da família, após os conflitos que geravam o medo das posturas do irmão e de suas vivências na rua.

Então, mesmo com a volta do adolescente para casa, ainda existe uma dinâmica de acompanhamento familiar, mas com uma menor frequência que antes.

Quando ele voltou, eles demorava mais. Eu não tenho, assim, noção, assim, de muito tempo, mas acho que eles não passava mais de que um mês sem vir, não, dois mês, não. Sempre eles estava aqui em casa, querendo saber como é que estava o Caio. Ligava pra a gente. Eles sempre ligam, quando eles não vêm, eles ligam. Querendo saber como é que tá o Caio. Se o Caio tá estudando. Sempre aquela preocupação. Como é que tá o Caio. Eles nunca deixaram de me dar atenção, não. [...]. Eu não sei por qual foi o motivo, mas depois que o Caio voltou, acho que a Silvana [assistente social] teve de vir só umas duas vezes. Depois, ela não veio mais. Porque ela saiu, foi? Não sei. Ela não veio mais. Mas sempre ele vem [o educador social]. Vem ele, vem a... como é o nome da conselheira tutelar, em? Não. Conselheira tutelar, não. Aquela assistente social, que é uma loirinha. Sempre elas vêm (Úrsula, mãe de Caio - OPN).

Úrsula destaca o fato da assistente social da OPN, que mantinha contato com ela desde o acolhimento do filho, passar a não mais visitá-la. Como ela mesmo fala, não possui muita clareza do porquê dessa mudança, mas destaca a presença de uma nova profissional. É preciso pontuar que, com a volta do adolescente para casa e seu engajamento apenas no Projeto Gente Grande, o acompanhamento passou ser feito por outra equipe específica desse projeto. Para a qual o objetivo não é mais a retomada dos vínculos familiares, mas a capacitação e certa fiscalização da presença do adolescente nos estágios profissionais em que são engajados. Sobre essa nova etapa de acompanhamento, Úrsula descreve:

Olha, conversam. Perguntam como é que tá o Caio, se o Caio tá bem. Se o Caio tá dando trabalho. Aí, eu digo pra eles, às vezes. Como eles arrumaram o primeiro emprego pra ele, ele passou um ano. Aí, ele começou a abusar e chegar tarde no trabalho. Ele saiu do trabalho, mas sempre as meninas estavam aqui conversando com ele. Pedindo ele pra voltar pro colégio, pro curso. Ele tava começando a dar um trabalho no colégio, né. Aí, as meninas lá soube, vieram aqui e conversava com ele. Chamava ele e conversava com ele. Aí, foi indo. Aí, agora ele voltou pro colégio. Tá bem direitinho no colégio. As provas tirou nota boa agora. Tá indo pro curso. Mas sempre elas estão aqui conversando com ele.

Há uma nova atenção nesse acompanhamento. Se antes existia uma forte atenção em relação aos vínculos familiares fragilizados, agora, considerando a nova estabilidade dos laços afetivos em família, os assuntos do acompanhamento junto à família são de supervisão do jovem sobre a permanência na escola e, também, no curso profissionalizante.

Esse acompanhamento permanece de forma frequente logo que o adolescente volta para casa, mas em seguida é notada uma redução na frequência das visitas. Sofia, mãe de João e de José, relata sua percepção sobre a redução da frequência de visitas domiciliares:

Não, não, agora já é mais diferente. [...] Nem eu sei explicar porquê. Eles não... Depois que os meninos saíram do sítio, eles chegaram a ir lá em casa, né, mas depois num foram mais não. [Antes iam com maior frequência] É mais difícil agora. Só que os meninos têm contato com eles, né, o João, né? [...] Acho que tudo que se passa lá em casa, né, meu menino conta pra eles, né? [...] porque se ele que tivesse se danando já tinham ido lá em casa.

Sofia atenta para a relação da instituição que aos poucos se efetiva com maior frequência apenas através do adolescente. Esse processo parece simbolizar o início de um distanciamento da instituição para uma inserção familiar mais contínua, provocando posteriormente a desinstitucionalização real do indivíduo. De fato, nos casos atendidos pela OPN em destaque no texto, esse processo de distanciamento da instituição apresenta considerável gradatividade – se comparada à ABA, mesmo no caso de Bento, descrito no tópico anterior, onde houve pouco envolvimento da família na dinâmica de atendimento dessa instituição. Essa etapa do curso profissionalizante se estende comumente até os 18 anos do adolescente.

Ainda sobre as visitas, Renata, mãe de Maurício, registra a continuidade delas. Inclusive sendo realizadas por outro profissional, específico do Projeto Gente Grande. Para ela, em passagem citada anteriormente, existe um caráter “fiscalizador” dessas visitas. Em certa medida, esse caráter permanece ao se considerar a supervisão das atividades realizadas pelo adolescente, ex-acolhido, ou até mesmo dos irmãos destes, principalmente quando estes, eventualmente, também estão inclusos no curso profissionalizante do OPN.

Renata descreve que, quando ainda recebe visita dos profissionais da OPN, eles procuram conversar, quando possível, com todos os seus filhos.

Conversa, eles conversa com meus filhos, pra ver se tá se misturando, porque eles tão vendo [...] Eles ficam acompanhando, desde quando meu filho saiu do abrigo eles ficaram, né, acompanhando até onde puder [...].



Vai, pra saber como é que tá o comportamento. Do Maurício, às vezes, também a escola liga, elas pergunta também pra saber do comportamento do Maurício, pra saber porque ele não tá indo, alguma coisa que aconteça na escola. Aí eles vão lá, dão um conselho, que não é sempre do jeito que ele quer, essas coisa...

O acompanhamento da vida escolar dos adolescentes aparece nas falas das entrevistadas, principalmente pelo fato de ser algo condicionante para a permanência dos adolescentes no Projeto Gente Grande, conseqüentemente, para se manterem aptos a estagiarem como aprendizes e, assim, conseguirem uma renda financeira.

Além da preparação da família, que não aparenta ser algo pontual, considerando a dinâmica ocorrida durante o período de acolhimento, é destacado também o apoio no encaminhamento do garoto para a matrícula em uma escola na região onde mora. Há casos, como o de Caio, em que acontece uma resistência da escola em admitir o adolescente ex-acolhido. Nesses casos a instituição entra em contato com a escola para auxiliar a mãe na matrícula do filho. Sobre isso, Úrsula explica a dificuldade inicial de matricular Caio:

[...] elas que entraram em contato com a diretora daqui, explicou todo o processamento. Elas não queria dar a vaga pro Caio. Ela mes mo me disse, a diretora do colégio. Porque no colégio já tem muito meninozinho que ainda são piores que o Caio. Aí elas tiveram medo de incluir o Caio nessa 'faixinha' dos outros. Mas, aí, eu peguei e conversei com ela que ele tinha passado essa temporal todo lá no Pequeno Nazareno e ele tinha mudado muito, mas, aí, eles não aceitaram. Botaram dificuldade, né. Fui liguei de novo pro Pequeno Nazareno, falei lá com a moça, ela disse: não, dona Úrsula, pode deixar que vou acertar isso com ela. Aí, elas foram ligaram, vieram lá no colégio. Elas vieram, no colégio. Aí, quando foi com um mês, depois do ano novo, [...], o Tiago voltou pro colégio. Aí, até hoje ainda tá no colégio.

O histórico de Caio foi visto como um problema para sua matrícula escolar, devido a suas experiências em situação de rua e ao fato de ter sido acolhido institucionalmente. Sua mãe declara ter sofrido resistência da diretora em aceitar o filho na escola pública. Sem entrar no mérito da legalidade da postura da gestora escolar, o que destaco é a atuação dos profissionais da instituição, que intervêm em uma situação como essa de forma enérgica. Apesar de ser uma intervenção pontual, esse tipo de iniciativa caracteriza a disposição em intervenção na própria comunidade em que vive aquela família. A postura da gestão escolar que é reticente à matrícula de um adolescente com histórico de institucionalização serve como exemplo da resistência de outras instituições sociais em aceitar indivíduos que passaram por uma vivência *anormal* – no sentido de oposição a uma normalidade de uma conduta social – como é o caso de uma vivência de rua.

Certamente, essa é uma reflexão instigada por uma situação pontual, mas pode ser considerada ao se pensar que os processos de socialização vivenciados por esses adolescentes distantes da família, em uma situação considerada *marginal*, não só incidem sobre seus comportamentos, visões de mundo etc., como também podem ser vistos de forma negativa pela sociedade que os cerca. De modo que instituições, como as duas abordadas nesta pesquisa, são apresentadas pelas entrevistadas como responsáveis por “normalizar” o indivíduo acolhido. Onde há um processo de “ressocialização” ou “civilizador” que visa inserir a criança ou o adolescente em uma escola regular, ou no mercado formal de trabalho.

Mesmo acontecendo uma redução na frequência das visitas domiciliares, os contatos institucionais se mantêm. Se mesmo nos casos descritos no tópico anterior sobre a ABA, onde a saída do acolhimento é a própria desinstitucionalização, continua a existir um elo de apoio entre família e instituição. Nesses casos, em que o retorno à família não significa o desligamento com a instituição, a relação é ainda mais forte. Como descreve Úrsula, mãe de Caio:

[...] eles sempre dizem: dona Úrsula, se a senhora precisar de qualquer coisa, você pode ligar, pode pedir. Mas eu não gosto, assim, muito de ocupar não. Só quando até aqui no último caso mesmo. Que às vezes eu tou, assim, às vezes os meninos não vão, porque eu não tenho dinheiro pra passagem. Eu ligo, aí elas dizem: ‘Não, a senhora pegue emprestado que aqui a gente devolve’. Mas tendo eu não gosto de ocupar em pedir não.

Acima, a mãe exemplifica uma situação em que não possui o dinheiro para a passagem de ônibus para que os filhos possam ir ao curso. No caso a OPN continua com a postura semelhante de manter a presença dessas pessoas, subsidiando algumas passagens. Além disso, há outros tipos de ajudas pontuais, como a eventual doação de cestas básicas ou materiais escolares, quando necessário.

Entre os casos aqui estudados, há a situação em que o retorno para casa não se deu de forma programada pela instituição, enquadrando-se na categoria de evasão. No entanto, isso não implicou necessariamente em um retorno conflituoso. É o caso dos irmãos João e José, filhos de Sofia, que voltaram para casa após terem fugido do acolhimento. Eles saíram em momentos brevemente diferentes, apesar de terem sido acolhidos simultaneamente.

O primeiro a sair foi João. O adolescente foi visitar a família em suas férias e quando chegou o dia de retornar ao sítio da OPN, ele não quis. Sofia explica a situação:

Porque ele foi passar as férias comigo. Aí dessas férias ele não quis mais voltar. Aí se escondia... [...]

O João se escondia, se esperneava. A Silvana [assistente social] passou uma semana tentando pra ele voltar pro sítio, mas só que ele não quis. Aí, foi e disse: “ele tem uma semana. Como ele não quer ele não vai ficar só não, que ele tá bem...”. Eles ficaram acompanhando eles lá em casa, né, ficaram acompanhando. Aí como ele também já ia fazer quatorze anos, né, não adiantava também ficar insistindo, né? Aí o que eles fizeram foi dar o curso pra ele, né, tirou os documentos dele tudinho e conseguiu arrumar emprego pra ele, né pra ele ter as coisinhas dele, né? Que às vezes ele me pede coisas que eu não posso dar. Agora não, ele trabalhando, né, meio expediente, né? Aí de segunda-feira ele faz curso, segunda ele já não trabalha, só no curso dele.

João rejeitou o retorno para o acolhimento. Aparentemente, após uma semana, a situação se mantinha de forma estável o que efetivou sua permanência. Apesar da evasão, como Sofia esclarece, a instituição continuou o acompanhamento com o adolescente e a família. Ademais, a própria Sofia acrescenta que, devido à idade de João, que estava próximo de completar 14 anos, sua permanência no acolhimento estava próxima do fim.

A evasão do irmão mais novo, José, aconteceu poucos dias após João permanecer em casa com sua mãe.

Ele fugiu sem ninguém ver. Nós ligamos pra lá e eles pensavam que ele estava lá, só que ele não estava lá. Ele fugiu mas não foi direto pra casa, ele ficou na rua. Lá no Conjunto Palmeiras mesmo. Aí meu marido foi que disse “olha, o teu filho tá ali”, isso umas nove horas da noite. [...] No mesmo dia que ele fugiu. ‘O José? Não ele tá n’O Pequeno Nazareno’ Aí o jeito do meu marido: ‘É? Pois espera aí’, Aí foi buscar ele. Lá vem ele, aí ele foi e disse: ‘Não, eu fugi’, isso e aquilo outro... Porque ele se sentia sozinho, ele queria tá perto do outro irmão dele, por isso que ele fugiu (Sofia, mãe de João e de José - OPN).

José, que nesse momento tinha idade próxima dos 13 anos, fugiu sozinho do acolhimento institucional da OPN à noite, que fica na cidade de Maranguape. Ele passou o dia seguinte pelas ruas até ser encontrado, casualmente, pelo atual companheiro de sua mãe, já nas ruas do bairro onde moram, em Fortaleza. Ao encontrar a mãe, permanece com ela e não mais voltou a repetir uma situação de rua. Por conseguinte, manteve uma relação estável com os familiares e sendo encaminhado para uma escola. Assim, não houve a real necessidade de retornar o garoto para o acolhimento institucional.

Ainda sobre o motivo que levou José a fugir da OPN, Sofia coloca:

Acho que ele imaginou que ia se sentir só, né, que o irmão dele tava morando comigo, né. Aí pegou, como não dava pra ele vir pro meu poder ele foi e fugiu. Aí eu fiquei acompanhando lá bem direitinho, fui bem atendida, fatura de comida,

tinha comida que a gente fazia era levar pra casa. Lá era muito bonito, muito bom lá. Por mim eles tinham continuado lá, né, só que eles não quis.

No caso da relação desses garotos com a mãe, apesar do histórico de drogas e criminalidade dela, que gerou o rompimento da convivência com os filhos, parece que os vínculos afetivos se “recuperaram” ou mesmo nunca se abalaram. Como expresso no capítulo sobre os motivos das vivências de ruas, não foram apresentadas, em nenhuma instância, questões conflitantes com a mãe. Assim, aparentemente, quando a mãe adquiriu uma situação mais estável, comparada a sua vivência anterior – adicção e situação de rua – o próprio filho resistiu a voltar para o acolhimento e motivou a evasão do irmão.

Mesmo Sofia considerando que seria melhor que os filhos ainda permanecessem por algum tempo a mais sobre a tutela da OPN, ela compreende a motivação dos filhos em querer ficar com a família e a melhora de sua própria situação:

Quando eles viam que eles tavam bem, né, eles foram atrás de outras crianças que tavam precisando de ajuda, né, que nem a Silvana disse, que tinham mais crianças e família que tava precisando mais deles do que eu, né, e realmente era mesmo. Que eu vi que outros e graça a Deus meus filhos tão bem, não tão dando trabalho, tão estudando.

Ela afirma que manteve contato constante com a instituição que continuou acompanhando a família após a volta dos dois filhos. Inicialmente, mantendo a frequência de visitas para se inteirar de como estava os adolescentes em casa:

Só pra falar mais sobre os meninos. Como era que tava o comportamento dos meninos, eles queriam saber como é que tá o comportamento deles. Se eles tavam estudando. [...] Se eles tavam na rua... Isso que eles queriam saber. [...] Era só pra saber, a preocupação mais era com os meninos.

Em seguida, os dois irmãos foram encaminhados para um curso profissionalizante quando completaram 14 anos.

Mesmo o caso de João e de José não ter seguido o padrão de reinserção familiar previsto pela instituição, de acordo com o visto até aqui, a instituição não se afasta da família. Aparentemente, a iniciativa é a de reaproximar os garotos para que, em seguida, pudessem participar do curso profissionalizante.

Aureliano surpreendeu sua mãe com sua volta, mas não por fuga. Rebeca, no caso, possuía a expectativa de que o filho permanecesse por mais tempo na OPN, já que ela

esperava que Aureliano só saísse ao completar a maioridade. Rebeca explica: “Porque, mas pra mim, eles disseram lá que o Aureliano só ia voltar com dezoito anos, eu achava bom, né. Mas eu achei bom também, né”. Em seu relato, Rebeca não descreve a existência de um momento anterior de preparação gradativa para a chegada do filho: “Pois é, aí quando assustei ele chegou de surpresa, né? Aí a Silvana, as meninas veio avisar ‘Rebeca, Aureliano vai vir pra cá’. Vixe, foi uma alegria só, né?”. Ela declara que recebe um aviso anterior e “de repente” o filho retorna para morar novamente com ela na idade de 15 anos.

Rebeca relata que mesmo com a volta de Aureliano, ela e o filho continuaram a ir até a sede do OPN, em Fortaleza, para o atendimento psicológico. O que, segundo ela, contribuiu para a melhora da relação com o filho. Isso devido ao fato de que o ponto principal de conflito era a relação frágil entre Aureliano e Rebeca, consequência do distanciamento durante a infância por Aureliano ter sido “dado” a outra família – o fenômeno da *circulação*.

A continuidade do contato com a instituição propicia a oferta de oportunidades para a mãe. Rebeca explica ser comunicada pelas assistentes sociais da instituição: “sempre quando tem curso, elas ligam pra mim, pra perguntar se eu quero participar”.

O caso de Rebeca e seus filhos é um interessante exemplo do impacto que o engajamento no curso profissionalizante gera na família. Todos os três filhos foram encaminhados para o Projeto Gente Grande, embora somente Aureliano tenha passado pelo acolhimento institucional. Através desse projeto os três entraram no mercado formal de trabalho. No período em que fiz a entrevista, apenas o irmão mais novo, com 17 anos, estava desempregado. Rebeca ao ser questionada sobre quem mantém financeiramente a casa, responde: “É eles, né? [...] Hoje em dia, né, graças a deus, meu senhor, agradeço muito meu deus, né, apesar que eu lutei, sofri pra criar eles, mas hoje em dia tá valendo a pena, porque eles são o homem da casa”.

A relação com a instituição, no estágio em que se encontrava a família de Rebeca e Aureliano já acontecia de forma distanciada. Os filhos já haviam concluído o curso profissionalizante. Apenas o irmão mais novo, por não ter completado 18 anos na época, ainda recebia uma maior atenção por ainda se encaixar na faixa etária alvo do Projeto Gente Grande. Por adquirirem relativa autonomia, a instituição não era mais tão presente na família, ocorrendo apenas contatos pontuais via telefone e, principalmente, diretamente com os adolescentes, quando iam até a sede da OPN.

Em outro caso a volta do acolhido também foi antecipada, mas devido a questões médicas. É o caso emblemático de Melquíades, que atualmente mora com a irmã mais velha,

Amaranta. Como já enunciado Melquíades possuía uma má formação nos pés que, segundo a irmã, “eram tortos”. Durante o período de acolhimento, a OPN viabilizou o tratamento médico para a correção da posição dos pés do garoto através de diversas cirurgias. Melquíades foi acolhido por volta dos 10 anos de idade e saiu do acolhimento com 12 anos. Um dos principais motivos foi o tratamento médico que era em Fortaleza e a distância do acolhimento institucional dificultava a dinâmica de seu tratamento. Amaranta, sua irmã e atual responsável pelo adolescente, explica quando a assistente social apresentou a necessidade do irmão ir morar com ela:

E aí a Silvana [assistente social] pegou e conversou assim comigo, porque ele tinha que fazer outra cirurgia. Já tinha feito umas quatro se eu não me engano. E ele tinha que fazer outra cirurgia, só que, assim, Maranguape é muito longe, né, pra ele vir pra cá pro Albert Sabin, que é em Fortaleza. Aí ela conversou comigo... Que, assim, de qualquer maneira o Melquíades ia morar comigo, só que eu não esperava que fosse logo, porque, assim, ela disse que o Melquíades podia ficar lá até quatorze anos, né? E ele tinha onze anos, mais ou menos, ia fazer doze. [...] Então assim, quando eu também fiquei com os dois meninos eu já pensei assim: eu vou ficar só com esses dois, o Melquíades não vai vir pra cá agora, né, só vai vir com quatorze anos, então... Tipo assim, eu vou poder ganhar tempo? Aí a Silvana conversou comigo que... Se o Melquíades não já podia vir, né, por conta do tratamento do Melquíades também que era mais perto e... Mas, assim, ela disse: ‘Olha, a gente não vai lhe deixar na mão. A gente vai lhe ajudar, a gente vai...’. Aí fez, assim, um negócio comigo, eles iam dar duas cestas básicas por mês, né, e iam dar cem reais, pra ajudar. Aí eu: ‘Tá certo’. Aí o Melquíades fez a cirurgia. Foi os dois pés numa vez. Aí, assim, foi dificuldade, foi, porque eu sozinha, né, aí tinha que levar no braço pra dar banho, e era... Só que, assim, eles também compravam as coisas pro Melquíades. Porque tinha que ter uma alimentação boa, né? [...]. Até hoje. O Melquíades já faz... Dois anos, os dois anos que tá morando comigo. É, quase três. Que tá morando comigo eles nunca deixaram de ajudar a gente.

Amaranta já havia sido preparada para o retorno de Melquíades através de conversas com a assistente social e o educador social, além do tratamento psicológico pelo qual passou. Porém, a expectativa da volta do irmão era esperada para depois. Como ela mesmo falou, após a chegada dos outros dois irmãos, que também ficaram sobre sua guarda, ela esperava “ganhar tempo” e buscar uma situação mais estável antes da volta do irmão acolhido. Com a surpresa da volta antecipada do irmão, sua situação foi reforçada por um forte apoio da instituição que auxiliava com alimentação e uma contribuição financeira. Sem contar com o tratamento médico e fisioterápico que foi mantido pela OPN, seja facilitando o transporte para levar o garoto ao hospital, seja com a disponibilização de um profissional de fisioterapia para a recuperação de Melquíades. Por conta dessa especificidade médica, sua saída do acolhimento foi intensamente acompanhada. Como Amaranta destaca, o acompanhamento da OPN mantinha-se presente até o momento da realização da entrevista.

O acompanhamento atento pode ser ainda representado por um fato descrito por Amaranta. Encontrando-se ela em uma situação crítica, com três crianças em casa e passando por dificuldades financeiras, Amaranta cogitou a possibilidade de tentar conseguir para Melquíades o benefício social para pessoas com deficiência, fornecido pela Previdência Social Pública.

Porque, assim, todo mundo fala que se eu fosse atrás de aposentar o Melquíades, eu conseguia. Aí a Silvana foi lá em casa... Mês passado. Aí eu disse pra ela: 'Silvana, eu vou pro médico mais o Melquíades, eu vou pedir um laudo ao doutor pra mim aposentar o Melquíades'. Aí ela... Eu já tinha falado isso com ela antes. Aí ela: 'Amaranta, mas é assim, o Melquíades tem que trabalhar, o Melquíades tem capacidade de trabalhar, porque ele é um menino... Né, ele é deficiente do pé, mas a cabeça dele é muito boa e tal'. E, assim, o Bernardo, ele disse que o Melquíades vai ser educador lá d'O Pequeno. O sonho do Bernardo é esse, que ele seja educador d'O Pequeno. [...] Aí eu disse assim: 'Silvana, mas é porque a situação aqui é muito difícil, é muito complicado você criar três meninos e tudo homem, sabe?'. E... Aí ela dizendo: 'Mas tu tenha paciência, Amaranta, porque o Melquíades já vai começar o curso'. E realmente faltava só um mês pra ele começar. Ela disse que quando ele completasse quatorze anos, no outro dia ele já pode ir pro curso. [...] E ainda levou o [outro irmão] junto. [...] Aí depois eu fiquei pensando, aí eu 'Oh, meu Deus do céu, tomara que isso chegue logo', né? Mas aí eu decidi que não ia aposentar ele, até porque meu marido não concordava. Que ele achava assim, se aposentar o Melquíades, o Melquíades vai ficar acomodado. [...] Dificuldade tem, não vou dizer que não tem, né, claro que tem, né? Mas aí depois que a Silvana conversou comigo aí eu decidi não mais. Tanto que eu fui pro médico e não pedi laudo nenhum. Então vamos ver, né, no que é que vai dar.

A situação descrita por Amaranta ilustra a importância dada à formação e autonomização do adolescente. Ao considerar a deficiência de Melquíades como apenas um pequeno obstáculo para um desenvolvimento global do adolescente, considerando sua capacidade de trabalhar e poder, no futuro, garantir sua subsistência incide diretamente na decisão da família em prol de uma postura do adolescente, como a própria Amaranta classifica, de não "acomodação". O incentivo gerado pela proposta do coordenador geral da OPN, Bernardo, de possivelmente tornar, no futuro, o adolescente um educador social da instituição pode ser considerado também como uma demonstração do grau de ligação dessa organização nessa família. Independente do que possa acontecer no futuro, é considerável o impacto desse tipo de afirmativa colocada pelo fundador da instituição.

O caso de Melquíades se torna emblemático da disposição da instituição em interceder na família pelo nível de inserção e investimento feito. A legitimidade adquirida pela OPN, nesse caso, permite que a "orientação" balize as decisões da família. Principalmente se considerarmos mais uma vez a presença do fundador que conversa diretamente com a família, colocando a possibilidade de, no futuro, o jovem trabalhar na

própria instituição. Além disso, de certo modo, em contrapartida à volta “antecipada” de Melquiádes, além do tratamento médico, há conjunto de insumos para manutenção do garoto durante o tratamento, na casa da irmã. Assim como nos casos em que a família foi encaminhada para uma nova casa, o grau de investimento feito por essa instituição altera fortemente a dinâmica da família.

Em artigo, Rocha-Coutinho (2006) debate sobre mudanças nas constituições e nas relações familiares no Brasil, a autora aponta um possível motivo da importância dada aos investimentos interventivos no eixo familiar, na contemporaneidade:

A família torna-se, portanto, local privilegiado de apreensão tanto da transformação, quanto da manutenção de valores e padrões de comportamento social. Quando se fala de família na contemporaneidade – ou pós-modernidade, como querem alguns – está-se falando, assim, da coexistência e da mistura de diferentes códigos e visões de mundo, do reconhecimento da heterogeneidade que vigora na sociedade atual. (ROCHA-COUTINHO, 2006, p. 101).

Ao compreender a esfera familiar como um espaço de transformações, ganha sentido o forte interesse em “disputar” a família – como diria Pilar, mãe de Pietro (ABA).

Os impactos das intervenções das instituições são sentidos de diferentes formas pelos indivíduos. No entanto, por mais que haja singularidades em cada caso, o atendimento prestado à criança ou adolescente é comumente enaltecido. Há um forte caráter pedagógico no trabalho da instituição em alterar a forma como o indivíduo se comporta na realidade. Desde a questão básica de uma educação formal, como pode ser percebido na fala a seguir de Amaranta, irmã de Melquiádes:

É, porque quando o Melquiádes chegou n’O Pequeno, assim, O Pequeno foi de importância demais pra vida dele. Assim, ele aprendeu a ler lá, né? [...] Então quando ele chegou n’O Pequeno foi O Pequeno que mudou a vida dele, né? Ele aprendeu a ler. Então quando ele saiu d’O Pequeno ele já saiu alfabetizado. O Melquiádes tem quatorze e faz o sétimo ano. Mas, assim, o Melquiádes dá muito trabalho, né, mas o Melquiádes ele é bom, um menino bom, ele obedece.

Nesse sentido, há ainda um importante aspecto de uma espécie de pedagogia em que a instituição se torna um espaço de nova socialização dos adolescentes e, em alguns casos, de suas famílias. A compreensão de Renata, mãe de Maurício, sobre o acolhimento institucional ilustra esse sentido:



O abrigo é o mesmo que ser a mãe e o pai dos meninos, porque lá eles sabem educar, sobre... Como é que se diz, explicar o mundo pras crianças, porque se não fosse o abrigo nem um menino desses não tinha estudo mais. Se não fosse esse abrigo. Hoje em dia as coisas do jeito que tá, né, se a pessoa não souber viver, né, morre também.

A espécie de mediação realizada pela instituição expressa nas narrativas das entrevistadas, entre família e criança ou adolescente acolhido, provocaram uma alteração nos relacionamentos desses indivíduos entre si. A intensidade desse contato fica clara na fala acima quando a mãe afirma que o acolhimento institucional é comparado a um pai ou uma mãe para as crianças e adolescentes atendidos.

De modo geral, o que é percebido com maior impacto pelas entrevistadas é a mudança de comportamento comparada ao momento inicial do acolhimento. O que pode ser compreendido como o restabelecimento de uma hierarquia familiar, onde o filho está disposto a obedecer a mãe, sem demais conflitos<sup>58</sup>. A alteração se encontra no fato do indivíduo estabilizar em alguma medida as relações familiares e esta, por sua vez, encontrar-se em uma situação também mais estável, tendo como parâmetro a situação que desencadeou os *contextos expulsivos*. De maneira pragmática, o indivíduo não mais reproduz a vivência na rua se mantendo em uma situação doméstica e de convívio familiar. Atrelada a essa mudança, está a ideia de profissionalização desses jovens, que está vinculada a um estágio ou emprego formal que se torna o sinal definitivo de mudança ao momento inicial. Pois, como a realidade financeira das famílias apresentadas não eram confortáveis, a soma de uma renda financeira gerada pelo filho surge como uma variável de “sucesso”.

Como busquei apresentar nos casos destacados, a volta do jovem para a família, a princípio, pode caracterizar o fim do “trabalho com a família”. Porém, esse elo de atendimento se estende quanto mais a instituição se inseriu na realidade da família. Como se gerasse uma maior responsabilidade, ou mesmo, “supervisionar” o investimento simbólico – que extrapola uma única faceta financeira – feito em uma determinada situação familiar.

De maneira geral, não se pode desconsiderar que o retorno do garoto atendido a sua família é visto como certo “sucesso” daquele atendimento. Visão compartilhada principalmente pelos profissionais da instituição, mas que também é demonstrada nas experiências de cada entrevistada. Tal perspectiva perpassou a própria dinâmica de pesquisa, pois foi o que garantiu um maior grau de visualização de um atendimento “finalizado” que envolveu de forma representativa a família do acolhido.

---

<sup>58</sup> Essa hierarquia, segundo Sarti (2011), sedimenta uma espécie de obrigação moral do filho para os pais: “Isso é o que se espera dos filhos adultos; das crianças espera-se que obedecem simplesmente. Há uma forte hierarquia entre pais e filhos, e a educação é concebida como o exercício unilateral da autoridade” (p. 73).

### 4.3 *Status* do indivíduo após a conclusão do acolhimento institucional: o horizonte para o “primeiro emprego”

Nos tópicos anteriores foram expostas características que diferenciam os dois tipos de atendimentos apresentados nesta dissertação, de acordo com as narrativas das entrevistadas. Apesar das diferenças na forma de acompanhamento e níveis de inserção na vida familiar dos indivíduos acolhidos institucionalmente, uma característica à qual se atribui bastante importância é a profissionalização dos adolescentes. De modo que a saída do acolhimento institucional esteja ligada a uma orientação em encaminhar esse ex-acolhido ao mercado de trabalho – seja através de uma estrutura da própria instituição, como é o caso da OPN, ou através do acionamento da rede de serviços públicos, como é o caso da ABA.

Para sintetizar os *status* em que se encontravam os adolescentes no período de pesquisa, elaborei o quadro abaixo com algumas informações sobre os ex-acolhidos.

Quadro 3 - *Status* do indivíduo pós-acolhimento (continua)

	<b>Ensino Básico</b>	<b>Curso profissionalizante</b>	<b>Estágio/ Emprego Formal</b>	<b>Mora com a família de origem</b>
<b>Roberto, filho de Fernanda (ABA)</b>	Cursando	Realizou fora da instituição	Estagiando	Não voltou ao convívio familiar. Encaminha-va-se para uma situação autônoma
<b>Isaac, filho de Gorete (ABA)</b>	Cursando	Realizou fora da instituição	Estagiando	Sim, voltou a morar com a mãe e os irmãos, no bairro de origem
<b>Pietro, filho de Pilar (ABA)</b>	Cursando	Realizou fora da instituição	Desempregado	Sim, voltou a morar com a mãe e o irmão
<b>Arcádio, filho de Remédios (ABA)</b>	Cursando	Não havia sido encaminhado	Sem atividade	Sim, voltou a morar com a mãe e os irmãos, no bairro de origem
<b>Caio, filho de Úrsula (OPN)</b>	Cursando	Cursando na própria instituição	Estagiando	Sim, voltou a morar com a mãe, o pai e os

				irmãos
<b>Maurício, filho de Renata (OPN)</b>	Cursando	Cursando na própria instituição	Sem atividade	Sim, voltou a morar com a mãe em uma casa nova
<b>João, filho de Sofia (OPN)</b>	Cursando	Cursando na própria instituição	Sem atividade	Sim, voltou a morar com a mãe e os irmãos, no bairro de origem
<b>José, filho de Sofia (OPN)</b>	Cursando	Não atingiu a idade mínima (mas já havia sido sinalizado seu ingresso)	Sem atividade	Sim, voltou a morar com a mãe e os irmãos, no bairro de origem
<b>Melquíades, irmão de Amaranta (OPN)</b>	Cursando	Cursando na própria instituição	Sem atividade	Foi morar com a irmã mais velha, mais dois irmãos mais novos
<b>Bento, filho de Marcela (OPN)</b>	Cursando	Concluiu na própria instituição	Emprego Formal	Voltou para a família, mas logo casou e foi morar com a companheira
<b>Miguel, filho de Amélia (OPN)</b>	Cursando	Cursando na própria instituição	Estagiando	Sim, voltou a morar com a mãe, o padrasto e os irmãos, no bairro de origem
<b>Aureliano, filho de Rebeca (OPN)</b>	Cursando	Concluiu na própria instituição	Emprego Formal	Sim, voltou a morar com a mãe e os irmãos
<b>Paulo, filho de Maria (OPN)</b>	Cursando	Cursando na instituição	Estagiando	Sim, voltou a morar com a mãe em uma nova casa

Fonte: Elaborada pelo autor

Quase todas as entrevistadas fazem menção ao fato do adolescente ter passado por alguma atividade profissionalizante, ou mesmo consumado uma experiência de estágio profissional ou de efetivação de um emprego com “carteira assinada”.

Em certa medida, o trabalho formal torna-se um dos símbolos do processo de transformação do jovem. Além de não mais estar em uma situação de rua, o fato de exercer alguma atividade empregatícia representa a “normalização” de sua conduta. Ter um emprego formal é a consumação da mudança do indivíduo. Dito de outra forma, trabalho pode ser

compreendido como a consumação da obtenção da cidadania da qual os jovens, como indivíduos em situação de rua, eram excluídos<sup>59</sup>.

O aspecto de “dignificação” do trabalho para indivíduos pertencentes a setores populares pode ter raízes, ainda, nas concepções de políticas públicas para crianças e adolescentes marginalizados, no início do século XX. Tais características são levantadas e analisadas por Rizzini (2011), que constata que, nesse referido período histórico no Brasil, havia um projeto público que objetivava alterar como se via o ato de trabalhar na sociedade em geral. “A mudança de mentalidade deveria se dar em todos os segmentos, pois se para o pobre, que livre, era coagido a trabalhar para se manter, para as demais classes, trabalhar era igualmente degradante e algo associado à escravidão e à pobreza” (RIZZINI, 2011, p. 65). A autora destaca ainda que existia sobre uma parcela da população pobre da época uma qualificação de que entre eles havia certa aversão ao trabalho, não podendo, assim, serem considerados na categoria de “pobreza digna”. Em certa medida, as categorizações atualmente vigentes sobre o que é um indivíduo “vagabundo” no senso comum ainda estão carregadas desses valores do início do século passado. Mediante esse pensamento, a autora ainda frisa a dicotomia da infância existente nesse período: “De um lado está a *criança* para a qual estava destinada a cidadania e, do outro, o *pobre menino abandonado*, para o qual seria aplicado o ‘trabalho regenerador’, para que atingisse, no máximo, a posição de operário” (RIZZINI, 2011, p. 88, grifo da autora).

Esse rápido resgate das raízes históricas sobre a visão de *criança pobre* e a respectiva visão de política pública sobre elas indica que a compreensão do trabalho continua sendo vista como uma forte solução para o “menino pobre”.

Podemos acrescentar ainda a perspectiva de Ferreira (2007) em atentar para o momento importante aos jovens, que é a chegada aos 18 anos. A maioria implica em um deslocamento do indivíduo para uma posição diferente na sociedade:

[...] os 18 anos significam a inserção do indivíduo em linhas de sociabilidade definidoras de uma nova identidade social, que se edificará com a formação de uma densa rede de relações sociais, mais potencializadas e de determinações mais normativas, uma vez que somos preparados para nos tornarmos adultos responsáveis e promissores, úteis ao mercado de trabalho (FERREIRA, 2007, p. 166).

---

<sup>59</sup> A respeito dessa percepção do trabalho como consumidor da cidadania, um artigo sobre as perspectivas juvenis de estudantes do ensino médio em uma cidade de Santa Catarina constata entre eles: “[...] entende-se que o trabalho para esses jovens pesquisados significa um meio para a obtenção da cidadania, para a conquista de direitos, de autonomia” (RAITZ; PETERS, 2008, p. 414).

No entanto, como adverte a mesma autora, essa passagem etária é vivenciada de forma diferente entre adolescentes de diferentes classes sociais. Entre jovens de classes economicamente privilegiadas, será comum disfrutarem de uma formação voltada para seus desejos pessoais. Em relação aos jovens sem privilégios econômicos, em sua maioria, terão sua formação voltada prioritariamente para o mercado de trabalho para garantir sua sobrevivência, não priorizando anseios pessoais. (FERREIRA, 2007). O que condiz com objetivo de tentar introduzir os adolescentes no mercado de trabalho como um vislumbre de melhoria na sua renda familiar. Por exemplo, no caso de Aureliano (OPN), em que sua mãe, Rebeca, afirma que a renda de sua casa era mantida totalmente pela soma dos rendimentos dos trabalhos dos filhos.

Não afirmo que as perspectivas de atendimento visualizem a transformação dos indivíduos acolhidos unicamente para o encaminhamento para o mercado de trabalho formal. Nem estou lançando mão de um juízo de valor sobre a perspectiva de trabalho das instituições. Mesmo porque o acompanhamento desses indivíduos durante o acolhimento incentiva outras competências que não se limitam à aprendizagem de um ofício unicamente profissionalizante. No caso da ABA, por exemplo, existe a presença da arte como forma de educação, estimulando a formação artística, como a arte circense, era bastante presente na metodologia da instituição (XAVIER, 2009). Além do mais, o incentivo à formação escolar é constante. Por exemplo, um gestor da OPN afirmou, em mais de uma situação em diálogos em campo, que a instituição estaria disposta a financiar os estudos de qualquer um dos indivíduos acolhidos se estes se interessassem em cursar o ensino superior.

No entanto, é preciso ter em mente que perspectivas diferentes continuam coexistindo sobre o “melhor” futuro para jovens situados em setores sociais desfavorecidos socioeconomicamente. Como constata Pinheiro (2004), as representações sociais sobre criança e adolescentes vão coexistindo à medida que vão surgindo nos períodos históricos.

Sem entrar na discussão sobre os conceitos de *trabalho* e *emprego*, aqui me atenho ao sentido dado pelas entrevistadas em campo: uma atividade que se troca por um salário. Além do caráter “dignificante” acima abordado, há a perspectiva de *melhorar de vida* ou vislumbre de uma *mobilidade social*. Para Sarti (2011, p. 85): “O trabalho é concebido dentro desta lógica familiar, constituindo o instrumento que viabiliza o projeto familiar e não individual, embora essa atividade seja realizada individualmente”. Com a concepção acima em mente, de forma *idealmente pura* – aos moldes do pensamento weberiano –, seria este o local onde poderia ser inferida outra nuance entre as concepções de autonomia pelo trabalho

retirada das experiências narradas nesta dissertação. Em uma está a OPN, que parece compreender o engajamento profissional do adolescente de forma mais próxima à concepção supracitada, como um instrumento de alteração da realidade familiar. O que pode ter forte ligação com a faixa etária de atendimento, considerando que o indivíduo, no geral, sai do acolhimento ainda em fase de desenvolvimento e anos antes de completar a maioridade.

De forma diferente, situa-se a ABA, priorizando o “primeiro emprego” como um projeto individual de autonomização daquele jovem. Não necessariamente, em primeiro plano, com o objetivo de impactar diretamente na família dele, mas projetando-o para uma perspectiva de vida autônoma, inclusive, da família de origem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta dissertação apresentou algumas características do chamado “trabalho com as famílias” realizado por duas instituições da cidade de Fortaleza (CE), levando em conta, prioritariamente o ponto de vista da família atendida. Não desprezei a perspectiva dos profissionais nesse trabalho e muito menos tentei levantar o que pensa o público infantojuvenil sobre essa dinâmica de atendimento.

Apesar da recorrente utilização da expressão “trabalho com as famílias” e do reforço discursivo dado pelos profissionais sobre a importância da convivência familiar e comunitária, pude perceber que essa prática ainda é algo em processo de amadurecimento. É inegável a experiência dos profissionais que trabalham há tantos anos com o público de crianças e adolescentes em situação de rua. Porém, há certa indefinição sobre esse “trabalho com a família”, se comparado à compreensão que estes agentes têm, por exemplo, sobre a metodologia de abordagem de rua.

Longe de querer definir as características desse “trabalho com as famílias”, objetivei compreender e expor o que os indivíduos receptores desse atendimento tinham a dizer, inclusive sobre aspectos do atendimento demandado ao adolescente em acolhimento institucional. Considerando o recorte reduzido, de um ponto de vista quantitativo, as impressões de campo sinalizam algumas perspectivas.

O tema de criança e adolescente em situação de rua vem sendo debatido há décadas. Concomitantemente, práticas de atendimento a esse público também vêm sendo desenvolvidas, o que culmina, por exemplo, em um amadurecimento da “educação social de rua”, que é a principal metodologia utilizada no atendimento a crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas. Contudo, em extensa literatura, esse fenômeno passou por diversas reinterpretações durante os anos. Anteriormente, um assunto que fundou movimentos sociais de expressividade nacional hoje tende a “sair de moda”, sobretudo, com o destaque para outros tipos de problemáticas sociais que também perpassam a situação de rua, mas que ganham programas específicos, por exemplo: trabalho infantil, exploração sexual, uso de drogas, etc. Não pretendo atribuir um juízo de valor a essas questões, até porque se entrelaçam, muitas vezes, umas às outras.

Em contrapartida a essa “descentralização” das problemáticas, onde existe uma tendência a setorizar tipos de violações de direitos cada vez mais específicas, surge o debate multidisciplinar de atendimento, exemplificado, nesta dissertação, pelo caráter de centrar atenção na realidade múltipla na qual a família está inserida.

De forma bastante germinal, tenho pensado em tipos ideias dos perfis institucionais.

Nesse sentido, ao observar a organização de algumas instituições privadas (organizadas pela sociedade civil), venho percebendo uma reconfiguração de suas ações. Primeiramente, uma instituição com grande “massa” e maior “densidade” que, ao diversificar sua capacidade de atendimento, tentando abarcar múltiplos tipos de serviço, passa a ter um

maior poder de atração sobre o que cerca o indivíduo, inicialmente, foco do atendimento. Já outro tipo de instituição que se configura de forma fluida, com pouca “massa” ou pouco “densa”, atuando, de certo modo, com um caráter mobilizador, fazendo com que a multiplicidade da realidade atendida siga várias direções.

Durante o texto tentei sinalizar algumas constatações que me levam a pensar sobre esses dois tipos institucionais, ainda em forma embrionária, pois há variáveis importantes que ainda precisam ser ponderadas. É preciso levar em consideração, por exemplo, se a capacidade financeira dessas instituições possui papel determinante para a modelagem de suas ações. Mesmo assim, cada uma das instituições parece se aproximar de uma dessas abstrações. Retomando a metáfora da estrada que bifurca, as instituições que sediaram minha pesquisa partem, em certa medida, de um mesmo ponto, ao atender um público muito similar, estando suscetíveis às diversas oscilações do mundo social em determinado momento do caminho, que inicialmente é comum, mas que se divide e segue sentidos diferentes.

O OPN, por exemplo, reforça sua bandeira de intervenção principal, que é resumida na máxima deles: “criança não é de rua!”, aproximando um conjunto de intervenções que circundam esse problema e demarcando a pertinência em atuar com esse público ainda “de rua”. Como um exemplo da energia demandada por essa perspectiva, esta instituição encabeça um processo de construção de uma política pública nacional direcionada especificamente à população infantojuvenil que está em situação de rua. Replicando estruturas em pequena escala do estado (ao tentar suprir necessidades básicas, como alimentação, moradia, etc.), tentam, ao propor uma nova política pública, implantar sua perspectiva.

Em contrapartida, a ABA passa por um processo de reconfiguração que aparentemente descentraliza o foco de atuação, antes no adolescente em situação de rua, para múltiplos públicos. Seja com atuações em escolas, instituições ou na rua, aparentemente os projetos de atuação caracterizam-se por uma diversidade na atuação, como as atividades que promovem o combate à exploração sexual e projetos de cunho esportivos em comunidades próximas.

Enfim, há questões complexas a serem debatidas, por exemplo: se considerarmos a perspectiva universal da política pública de assistência social, outros atendimentos à família apresentam semelhanças aos aqui estudados? Como essas diretrizes estão sendo executadas pelo estado?



Penso que o ponto de onde parte o olhar da família pode ser utilizado para a análise de outras dinâmicas, inclusive, do poder público. O que de fato fica certo é a riqueza de perspectivas com que nos deparamos ao nos relacionarmos com esse público.

É preciso considerar também que a expressão do fenômeno de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas está se alterando. Ao fim da pesquisa para essa dissertação, pude ouvir de muitos profissionais desse campo de atuação que houve uma redução visível desse público nas ruas. Entretanto, essa constatação é seguida da inquietação se esse fenômeno realmente está deixando de existir ou está mudando de forma. Tal questão surge pela experiência de alguns profissionais que atuam em bairros da periferia de Fortaleza e sinalizam que há ainda muitas crianças e adolescentes reproduzindo características comuns àquelas que antes perambulavam por áreas de grande fluxo da cidade. Nesse sentido, surgem indícios de que uma forma similar de vivência nas ruas está sendo replicadas nos bairros de origem desses indivíduos, porém muitos desses bairros possuem problemas sociais (altos índices de criminalidade, por exemplo) graves e que dificultam uma atuação semelhante à que era realizada em outros espaços, onde antes os jovens frequentavam (praças do Centro da cidade, terminais de ônibus, semáforos de trânsito, etc.). Essa possível alteração da problemática de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas é um campo a ser abordado e aprofundado.

As reflexões nessas considerações finais não são definitivas, pois as impressões apresentadas são um exemplo específico do que ocorre no universo em análise, com a tentativa de travar diálogo entre as singularidades deste estudo e a produção existente.

A realidade, em sua grandiosidade, está longe de ser esgotada, como é sempre advertido. O exercício de pesquisa sempre leva a caminhos a perder de vista. Esta foi uma tentativa de dar mais um passo.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Domingos S. (coord). **Censo da exclusão ou falta de inclusão nos censos? A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas das capitais brasileiras.** Campanha Nacional Criança Não É de Rua. Fortaleza, 2009.
- ABREU, Domingos S.; AQUINO, Jakson; TORQUATO, Manoel. **Plataforma Digital Rua Brasil S/Nº: Amotragem 2012/2013.** Campanha Nacional Criança Não é de Rua, 2013.
- ABREU, D; SILVA, R. S.; XAVIER, N. **Educadores e técnicos sociais em foco: perfil e os cuidados aspirados pelos cuidadores.** Universidade Federal do Ceará. Laboratório de Estudos da Violência. Relatório de pesquisa. Fortaleza, 2009.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2ªed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos.** 10 de dezembro de 1948. Disponível em [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm) Acesso em: 09 mai. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BARRACA DA AMIZADE. **Memória.** s/d a.
- \_\_\_\_\_. **Identidade.** s/d b.
- \_\_\_\_\_. **Metodologia.** s/d c.
- BARROS FILHO, Alberto. Violência: o cotidiano de crianças e adolescentes explorados sexualmente. In: DIOGENES, Glória. (org.) **Os sete sentimentos capitais: exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.** São Paulo: Annablume, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: \_\_\_\_\_. **Magia e Técnica, Arte e Política.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. Experiência e pobreza. In: \_\_\_\_\_. **Magia e Técnica, Arte e Política.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Lisboa: Fim de Século, 2003
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico.** 7ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** 11ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.
- \_\_\_\_\_. **O senso prático.** 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.** Institui o Código de Menores. Brasília. Presidência da República, 1979.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília. Presidência da República., 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília. Presidência da República, 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Brasília, 2004a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Atenção Integral à Família – PAIF:** Instruções para Celebração de Convênios. Brasília, 2004b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica/Sistema Único De Assistência Social.** Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 5.598, de 1º De Dezembro De 2005.** Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Brasília. Presidência da República, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar.** Brasília, 2006

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução Nº 109,** de 11 de novembro de 2009. Disponível em: <www.mds.com.br>. Acesso em: 31 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 12.010 de 3 de agosto de 2009.** Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília: DF, Presidência da República, 2009.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. As famílias de meninos em situação de rua. *In:* GREGORI, M. F. (coord). **Desenhos Familiares:** pesquisa sobre família de crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Fundação Bank Boston/Unesco/Editora Alegra, 2000a.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. **Família e proteção social.** São Paulo Perspec. [online], vol.17, n.2, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000200012>>. Acesso em: 31 jun. 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 4., 2003, Brasília, DF. **Relatório Final**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2003. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/iv-conferencia-nacional>>. Acesso em: 31 jun. 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 5., 2005, Brasília, DF. **Deliberações**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/v-conferencia-nacional>>. Acesso em: 31 jun. 2013.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Relatório da Infância e Juventude - Resolução nº 71/2011**: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: \_\_\_\_\_. *et al.* (org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3ª ed. rev.e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, Minas Gerais, nov. de 2002.

DIOGENES, Glória. (org.) **Os sete sentimentos capitais**: exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. São Paulo: Annablume, 2008.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. 2ª ed., 2 v., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

EQUIPE INTERINSTITUCIONAL DE ABORDAGEM DE RUA. [s/d]. Disponível em: <<http://www.equipeinter.org.br/>>. Acesso em: 21 de jul. 2013.

EQUIPE INTERINSTITUCIONAL DE ABORDAGEM DE RUA *et al.* **Metodologia de trabalho de rua em Fortaleza – CE**. 2012.

EQUIPE INTERINSTITUCIONAL DE ABORDAGEM DE RUA; NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS DE RUA. **Pesquisa anual sobre a vivência de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas de Fortaleza – 2010**. Disponível em: <[http://www.criancanaoederua.org.br/pdf/Pesquisa\\_Anuar\\_Fortaleza\\_2010.pdf](http://www.criancanaoederua.org.br/pdf/Pesquisa_Anuar_Fortaleza_2010.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (org.). **O Trabalho e a rua**: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRA, Diocleide Lima. **O dia é da Rua, a noite do Albergue**: condições e contradições de um abrigo de regime aberto para adolescentes em situação de rua na cidade de Fortaleza, Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

FERREIRA, Diocleide. Lima. O trabalho como marca diferencial entre jovens pobres de Fortaleza-Ce. *In*: RODRIGUES, Léa Carvalho; MATTOS, Sônia Missagia. (Orgs.). **Cultura e Trabalho**: práticas, saberes e fazeres. São Paulo: Arte Escrita Publicações Centro de Memória da Unicamp (Cmu), p. 157-176, 2007.

FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu**. 26, jan-jun, p. 11-43, 2006.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. **Desenvolvimento Humano, por bairro, em Fortaleza**. 2014. Disponível em: <<http://www.calameo.com/read/0032553521353dc27b3d9>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

FRANGELLA, Simone Miziara. “**Capitães do Asfalto**” - a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas “de rua” em Campinas. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1996.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciênc. saúde coletiva** [online], vol.10, n.2, pp. 357-363, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000200013>>. Acesso em: 31 jun. 2013.

GREGORI, M. F. (coord). **Desenhos familiares**: pesquisa sobre família de crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Fundação Bank Boston/Unesco/Editora Alegro, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Viração**: experiências de meninos de rua. São Paulo: Companhia das Letras, 2000b

KALOUSTAIN, Sílvia Manoug (org). **Família brasileira, a base de tudo**. 5ªed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF; UNICEF, 2002.

LAPLANTINE, François. A etnografia como atividade perceptiva: o olhar. *In*: \_\_\_\_\_. A descrição etnográfica. São Paulo: Ed. Terceira Margem, 2004.

LEÃO, Andréia Borges. **Uma casa de meninos e meninas no Coração de Jesus**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1993.

LEVI-STRAUSS, Claude. A Família. *In*: \_\_\_\_\_. **O olhar distanciado**: perspectivas do homem. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1986.

LUCCHINI, Riccardo. A criança em situação de rua: uma realidade complexa. *In*: RIZZINI, Irene. **Vida nas ruas**. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

MARINHO, Camila Holanda. Desvendando as histórias familiares: o sentido da família e seu lugar na rede de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. *In*: DIOGENES, Glória. (org.) **Os sete sentimentos capitais**: exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. São Paulo: Annablume, 2008.

\_\_\_\_\_. **Afetos de rua:** culturas juvenis e afetividades nos bastidores da cidade. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MACEDO, Maria do Santos. Mulheres Chefes de Família e a Perspectiva de Gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**. Salvador, v.21, n. 53, p. 389-404, mai/ago, 2008.

MORAIS, Cenimar Ferreira. **As compreensões das famílias sobre a vivência de rua dos adolescentes no Centro da cidade de Fortaleza**. Monografia (Graduação em Serviço Social). Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. Duas décadas de direitos da criança e do adolescente no Brasil. *In: O público e o privado: dossiê criança e jovens nas políticas pública*. Ano 10, n. 20, Fortaleza: UEC, dezembro, 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo. *In: \_\_\_\_\_. O trabalho do antropólogo*. 3.ed., Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

ONU-HABITAT; IPEA. **Estado das cidades do mundo 2010/2011**. Unindo o urbano dividido. Resumo e principais constatações.

PIMENTEL, Lúcia Valesca Bonfim. **Vida nas ruas, corpos em percursos no cotidiano da cidade**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

PINHEIRO, Angela de Alencar Araripe. **A criança e o adolescente no cenário da redemocratização: representações sociais em disputa**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

\_\_\_\_\_. A criança e o adolescente, representações sociais e processo constituinte. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 343-355, set./dez. 2004.

PRADO, Danda. **O que é família?** 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.

PRIORE, Mary Del (org). **História das crianças no Brasil**. 6ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Ed. Gradiva, 2008.

RAITZ, T. R.; PETERS, L. C. F. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. **Psicologia & Sociedade**. 20 (3): 408-416, 2008.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. “Menores” institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80. *In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (org). O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. (coord.). **Vida nas ruas**. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. *In*: BARROS, Myriam Lins. **Família e gerações**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Análise de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **CAOS** – Revista Eletrônica de Ciências Sociais. UFPB. n. 16, p. 55-73, mar, 2011.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Guerra, mundo e consideração**: uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 7ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Hélio; MILITO, Cláudia. **Vozes do meio fio**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

\_\_\_\_\_. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n.32, p.171-188, jul/dez, 2009.

SILVA, Roberto dos Santos. **Vou pra rua e bebo a tempestade**: representações de educadores de rua de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Pós-Graduação em Sociologia – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2011.

SOUSA, Benjamim Diego Lucas y. **O Núcleo de Articulação de Educadores Sociais de Rua**: um espaço de representação dos perfis de Educadores Sociais de Fortaleza. 2012. 73 p. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2012.

TAKASHIMA, Geney M. Karazawa. **O desafio da política de atendimento à família**: dar vida às leis - uma questão de postura, [1994]. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos/331.htm>>. Acessado em 15 out. 2012

UNICEF. **Declaração Universal dos direitos da criança**. 20 de novembro de 1959. Disponível em <[http://www.mprs.mp.br/infancia/documentos\\_internacionais/id90.htm](http://www.mprs.mp.br/infancia/documentos_internacionais/id90.htm)> Acesso em: 09 mai. 2014.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa; Kaun Elsabe Barbosa. 3ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política, 1904. *In*: \_\_\_\_\_. **Metodologia das Ciências Sociais**. 3ª ed., Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. 7ªed, 5ª imp, São Paulo: Ed. Ática, 2003.

XAVIER, Natália. Pinheiro. **Entre consensos e dissensos** - a tessitura do atendimento a crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Pós-Graduação em Sociologia – Centro de Humanidades. Universidade Federal do Ceará, 2009.



## APÊNDICE

### Roteiro para grupo focal

#### **Apresentação**

Este Grupo Focal faz parte do processo de pesquisa que realizo no Mestrado em Sociologia da UFC. Em síntese, a discussão dessa pesquisa é sobre como se caracteriza o trabalho socioassistencial com famílias em Fortaleza, partindo do mote das famílias de crianças e adolescentes em situação de rua, público que de alguma forma é atendido pelas instituições aqui presentes.

(Fomentar a liberdade nas falas: responder se quiser e pode fazer perguntas)

(Permissão para gravar)

#### **Questões**

##### **1 Eixo**

- Gostaria que todos se apresentassem, dizendo que instituição representa e qual matriz institucional (Se ONG, de que tipo: religiosa, comunitária, etc. Se OG, qual matriz governamental).
- O que vem à mente de vocês quando falamos em “família”?
- O que vocês entendem por um “trabalho de atendimento a família”, na perspectiva de atuação de suas instituições?
- Que conceitos-chave devem nortear esse tipo de trabalho?
- Como vocês descrevem um trabalho ideal a famílias?

##### **2 Eixo (esse eixo deve vir sutilmente, como questões inseridas, balizando as falas)**

- De que forma as famílias do público atendido aparecem na dinâmica do trabalho das instituições?
- Como acontece o atendimento a família em suas experiências de trabalho? Existe uma metodologia consolidada?
- Quantas famílias são atendidas em média e com que frequência?
- Que critérios devem ser considerados para avaliar um atendimento a famílias?
- Em Fortaleza, quais experiências de trabalho com família estão consolidadas, ou neste processo?

#### **Após o Grupo Focal**

Concluído o Grupo Focal, pretendo aproveitar a reunião desses representantes e indagá-los sobre a possibilidade de eu visitar algumas famílias que passaram pelo atendimento das instituições e cujos filhos retornaram ao convívio familiar.